

A Defesa Nacional



REVISTA
DE
ASSUNTOS MILITARES
E
ESTUDOS BRASILEIROS

COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELLECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício 1964/1967)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — Marechal (Res) Altair Franco Ferreira

Diretor-Secretário — Ten-Cel Jonas Correia Neto

Diretor-Gerente — Ten-Cel (Res) João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHEIROS

Gen Div (Res) Adailton Sampaio Pirassinunga

Gen Walter dos Santos Meyer (*homenagem póstuma*)

CONSELHO FISCAL — 1966

EFETIVOS:

Cel Nilton Freixinho

Ten-Cel Togo Lobato

Ten-Cel (Res) Diógenes Vieira Silva

SUPLENTE:

Cel João Batista Baeta de Faria

Ten-Cel Julio de Padua Guimarães

Ten-Cel Rubens Mario Caggiano Jobim

CORPO REDATORIAL DA REVISTA

(Criado em Abr 66)

Redator-Chefe — Ten-Cel Art Jonas Correia Neto

Redatores: Ten-Cel Inf Francisco de França Guimarães

Ten-Cel Cav Sady Boano Mussoi

Ten-Cel Art Dávio Ribeiro de Faria

Maj Eng Darino Castro Rebelo

"A GUERRA REVOLUCIONÁRIA leva o
perigo comunista ao umbral de cada casa, e
a última frente se situa no espírito de cada
cidadão."

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO
LII

Rio de Janeiro, GB — Jan/Fev 1967

Número
611

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil NCr\$ 2,50
(Desconto em folha autorizada, mensal: NCr\$ 0,50.)

(As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do assinante.)

Exterior NCr\$ 10,00
(Registro e via aérea comportam acréscimos.)

Número avulso:

Mês NCr\$ 0,50

Atrasado NCr\$ 0,70

ENDEREÇO

Ministério do Exército
Ala Marçílio Dias

Caixa Postal: 17 (DO MEX)
ZC — 55

Tel. 43-0563

Rio de Janeiro, GB
Brasil

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial	3
O Batalhão Suez — Ten-Cel Fábio Lins	5
Uma Estrutura para as Comunicações de Campanha — Maj Wilson Machado	13
Lincoln e Kennedy — Cel Germano Vidal	23
A ALALC e os Principais Aspectos do Comércio na América do Sul — Ten-Cel Hely A. Pires	31
Armas Táticas Nucleares — Maj E. O'Ballance (Trad. Ten-Cel Jobim)	41
Problemas do Exército — Maj Roberto N. Mendes	49
Unidades de Cavalaria do Exército Brasileiro — Maj Flávio Junqueira	55
A AEx nas Ardenas — Maj A. Galvão Pereira	77
A Teoria dos Jogos — Cmt Lambert (Trad. Ten-Cel Jobim)	95
Mocidade Transviada ou Abandonada — Prof. ^a Hilda Reis Capucci	105
Um Dilema para o Exército: Diesel ou Gasolina? — Maj Ruperto C. Pinto	109
Efemérides da ART (IV) — Gen H. Borges Fortes	121
Tiros de Guerra e Segurança Nacional — Gen A. de Castro Neves	129
Stress! — Saul Lavinsky (Trad Ten-Cel França Guimarães)	139
Mapa Esquemático das Estradas da Bahia — Ten-Cel Mello Campos.	153
O Cêrco da Lapa — Cap Edson Ribeiro	159
Escola de Administração do Exército — Maj Beurem Ramalho	183
Aspectos do Curso de Comandos — Ten-Cel Nelson L. Bellegard ...	193

Nem poderia ser diferente. Engana-se quem imagina possível a volta das velhas situações vergonhosas, que justificaram e afinal precipitaram a eclosão do movimento democrático. Nem mais governos corruptos, nem mais autoridades sem autoridade (sequer moral), nem mais a ameaça comunista em vias de tornar-se em tremenda realidade. Não mais ! Nada disso vai voltar !

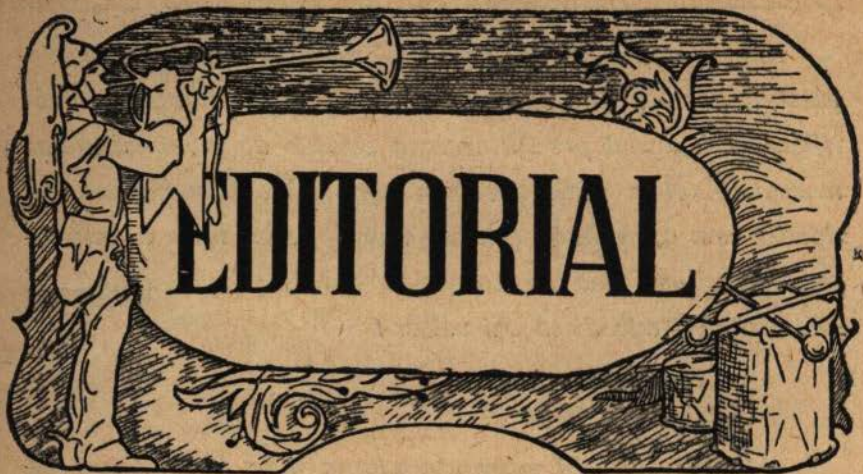
* * *

A Revolução está passando a uma nova fase. Nesta, as providências corretivas, ordenadoras, organizadoras, deverão ir cedendo a vez a outras, que nos levarão mais depressa ao desenvolvimento, ao progresso, a uma real paz interna e à verdadeira justiça social — coerentes com as normas de uma Nação livre, independente, soberana e altiva.

A Revolução-impulso dá lugar à Revolução-permanência. Mas é a mesma REVOLUÇÃO, a que um dia salvou o Brasil. Ela já cumpriu a parte inicial da tarefa que se propunha; esta prosseguirá, agora, em forma mais estável, mais regular, mais harmoniosa. Talvez muito pouco se ouça falar de REVOLUÇÃO, daqui por diante... Mas ela existirá. Ela estará presente — sobretudo nos grandes resultados que nos tem trazido e ainda vai trazer.

Resultados definitivos — é o que esperamos, nesta nova etapa. Porque há problemas cuja solução não deve mais ser postergada; há medidas cuja aplicação não pode mais ser retardada; há justos anseios que têm de ser satisfeitos.

A Revolução continua. Com uma missão. Com um compromisso. Vai cumpri-los.



Muito ao contrário do que pensam — ou dizem pensar — certas pessoas, a Revolução Democrática Brasileira não acabou, nem está acabando.

Não se confunda a Revolução, limitando-a aos atos que possibilitaram a sua instituição. Revolução, como a que aí está, são idéias e princípios, são aspirações e realizações; não comporta ódios, nem vinganças — porém, exige energia, desprendimento, coragem, espírito público, vontade firme de impulsionar o País. Conta com todos, precisa contar com cada um — e vai para adiante, apesar dos muitos inconformados, despeitados, frustrados.

A NOSSA REVOLUÇÃO É IRREVERSÍVEL! Afirmamo-lo antes, nesta Revista. Confirmamo-lo agora, com igual ênfase e com maior certeza.

* * *

O primeiro Governo da Revolução vai ser substituído por outro Governo de Revolução; no que isto subentende de decisão renovadora, tanto quanto de fé nos postulados redentores de 31 de março de 1964.

O BATALHÃO SUEZ

(VISTO POR UM SEU EX-INTEGRANTE)

Ten-Cel Inf (QEMA)
FABIO DE MOURA E SILVA LINS

1. INTRODUÇÃO

Servimos no Btl SUEZ (3º/2º RI) comandando companhia, no período de Agô 58 a Dez 59.

Dispusemo-nos a escrever este artigo para a "DEFESA NACIONAL", a fim de satisfazer a curiosidade natural de muitos pela vida do Brasileiro na FENU (Força de Emergência das Nações Unidas), dar uma orientação àqueles que vierem a servir no batalhão e, por último, quem sabe, facilitar a ida para o Oriente Médio de muitos jovens cujo medo do desconhecido lhes venha tirar uma excelente oportunidade na vida.

2. IDEIA SUCINTA DA FAIXA DE GAZA E SUA POPULAÇÃO

A Faixa de GAZA é um pedaço de terra estreito e pouco alongado, encostado no mar MEDITERRÂNEO. É separada de ISRAEL pela LDA (Linha de Demarcação do Armistício), valeta de 0,60 x 0,60m.

Seu clima é do tipo desértico. No verão, absolutamente sem chuvas, a temperatura ultrapassa os 40°. O inverno é caracterizado por temperaturas baixas, chuvas e tempestades de areia; são comuns, nas madrugadas principalmente, as temperaturas de 0° e menos. As chuvas, caindo no solo pouco permeável, alagam as estradas de areia, dificultando o trânsito. As tempestades de areia completam esse quadro pouco atrativo. Tivemos uma de 70 horas seguidas, sem parar um minuto, e muitas outras menores. Não há nada que proteja eficientemente o soldado dessas tempestades. Nas ocasiões críticas ele come e respira areia, e recebe-a nos olhos.

Parte da faixa é muito fértil, verde durante os 12 meses do ano. O que resta é coberto de areia. No inverno, com as chuvas, boa parte é febrilmente arada e plantada, cobrindo-se de milharais, videiras, melancias e outras culturas; na parte não arada surge medrosamente capim, artigo de luxo na região, pasto de camelos e cabras.

Há diversas localidades: a várias vezes milenária GAZA, uma boa cidade; KHAN YURIS, com algum conforto; RAFAH e outras mais, paupérrimas.

Vivem na região milhares de pessoas (palestinos e beduínos), sendo a maior parte deslocados de ISRAEL.

Aquêles povos vivem precariamente, assim mesmo quase que só de recursos fornecidos por uma organização assistencial da ONU. Chamam-nos a atenção, principalmente, os beduínos. Nômades por excelência, despertam a admiração de quem os conhece; vivem em tendas pobres, baixas, onde alojam suas espôsas, cabras e galinhas, só ficando de fora os camelos. Isso numa terra de temperaturas extremadas, castigada por chuvas invernais e tempestades de areia. Some-se a isso a dificuldade de obter água e alimentos. Nesse ambiente vivem os palestinos e, particularmente, os beduínos. O que encanta o estrangeiro é o estoicismo dessa gente, e, mais ainda, o sorriso das crianças ...

3. MISSÃO DA FENU E DO BATALHAO SUEZ

A FENU foi criada, em última análise, para evitar nova guerra entre árabes e israelitas e, assim, manter a paz no Oriente Médio. Instalou-se na Faixa de GAZA (com a maior parte de seus efetivos) com essa missão, que pode ser resumida em uma frase: "impedir a transposição da LDA por israelitas e árabes e, caso haja agressão, apontar o agressor". Para isso, o Cmdo da Fôrça dividiu a Faixa em seqüências, atribuídas aos diferentes batalhões. Há, ainda, serviços de guarda na Área de Manutenção da Fôrça, no seu pequeno aeroporto em KHAN YURIS, e no QG em GAZA.

Dentro desse quadro, nosso batalhão tem recebido missões diversas. Quando o deixamos, vigiava 20 km da LDA com 2 Cia Fzo. Uma terceira Cia Fzo servia no PC do Btl, pronta para receber outras missões. A Cia C Sv tem seu PC justaposto ao do Btl. O Btl SUEZ não possui em sua organização Cia Ptr P.

O serviço na Faixa é, em síntese, de polícia. Quando no PC do Btl, em RAFAH, nada mais é que o rotineiro dos nossos quartéis. Na LDA foge à nossa rotina de paz. De dia vigia-se o "front" com postos de sentinelas espaçados (no verão) ou pequenas patrulhas motorizadas (no inverno). À noite transforma-se em patrulhas a pé; cada pelotão fornece duas, uma das 1800 às 2400 horas e outra das 0000 às 0600 horas. O serviço de patrulha é pesado; caminhando quase que ininterruptamente durante 6 horas, no verão ou no inverno, caminhando sobre areia, o patrulheiro tira esse serviço 2 a 3 vezes por semana.

4. A VIDA DO BRASILEIRO NO BATALHÃO

Neste item abordaremos três aspectos: a viagem, a vida do nosso soldado enquanto confinado à Faixa e, por último, suas férias.

a. A viagem por mar é novidade para 95% ou mais do contingente. Isso, num navio-transporte de nossa Marinha de Guerra, praticamente sem carga, provoca enjôos na maioria da tropa. Nosso soldado esquece-se dele ao transpor, pela 1ª vez, a linha do EQUADOR. O clássico trote descansa seu estômago por algumas horas.

O mais interessante da viagem consiste nas escalas, em portos diversos. Nosso contingente, o 4º, escalou em RECIFE, DAKAR e MARSELHA, na ida; em TÚNIS, LAS PALMAS, DAKAR e RECIFE, ao retornar à Pátria. As escalas são de 48 horas. Vê-se, então, muita coisa interessante. Para comprar alguma coisa, DAKAR e MARSELHA são "indesejáveis"; a vida é caríssima, mesmo para nosso desvalorizado cruzeiro. Em LAS PALMAS, cidade de língua espanhola, nosso soldado faz-se entender e entende os habitantes da terra; essa cidade encanta pela beleza de suas mulheres, fruto de uma mistura de sangue espanhol e árabe; vendem-se bonecas e jóias de TOLEDO. Em TÚNIS é obrigatória a visita às ruínas de CARTAGO. Pôrto final é PORT SAÏD, próximo à entrada norte do canal de SUEZ. Daí vai-se, por ferrovia, a RAFAH. Nessa viagem, em boa parte ao longo do MEDITERRÂNEO, vêem-se pela primeira vez as belas tamareiras. Deve-se ter cuidado, nas paradas, com os ladrões (em pequeno número, justiça se faça à moral árabe). Habilíssimos, arrancarão seu relógio do braço num abrir e fechar de olhos: rirão depois para você, como a pedir desculpas!

C PC do Btl é uma agradável surpresa. Bem cuidado, parte acantonado, parte acampado, agrada.

b. As companhias alojam-se em confortáveis barracas, montadas em armações de madeira.

A alimentação é relativamente boa. Temos feijão, arroz, carne, o mesmo que no BRASIL. A Força supre a tropa regularmente de galinhas, perus, e ovos. Assim, o comer bem ou mal depende dos cozinheiros levados pelo Btl. É mera questão de sorte.

O soldado passa 2, 3, 4 e até 5 meses rodeado praticamente de areia por todos os lados. A vida se torna, por isso mesmo, passados os primeiros meses, muito monótona.

A Força e o Btl fazem o possível para melhorar esse estado de coisas. Há cinema diariamente (filmes falados em inglês, sem legenda). O intercâmbio entre os diversos batalhões é freqüente; nosso soldado sempre arranja amigos suecos, canadenses, etc, para visitar e ser visitado. Vez por outra aparecem "shows" europeus e ameri-

canos. Nêles prodomina o elemento feminino, normalmente bem escolhido. As môças, principalmente, encontram no Btl uma platéia ardorosa, homens que as aplaudem com um entusiasmo indescritível. Infelizmente, não tivemos o prazer de ver um "show" brasileiro. É pena; nosso batalhão tem uma pequena orquestra, bem montada, popularíssima não só na Fôrça como no CAIRO. Essa orquestra tem feito excelente propaganda de nossa música, de nosso bom humor. Achamos que um bom conjunto de artistas brasileiros faria enorme sucesso num passeio dêsses e concorreria para aumentar a simpatia pelo nosso povo, tão bem representado por seu batalhão.

Aos domingos pode-se ir a GAZA. No início os candidatos a êsse passeio são muitos; depois, meia dúzia, se muito.

No verão vai-se à praia, 2 a 3 vezes por semana. Praia só para homens, diga-se de passagem ...

As competições esportivas entre os batalhões são muito frequentes. Nossa tropa tem-se destacado. Em bola-ao-cêsto chegamos ao tetracampeonato, sem competidores de fôrça. Em "voley-ball" arrancamos aos indianos, então bicampeões, numa partida memorável, o título. Em natação tirávamos normalmente o 2º lugar e, em xadrez (por equipe), no único torneio de que participamos ficamos em 3º lugar. Competimos sempre bem em atletismo, embora enfrentando os excelentes corredores indianos.

Em tiro pouco conseguimos. Que me lembre, nosso melhor resultado foi um 4º lugar por equipe, em pistola.

Em futebol, por incrível que pareça, não conseguimos um só título. Dávamos tremendas surras nos indianos e outros, lutávamos em igualdade de condições com os suecos e tropeçávamos nos iugoslavos.

O esporte na FENU, como em qualquer organização, dá prestígio. Dizia-se que indianos e iugoslavos, principalmente, escolhiam a dedo atletas para seus batalhões. *Temos, também, procurado atletas para nossos contingentes. Isso parece-nos ótima política, que deve ser mais e mais aperfeiçoada.* Basta citar um exemplo em abono do que dissemos: os campeões de futebol da Fôrça, os iugoslavos, eram frequentemente convidados para jogar com quadros egípcios e libaneses.

O Btl possui uma cantina bem sortida. Vende material de higiene, biscoitos, chocolate, bebidas, etc. Artigos mais valiosos, como rádio, relógio e máquina fotográfica, são vendidos na base de um por homem. Nosso guaraná, muito apreciado por visitantes, era o grande ausente nas cantinas da Fôrça.

De 2 em 2 meses, um avião da FAB leva encomendas dos "cariocas" para os "cariocas" do Btl. Traz de volta presentes, já agora para todo o BRASIL. Os que têm parentes no RIO gozam também de re-

galia de conversar pela radiofonia com essas pessoas. Por êsse meio ouve-se também futebol.

As cartas, entregues regularmente, valem ouro. Com elas vão também jornais, procuradíssimos.

c. Demos uma idéia sucinta da vida do soldado brasileiro na Faixa de GAZA. Vejamos agora o lado róseo dessa vida: as férias.

O Cmdo da Fôrça concede periódicamente dispensas à tropa. Teoricamente, o soldado goza 7 dias de dispensa em cada 3 meses de serviço. A Fôrça estabelece seus centros de recreação no CAIRO (no inverno) e em BEIRUTE ou ALEXANDRIA (no verão). Nessas ocasiões nosso soldado se transforma num "milionário em férias". Precisamos, antes, falar de seus vencimentos.

Recebia, o soldado, pouco mais de US\$ 100,00 por mês, pagos em libras egípcias (1 libra vale aproximadamente 2 dólares). O Cmdo do Btl lhe fornecia, por dispensa de 7 dias, 50 libras. Com isso forçava o soldado a economizar mais ou menos 2/3 do que ganhava. A Fôrça paga ainda, a qualquer dos seus integrantes, uma diária de US\$1,00, também convertido em libras egípcias.

Que faz a Fôrça nas férias? — leva o soldado ao CAIRO (por ferrovia) ou BEIRUTE (de avião) e aloja-o em bons hotéis. Dá-lhe tudo de graça: viagem, cama e mesa. Diverte-o com um "show", às vezes um baile. Mostra-lhe tudo que há de interessante no CAIRO, BEIRUTE e redondezas, em excursões baratíssimas. No EGITO leva-o ao esplendoroso Museu do CAIRO (com sua maravilhosa galeria de TUTANKHAMON), às 3 grandes pirâmides, à Esfinge, à pirâmide escalonada de SAKARA, aos túmulos dos bois APIS, às mesquitas, etc. Leva-lo-á, também, se o excursionista se dispuser a gastar um pouco mais (10 libras), a LUXOR (300 km ao sul do CAIRO), talvez na mais bela dessas excursões. Em LUXOR verá os templos de LUXOR e KARNAK (êste é maravilhoso) e túmulos de faraós, no vale dos reis". Dêstes, o mais bonito talvez seja o dé SETI I: com 12 câmaras esplendidamente decoradas, há milhares de anos, encanta os mais insensíveis à arte.

Terá ainda para ver, na capital do EGITO, nos seus passeios diurnos, o zoológico, os jardins, o comércio, as pontes sobre o NILO e muita coisa mais.

A noite corre às "boites". Há clubes noturnos para todos os gostos. Verá "shows" de classe, bebendo "whisky" escocês a preços baixos. Nesses "shows" há bailarinas italianas, gregas, francesas, portuguesas, inglesas, arábes e até brasileiras. É bom que se diga que muitos não mexem em seus vencimentos, gastando nesses passeios apenas a diária paga pela FENU. Depende exclusivamente deles gastar ou não gastar. Não lhes faltam bons conselhos de seus oficiais e sargentos!

No LÍBANO, fugindo ao calor, os hotéis são selecionados em BRUMANA, em colinas próximo a BEIRUTE. Na capital libanesa o panorama é um pouco diferente. A cidade é bonita, mas inferior à capital egípcia. Em compensação, o "hinterland" libanês é belíssimo. Acidentado, lembra MINAS GERAIS. Visita-se a bela gruta de JEITA, BALBEK (minas romanas), BIBLOS (cujas ruínas dizem os libaneses serem mais antigas que as do EGITO) e os ultrafamosos cedros do LÍBANO. Das antigas florestas de cedros, a milhares de metros de altitude, restam apenas 400 cedros. À noite o ambiente é semelhante ao do CAIRO, embora se gaste mais.

Partindo de BRUMANA poder-se-á conhecer DAMASCO, capital da SÍRIA.

Há ainda um maravilhoso passeio, não computado como férias. É o passeio a JERUSALEM e redondezas (inclusive AMAN, capital da JORDÂNIA), pago pelo excursionista. Nesta excursão visitam-se os lugares santos. Pode-se assistir à missa junto ao Calvário e percorrer a "Via Crucis". Um guia falando espanhol explicará tudo.

Deixamos para o final deste capítulo três aspectos importantes, intimamente relacionados com o que contamos: relações com árabes e israelitas, disciplina e conceito de que goza o soldado do BRASIL.

Nosso soldado entende-se muito bem com o árabe, seja ele egípcio, palestino, etc. Compenetrado de que é hóspede do governo egípcio e não tropa de ocupação (FENU dá ênfase a esse importante aspecto), trata os que o rodeiam e é por eles tratado como amigo. Faz amigos, efetivamente. Bem humorado, comunicativo, chega a namorar egípcias e libanesas. Entende-se com elas misturando todas as línguas do Universo. "Fala" inglês, francês, espanhol; italiano, alemão, português e mesmo um pouco de árabe e grego. Não são poucos os casos de noivado, que terminam em PORT SAID, no portaló de nossos navios de transporte. Outra coisa interessante: alugam frequentemente, em grupos de 3 ou 4, automóveis e, sòzinhos, rodam pelo EGITO e LÍBANO. Não tenham dúvidas de que são capazes de comer, beber e divertir-se por onde passam.

ISRAEL é, para os integrantes da FENU, tabu. Por força do acôrdo ONU — Governo da RAU, o soldado da FENU tem que se limitar ao cumprimento militar com o israelense. Vê as patrulhas israelenses, comumente mistas. Vê suas môças-soldados, muita bonitas, patrulhando a LDA. Observa os "Kibutz" de longe e vê TEL-AVIV do ar. Alguns, "felizardos", vão a esta cidade. São os que sofrem da vista (perturbações causadas pela luminosidade intensa e tempestades de areia). Muitos lamentam a proibição, pois perdem a oportunidade de conhecer mais um povo, mais um país.

As questões disciplinares decorrem do que vimos até agora. Os contingentes para o Btl SUEZ são selecionados, física e moralmente. Para lá só vão reservistas de bom comportamento. Apesar disso

são comuns as punições. Por quê? — O mais grave problema enfrentado pelo integrante da FENU é o que diz respeito aos contatos com o sexo oposto. Normalmente, as alterações são o resultado das situações existentes em relação ao assunto, em grande parte devido à moral muçulmana, e principalmente no CAIRO.

Assim mesmo, a disciplina do Btl é boa. O soldado erra, as punições são freqüentes, mas de estranhar seria se isso não acontecesse. Só mesmo servindo no Btl SUEZ poder-se-á compreender bem esse aspecto.

O soldado brasileiro, em serviço ou em férias, fardado ou à paisana, é um "embaixador" do BRASIL. Está compenetrado desse papel. Farda-se bem e veste seu traje civil decentemente. Patrulha a LDA seriamente, certo de que poderá depender dele a deflagração de uma guerra no Oriente Médio. Tem feito amigos por onde passa. Não perde oportunidade de mostrar sua inteligência e vivacidade de espírito. Não tem complexos raciais, religiosos e outros quaisquer. Encara o nórdico, o indiano, o canadense, o iugoslavo e o árabe como um igual. Sabe-se inferior a eles em alguns pontos e superior noutros. No jogo dos prós e contras, deixa para o BRASIL um saldo favorável. Seu conceito na FENU é muito bom, fiquem tranquilos os brasileiros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Faixa de GAZA não é um "inferno", mas está muito longe de ser um "paraíso". As condições climatéricas nos são adversas. No inverno, suporta o nosso soldado temperaturas iguais às do sul do BRASIL, dentro de barracas de lona; por mais pesado que seja seu sono, comumente acordará pela madrugada, com frio. No verão, quando de serviço, suporta temperaturas superiores às da GUANABARA, sem o consólo da sombra de uma árvore, do sorvete ou do refrêscos.

Marcha, às vezes por semanas seguidas, 50 a 100 km cada 7 dias. E marcha comumente sobre areia solta!

Apesar desse desgaste físico, retorna à pátria mais forte e mais confiante. Isso nos orgulha, nos faz acreditar mais em nossa eugenia.

Enfrenta alguns riscos, até de vida às vezes, e o tem feito com galhardia.

Tem oportunidade, única talvez em sua vida, de conhecer coisas e povos diferentes. Poderá inclusive ir à EUROPA. Para isso poderá acumular 3 dispensas de 7 dias, se se dispuser a passar 5 meses sem sair da Faixa de GAZA. Fará esse passeio por 1000 ou 1500 dólares americanos; se comedido, até por menos. Os casados (oficiais e sargentos) poderão fazê-lo com suas espôsas.

A FENU é indispensável à paz no Oriente Médio. Sem ela, é quase certo que teremos nova guerra entre árabes e israelitas. A intransigência recíproca é milenar e isso não se apaga com 9 ou 10 anos, idade da Fôrça. Dentro da Fôrça de Emergência das Nações Unidas e Btl SUEZ é uma peça preciosa. Vem cumprindo bem sua missão e continuará a fazê-lo. É uma honra servir nesse batalhão, seja o soldado profissional ou reservista.

Finalmente, lembramos aos nossos leitores, mais uma vez, que servimos no Btl SUEZ de Agô 58 a Dez 59. De lá para cá, comandantes e contingentes se sucederam. Muita coisa terá mudado, mas não nos pontos essenciais. Acreditamos, assim, que o que escrevemos poderá servir de guia aos futuros felizardos integrantes do Btl SUEZ.



DESPEDIDA

Este é o último número de A DEFESA NACIONAL, sob a responsabilidade da Direção que ora termina seu mandato.

A Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da CMECL, despedem-se por este meio dos leitores, assinantes, colaboradores, amigos da "Defesa", agradecendo-lhes a cooperação, o apoio, o incentivo que sempre receberam. Esperam haver-se desempenhado satisfatoriamente da missão recebida, mas estão certos de haver-se esforçado para conseguí-lo.

A Direção recém-eleita há de prosseguir, com muito êxito, na relevante tarefa cultural em que, há mais de meio século, vem-se empenhando vitoriosamente a nossa respeitável A DEFESA NACIONAL.

OS DIRETORES E CONSELHEIROS

UMA ESTRUTURA PARA AS COMUNICAÇÕES DE CAMPANHA

Maj Com (QEMA)
WILSON MACHADO

1. INTRODUÇÃO

O clássico desenvolvimento dos sistemas de comunicações ao longo das vias de transporte, interligando os vários comandos do escalão considerado, levou à estrutura das *comunicações por eixo*.

A moderna concepção das operações militares, no quadro da guerra sob condições nucleares, levou a uma nova estrutura: o *sistema de comunicações por área*.

Nos teatros de operações continentais, em que o emprêgo da arma nuclear é remotamente considerado, seria válida essa nova estruturação das comunicações? Ou o clássico sistema por eixo seria o mais indicado?

Procuraremos analisar o problema em causa.

Para o caso brasileiro, julgamos importante atentar ainda para os seguintes aspectos particulares:

- as comunicações, como Arma, se iniciam no Exército;
- no momento, buscam-se soluções para alguns dos problemas de comunicações;
- não há uma doutrina de emprêgo firmada: a ECEME estuda, atualmente, a concepção mais atualizada, sem ter chegado ainda a uma solução nacional. Outras escolas estudam a concepção clássica, que talvez exija atualizações para emprêgo em campanha.

Parece-nos oportuna uma definição a respeito.

2. A MODERNA CONCEPÇÃO DOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÕES

a. *Conceito de comunicações por área*

“O conceito de comunicações por área envolve a existência ou estabelecimento de centros de comunicações por toda a zona de ação da grande unidade, possibilitando o apoio aos elementos dispersos. Os centros de comunicações possuem grande mobilidade e são interligados por canais múltiplos, basicamente constituídos por circuitos de cabo hertziano, suplementados por transmissão múltipla. O emprêgo do cabo hertziano, ao invés dos circuitos comuns com fio, proporciona maior flexibilidade ao sistema, atendendo às características

de flexibilidade, mobilidade e dispersão das operações em campanha. Por outro lado, a interligação dos vários centros de comunicações possibilita caminhos alternativos para a transmissão de uma mensagem entre dois pontos, criando assim condições para que a destruição de um desses centros de comunicações não impeça a manutenção das ligações. A previsão de centros de comunicações diversos, com possibilidades de alternar as ligações entre eles, diminui a vulnerabilidade do sistema e aumenta, sobretudo, a flexibilidade de emprego. Essa organização repercute ainda sobre a liberdade de ação de comando, permitindo que as unidades e grandes unidades se desloquem por toda a zona de ação, sem solução de continuidade em suas ligações." (TE 11-0-1, 1966, ECEME).

b. Os equipamentos de comunicações

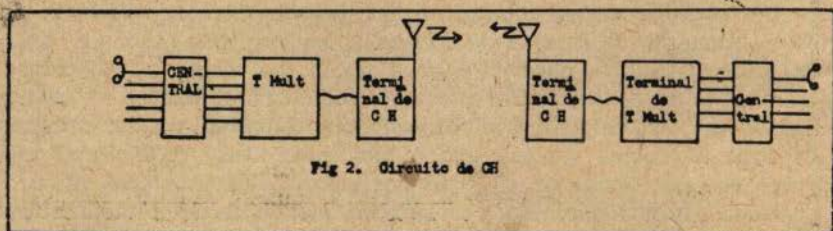
Nas comunicações por eixo, o sistema com fio é constituído, no escalão Divisão e inferiores, por circuitos que utilizam o fio de campanha, cada um proporcionando apenas um canal telefônico. Os cabos múltiplos têm aplicações limitadas. No escalão Exército aparece também o fio nu, de instalação mais especializada e muito demorada.

A base principal do moderno sistema por área está nos canais múltiplos, constituídos por circuitos de cabo hertziano (CH) e transmissão múltipla (T Mult).

Os equipamentos de T Mult (Fig 1) vieram proporcionar economia de meios e tempo no estabelecimento dos circuitos com fio. Com apenas um cabo é possível a uma série de assinantes falar simultaneamente, como se houvesse o lançamento de um circuito específico para cada dois telefones.



Os equipamentos de cabo hertziano (Fig 2) vieram substituir grandes trechos dos cabos utilizados nos circuitos de T Mult por



um feixe eletrônico dirigido. Permitem instalação mais rápida, independem de terrenos críticos e são grandemente flexíveis. Sofrem a limitação de terrenos elevados entre os terminais, exigindo o emprêgo de estações repetidoras quando isso ocorrer.

Além do sistema com fio, à base dos canais múltiplos, mantém a moderna concepção o sistema rádio, com um número apreciável de redes. Grande é a utilização dos equipamentos por teleimpressão — radioteletipos principalmente.

O sistema de mensageiros, aéreo e motorizado, ainda é insubstituível na condução de mensagens que não podem ser transmitidas por meios elétricos — ordens de operações, cartas, etc.

3. AS COMUNICAÇÕES NOS TO CONTINENTAIS

a. *Características das operações — Reflexos nas comunicações*

Os featos de operações continentais apresentam características particulares, que condicionarão as operações que aí se desenrolarem. Entre essas características, citemos algumas que mais profundamente repercutem nas comunicações e vejamos seus reflexos.

1) Largos espaços.

Acarretam:

- material de maior alcance;
- meios de comunicações móveis, que possibilitem uma grande flexibilidade no sistema;
- meios de comunicações que permitam integrar unidades dispersas;
- limitações no emprêgo do fio de campanha.

2) Precariedade e pequena disponibilidade de eixos.

Acarretam:

- localização dos postos de comando e, conseqüentemente, dos centros de comunicações ao longo dos eixos;
- necessidade de utilização de equipamentos facilmente transportáveis e rústicos;
- preponderância de equipamentos flexíveis (rádio, cabos hertzianos, etc.);
- necessidade de emprêgo de equipamentos de maior alcance, para cobrir a possível deficiência na localização dos C Com.

3) Infiltrações, guerrilheiros e sabotadores.

É uma possibilidade sempre presente. Exige:

- providências para a segurança das instalações e das linhas de comunicações; deverão ser evitadas, tanto quanto possível, instalações isoladas (tais como estações repetidoras, etc.);

- um sistema flexível, de tal forma que a destruição de um C Com não acarrete interrupção da ligação; para isso, deve haver caminhos alternativos para a comunicação entre dois pontos;
- um sistema baseado em equipamentos móveis, para assegurar o rápido deslocamento de um lugar, tão logo seja necessário;
- reserva de material.

4) Pessoal especializado.

Uma deficiência normal é a dificuldade na preparação de pessoal especializado, particularmente face ao nível cultural e técnico da maioria da população. Se há dificuldade na preparação, ela deverá acarretar problemas no recompletamento. Reflexos:

- poderá impor limitações nos tipos e quantidades de equipamentos, bem como no número de unidades de comunicações;
- poderá acarretar deficiências na exploração do sistema, com conseqüências na manutenção, na eficiência e na segurança de exploração.

Esses reflexos poderão exigir:

- a intensificação da instrução de comunicações, visando a atenuar a restrição;
- o emprêgo de equipamentos mais facilmente exploráveis (mais modernos, portanto) e de manutenção por substituição de unidades componentes;
- o equipamento imediato das unidades com material, para a formação da reserva;
- a previsão de largo emprêgo dos radioamadores.

5) Pequena disponibilidade de recursos.

Poderá:

- à semelhança de outros fatores, impor limitações nos tipos e quantidades de equipamentos, bem como no número de unidades de comunicações;
- levar a uma centralização maior dos equipamentos;
- levar a uma padronização e simplificação do material necessário;
- impor um grande aproveitamento dos recursos locais.

6) Características peculiares a algumas áreas dos TO.

As características diferentes das várias partes do continente levam-nos a prever vários tipos de TO continentais. Assim, o TO Amazônico tem características distintas do TO Nordeste, do TO Sul, etc. O TO Centro-Sul, abrangendo a área Rio — São Paulo — Minas Gerais, talvez tenha características aproximadas dos TO europeus. Essas características peculiares poderão levar à diversificação de material ou especialização de unidades de comunicações. Ressaltarão, no mínimo, a necessidade de adaptação das organizações, do material e das técnicas de emprêgo das comunicações.

b. *Síntese*

Em síntese, talvez pudéssemos dizer que as comunicações nos TO continentais devem organizar-se atendendo, tanto quanto possível, aos seguintes aspectos:

1) Sistemas de comunicações:

- flexíveis;
- organizados de molde a poderem ser empregados dispersos no terreno;
- necessidade de previsão de grande aproveitamento dos sistemas civis existentes.

2) Equipamentos de comunicações:

- móveis;
- de grande alcance;
- boa rusticidade;
- fácil operação e fácil manutenção;
- tipos padronizados;
- quantidades limitadas;
- previsão de grande aproveitamento dos equipamentos existentes ou produzidos na área.

3) Unidades de Comunicações:

- número limitado;
- capacidade de adaptarem-se a TO diferentes.

4. UMA ESTRUTURA PARA AS COMUNICAÇÕES

a. *Exemplo ilustrativo*

A título de ilustração, vejamos um esquema bem simples de um caso adequado às nossas operações, em que procuraremos comparar o sistema por eixo e o sistema por área.

Suponhamos um Exército numa ação ofensiva, com o dispositivo e a organização constantes da Fig 3. O sistema de comunicações, para atender à operação planejada, em sua clássica estruturação por eixo, poderia ter uma configuração semelhante à apresentada na Fig 4. Numa estruturação por área, a configuração do sistema poderia ser, numa concepção simples, a apresentada na Fig 5.

Analisemos as duas estruturas, à luz dos aspectos já levantados para as operações em TO continentais.

b. *Comunicações por eixo*

1) Quanto aos sistemas:

- não apresenta a característica de flexibilidade, de vez que qualquer mudança na localização dos vários elementos implicará na necessidade de instalação de novos circuitos;

- quanto mais dispersas as unidades ou quanto mais larga a zona de ação, maior o consumo de material e maior o tempo de instalação.

2) Quanto aos equipamentos:

— não é econômico o emprêgo da T Mult ou CH na ligação entre os PC das GU e U, face ao grande número de equipamentos necessários para ligar todos os elementos, dois a dois. Assim, a maioria das ligações pelo sistema com fio será feita através o fio de campanha. A mobilidade e o alcance serão, então, aspectos bastante prejudicados. As demais características talvez possam ser atendidas.

3) Quanto às unidades de comunicações:

— a análise feita para os sistemas pode nos levar à necessidade de um maior número de unidades de Com, principalmente para diminuir o tempo de instalação dos sistemas.

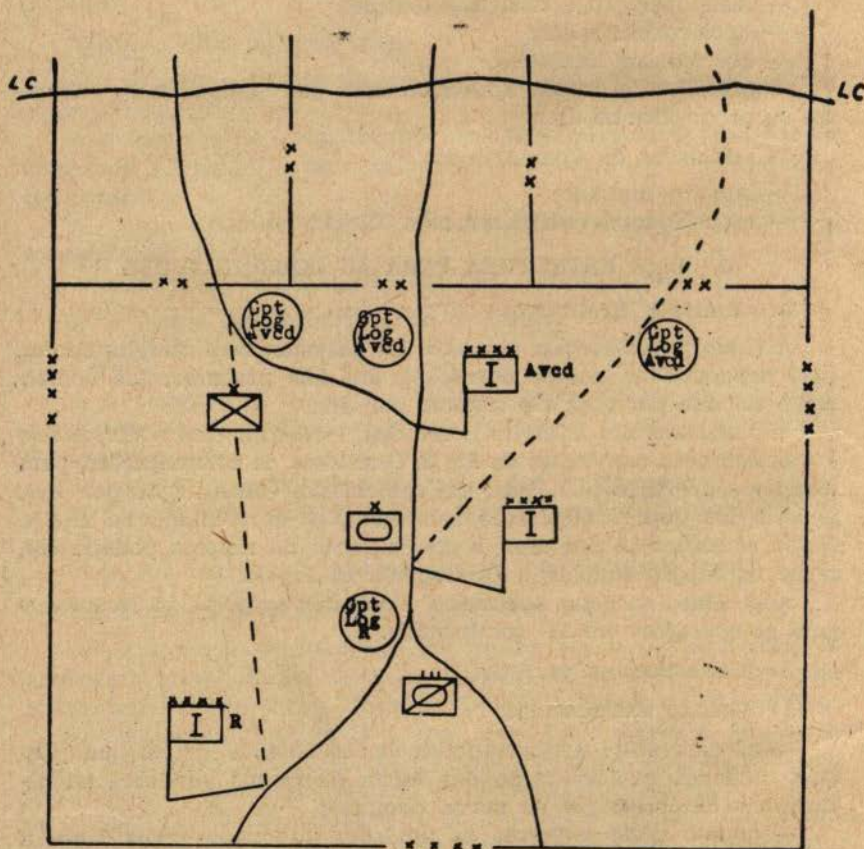


Fig 3 - Dispositivo do Exército

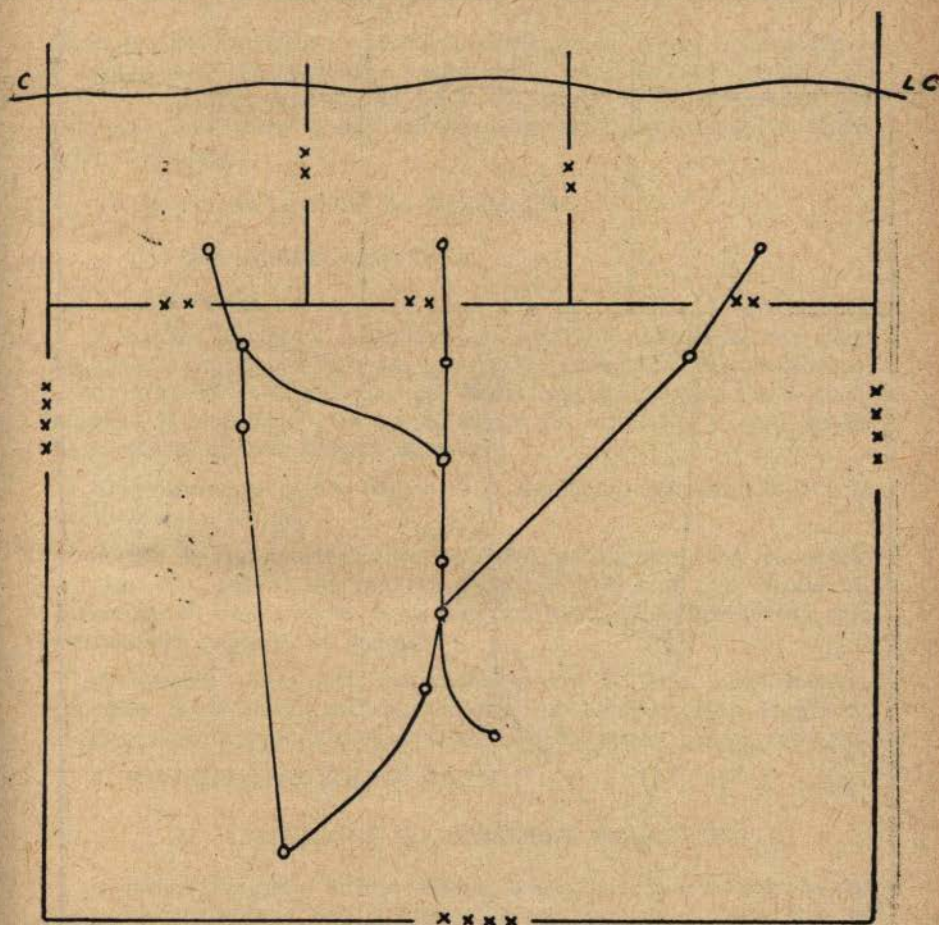


Fig 4 - Configuração do sistema por eixo

c. Comunicações por área

1) Quanto aos sistemas de comunicações:

— dá grande flexibilidade às comunicações, principalmente face à relativa independência entre os C Com Área e as GU ou unidades. O deslocamento de uma GU ou U de uma parte para outra da área do Exército, nenhuma modificação trará à estrutura, de vez que a GU ou U é integrada no sistema através o C Com Área mais próximo;

— a dispersão das unidades face aos grandes espaços encontra no sistema por área uma solução mais econômica do que no sistema por eixo, de vez que os C Com Área podem localizar-se a distâncias dadas pelo limite de alcance do equipamento empregado e entre dois déles

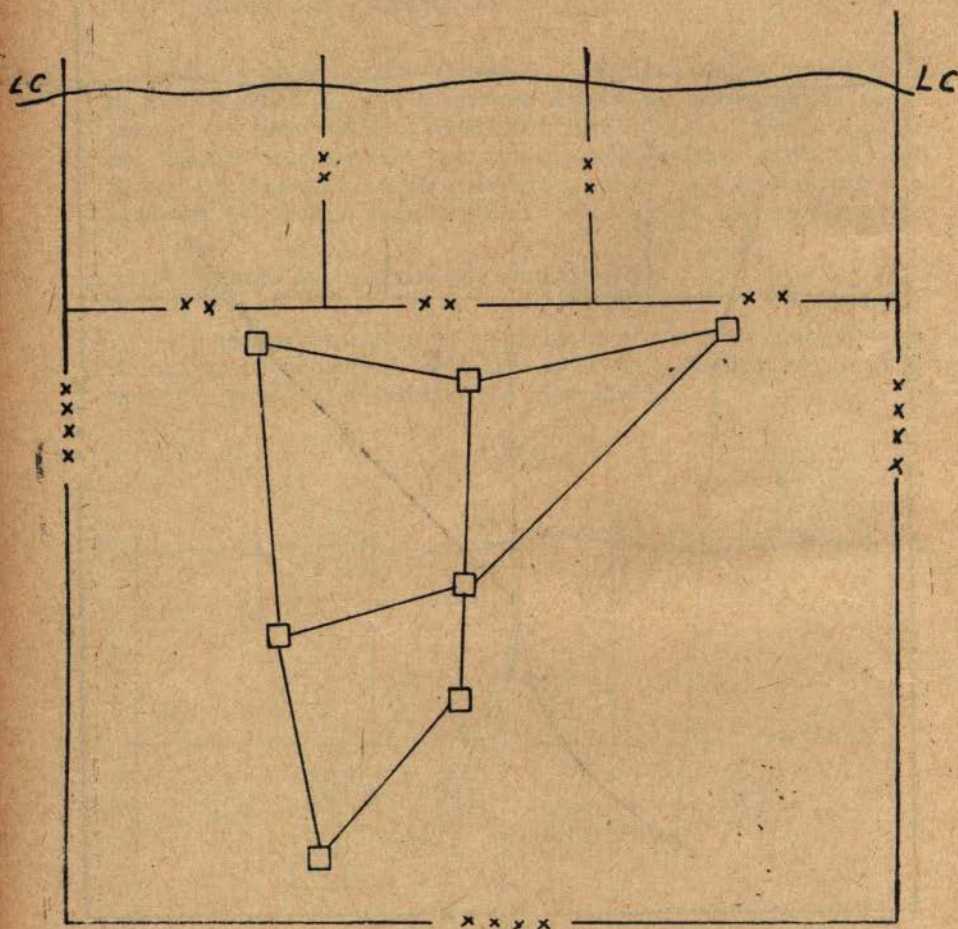


Fig 5 - Configuração do sistema por área

haverá apenas uma ligação, com o número de canais exigido pelas necessidades. Já no sistema por eixo, cada dois elementos exigirão uma ligação específica entre os mesmos.

2) Quanto aos equipamentos:

— emprega largamente o cabo hertziano, que possui a grande vantagem da mobilidade e rápida instalação; a transmissão múltipla complementa o cabo hertziano, principalmente em operações mais estabilizadas;

— a maior complexidade da instalação e da manutenção dos equipamentos são desvantagens que se apresentam; contudo, poderão ser

atenuadas com o início imediato de formação da reserva. Além disso, a existência de equipamentos equivalentes no meio civil (sistema de ondas portadoras, microondas, VHF, etc.), hoje muito difundidos nas empresas telefônicas e nas grandes empresas particulares, é outro fator atenuante.

3) Quanto às unidades de Comunicações:

— não tem reflexos apreciáveis.

d. Conclusão

A análise das duas estruturas nos leva à conclusão de ser mais adequada ao emprego, também nas operações em teatros continentais, a estrutura de comunicações por área, face principalmente à flexibilidade, à mobilidade, ao menor tempo de instalação e ao grau de eficiência que tal sistema apresenta.

O equipamento básico será o cabo hertziano, complementado pela transmissão múltipla.

A fim de não incidir muito no problema financeiro, é necessário que seja estruturado um sistema de canais múltiplos que atenda basicamente às necessidades essenciais, empregando equipamentos com um número pequeno de canais.

O sistema rádio será normalmente um sistema complementar. As redes rádio devem ser organizadas com equipamentos de grande alcance. Seu número, porém, deve ser restrito a um mínimo essencial.

O mensageiro terá seu uso normal.

5. APLICAÇÕES AO PROBLEMA BRASILEIRO

É necessário que o *fator eficiência* seja considerado na solução dos presentes problemas das comunicações de campanha. Para isso há que se realizar um planejamento global, em que o objetivo a atingir fique claramente expresso.

Naturalmente, o problema econômico irá impor limitações. Por isso mesmo, ressalta a necessidade de um planejamento global.

O sistema de comunicações por área implica no emprego de equipamentos caros: terminais de transmissão múltipla, cabos coaxiais, terminais de cabo hertziano, etc. Contudo, o estabelecimento de prioridades permitirá atender à eficiência desejada e às restrições impostas pela situação econômica.

Por último, cumpre lembrar que a indústria nacional produz equipamentos semelhantes para o meio civil: os multiplex telefônicos, usados nos sistemas de ondas portadoras da CETEL, e os sistemas de VHF, inadequadamente chamados de microondas, usados por várias empresas telefônicas do Nordeste — todos eles produzidos pela indústria nacional, são alguns dos exemplos que poderíamos citar.

POR QUE SE DEVE ANUNCIAR EM "A DEFESA NACIONAL"

- 1 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque:
 - a) ela circula em todos os Estados do Brasil;
 - b) seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de assinantes;
 - c) depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica, é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas puramente mundanas; e
 - d) vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.
- 2 — Se sua existência de 52 anos não fôsse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra recomenda "A Defesa Nacional" ao interesse do Exército, em face de sua utilidade incontestável para as Classes Armadas.

TABELA DE ANÚNCIOS

(a ser revista)

<i>Página</i>	<i>NCr\$</i>
Inteira	90,00
1/2	60,00
1/4	40,00
2ª capa	110,00
3ª capa	120,00
Contracapa	130,00

Observações :

Clichês à parte.

Matéria redigida: mais 100%.

LINCOLN E KENNEDY

(HOMENS — SÍMBOLOS DE CADA GERAÇÃO)

Cel Art (QEMA)

GERMANO SEIDL VIDAL

A História da Humanidade, vale dizer a de multimilhões de criaturas, registra a vida de alguns homens-símbolos, cuja passagem terrena deixou marcas indeléveis.

Propomo-nos justificar por que Lincoln e Kennedy desfrutaram daquele qualificativo, em duas gerações separadas de um século.

Abraham Lincoln nasceu pobre numa cabana de madeira de lenhadores na pátria onde explodiram os primeiros gritos pela liberdade e pelos direitos do homem contra a autocracia egressa dos tempos medievais. O menino Abraham não teve educação regular e aprimorada. Auto-educou-se. Trabalhou àrduamente até chegar a formar-se advogado. De maneiras simples, desleixado nos trajes, mais parecia um pioneiro do Oeste americano que um homem fadado a guiar os destinos do seu país numa de suas fases mais difíceis. Tornou-se político e ascendeu à Presidência em 1859, enfrentando preconceitos e privilégios enraizados na novel nação, até a "última ratio" — a Guerra Civil. A Guerra de Secessão Americana, entre o Norte industrial e próspero e o Sul agrícola e pobre, mantinha como pomo de discórdia a questão abolicionista.

Incompreendido por muitos, Lincoln enfrentou a luta fratricida e cruenta, deixando o seu pensamento gravado no célebre Discurso de Gettysburg, proferido no campo onde quatro meses antes 20 mil homens haviam se imolado lutando pela Confederação ou pela União.

"Há 87 anos, dizia êle, nossos pais criaram neste continente uma nova nação, concebida na liberdade e dedicada à proposição de que todos os homens são criados iguais."

Era a reafirmação de toda a grandeza de seu caráter na exigência de uma liberdade para todos e não para alguns.

E adiante:

"O Mundo não prestará muita atenção, nem recordará por muito tempo o que aqui dissermos; mas não esquecerá nunca o que aqui fizeram êsses homens."

Era meio dia de 19 de novembro de 1863, no recém-inaugurado Cemitério dos heróis da guerra, e os repetidos "aqui" do orador tinham a força de obsessão de quem buscava uma lição perene dos que se digladiaram até as entranhas da carne para defender suas idéias — umas absurdas, outras razoáveis — mas ambas intransigentes e radicais, sem compaixão, sem piedade...

E concluiu naquele evento o grande líder:

"Somos antes nós, os vivos, que devemos comprometer-nos aqui a consagrar esta tarefa — ainda inconclusa — que eles com tanta nobreza prosseguiram até aqui. Somos antes nós que devemos comprometer-nos aqui à grande tarefa que nos espera:.....; que aqui resolvamos nós que estes mortos não morreram em vão; que esta nação terá, sob a proteção de Deus, um renascimento de liberdade, e que o governo do povo, pelo povo e para o povo, não desaparecerá da terra."

A multidão de 15 mil pessoas em Gettysburg recebeu friamente o discurso de nove minutos, desapontando o orador quanto às suas pretensões. Mas, pouco a pouco, esse mesmo povo foi compreendendo a retórica usada e tomando consciência dos anseios de Lincoln, sendo hoje uma página gravada de cor por todo americano e esculpida na pedra no majestoso "Lincoln Memorial", em Washington.

A 14 de Abril de 1865, enquanto o público explodia em risadas na semi-escuridão de um teatro, John Wilkes Booth, um ator que brilhava na ribalta, deu um tiro na parte posterior da cabeça de Lincoln, que faleceu nove horas depois.

O seu desaparecimento engolfou as paixões, mas apressou a unidade americana. Seu legado ao Mundo Moderno está na conceituação de que a democracia é o regime de liberdade para todos e cujo poder emana do povo. Completando a definição de Thomas Cooper (1795) do "Governo do povo e para o povo", Lincoln colocou o "pelo povo", impedindo que se declarassem democratas aqueles que se alegando tutores do povo exercessem as odiosas tiranias dos governos totalitários. É este o símbolo que eternizou Lincoln nas gerações seguintes.

* * *

John Fitzgerald Kennedy nasceu numa rica família de católicos descendentes de irlandeses e formou-se pela Universidade de Harvard. Aos vinte anos, como filho e secretário do embaixador norte-americano em Londres, aprimorou sua educação na corte inglesa, em contato com a requintada representação diplomática de outros países naquela capital. Nessa época, visitou a França, Polônia, Alemanha, Rússia, Turquia e Palestina, na qualidade de observador diplomático.

Na guerra, comandou o PT-109 — pequena embarcação que serviu de teste ao líder e ao herói. Durante um combate, próximo às ilhas Salomão, seu barco foi cortado ao meio por um contra-torpedeiro japonês e o jovem Kennedy teve que nadar 45 minutos para atingir uma ilha, agravando seu mal na espinha, fraturada antes num acidente.

Iniciou sua carreira política aos 29 anos, eleito Senador pelo Partido Democrata. Representava a elite norte-americana que nunca tinha tido poder político, aquela que estudara nas Universidades, era viajada, tinha bom gosto e, acima de tudo, usava a inteligência no diagnóstico e na solução dos problemas internos e na consecução da estratégia mundial da Democracia.

Como Senador, foi o anti-Mc Carthy; combinava o pragmatismo com o idealismo e identificava as forças sociais que, despertadas nos gritos de liberdade americana, explodiram na Revolução Francesa e se acham hoje potencializadas pelas falácias marxistas-leninistas.

Em pleno vigor físico, com maciça experiência política e notável cultura humanista assimilada em volumosa literatura, assumiu em 1960 a Presidência dos EE.UU.

“Tinha crença apaixonada na democracia como revolução pacífica permanente, procurando sempre novas fronteiras para o espírito humano livre. E acreditava na missão de seu país como líder dessa revolução, liderando não pela conquista, mas pelo exemplo e pela persuasão” (in “A era de Kennedy” — Lincoln Gordon).

Cercado de intelectuais, estabeleceu seu programa de ação. Os assuntos científicos, tecnológicos, sociológicos e econômicos eram tratados por peritos de alto gabarito, integrantes, na sua maioria, da nova geração americana.

Embaixadas e ministérios foram entregues a essa pléiade de professores, historiadores, sociólogos e economistas.

Não somos nós que devemos julgar os 34 meses do Governo Kennedy, na nação mais poderosa do Mundo Livre. Examinemos, todavia, os fatos marcantes, conhecidos da opinião pública mundial, tal a repercussão com que a imprensa os consagrou. Destaquemos, inicialmente, as medidas tomadas no âmbito interno dos EE.UU.

A maior de todas, com grande influência internacional, foi sem dúvida a luta contra a intolerância e discriminação raciais. Os vestígios remanescentes dessa chaga social fazem-nos lembrar as atitudes de há cem anos passados, do outro líder focalizado, Abraham Lincoln, e deixam, hoje, os EE.UU. em difícil posição para uma autêntica liderança, em nome da civilização livre.

A sua posição contra as exigências dos belicistas, poderosos capitães da indústria do aço americanos e seus comparsas, reafirmou a inteireza de caráter do ganhador do Prêmio Pulitzer 1957, com o livro “Profiles in Courage” — onde sobreleva a coragem diante das pressões.

Tomou medidas para a unificação da logística das FF.AA, cuja falta de integração dava ensejo a uma perdulária demonstração de abastança — e dos planos tecnológicos dos protótipos bélicos (como o famoso caso do avião FTX).

No campo político-administrativo interno, são conhecidas, ainda, as seguintes providências: fortalecimento da estrutura educacional, provisão de maior bem-estar para a velhice, renovação de centros urbanos e programas de treinamento para qualificar a mão-de-obra nacional diante da constante automação dos meios de produção, em face do problema do desemprego.

Na Europa, Ásia e África, deixou o sinal de sua estratégia inteligente. Ajudou a países neutros e comunistas (Iugoslávia e Polônia), sem exigir alianças militares. Apoiou moral e materialmente movimentos reformistas em várias partes daqueles continentes, visando ao bem-estar social. Optou pelo neutralismo do Laos. Manifestou-se, finalmente, contra o governo antipopular de Diem, no Vietnã do Sul. Negociou o Tratado de Moscou sobre a proscrição das provas atômicas na atmosfera, sobrepondo-se às pressões de De Gaulle e dos alemães, tendo a coragem de dizer a respeito em discurso, a 16 de junho de 1963:

“O Primeiro-Ministro Krushev, o Primeiro-Ministro Mc Millan e eu concordamos em que as discussões de alto nível deverão começar brevemente em Moscou, visando a um acôrdo inicial na questão das provas atômicas. Nossas esperanças devem ser temperadas com a prudência que a História recomenda. Com nossas esperanças, porém, caminham as esperanças de toda a humanidade.” — “Com o objetivo de deixar bem claro a nossa boa fé e convicção solene sobre o assunto, quero afirmar neste momento que os EE.UU não realizarão qualquer experiência nuclear na atmosfera, enquanto outros países fizerem o mesmo. Não seremos os primeiros a recomençar essas experiências. Esta declaração não é um compromisso formal de tratado, mas espero que nos ajudará a alcançá-lo. Tampouco um tratado significará o desarmamento, mas espero que nos ajudará a alcançá-lo.”

Quanto à comunidade americana, Kennedy apoiou a filosofia de seus “experts”, constantes de dois Relatórios, um subscrito por 30 intelectuais, liberais e homens de negócios progressistas, e outro de um grupo do Pentágono, que passou a constituir o núcleo da chamada “Latin America Task Force.” As recomendações contidas nesses documentos, inteiramente divergentes da política míope de administrações anteriores, constam do seguinte:

- 1) dar ênfase ao planejamento de âmbito nacional, a longo prazo, até então olhado com desconfiança, como prática socializante que não deveria ser estimulada;

- 2) advogar reformas estruturais, como a agrária, até então considerada como exclusivo anseio de temidos grupos esquerdistas latino-americanos, na América Latina, como por exemplo a APRA no Peru;
- 3) reconhecer o papel primordial e pioneiro do capital público no desenvolvimento econômico da América, área tradicionalmente reservada à iniciativa privada;
- 4) advogar empréstimos públicos a empresas estatais, inclusive de petróleo;
- 5) propor a adesão dos Estados Unidos a esquemas de estabilização dos mercados de produtos primários, sobretudo de café;
- 6) reconhecer o importante papel da industrialização no processo de desenvolvimento latino-americano; e
- 7) dar menor importância aos ditados ortodoxos em matéria de política monetária, refletindo a mudança da política interna, dos republicanos, fiéis aos dogmas de *balance-your-budget*, para os democratas, mais interessados no ritmo e crescimento econômico." ("Aliança para o Progresso," de Marcílio Marques Moreira, publicado no Jornal do Brasil, de 27-10-63).

Tais conceitos acham-se objetivados na Carta de Punta Del Este "estabelecendo a Aliança para o Progresso dentro da Operação Pan-Americana", cujos resultados, infelizmente, não lograram êxito maior, talvez pela pressão do Congresso Americano e dos interesses econômicos particulares de americanos, do que pelos anseios de Kennedy e seu qualificado "staff".

O caso cubano mostrou que o jovem líder democrático aliava à sua estratégia uma tática realista e corajosa. Sem pretender medir os erros de seus predecessores no apoio ao déspota Fulgêncio Batista, no engodo da revolução fidelista, abraçando o marxismo, a Kennedy coube duas atitudes: a 1ª assumindo a responsabilidade pela frustrada invasão de Cuba em 1961, e a 2ª, na crise de outubro de 1962, quando determinou o bloqueio de Cuba e convenceu os soviéticos a recuarem de seus desígnios bélicos nas costas americanas da conturbada zona do Mar das Caraíbas.

A idéia de conter o comunismo, no seu programa de expansão mundial, por um "cordão sanitário" constituído de bases americanas em torno da atual cortina de ferro, mostrara-se incapaz de vencer a luta ideológica, fomentadora de guerras revolucionárias a que estão sujeitas as nações subdesenvolvidas. Assim, a estratégia kennediana vislumbrou o fortalecimento do Mundo Livre através do exercício real, efetivo e eficiente da democracia naqueles países.

Eis em rápidos traços o que sentimos do Governo Kennedy. Ele, o líder, deixou aos seus compatriotas e ao Mundo uma página magis-

tral, versão nova, atualizada e profética, como o discurso de Gettysburg, há um século.

Seu discurso de posse embevece o espírito e carrega esperanças para os homens de todos os quadrantes do globo.

Diz êle, de início:

"Hoje, o mundo é muito diferente. Porque o homem retém em suas mãos mortais o poder de abolir toda forma de vida humana. Contudo, continuam ainda em litígio em todos os recantos do globo as mesmas crenças revolucionárias pelas quais lutaram nossos antepassados — a crença de que os direitos do homem não emancam da generosidade do Estado, mas das mãos de Deus."

Era a afirmação de quem, crente em Deus, sabe que o homem — centelha divina — tem direitos inalienáveis e imperecíveis, apesar de todos os megatons que a volúpia da autodestruição conseguiu reunir, provar, ativar e prometer disparar — sem qualquer outro sentido que o da morte total, global e definitiva do Homem na Terra.

Aos povos menos afortunados abriu uma réstea de luz, como um laivo de esperança às suas aspirações, dizendo:

"Aos que vivem em choças e aldeias, em metade do globo, lutando por romper as cadeias da miséria, prometemos nossos melhores esforços para ajudá-los a se ajudarem, durante o tempo que fôr preciso, não porque os comunistas o estão fazendo, não porque queremos seus votos, mas porque é justo. Se a sociedade livre não puder ajudar os muitos que são pobres, não poderá jamais salvar os poucos que são ricos."

Aos povos americanos prometeu um neomonroísmo, onde o respeito mútuo e a preservação da autonomia dos Estados fôsse a marca das alianças, numa mensagem de compreensão e verdadeira fraternidade continental.

"As repúblicas irmãs ao sul de nossas fronteiras fazemos uma promessa especial — de transformar nossas boas palavras em atos bons, numa nova aliança para o progresso; de ajudar os homens e governos livres a se libertarem das cadeias da miséria. Entretanto, esta pacífica revolução da esperança não se pode tornar uma prêsa de potências hostis. Que saibam todos os nossos vizinhos que nos uniremos a êles na oposição à agressão e subversão, em qualquer parte das Américas. E que saiba toda outra potência que êste hemisfério pretende continuar dono de sua própria casa."

E, finalizou o grande Presidente, em apêlo ecumênico:

"Assim, pois, compatriotas, não pergunteis o que o vosso país pode fazer por vós e sim o que podeis fazer por vosso país. Concidadãos do mundo: não pergunteis o que os Estados Unidos podem fazer por vós e sim o que podeis fazer juntos pela liberdade do Homem. Finalmente, sejais cidadãos norte-americanos ou cidadãos do mundo, esperai de nós o mesmo alto nível de força e sacrifício que esperamos de vós. Com uma consciência tranqüila como única recompensa, com a História como juiz final de nossos atos, marchemos avante para guiar a terra que amamos, implorando a bênção e a ajuda de Deus, porém sabendo que aqui na Terra o trabalho de Deus deve ser, na realidade, o nosso próprio trabalho."

Na tragédia de Dallas, ocorrida às 14.00 horas de 22 de novembro de 1963, morreu um homem-símbolo desta geração. O sicário que quis mudar o curso da História, com um tiro de fuzil à distância e pelas costas de sua vítima, terá atingido seus maus designios? Ou os EE.UU e a Humanidade aprenderão depressa as lições deixadas pela clarividência de Kennedy?

* * *

As lições dos homens como Abraão Lincoln e John Kennedy são eternas e se assentam nas virtudes de caráter que fazem dos líderes os obreiros da civilização em marcha. E a criação humana, para ser perene, precisa estar ajustada às máximas morais que diferenciam o homem-animal do homem-espírito. Agora mesmo, assistimos ao gigantesco movimento do neto de Gandhi, o jovem Raymohan, o qual busca, através de uma revolução pacífica de milhões de indianos, criar uma "nova ordem social onde o homem não mais defraude, insulte, adule, corrompa e explore seus semelhantes; onde homens e mulheres vivam como filhos e filhas de Deus"!

BURRO MESMO...

Há uns trinta anos, comandava um Regimento de Cavalaria, no Rio Grande do Sul, certo Coronel à antiga, ciosíssimo de suas responsabilidades de chefe.

Pois o velho Coronel não brincava em serviço. Havia uns aspirantes estagiando na unidade, e sobre eles deveria ser emitido o conceito sintético.

O Asp X era dos mais esforçados, mas sua inteligência não o ajudava.

Ao preencher a ficha de X, o nosso Coronel procurou ser justo e preciso. E registrou: "O Asp X... mas é burro. *Burro mesmo*".

(Relatado pelo General Carlos Alberto da Fontoura)

REPRESENTANTE!

A Revista precisa manter ligação mais constante e íntima com o senhor. Pretende fazê-lo, mas necessita da sua máxima cooperação. Assim, para iniciarmos nova fase de entendimento entre a Redação e o Representante pedimos-lhe comunicar-se conosco, com a possível brevidade e preferentemente por carta, informando-nos detalhadamente da situação da Revista na sua Unidade. Esperamos, também, a sua colaboração, não somente no tocante a sugestões para melhoria da nossa "A Defesa Nacional", como também no envio de matéria para publicação. Estamos às ordens, aguardando sua palavra.

A ALALC E OS PRINCIPAIS ASPECTOS DO COMÉRCIO NA AMÉRICA DO SUL

Ten-Cel Inf (QEMA)

HELY DE ANDRADE PIRES (*)

RETROSPECTOS

O Comércio, na realidade, tem sido a mola mestra do progresso em todo o mundo, desde que o homem sentiu a necessidade de realizar as trocas das utilidades que lhe sobravam pelas que lhe faltavam, completando sua vida naquilo que presumia ser seu ideal de felicidade ou bem-estar material.

A simples troca de objetos, com o aparecimento do dinheiro passou a ser melhor regulada e trouxe consigo uma idéia de lucro, permitindo que essa atividade que nascia, em pouco tempo se tornasse preponderante e indispensável, evitando que o consumidor entrasse em contato direto com o produtor, geralmente instalado em local distante dos centros de consumo, e reduzindo a ambos a perda de tempo e trabalho.

Tanto progrediu que, atualmente, é impossível a indivíduos isolados, grupos humanos, nações ou grupos delas sobreviverem sem comércio que, mesmo precário, não lhes permita um intercâmbio mínimo das utilidades indispensáveis.

Tudo que se produz é feito com a finalidade de comerciar, já que normalmente o produto excede as necessidades individuais do produtor.

As indústrias, as atividades agrícolas, pecuárias, mineiras, os transportes, as comunicações, as atividades sociais e até mesmo as governamentais, encerram no fundo a idéia do comércio ou de seu controle em benefício da coletividade. Realizar trocas em condições que satisfaçam produtores e consumidores de modo a desenvolver os grupos participantes, dando-lhes cada vez maior incremento nos negócios, bem-estar social e segurança, é o objetivo atual do co-

(*) Esta monografia foi preparada quando o autor cursava o 3º ano da ECEME, em 1965. É baseada em artigos publicados em jornais e revistas do Rio, destacadamente "Diário de Notícias", "O Globo", "Correio da Manhã" e "Visão"; bem como, em especial, nos trabalhos de autoria dos Srs. Henrique Vale ("ALALC: realizações e perspectivas") e Maj Níaze Almeida Gerude ("ALALC").

mércio. Como de certa forma ninguém pode se considerar fora das atividades comerciais, conclui-se que êsse objetivo é também universal.

Foi o comércio que na antiguidade levou os fenícios a enfrentar o mar desconhecido e já no século XV ensejou a descoberta do Novo Mundo.

Sobre êste último fato faremos as considerações que se seguirão.

DESCOBERTA DO NOVO MUNDO

As grandes descobertas foram ensejadas pelas atividades econômicas. Não apenas a busca de novos mercados como também a falta momentânea ou dificuldades de alguns dêles.

Desta forma, vemos Espanha e Portugal se lançarem ao mar na procura de novos caminhos para as Índias, mercado mundial, já que bárbaros se haviam apossado das principais regiões de trânsito e eram francamente hostis.

Esse incentivo levou os países mais prejudicados a expandirem suas frotas marítimas e incrementar suas pesquisas geográficas e ao aperfeiçoamento da navegação de alto-mar, tudo com os resultados altamente positivos que já conhecemos.

Descoberta a América, as primeiras atividades que aqui se procederam tiveram como objetivo a posse da terra e o aproveitamento imediato de tôdas as riquezas e produtos aqui encontrados. O sistema colonial que para aqui se transportou, com seu rígido controle através do monopólio, visava principalmente às atividades comerciais.

Na América espanhola, vemos inicialmente a depredação e confisco dos tesouros indígenas e em seguida a extração mineira que veio a se tornar principal.

Já na América portuguesa, à falta inicial da descoberta de ouro e enquanto, com todo afã, se procedia à sua busca, teve início a expansão territorial e a exploração da agricultura.

No Sistema Colonial vigente em ambas as Américas era comum, contudo, o rígido monopólio estatal, mais rígido ainda na América espanhola, onde os próprios núcleos coloniais eram proibidos de comerciar entre si. Tentava-se justificar êsse controle pela necessidade de restringir ao máximo o contrabando e de dar proteção às frotas pela existência de mares infestados de piratas, e que realmente ocasionavam graves prejuízos às metrópoles. Isso era mais ainda agravado pela política externa adotada pelos países descobridores, baseada quase sempre em interesses dinásticos na Europa, realizados à base de alianças que tinham o inconveniente de atrair sobre a América a cobiça e a ação predatória dos outros países que por qualquer motivo se colocavam em campo oposto. Isso só podia agravar

cada dia mais a situação das colônias, cuja economia se combalia dia a dia, embora as metrópoles pudessem apresentar uma situação de relativa abundância.

A primeira metade do século XIX marcou a etapa definitiva na emancipação dos povos latino-americanos, consequência dos exemplos observados na França e Estados Unidos da América, onde o povo, não suportando mais o tácio opressor das classes privilegiadas, e já politicamente amadurecido, resolveu por conta própria decretar sua maioridade, como país. A consequência foi a explosão de liberdade que roubou à Espanha e Portugal as mais preciosas jóias de suas coroas.

Os novos países independentes trouxeram, contudo, como herança, um grande acervo de erros, omissões, visões deformadas da realidade econômica e um anseio de liberdade tão grande e por isso mesmo difícil de satisfazer, quanto o fôra o jugo tirânico que sofreram. Esses fatos vieram produzir na estrutura econômica dos países libertos, os seguintes aspectos negativos, refletindo-se particularmente no seu comércio, que podemos definir como o próprio sangue da economia :

- Produção concorrente em muitos dos novos países ;
- Produção mineral dependente de beneficiamento no estrangeiro, passando a depender dos preços oferecidos pelos países mais industrializados, e assim inferiorizados no momento de impor condições justas ;
- As lutas pela definição das fronteiras, geralmente em torno das economias mais desenvolvidas; as lutas pelo poder, irato da imaturidade política; as distorções administrativas, etc., agravaram de modo sensível a já debilitada economia e criaram antagonismos que permanecem até os dias atuais ;
- A deficiência em ligação e transportes provocaram o isolamento de certas regiões ou mesmo o seu enclausuramento, tal como aconteceu ao Paraguai e Bolívia ;
- A falta de capitais que apoiassem as iniciativas geradoras de progresso, — tudo isso concorreu para o abaixamento de nível de vida e a estagnação que atualmente se conhece sob o requinte vernáculo de "subdesenvolvimento".

O século XX, caracterizado pelas grandes causas, grandes descobertas e grandes empreendimentos, teve talvez como principal descoberta, a do valor real da pessoa humana. Pela primeira vez se proclamou e se codificou esse valor perante o mundo, nas assembléias da ONU e da OEA. Estas entidades também foram fruto da percepção dos estadistas deste século e também nasceram do avanço ideológico do mundo no sentido de preservar a paz e a harmonia entre as nações, elevando seus padrões de economia e cultura, tendo por base comum a liberdade em sua forma mais autêntica: a democracia.

Segundo esses princípios, terminada a guerra de 39/45, vemos o esforço conjunto de vencedores e vencidos no sentido de levantar as economias destruídas das potências derrotadas, quadro bem diverso de antigamente, quando a tradição era jungi-las às dívidas de guerra. Desta feita surge o "Plano Marshall" e pouco tempo depois, mirados em seu exemplo, surgem algumas alianças, puramente econômicas, com a finalidade de, pela união, facilitar a resolução dos problemas econômicos dos interessados. Desta forma surgem as entidades denominadas BENELUX (1948), MERCADO COMUM EUROPEU, COMUNIDADE EUROPEIA DO CARVÃO E DO AÇO (1951), COMECOM (países socialistas), ASSOCIAÇÃO EUROPEIA DE LIVRE COMÉRCIO (1959, reunindo Áustria, Dinamarca, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e Reino Unido), etc.

Esses blocos econômicos, cada um buscando a defesa e a integração de seus interesses, criaram um problema de monopólio de mercados prejudicial aos não associados, que como solução não têm outra alternativa senão também se unirem, transformando o comércio internacional em comércio interblocos.

A América Latina, que realmente pode ser denominada uma Grande Comunidade, com características próprias, por suas particularidades étnicas, religiosas e principalmente vizinhança e semelhança de problemas, tem possibilidades de realizar uma entidade econômica com as características das já acima citadas. Os homens da América Latina bem compreenderam esses aspectos conjunturais e reunindo esforços, criaram em 1960 a ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO (ALALC).

ALALC : — O QUE SE PRETENDE ?

Compreendendo a realidade Latino-Americana e as tendências mundiais, os países da ALALC (inicialmente Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai, acrescidos depois pelo Equador e Colômbia) esperam realizar na AL um comércio interzonal mais atuante pela criação e desenvolvimento de mercados que possibilitem maiores e melhores trocas e conseqüentemente a elevação da renda *per capita* das populações dos países associados.

Para a obtenção desses objetivos a ALALC adotou certas NORMAS que deverão ser seguidas, levando em conta os diferentes graus de desenvolvimento e de estrutura econômica dos países associados, de modo a que sem rigidez possam ser seguidas.

Entre essas NORMAS estão as seguintes :

- a) Processo gradativo de liberação de gravames e restrições alfandegárias a produtos essenciais ao desenvolvimento da Zona

Este processo será realizado em um prazo experimental de 12 anos, o que permitirá comprovar vantagens e desvantagens que cada

associado obtém, para em seguida compensar ou corrigir distorções, possibilitando obter uma cooperação cada vez maior entre os países contratantes.

Negociações periódicas serão realizadas, visando à criação de duas listas: uma NACIONAL, na qual constarão produtos para os quais serão outorgadas concessões para importação pelos países da ALALC, e outra COMUM, na qual deverão constar os produtos totalmente liberados por todas as partes contratantes, ao final dos 12 anos estabelecidos.

As listas NACIONAIS, apresentadas anualmente, deverão conter produtos para os quais são concedidas reduções que deverão se manter inferiores a 8% da média ponderada dos gravames em vigor em países fora da Zona. Um esforço será realizado pelas partes contratantes para incluir novos produtos nas listas NACIONAIS, mesmo que não tenham sido objeto de transação, a fim de possibilitar o incremento e a dinamização da ZONA DE LIVRE COMÉRCIO.

Objetivando ainda atender à nascente economia da ZONA, os compromissos de redução de gravames serão, os mínimos possíveis e desejáveis no momento, assim como as concessões, como norma geral, serão consideradas irreversíveis, podendo, entretanto, haver substituição de concessões, desde que estabelecida a reciprocidade.

A lista COMUM, apresentada de 3 em 3 anos, é a relação dos produtos que deverão ao fim dos 12 anos gozar de total liberação e livre circulação em toda a ALALC. Os produtos incluídos nesta lista não poderão dela se retirar e deverão ainda sofrer redução de gravames que atinjam os seguintes níveis: 25%, 50%, 75% e 100%, ao fim dos 1º, 2º, 3º e 4º triênios.

b) As concessões devem ser recíprocas

Por esta NORMA nenhum país pode pretender maiores benefícios do que pretende oferecer. Os que se julguem prejudicados poderão solicitar a concessão de vantagens convenientes ao restabelecimento da reciprocidade, em negociações seguintes.

c) Tratamento incondicional de nação mais favorecida

De conformidade com esta cláusula, todas as vantagens e benefícios, inclusive os de ordem aduaneira ou administrativa, ou ainda os de sentido fiscal, monetário e cambial, concedido a qualquer membro da ALALC, por um participante dela, se estenderá automaticamente a todos os demais associados.

d) Cláusulas especiais que favorecem países que possuem menor desenvolvimento econômico

Isso visa a possibilitar o soerguimento do país nas condições acima referidas, de forma a propiciar as trocas em igualdade de condições em breve prazo, e nunca uma concorrência que lhe seria perniciosa.

e) Outras cláusulas especiais

Que permitem a expansão e o intercâmbio de complementação, particularmente entre indústrias, visando a dar-lhes condições de produtividade que possam interessar a toda a Zona.

f) Medidas de proteção

Que permitirão a países membros restabelecer restrições às importações quando as concessões possam vir a causar danos graves às economias desses países. Poderá também ser autorizada a adoção de medidas de caráter restritivo, por um país da ALALC, aos demais membros, desde que já tenha adotado para outros países fora da Zona, e que poderão ser recomendadas para produtos ainda não incluídos nos programas de liberação, desde que a medida tenha benefício relevante para o país adotante.

g) Ampla colaboração no setor da agricultura

Todos os signatários deverão envidar esforços para incrementar e desenvolver a agricultura e comercializar seus produtos. Isso deverá se fazer através de acordos especiais.

Esses, em linhas gerais, são os propósitos da ALALC. Muitos obstáculos ainda deverão ser transpostos para que os seus frutos possam ser devidamente apreciados e reconhecida a excelência dos serviços que pode prestar.

RESULTADOS

Não seria possível falarmos de resultados econômicos sem um mínimo de cifras. Portanto, elas aqui aparecerão, buscando apenas o necessário a dar uma noção dos níveis já atingidos, pela ALALC, sem descer a muitos detalhes, o que também escaparia às nossas possibilidades de simples observador.

Os 9 países que atualmente compõem a ALALC possuem 17,3 milhões de km² e constituem 76,5% da superfície da AL e 12,8% da mundial.

Abrangem uma população de cerca de 172 milhões de habitantes (1963), o que constitui 81,9% da população da AL e 5,8% da total mundial.

O mercado tem possibilidades de atender 250 milhões de habitantes, desde que devidamente coordenados os esforços e realizada a integração das economias dentro da Zona.

Em 1963 se podiam obter os seguintes dados :

- nove países da ALALC realizavam exportações no valor de 80% dos totais da AL e absorviam 53% das importações interzonais ;
- em termos de Produto Nacional Bruto, os mercados da ALALC poderiam ser dimensionados em valor aproximado de 47 bilhões de dólares.

Isso já era algum resultado positivo, mesmo comparando com o Mercado Comum Europeu, onde encontraríamos um valor de 190 bilhões de dólares para uma população de 170 milhões de habitantes e somente Alemanha e França concorriam, respectivamente, com 70 e 60 bilhões de dólares.

As perspectivas atuais, apesar disso, são de desenvolvimento da ALALC. Segundo o Sr. ALBERTO SOLA, Secretário Executivo da ALALC, o comércio interzonal até fins de 1965 terá aumentado em cerca de 150% em relação ao ano de 1961.

Já se acham liberados para comercialização cerca de 8.500 produtos e reduzidos gravames em mais de 5.000 outros.

PROBLEMAS E SOLUÇÕES

Os problemas da ALALC, contudo, não são pequenos e deverão ser encarados com realismo, visando a uma solução consentânea e, o que é mais difícil, que só redunde em benefício para todos. Entre esses problemas ressaltam os que se seguem:

- Desnível econômico entre os países membros, obrigando à adoção de medidas especiais que promovam com prioridade o levantamento dessas economias, a fim de que possam colaborar ativamente com os demais.
- Deficiência de transportes, particularmente o marítimo, que é responsável por 90% das trocas interzonais. Cumpre estabelecer uma política de fretes que realmente forneça proteção aos países membros, além de realizar um esforço realmente grande para que sejam sanadas as deficiências de terminais marítimos, processamento nos portos (burocracia), etc.
- Problema de origem das mercadorias incluídas nos programas de liberação, que muitas delas são semimanufaturados provenientes de fora da Zona, sendo algumas vezes apenas montados os conjuntos nos países membros. Dar concessões a esses tipos de artigos é beneficiar mais o país extrazonal do que propriamente o associado.
- Disparidade na política cambial das partes contratantes.
- Disparidade de gravames alfandegários entre os países membros.
- Rede bancária restrita. Falta de intercomunicação dos mercados de capitais.
- Falta de agências e sucursais da ALALC, em quantidade suficiente nos países membros.
- Falta de um adequado mecanismo de crédito e financiamento das operações.
- Necessidade de maior coordenação entre as políticas e programas de desenvolvimento das partes.

- Existência de programas de desenvolvimento nacionais sem visão de conjunto zonal, com o aparecimento de economias competitivas.
- Falta de estímulos internos e de conhecimento das possibilidades dos demais países associados.
- Falta de apoio político para as resoluções da ALALC, o que poderá redundar na não ratificação das decisões tomadas durante as reuniões das Conferências. Etc.

Para solução desses problemas, algumas idéias poderão ser aventadas, entre elas as que se seguem :

- Planificação das soluções encaradas de maneira global.
- Difusão dos princípios da ALALC e seus objetivos, o mais possível, entre todas as classes produtoras, comerciais, dirigentes e povo dos países membros, dando-lhes a consciência de como ela pode contribuir para a solução de seus problemas.
- Abandonar as atitudes de desconfiança e aceitar os conselhos técnicos dados pelos diversos órgãos de consulta da ALALC.
- Em igualdade de condições de preços, qualidade, prazos, etc., dar prioridade aos produtos da Zona.
- Abandonar a política de auto-suficiência em todos os setores, porque isso é antieconômico e redundante em prejuízo, principalmente de quem a adota.
- Dar maior incentivo à iniciativa privada.
- Dar maior apoio governamental, em todos os setores, às atividades da ALALC. Etc.

O BRASIL NA ALALC

Desde o início do funcionamento efetivo da ALALC em 1962, até 1964, o intercâmbio comercial do Brasil com os países membros aumentou de 140,4 milhões de dólares para 300,8 milhões, isto é, cresceu de 114,2%.

Quanto à inclusão de novos produtos, podemos realizar a seguinte comparação: em 1962, dos 69,9 milhões de dólares exportados para a Zona, 1,9 milhões eram de novos produtos; já em 1964, dos 118,9 milhões exportados, 21,4 milhões eram de novos produtos e representavam 18% do volume da exportação do ano.

No que se refere às importações de novos produtos, diremos que em 1964 o seu volume correspondeu a 21,6% do total do ano.

Levando em conta o valor total das trocas, podemos ver que o Brasil em 1961, um ano antes de iniciada a aplicação do tratado de Montevideu, remeteu 6,8% de suas exportações para os países que formariam a ALALC e deles recebeu um volume de mercadorias correspondente a 3,1% do total das importações brasileiras. Já em 1964 as exportações brasileiras para a Zona atingiram 9,3% do total

exportado, enquanto que da Zona recebíamos 13,3% do valor total de nossas importações. Mesmo assim, em 1964, o Brasil teve um "deficit" com os demais países da Zona, de 88 milhões de dólares, o que, de certo modo, revela uma tendência de nivelamento do comércio do nosso país com a ALALC.

As perspectivas para o futuro, entretanto, são muito promissoras, particularmente no que toca à indústria: — navios, automóveis, autopeças, eletrodomésticos, tornos, motores elétricos e outros, sem desprezar tradicionais produtos não industrializados, tais como madeiras, mate, carnes, café, etc., têm tido cada vez maior aceitação na AL. Por outro lado, nosso mercado importador tem avidez de consumo em petróleo, metais não ferrosos, fertilizantes, trigo, etc., que bem nos poderão manter em regime contínuo de trocas, possibilitando a integração do nosso mercado no seio da ALALC.

CONCLUSÕES

A despeito das dificuldades ainda existentes, a ALALC nestes poucos anos de vida tem verdadeiramente um saldo positivo de realizações em benefício dos países membros. Tanto é assim que a BOLÍVIA e VENEZUELA, que inicialmente não ingressaram na Associação, realizam esforços para ingresso, e isso é fruto da observação desses saldos positivos. E não apenas estes dois países tentam, atualmente, sua entrada na ALALC. Os países centro-americanos que já constituem hoje o chamado MERCADO COMUM CENTRO-AMERICANO, como também a ESPANHA, já procuraram ingressar na Zona de Livre Comércio.

Futuramente a ALALC deverá tender para o MERCADO COMUM LATINO-AMERICANO, em moldes semelhantes ao MERCADO COMUM EUROPEU. Obstáculos ainda considerados muitos difíceis de transpor, impedem essa concretização entre eles os seguintes:

- falta de conhecimentos recíprocos entre os países membros;
- poucos núcleos de vida econômica e social, existente na orla marítima e sem um sistema adequado de intercomunicações;
- produção concorrente, de produtos dos quais as nações associadas dependem fundamentalmente;
- inexperiência dos setores públicos, quanto à mecânica do sistema a ser pôsto a funcionar;
- desconfiança dos setores privados e governamentais;
- anseios generalizados de desenvolvimento industrial próprio;
- etc.

Contudo, é preciso não desanimar e não esquecer que no MCE, ainda hoje, a integração não é completa, apesar do adiantado em que já se encontra.

Outra tendência existente, que também é anseio, é a reunião em um só organismo, dos Órgãos de estudo, planejamento e de conselhos

técnicos existentes na OEA, ALALC e ALIANÇA PARA O PROGRESSO, ou que pelo menos esses órgãos possam trabalhar em coordenação, a fim de que o esforço na mesma direção possa ser realizado sem o desperdício de numerário, técnicos, tempo, ou outros meios tão escassos na AL.

Mas algo de útil já foi realizado e desta forma, como afirmou o Sr. GARCIA REYNOSO, subsecretário da Indústria e Comércio do MÉXICO, "A AL já superiou a etapa de discussões sobre a conveniência de integrar-se economicamente" e isso, completamos nós, já é um grande passo que nos abre o caminho para as realizações efetivas.

Na Conferência de Chanceleres, realizada em MONTEVIDEU entre 3 e 6 de novembro de 1965, pela ALALC, entre outros assuntos importantes, foram aprovadas as seguintes resoluções:

- criação, na ALALC, de um Conselho de Ministros;
- constituição de um fundo regional de pré-inversão sobre programas de integração regional;
- promoção e difusão da ALALC para que sejam mais conhecidos seus objetivos.

Por fim, e para terminar, chegamos à conclusão de que todos os esforços devem ser feitos para que os objetivos da ALALC sejam colimados e a AL possa se desenvolver de modo uniforme e constante e permitir aos seus habitantes uma renda *per capita* digna e suficiente a lhes proporcionar os requisitos mínimos de uma vida onde a miséria, o analfabetismo e as endemias possam realmente desaparecer. Não se trata apenas de um ato humanitário. É a própria sobrevivência da AL que está em jogo. Com o baixo padrão de vida em grandes regiões da Zona, além de campo propício para a degradação física e até mesmo moral, haverá também uma porta aberta às doutrinas que levam o homem à escravidão, pelo desespero. Um convite ao comunismo e uma ameaça de aniquilamento daqueles que, por comodismo, omissão, preguiça ou egoísmo, não desejam, podendo, ajudar ajudando-se também.

Os esforços da AL para abandonar a sua condição de subdesenvolvimento será grande. Se houver ajuda externa e justa, esse trabalho será facilitado.

Fatos recentes demonstram o que poderia acontecer à AL e até mesmo com os seus vizinhos, já considerados desenvolvidos, se por infelicidade ou falta de visão desses vizinhos, na AL aparecessem outros satélites de MOSCOU. A própria sobrevivência do Novo Mundo, e por que não dizer, de todo o mundo, estará em perigo.

Cumpra à própria AL, portanto, realizar o esforço principal, ajudada entretanto por todos os povos livres e que pretendem realmente conservar esta maravilhosa condição.

ARMAS TÁTICAS NUCLEARES

Major EDGARD O'BALLANCE

Tradução do Ten-Cel (QEMA)
RUBENS MÁRIO JOBIM

(da Revue Militaire d'Information)

São numerosos já os estudos consagrados às possibilidades das armas atômicas táticas. No entanto, continua oportuno refletir nos problemas concretos que seu emprêgo acarreta. Um oficial britânico dá-nos aqui uma opinião suscetível de provocar proveitoso debate.

POTENCIAL NUCLEAR

Na hora atual, um dos problemas que certamente mais chamam a atenção é o do potencial nuclear, sem cessar em crescimento, dos dois grandes, Estados Unidos e União Soviética. As ogivas nucleares, os mísseis, os foguetes, as bombas, tornam-se mais poderosos e mais importantes, as técnicas de lançamento mais precisas. Para citar um exemplo, pensa-se que a Rússia fez explodir uma bomba de 57 megatons e possui uma vasta gama de armas nucleares; ao mesmo tempo, os Estados Unidos esforçam-se por possuir um armamento equivalente: os mísseis Minuteman e Polaris formam a ossatura da força de dissuasão ocidental.

Talvez porque, nos meios militares, a principal força de dissuasão, estratégica, tenha tendência a eclipsar todo o resto, é que pouco se fale das outras armas nucleares, táticas, destinadas a serem utilizadas nos campos de batalha. Um grande número de pessoas pensa que a derradeira decisão será conseguida pelas forças terrestres; vamos, então, estudar brevemente estas armas táticas, e discutir certos problemas que se apresentarão aos chefes militares, em caso de conflito.

Quando se fala de armas nucleares táticas, pensa-se logo em engenhos terra-terra, de fraco alcance, tais como o Matador (mais de 1.000 km), o Sergeant, o Corporal, até mesmo o Honest John, cujo alcance não ultrapassa 30 km e que certos exércitos da O.T.A.N já possuem. Pouco importa saber-se se trata aí de mísseis, foguetes, obuses ou bombas, na medida em que se encontram normal e logicamente sob o controle direto do comando das forças terrestres, responsável por seu emprêgo e pela escolha dos objetivos, uma vez dado o "sinal verde político".

Pode-se igualmente incluir dentro desta categoria os engenhos ar-terra, já que a maior parte dos problemas que eles suscitam são idênticos, sendo a técnica de lançamento a única diferença real entre eles.

As forças soviéticas possuem mais ou menos as mesmas armas nucleares táticas que o Oeste. Um dos mísseis táticos soviéticos, por exemplo, tem um alcance de cerca de 1.800 km; existem outros, de menor alcance. Além disso, seus canhões de 203 mm e seus morteiros de 240 mm podem lançar obuses atômicos. Daí resulta que nem o Este nem o Oeste podem tirar grande vantagem de suas A.N.T., embora os chefes, utilizando-as por sua conta, possam, com toda a probabilidade, efetivamente, mesmo, conseguir um sucesso em sua zona de combate.

As armas nucleares táticas que são os mísseis, os obuses, as bombas nucleares (a palavra nuclear já faz parte do jargão militar, se bem que, tecnicamente, não seja sempre perfeitamente exata, já que certas ogivas não são mais que atômicas), têm um poder de destruição que vai de um modesto meio-kiloton a 20, e mesmo 100 kilotons. No entanto, os *experts* têm a preocupação de limitar, à zona a tratar, os efeitos da explosão (nuclear); julgam eles inútil "superdestruir" o objetivo; estes fatores e outros, tais como o tempo, o espaço e a defesa, os tem levado a considerar que o melhor rendimento tático pertence à arma de 20 kilotons.

Aliás, adotou-se, durante certo tempo, a ogiva de 20 kt, cuja explosão corresponde a 20.000 t de T.N.T, como "bomba unidade"; ela era utilizada como um metro-padrão, para avaliar as zonas perigosas, o grau de destruição e as perdas que podia provocar. Assim quando falamos A.N.T. média, estamos pensando numa bomba de 20 kt. Taticamente, para obter o efeito ótimo de uma bomba de 20 kt, é preciso fazê-la explodir a cerca de 700 metros acima do objetivo, isto é, em altitude média. Se ela explodisse sobre o objetivo (explosão no solo), a metade de sua energia estaria perdida; ademais, uma poeira radioativa incontrolável seria projetada a grande altitude.

CARACTERÍSTICAS

Uma explosão nuclear não é uma simples detonação mais forte e de maior efeito que uma explosão do tipo convencional.

Ela comporta quatro características principais, que sucitamente recordaremos, para ressaltar sua importância militar, embora sejam bem conhecidas, agora.

Primeira: há o relâmpago da explosão, uma luz muito mais forte que a do sol; uma bomba de 20 kt cega temporariamente uma pessoa que se encontre a 2.000 metros do ponto zero, durante alguns minutos ou mais, se seu olhar cruza com o relâmpago. O efeito diminui com a distância, até uma cegueira de alguns segundos.

Segunda: forma-se uma enorme bola de fogo, que durante alguns segundos desprende um calor que incendeia tudo dentro de um raio de 500 m, e que queima gravemente a epiderme não protegida até a 2.000 m, provocando queimaduras secundárias além dessa distância.

Terceira: há uma gigantesca deflagração; suas características são bem conhecidas, já que são idênticas às de um obus ou de uma granada, de intensidade e poder aproximados. Ela provoca a destruição total das construções que se encontram perto do ponto de impacto, e abre uma enorme cratera, se se trata de uma explosão no solo. Destroços são projetados, com enorme rapidez, a mais de 4.000 m; a distância varia, conforme seu porte e seu peso; constituem um perigo para as tropas desabrigadas.

Quarta: a explosão nuclear desprende "radiações", durante mais de 15 segundos; absorvidas em quantidade suficiente, são mortais. Até 1.000 m do ponto zero, os que não houverem sucumbido por outra causa, receberão provavelmente uma dose mortal, se estiverem a descoberto; a mais de 1.500 m, poderão provavelmente recuperar-se dos efeitos das radiações, se forem tratados a tempo.

O comandante terrestre deve possuir informações precisas, para poder calcular, rapidamente, se é conveniente ou não utilizar uma arma nuclear tática. "Grosso modo", numa região relativamente plana, pode-se dizer que: até 500 m do ponto zero, os carros são irreparáveis; assim também será, até 900 m, para os canhões e outros materiais; até 1.500 m, os veículos serão imobilizados. A 2.000 m, um soldado a descoberto ficará temporariamente cego; sofrerá graves queimaduras sobre as partes expostas; estará arriscado a ferir-se pela queda de um destroço e a receber irradiações, embora não necessariamente em dose mortal. Abrigado, e conforme a proteção natural do terreno, estas distâncias são inferiores. Com tropas bem treinadas e bem abrigadas, as perdas podem ser ainda menores.

Grosseiramente, a utilização de uma bomba de 20 kt pode neutralizar e momentaneamente paralisar o inimigo, num setor de 4 por 4 km, o que dá 16 "quadrados" sobre a carta. Efeitos paralisantes consideráveis serão obtidos fora desta zona, talvez num raio suplementar de 1.000 m ou mais, a partir do ponto zero. Isto significa que o inimigo ficará temporariamente fora de combate numa área de 36 "quadrados".

Pode-se sempre esperar que, se o conflito sobrevier, as duas principais potências nucleares não utilizarão sua força de choque estratégica, que implicará imediatamente na destruição maciça e incontrolável de cidades e centros, nos dois países — mas se apoiarão em suas forças convencionais, para decidir a sorte da batalha.

AS ARMAS NUCLEARES TÁTICAS

Aconteça isso ou não, em caso de guerra entre o Oriente e o Ocidente, inevitavelmente haverá combate terrestre; e a questão que se apresenta

freqüentemente é saber se as armas nucleares táticas serão utilizadas. Ninguém pode responder com certeza. Alguns pensam que sim; outros esperam que não, sobretudo se a força estratégica de choque é mantida em reserva. A razão destes últimos é que o emprêgo de armas nucleares táticas, mesmo de poder muito fraco, levaria, cedo ou tarde, a apelar-se para essa força estratégica.

O silêncio oficial neste domínio pode permitir esperar que, como as armas químicas, quando da segunda guerra mundial, as armas nucleares não participarão do que se pode encarar como uma "guerra convencional".

Por outro lado, já se disse, por exemplo, que as forças americanas estacionadas na Europa não poderiam combater eficazmente sem utilizar armas nucleares táticas; nelas repousam sua formação, sua tática e seu treinamento. Isto não é bem verdade; entretanto, a tendência atual é considerar as armas nucleares táticas como armas básicas, que todas as outras devem secundar e servir. Certos comentaristas observaram, igualmente, que as forças da O.T.A.N., na Europa, dispõem de um número de tal sorte limitado de divisões que nada mais poderiam fazer do que utilizar as armas nucleares táticas para barrar as divisões soviéticas, muito superiores, em número, se estas últimas rompessem os diques em direção ao Atlântico. O exército soviético jamais tentou criar unidades atômicas ou nucleares, acreditando firmemente que as armas nucleares táticas não passam de um auxílio suplementar para o exército; que são uma arma de apoio, não uma arma básica. O exército soviético não terá, talvez, escrúpulo em utilizá-las de saída, para preparar o terreno, criar a confusão e a desordem, e abalar o moral do adversário.

É tal a quantidade de objetivos válidos, em caso de guerra convencional, que a tentação pode se tornar demasiado forte, vindo os dois campos a considerar as armas nucleares táticas como um **melhoramento técnico e lógico da artilharia**.

O certo é que as armas nucleares táticas existem; que os dois campos as possuem; é preciso, pois, encarar sua utilização e os problemas que isto apresenta, no caso de...

OBJETIVOS NUCLEARES TÁTICOS

O que é um objetivo nuclear tático? Deve êle ser uma obra de defesa, do gênero da linha Maginot? Justifica o emprêgo de armas nucleares táticas, uma concentração de homens e de veículos da importância de um grupamento, e mesmo um objetivo mais reduzido? Em uma palavra, que importância deve ter o objetivo para justificar o emprêgo de armas nucleares táticas? Parece que se podem enquadrar estes objetivos em duas categorias: estáticos ou móveis — ficando entendido que essas armas seriam utilizadas se se tornasse impossível reduzir o objetivo, a tempo, pelos meios convencionais. Se se dispõe de armas convencionais, tais como a aviação ou a artilharia, e se sua intervenção

é eficaz, não se pode considerar o objetivo como justificativo da arma nuclear tática, mesmo se fôr tentador recorrer a ela.

Em certos setores da Europa central, as vias de penetração são raras; as tropas ficariam, numa certa medida, bloqueadas, quando, antes da entrada, em jogo das armas nucleares táticas, seria possível estabelecer "rôlhas" de resistência e barrar, indefinidamente, a progressão de exércitos inteiros. Tais obras táticas de defesa constituiriam o objetivo ideal. O vulto da obra não é o determinante; o que importa, se não é possível ou não é cômodo contornar o obstáculo, é saber quanto tempo será preciso para afastá-lo.

O objetivo pode, às vêzes, ser relativamente de pouca monta. *Horatio-on-the-Bridge* era um objetivo para armas nucleares táticas. De que proveito teria sido o emprêgo das armas nucleares táticas durante a primeira guerra mundial, em Verdun, no Somme, e em que medida a evolução do conflito teria sido modificada, se se dispusesse de armas nucleares táticas e se as houvesse utilizado?

Os depósitos inimigos de carburante e de aprovisionamento, os nós ferroviários, as cabeças de ponte, são objetivos válidos, o critério sendo a rapidez com que é preciso eliminá-los. O papel do depósito pode ter uma importância maior que sua dimensão e a perda de um depósito de carburante pode ser, de imediato, mais incômoda para um comandante operacional do que a de um parque de reparação de veículos de terceiro escalão.

A outra categoria é a do objetivo móvel; compõe-se habitualmente de uma tropa em movimento, que inspira um terror mortal ao comando contrário. Na atualidade, a teoria do combate reside na mobilidade; consideram-se desvalorizadas as defesas estáticas. Disso resulta, que haverá um certo número de unidades muito móveis, avançando a passos largos para o campo de batalha. Os russos encaram frentes inteiras deslocando-se livremente, sem levar em conta a ausência de itinerários, e qualquer que seja o terreno. Mas, quando tais tropas se concentram antes de um ataque, ou avançam, tornam-se objetivos a optar.

Qual deve ser a importância desta concentração, para justificar o emprêgo de uma arma nuclear tática? Um corpo de exército, quase certamente; uma divisão, provavelmente. Mas os fatores determinantes seriam, mais provavelmente, a iminência do perigo, e a impossibilidade de aniquilamento pelas forças convencionais. Quando estas não podem impressionar o inimigo, ou não conseguem rechaçar o ataque, parece ser necessário e urgente atingir o objetivo, qualquer que seja sua importância, com uma arma nuclear tática.

AS VANTAGENS E DESVANTAGENS

Uma das principais vantagens que apresentam as armas nucleares táticas, em relação a todo o armamento convencional, inclusive à aviação

tática, é que, de um só golpe, pode provocar tal destruição. Num instante, o inimigo, numa zona bastante extensa (provavelmente 36 "quadrados" sobre a carta), fica temporariamente atordoado, cego, paralisado, incapaz de agir. No lado inimigo, todo o combate cessa bruscamente.

O inimigo não somente se torna impotente, como sua impotência pode durar trinta minutos ou mais; tal lapso de tempo pode ser uma vantagem enorme para o comandante de tropas móveis, se ele é intrépido e capaz.

É preciso, infelizmente, considerar o reverso da medalha. A arma perfeita ainda não foi inventada. Os principais inconvenientes são a demora da ordem de fogo, a dificuldade de obter informações precisas e os efeitos da explosão nuclear sobre as tropas amigas.

A demora da ordem de fogo é devida a um certo número de razões técnicas, cuja maior parte está ainda na "lista de segurança". Esta demora pode ir de 2 a 10 horas, conforme o tempo necessário à colocação em posição da arma, à fixação da ogiva e à verificação dos dados analíticos, sendo esses processos relativamente complicados. Em certa época, estimava-se ser preciso, *grosso modo*, 6 horas entre o momento em que o objetivo era escolhido e o momento da ordem de fogo. Este prazo depende, evidentemente, do tipo de arma eleito ou disponível; raramente pode ser inferior, mas, em certas circunstâncias, pode ser ainda maior. Este prazo será progressivamente reduzido por melhoramentos técnicos. Quando cair para cerca de uma hora, entrar-se-á numa fase nova e mais segura.

Nada permite pensar que os russos não se choquem com as mesmas dificuldades.

Daí resulta que uma vez escolhido o objetivo, este deve permanecer no mesmo lugar durante 6 horas; é possível, quando se trata de um objetivo estático, como um depósito de combustível; mas pode ser diferente, no caso de unidades móveis: o inimigo pode ter desaparecido antes que se esteja em condições de apertar o botão. Além disso, embora apresentemos os exércitos manobrando sobre o terreno como peões sobre um tabuleiro, procurando cada qual surpreender o outro, este prazo arrisca tornar extremamente raras as ocasiões para o emprego das armas nucleares táticas contra as unidades móveis. O problema não consiste somente em localizar o inimigo, mas em destruí-lo. Quantas vezes, no futuro, um chefe, tendo decidido empregar uma arma nuclear, deverá revogar a ordem antes que a arma nuclear tática esteja pronta, por uma razão tática qualquer, ou porque o inimigo terá se deslocado. Que o inimigo tenha conseguido escapar, será o caso mais frequente.

O segundo inconveniente é a dificuldade de calcular, de maneira precisa, a trajetória que o engenho deverá seguir para atingir seu objetivo. Existe sempre uma parcela de incerteza, sobre o terreno, proveniente das dificuldades, seja para obter informações sobre o inimigo, seja

para verificar sua exatidão e seu valor. Em complemento à localização de um objetivo compensador, é necessário obter outras informações indispensáveis sobre sua importância, seu desdobramento no terreno, sua constituição e vulnerabilidade.

Não existe método 100% válido para obter informações exatas, nas condições do combate, quando o objetivo está "fora de vista", isto é, *grosso modo*, a mais de 10 quilômetros. A distâncias superiores, a aviação pode localizá-lo, mas, a menos que se conserve sobre o objetivo, assinalando continuamente sua posição em terra, o que é praticamente impossível no caso de objetivo móvel, não se pode garantir que ele estará ainda lá 6 horas depois.

OBJETIVOS PRÓXIMOS E AFASTADOS

A teoria soviética consiste em empregar tiros maciços de artilharia e foguetes contra os objetivos afastados e invisíveis, antes mesmo de localizados precisamente. Talvez pretendam fazer o mesmo com suas armas nucleares táticas.

No caso de objetivos próximos, as armas convencionais, sempre prontas a serem utilizadas, podem ser melhor empregadas, em parte por essa mesma razão, em parte devido ao perigo que apresentam as explosões nucleares para a tropa amiga.

Com efeito, o terceiro inconveniente, resultante da utilização de uma arma nuclear tática, reside na necessidade de ter as próprias tropas suficientemente afastadas do ponto zero, para estarem protegidas dos efeitos do relâmpago, da deflagração, das queimaduras, das projeções de destroços e das radiações. Daí, ser preciso manter-se uma distância de segurança de pelo menos 5.000 m, que permite compensar todo erro balístico.

Para objetivos afastados, o problema se apresenta menos agudo, sendo essencial ter assegurado que cada homem tenha sido bem prevenido da hora "N" (hora da explosão), de sorte que possa tomar as precauções fixadas, sobretudo contra o relâmpago e as queimaduras. A hora "N" não pode ser revelada cedo demais, para não comprometer a segurança, embora, em compensação, seja preciso que toda gente esteja prevenida a tempo. Neste caso, será suficiente uma hora, se se trata de uma unidade da importância de um corpo de exército?

Para o objetivo próximo, como uma unidade preparando-se para atacar, os problemas são ainda mais complexos. Deve o comandante recuar suas tropas para uma certa distância de segurança? Se assim fôr, o horário e o processo de retraimento de suas tropas de vanguarda não será um lance simples; se fôr cedo demais, o terreno ficará abandonado ao inimigo, que se o perceber tomará posse dele sem combate. Será a solução deixar, sobretudo de dia, uma fraca proteção de equipes-suicidas?

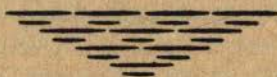
Os riscos de radioatividade provocam menos temor que outrora. É verdade que uma irradiação excessiva é mortal; mas, mesmo uma proteção parcial, especialmente a oferecida pelas blindagens, diminui consideravelmente o perigo, a tal ponto que se admite atravessar as zonas zero dentro de engenho blindados, exatamente após a explosão, embora o solo esteja ainda carregado de radioatividade, de modo a poder explorar plenamente a imobilização temporária do inimigo.

CONCLUSÃO

Do estudo do emprêgo das armas nucleares táticas, na eventualidade de um conflito, pode-se concluir que elas serão utilizadas com parcimônia, porque as vantagens ficam muito aquém das desvantagens.

Para os objetivos estáticos, parecem inestimáveis; para os objetivos móveis, sua eficácia é mais discutível. Entretanto, a mobilidade contínua, teoricamente válida, é muito fatigante, na prática, para os homens e para o material; requer excessivo consumo de carburante, rigorosa manutenção. Há um limite para a resistência; depois de certo tempo, homens e máquinas tornar-se-ão mais lentos e tenderão a parar. Quando o inimigo aguarda um tal grau de fadiga, numerosos objetivos semi-estáticos se oferecem à tentação de chefes perspicazes, que possuam armas nucleares táticas.

Um ponto que é preciso levar em conta é que o temor, por si mesmo, é de extremo valor, pois leva as unidades a se dispersarem e a se desdobrarem. Arrisca-se chegar a um ponto em que a defesa ficaria tão reduzida que uma concentração de forças convencionais poderia bruscamente abrir caminho e atingir seus objetivos sem encontrar mais que uma fraca oposição. Qualquer que seja a atitude que se adote em relação às armas nucleares táticas, é muito provável que elas venham a ser utilizadas nos campos de batalha futuros. Esperamos que estas poucas reflexões sirvam de base a uma meditação construtiva, no que respeita aos numerosos problemas que seu emprêgo traz à tona.



A DEFESA NACIONAL é a sua Revista
de estudos e debates profissionais. É a sua
tribuna.

MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!

PROBLEMAS DO EXÉRCITO

Maj Art (QEMA)
ROBERTO NUNES MENDES

1. INTRODUÇÃO

Nas Unidades e Escolas onde já tivemos oportunidade de servir, pudemos sentir e observar vários problemas do Exército; para alguns, contribuimos para solucioná-los — problemas simples e rotineiros que comportavam ou mesmo exigiam solução imediata; — para outros de maior complexidade, somos apenas um dos muitos interessados em vê-los resolvidos o mais depressa possível, pois são da mais alta importância e subordinam-se em alguns casos aos mais altos escalões do Exército, e talvez da Nação. A estes últimos é que dedicaremos nossa atenção, e exporemos aqui somente três deles — são muitos! —, para os quais apresentamos algumas idéias, já que para a sua solução muitos fatores, que daqui desconhecemos, deverão ser considerados, e exigem um estudo bem mais aprofundado e detalhado.

2. CAMPOS DE INSTRUÇÃO E ESTANDES DE TIRO DE GUARNIÇÃO

É realmente uma necessidade premente que requer uma solução urgente... Frequentemente vemos em guarnições que não são sedes de GU, e mesmo em algumas que o são, o seguinte diálogo:

S3: Comandante, o Sr., F., proprietário do campo onde fizemos as manobras do ano passado, informou que não poderá cedê-lo neste ano, e quando iniciarmos o período de aplicação, daqui a um mês, vamos precisar de terreno para realizar os exercícios de subunidade e unidades programados.

Cmt: Hoje mesmo vou falar com o Dr. A., que parece ser uma pessoa solícita, e pedirei o seu campo para os nossos exercícios; entretanto não devemos abusar, assim, preveja a realização dos exercícios julgados essenciais apenas.

Esse é o diálogo rotineiro nas unidades, quando se aproxima o período de aplicação em guarnições onde não há Campo de Instrução. E nem sempre se consegue o campo, pois os argumentos apresentados pelos proprietários são na verdade ponderáveis, e é com tristeza que verificamos que a mais importante fase da instrução

nas unidades fica prejudicada e subordinada à complacência dos proprietários, em ceder suas terras. Para as unidades de artilharia, o problema é ainda mais crítico, pois sendo o tiro o coroamento da instrução da artilharia, este deve ser realizado mais de uma vez, mesmo que tenhamos que deslocar a unidade (ou subunidade) a grandes distâncias, onde estiver a área cedida; a isso acrescentaríamos ainda, o fato de que as necessárias medidas de segurança para a realização do tiro real de artilharia não são encaradas com simpatia pelos habitantes da região, e não raro o tiro é suspenso para que se interrompa determinada segurança face à situação apresentada. Por outro lado, reconhecemos que o tiro de artilharia, como o de morteiro, prejudica o terreno pela abertura de crateras, e deixa nas granadas falhas, e não localizadas para destruição, um perigo latente. Tudo isso contribui para aumentar a preocupação de um comandante quando sua unidade realiza tiro real em área imprópria.

E o problema do estande de tiro? Este não é menos importante. Tivemos oportunidade de servir numa guarnição, sede de quatro unidades de valor regimento, grupo, batalhão e companhia, e mais os contingentes de dois estabelecimentos, onde não havia estande de tiro de guarnição e, o que é pior, as unidades também não possuíam um que atendessem ao mínimo de segurança, e que permitisse a realização de todos os tiros de instrução de armas portáteis previstos, pois o tiro à distância de 300 metros não era realizado, e o de 150 metros o era com uma cêrca de arame interposta. Diversas soluções locais (na guarnição) foram aventadas, mas nunca se chegou a um termo, e até hoje o problema perdura naquela guarnição.

Quantas guarnições com o mesmo problema de estande de tiro existirão, como essa acabada de citar? Acreditamos que se fôsse posta uma prioridade nas necessidades atuais do Exército, esta talvez merecesse uma elevada prioridade, para fins de atendimento.

Para uma adequação apropriada do problema, perguntaríamos:

- Será o caso de cada guarnição possuir o seu campo de instrução? Ou será mais adequado que exista apenas um por GU, atentando-se para determinados aspectos como distância para as sedes de unidades, extensão territorial da GU, etc.? Ou, ainda, que se estude a situação de cada guarnição, em particular, dando-se assim para cada caso uma solução?
- Será o caso de cada guarnição militar possuir o seu estande de tiro? E aqui damos a nossa opinião: achamos que sim; achamos que cada guarnição deve possuir um estande de tiro, e o mais completo possível, mesmo aquelas constituídas por apenas uma unidade, pois não só servirá para formar o soldado dentro das exigências regulamentares, como contribuirá para o incremento do tiro ao alvo como esporte, quer no meio militar quer no civil, de-

envolvendo e mantendo as qualidades técnicas e morais do atirador, cujos reflexos serão, sem sombra de dúvida, benéficos à Segurança Nacional.

A formação do atirador merece destaque hoje mais do que nunca, quando sabemos que o homem para enfrentar uma guerra irregular deve ser "um atirador de escol por excelência, já pela necessidade de economizar a munição, já pela indispensabilidade de ganhar a fração de segundo que permitirá abater o adversário antes que este tenha tempo de abrir fogo, pois neste gênero de combate, a vantagem pertence àquele que atire em primeiro lugar e com precisão..." (*)

- Considerando a expansão demográfica do Brasil em curto espaço de tempo, e a necessidade do Exército acompanhar essa expansão, criando ou deslocando unidades para as regiões Norte e Centro-Oeste, deverá o Exército pensar em adquirir desde já terras, com vistas à criação de futuros campos de instrução?
- Estarão os diversos campos de instrução do Exército, existentes, cumprindo a sua finalidade? Em caso negativo, o que fazer para dinamizá-los ou integrá-los na sua verdadeira finalidade?

É tempo de darmos ou buscarmos uma solução a esses problemas, já — pois, a cada dia que se passa, tornam-se de mais difícil solução.

3. APROVEITAMENTO DO PESSOAL DA RESERVA REMUNERADA

Impressionante é o potencial intelectual, de caráter e de patriotismo que encerra a reserva remunerada de nossas FA — em particular do Exército, já que nos propomos a tecer considerações sobre problemas do Exército. Prova disto temos tido inúmeras, dentre elas a criação e organização das Sociedades e Grêmios beneficentes do pessoal militar, e outros exemplos de pessoal isolado.

Difícil é admitir que uma pessoa com uma vivência muitas vezes superior a 40 anos de serviços prestados à pátria, desenvolvendo atividades até mesmo de relevância nacional, e dotada de elevada cultura, com larga experiência em administração militar, possa eclipsar-se de um dia para o outro por força de um decreto. O certo é que nem todos aceitam conformados esse "desaparecimento", e dedicam-se a atividades outras nem sempre condizentes com a capacidade que possuem, ou de acordo com o tipo de atividade que vinham desempenhando.

Creemos que esse pessoal poderia ser chamado a cooperar em alguns campos de atividade humana, que tenham afinidade com a atividade anterior; assim ele poderia ser aproveitado particularmente no setor educacional, além do militar.

(*) (Guerra Revolucionária — Ten Cel Hermes de Araújo Oliveira do Ex Português — Edição da Biblex.)

Referimo-nos *particularmente* ao setor educacional, porque o exército, escola que é, treinou-os no mister de ensinar, fê-los chefes e líderes, deu-lhes os conhecimentos e a técnica necessários para assessorar ou auxiliar os chefes, moldou seus caracteres no amor à pátria e no espírito de sacrifício, que os indica a poderem participar na vida educacional do país, quer como membros dos conselhos escolares quer mesmo lecionando; estaria o Exército desenvolvendo uma ação cívica, através do pessoal de sua reserva remunerada.

Afora o setor educacional, poderiam participar: como conselheiros de segurança nacional; como representantes das FA em empresas, sociedades, repartições federais, estaduais ou municipais, etc... Seriam os elementos naturalmente indicados para representar o MG nos demais ministérios, guardada a extensão dessas representações.

No setor militar, seriam os administradores militares dos edifícios, campos de instrução, coudelarias, e de outros patrimônios do Exército, evitando-se com isso o desvio de elementos da ativa para funções estranhas à atividade essencialmente militar. Poderiam colaborar com determinados órgãos do Exército, participando mesmo de seus quadros direcionais, como sejam:

- no Serviço de Assistência Social, pois a bagagem de observações pessoais e de experiências vividas é enorme, e sabemos que se então não contribuíram eficientemente para a solução dos problemas sociais, era porque sua principal missão não o permitia, mas temos a certeza que foram e são os maiores interessados em colaborar honestamente para a obra social do Exército, ao qual dedicaram muitos anos de sua vida sem medir sacrifícios pessoais; e se considerarmos o vulto das necessidades atuais que o SAS tem que satisfazer — e que dia a dia se agravam —, verificamos que esse setor está a exigir um esforço generalizado de todos nós, quer da ativa quer da reserva;
- em determinados órgãos técnicos do MG, como Consultoria Jurídica, Diretoria de Saúde, COSEF, Diretoria Geral de Ensino, etc., pois sabemos que muitos oficiais R-1 são possuidores de cursos universitários como Direito, Medicina, Odontologia, Economia, Psicologia, Direção de Empresas, que aliados ao conhecimento que têm da nossa instituição, poderiam ser chamados a colaborar como assessôres daqueles órgãos;
- na Biblioteca do Exército;
- na Imprensa do Exército;
- no EGGCF;
- na Diretoria do Patrimônio do Exército;
- no Arquivo do Exército;
- nas Seções de Relações Públicas de GU, já que são um elo entre a vida militar e a civil;

— cooperando com vários outros órgãos do Exército na realização de determinados trabalhos, tais como: pesquisa histórica, tradução ou versão de livros ou documentos, e outros de natureza semelhante.

Lógicamente que muitos fatores terão que ser considerados no aproveitamento do pessoal da nossa reserva remunerada, mas um deverá estar sempre presente: é que eles foram tão bons, como nós julgamos que somos.

4. A FORMAÇÃO DE UMA NOVA MENTALIDADE NO EXÉRCITO

Com isso não queremos, em hipótese alguma, afirmar que exista uma "mentalidade velha" no Exército. Não, não se trata disto. O que queremos dizer é que à atual mentalidade dos nossos quadros, sejam adicionados alguns novos conceitos, que formarão a nova mentalidade. A reforma que deverá ocorrer no Exército abrangerá necessariamente a parte humana da instituição, que é a nosso ver a mais importante, pois sem ela a referida reforma estaria incompleta, e por si só o fato de estarmos cogitando de sua realização reflete a nova mentalidade que se cria. Essa mentalidade entretanto, precisa agigantar-se, tomar vulto, ser de âmbito geral, pois só assim tornaremos realidade tudo aquilo que sempre sonhamos e desejamos para ser um Exército poderoso, digno da Nação e de suas tradições.

Ela deverá visar ao fortalecimento do *espírito militar* através de uma crença real na nossa organização, pelos meios e possibilidades que pudermos lhe dar ou atribuir, sem recorrer aos recursos alienígenas; formando, organizando e disciplinando uma *doutrina militar brasileira* adequada à realidade nacional, enfim, por uma reestruturação visando dar ao Exército autonomia material e técnica capaz de atender às solicitações internas e externas.

Achamos que esta mentalidade merece um especial cuidado nas escolas de formação, de tal forma que se desperte bem cedo ainda, no oficial ou no sargento, um inequívoco interesse pela instituição a que pertencem, orientando-os para a consecução dos objetivos acima assinalados, pois não é isso o que nos parece existir quando verificamos que oficiais e sargentos recém egressos da AMAN e EsSA, respectivamente, estejam disputando vagas em faculdades civis, para cursos sem interesse para o Exército.

Teríamos que criar, inicialmente, uma *mística de crença no Exército*, pois achamos que aí reside o ponto crucial do problema.

O Brasil está numa fase de absoluto desenvolvimento, e nesse desenvolvimento, o Exército, por um princípio básico de segurança nacional, tem o dever de paralelamente desenvolver-se, ser mais forte e mais respeitado juntamente com as demais Forças Armadas.

Seremos, dentro de muito pouco tempo, talvez mesmo antes da previsão geral, uma grande potência; então o Exército terá um

papel muito mais importante, muito mais difícil, e suas responsabilidades serão proporcionais à projeção internacional do Brasil; e quando lá chegarmos ele terá exigido de todos os seus membros um grande esforço e uma integral dedicação para que seus problemas possam ser equacionados, resolvidos e superados.

É mister, pois, que haja fé na sua técnica, no aproveitamento da indústria civil, na sua motorização e mesmo na sua mecanização, no fabrico do armamento e do equipamento, tudo isso por um entrelaçamento mais cerrado entre o oficial de EM, o oficial engenheiro, e o civil, saindo-se assim de uma fase árida de planejamento e sonhos para a de execução e realidade, fugindo dessa estagnação que corrompe, que desola e que desencanta. Para tanto precisamos ser agressivos em nossos propósitos.

Essa é a nova mentalidade que desejamos seja criada, ou melhor dizendo, seja disseminada no seio de nossa classe, pois criada ela já está.

N. R. — As idéias do autor são muito interessantes. São temas para meditação e debate. Podemos adiantar que todos esses assuntos acham-se em fase adiantada de estudos, nos órgãos competentes do Exército. Esperamos que o autor, e outros colegas, venham às nossas páginas com mais "problemas", de modo elevado e construtivo.

PREÇOS

ASSINATURA ANUAL

Brasil	NCr\$ 2,50
Exterior	NCr\$ 10,00

NÚMERO AVULSO

Último número	NCr\$ 0,50
Número atrasado	NCr\$ 0,70

NOTA — As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do interessado.

— Haverá acréscimo nos preços acima, em caso de registro ou via aérea.

— Estes preços vigoram a partir de Jan 67.

UNIDADES DE CAVALARIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO

(RESUMO DAS SUAS ORIGENS HISTÓRICAS)

Maj Cav

FLÁVIO JUNQUEIRA

INTRODUÇÃO

Sejam minhas primeiras palavras a afirmação de que sei perfeitamente que este trabalho não é completo. Aliás, o próprio título já esclarece tratar-se de um resumo.

Apresento-o como modesta colaboração aos que se dedicam ao estudo de tão empolgante assunto, convicto que sou da importância da tradição como uma das mais valiosas bases do espírito militar.

Meu ponto de partida foi o livro do Sr. Maj Tancredo Faustino da Silva, edição da Imprensa Nacional, de 1938. (*) Trata-se, segundo me parece, do único trabalho que cuida, de forma geral, das origens de unidades de todas as Armas; e se intitula "Exército Brasileiro".

Utilizando-me do esquema de transformações constantes da obra, procurei aclarar certos pontos que, a mim, pareciam contraditórios com a realidade. Uma confrontação deste resumo com o citado livro mostrará que divirjo do ilustre Autor em alguns pontos. As divergências são fruto das pesquisas que realizei. No entanto, creio honestamente que não é esta a última palavra. Muito trabalho ainda espera os que se prosuserem a explorar este campo.

Desejo esclarecer, também, que no texto somente faço referências a fontes de consulta quando isto se faz indispensável. A confirmação ou correção do que exponho poderá ser encontrada nas obras constantes da Bibliografia ou de outras fontes que pesquisadores mais acurados possam levantar.

Finalmente, desejo esclarecer que, embora muitos autores costumem usar a denominação de Cavalaria Ligeira para as unidades, em determinada época, eu não a uso. Minha explicação é que, compulsando-se as diversas fontes existentes, parece-me que o termo "Ligeira" se aplica ao tipo da unidade e não à denominação. E, muito embora se encontre a expressão ligada à denominação, julguei melhor não empregá-la.

(*) N.R. — "O Exército Brasileiro" — publicação avulsa da então Biblioteca Militar (hoje Biblioteca do Exército), de 1939 — preparada em 1938, na Imprensa Nacional. Trabalho organizado na Diretoria do Arquivo do Exército, cujo Diretor era o destacado historiador, Cel Jonathas do Rêgo Monteiro. Dêle foi incumbido, e se desempenhou brilhantemente, o Maj Tancredo Faustino da Silva, que, após divulgada a obra, fez publicar plaqueta com "Corrigendas" (Imprensa Militar, 1939), na qual se refere à Cavalaria (págs. 6/7 e 13/15).

LEGISLAÇÃO BÁSICA

Dou esta denominação aos instrumentos legais que organizaram, de modo geral, o Exército Brasileiro. São eles :

- a) Decreto de 1 Dez 1824.
- b) Decreto de 4 Mai 31.
- c) Decretos ns. 30 (22 Fev 39) e 31 (28 Fev 39).
- d) Decretos ns. 782, de 19 Abr 51 e 1.074, de 30 Nov 52.
- e) Decreto n. 2.662, de 6 Out 60.
- f) Decreto n. 3.555, de 9 Dez 65.
- g) Decreto n. 4.572, de 12 Agô 70.
- h) Decretos ns. 10.015, de 18 Agô 88 e 10.097, de 1 Dez 88.
- i) Decreto n. 56, de 14 Dez 89.
- j) Decreto n. 6.971, de 4 Jun 1908.
- l) Decreto n. 11.498, de 23 Fev 15.
- m) Decreto n. 13.916, de 11 Dez 19.
- n) Decreto n. 15.235, de 31 Dez 21.
- o) Decreto n. 24.287, de 24 Mai 34.
- p) Decreto n. 21.134, de 15 Mai 46.
- q) Decreto n. 41.186, de 20 Mar 57.

Embora tenha havido modificações entre os citados instrumentos legais, foram eles que traçaram as linhas mestras das reorganizações do Exército. As transformações havidas entre eles não alteraram, de forma substancial, a organização do Exército e, conseqüentemente, da Cavalaria.

O quadro seguinte resume, em linhas gerais, a organização da Cavalaria :

LEGISLAÇÃO	ORGANIZAÇÃO DA CAVALARIA
Dec 1 Dez 824	— 7 Regimentos; Corpo de Cavalaria de Linha de Pernambuco; Cia Cav de Goiás.
Dec 4 Mai 31	— 4 Corpos de Cavalaria.
Dec 30, 22 Fev, e 31, 23 Fev 39	— 3 Regimentos; 4 Esquadrões; 1 Esquadrão da Gu Pará.
Dec 782, 19 Abr 51 e 1.074, 30 Nov 52	— 5 Regimentos; Corpo Fixo de Mato Grosso; Cia Cav do Corpo de Gu Goiás; 2 Cias do Corpo Gu Bahia; 3 Cias (SP-MG-PE).
Dec 2.662, 6 Out 60	— 5 Regimentos; Corpo de Cavalaria da Gu Mato Grosso; 5 Cias de Gu (SP-MG-GO-PR-PE); Esqd Gu Bahia.
Dec 3.555, 9 Dez 65	— 3 Regimentos; 5 Corpos de Caçadores a Caval.
Dec 4.572, 12 Agô 70	— 5 Regimentos; 1º Corpo Cav Gu (MT); 2º Corpo Cav Gu (GO); Esqd Gu (PR); 4 Cias (SP-MG-BA-PE).
Dec 10.015, 18 Agô 88 e 10.097, 1 Dez 88	— 10 Regimentos e 1 Corpo de Transporte.
Dec 56, 14 Dez 89	— 12 Regimentos e 1 Corpo de Transporte.

Dec 6.971, 4 Jun 908	— 17 Regimentos; 5 Esqd Trem; 12 Pelotões de Estafetas.
Dec 11.498, 23 Fev 15	— 15 Regimentos; 5 Corpos de Trem; Esqd Depósito de Remonta.
Dec 13.916, 11 Dez 19	— 5 Regimentos de Cavalaria Divisonária; 11 RC Independentes; 5 Corpos de Trem.
Dec 15.235, 31 Dez 21	— 5 RCD; 15 RCI.
Dec 24.287, 24 Mai 34	— 5 RCD; 16 RCI; 1 REs; 3 R Auto Mtr; 2 Esqd Ind; 4 Esqd Trem; 2 C Trem.
Dec 21.134-A, 15 Mai 46	— 19 RC; 3 RCMec; 3 RCM; 1 R Es C; 1 RCG; 7 Esqd Rec;
Organização atual	1 Esqd Rec/Es MM; 1 G Rec Mec; 3 BCC. R Es C; RCG; 15 RC; 3 Esqd Ind C; 3 RCM; 1 Esqd CM; 4 R Rec Mec; 1 Esqd Es Rec Mec; 8 Esqd Rec Mec; 3 BCC; 4 Esqd QG DC; 1 Pel/Esqd Rem.

ORIGENS HISTÓRICAS

A organização das forças militares, ao tempo do Brasil Colônia, não seguiu uma idéia previamente estabelecida. Foi fruto exclusivo da necessidade, da capacidade administrativa e das possibilidades. Desta forma, é muito difícil precisar-se com exatidão as transformações sofridas pelas unidades existentes.

Podemos alinhar como núcleo formador de nossa Cavalaria — sem querer estabelecer a rigorosa precedência cronológica — as unidades abaixo :

A Carta Régia de 18 de janeiro de 1719 criou duas Companhias de Dragões para as Minas Gerais. Estas companhias foram organizadas em Lisboa e chegaram a Vila Rica em outubro do mesmo ano, trazendo seus cavalos e armamento.

Em 1729 (8 Dez) foi criada mais uma companhia, na Vila do Fanado.

Em 9 de dezembro de 1739 foi organizado na Vila de São Pedro um Regimento de Dragões, com oficiais e dragões de Minas (vindos nas expedições de Silva Paes e com o Sargento-Mor Manoel de Barros Guedes) e com o Cel Diogo Cardoso Ozório, oficiais e sargentos vindos de Portugal para formar o Regimento da Colônia de Sacramento (que não foi formado).

Em 1754, o regimento tomou o nome de sua parada — *Dragões do Rio Pardo* (*).

Em 31 de janeiro de 1765 foi organizado no Rio de Janeiro o Esquadrão de Cavalaria da Guarda dos Vice-Reis, pela reunião das duas Companhias já existentes (a criada pelo Vice-Rei Conde da Cunha e a criada pelo Vice-Rei Conde de Azambuja).

Em 1770 foi organizado o Esquadrão de Voluntários do Rio Grande de São Pedro.

(*) N.R. — Ver a respeito o vol. 20 da Bibliex (Dez 54) — “Os Dragões do Rio Pardo” — Ten-Cel De Paranhos Antunes.

Em 9 de junho de 1775 foi instalado no quartel do Xavier, em Vila Rica, o Regimento Regular de Cavalaria de Minas, instruído de acôrdo com os regulamentos do Conde de Lippe. Este Regimento foi organizado com elementos remanescentes e armamento das 3 Cia de Dragões, com elementos retirados dos Corpos Auxiliares e com um Sargento-Mor vindo de Portugal, com alguns oficiais e que trouxe também oficiais do Rio de Janeiro.

Existiam na Legião de São Paulo três Esquadrões de Cavalaria (que foram aumentados para quatro em 1808) e, desde 1749, uma Cia Cav em Goiás.

Nos Almanagues de Lisboa (publicação oficial) aparecem como Corpos Régios no Ultramar — de 1802 a 1807 — o Regimento Real de Minas, os Dragões do Rio Pardo e o Esquadrão de Cavalaria da Guarda dos Vice-Reis.

Em 13 Mai 1808 foi criado o 1º Regimento de Cavalaria do Exército, no Rio de Janeiro e que foi organizado com o Esquadrão de Cavalaria da Guarda dos Vice-Reis e com duas Companhias do Regimento de Minas, destacadas na Côrte.

Abordando, em traços gerais, as modificações mais notáveis havidas entre 1808 e 1822, destacamos :

(a) Em 1812 o Cap José da Silva Brandão levou para o Rio Grande dois esquadrões do Regimento de Minas.

(b) Em 1817 o Sgt-Mor José da Silva Brandão levou para a Côrte três esquadrões do mesmo regimento.

Decreto de 12 de setembro dêste mesmo ano criou *um Corpo de Cavalaria de Linha (2 Cias) na Capitania do Pará.*

(c) Decreto de 22 de janeiro de 1818 criou a Legião da Capitania de Mato Grosso, na qual foi organizado um esquadrão e 12 Cias, aproveitando a Companhia de Dragões lá existente.

(d) Decreto de 4 de junho de 1818 aprova a criação dos 1º e 2º Regimentos de Cavalaria da Divisão de Voluntários Reais — em Montevideu. Cada regimento seria formado com três (dos seis) esquadrões do Regimento de Cavalaria da Divisão.

Esta é a origem provável do Regimento de Dragões da União e do Regimento de Dragões de Montevideu.

Posteriormente (Decreto de 1 Dez 20) a Divisão de Voluntários Reais foi desligada do Exército de Portugal e passou a pertencer ao Exército do Brasil.

(e) O decreto de 22 de novembro de 1820 criou um esquadrão (a 2 Cias) na cidade de São Paulo, tendo em vista estar a Legião de São Paulo em campanha no Sul.

(f) Em 1822 parte para a Bahia um esquadrão do Regimento de Minas, com a denominação de Esquadrão de Provisórios.

(g) Em 29 de julho de 1823 foi criado um Corpo de Cavalaria de Linha em Pernambuco.

Estas são as mais remotas origens de nossa Cavalaria. Estas unidades nem sempre permaneceram inalteradas, pois as necessidades de recompletamento e de composições para operações motivaram fusões inúmeras entre elas. Outro fato que dificulta seguir-se a vida de uma unidade era o critério adotado então dos "corpos móveis", isto é, as unidades não tinham paradas fixas. Como ilustração, é transcrita parte das "Instruções para o plano para a Organização da tropa da Capitania do Rio Grande de São Pedro" (Carta Régia de 20 de junho de 1809) que regulam o aquartelamento da tropa:

"... o Regimento de Dragões será aquartelado por Esquadrões nos diversos locais em que forem mais próprios para fornecerem o serviço, sem que sejam obrigados a destacamentos de mais de 15 dias ...

EM do Regimento e 1º Esqd — Rio Grande

2º Esqd — Fronteira das Missões

3º Esqd — Fronteira do Jaguarão

4º Esqd — "na situação mais própria para guarnecer o terreno que medeia entre o nascimento do Jaguarão e do Ubicuí".

O quadro abaixo é transcrito do Decreto de 1 de dezembro de 1824, que dá a organização provisória do Exército:

ANTIGA DENOMINAÇÃO	NOVA	SEDE
1º Regimento de Cavalaria do Exército	1º RC	Côrte
Regimento de Cavalaria de Linha de Minas Gerais	2º RC	Ouro Preto
Cavalaria da Legião de São Paulo Esquadrão da Cidade de São Paulo	3º RC	São Paulo
Esquadrão de Voluntários de São Pedro	4º RC	Povoação do Serrito
Regimento de Dragões do Rio Pardo	5º RC	Vila do Rio Pardo
Regimento de Dragões de Montevidéu	6º RC	Montevidéu
Regimento de Dragões da União	7º RC	Paissandu

Continuaram organizados o Corpo de Linha de Pernambuco e a Cia Cav de Goiás.

Foram organizados 26 regimentos de 2ª Linha.

Continuando este indispensável mergulho nas origens da organização de nossa Cavalaria, passamos a examinar alguns fatos interessantes, ocorridos entre 1825 e 1828 :

- (a) 1825 — Foi enviado para Montevidéu um esquadrão do 2º RC que estava estacionado na Côte, sob o comando do Maj Rafael Fortunato da Silva Brandão.
- (b) 1825 — Parte do 3º Regimento desembarcou em Santa Catarina e seguiu para a fronteira. Comando do Cel Tomaz da Silva.
- (c) 19 Dez 1825 — Embarca para Santa Catarina o 1º RC comandado pelo Cel João Egidio Calmon, de onde marchou com outras tropas até São José do Norte.
- (d) Janeiro de 1826 — Chegaram ao mesmo local o Esquadrão da província da Bahia (Maj Luiz da França Pinto Garcez). 1 Esquadrão do 3º RC, que estava em São Paulo (Ten-Cel José de Castro Canto e Melo).
- (e) 1826 — Estavam em campanha, vindos de Montevidéu : 4º RC (Cel Miguel Pereira de Araujo Barreto); 6º RC (Cel Joaquim Claudio Barbosa Pita); 5º RC (Ten-Cel Felipe Neri de Oliveira); vindo do Rio de Janeiro, o Esquadrão de Lanceiros Alemães (Lanceiros Imperiais).
- (f) 28 Jan 28 — Da organização :
 - 1ª Bda : 1º RC, 4º RC, 5º RC, 7º RC.
 - 2ª Bda : 6º RC, Esquadrão da Bahia.
 - 3ª Bda : 3º RC.

A Ordem do Dia da mesma data determina que o Esquadrão de Lanceiros Imperiais passará a servir de base à organização do 7º Regimento que, conservando este número, se denominará "de Lanceiros Imperiais".

As transcrições acima foram feitas para dar uma confirmação da idéia já exposta da utilização dos efetivos das unidades existentes serem transferidos para recompletar as unidades mais desfalcadas, de acôrdo com as necessidades das operações. Tais modificações eram feitas nas Ordens do Dia dos Comandantes e, posteriormente, aprovadas pela Secretaria dos Negócios da Guerra. Daí a grande dificuldade de se seguir rigorosamente a evolução, tomando-se por base sômente as unidades constituidas.

Finalmente, concluindo este estudo das origens, transcrevo, do Decreto de 4 de maio de 1831 (que regulamentou a Lei de 24 Nov 30), a organização da Cavalaria :

ANTIGA DENOMINAÇÃO/SEDE	NOVA	SEDE
1º Regimento de Cavalaria (Rio de Janeiro)	1º Corpo de Cavalaria	Ouro Preto
2º Regimento de Cavalaria (Ouro Preto)		
3º Regimento de Cavalaria (São Paulo)	3º Corpo de Cavalaria	São Gabriel
4º Regimento de Cavalaria (Serrito)	4º Corpo de Cavalaria	Serrito
5º Regimento de Cavalaria (Rio Pardo)	2º Corpo de Cavalaria	Bagé
6º Regimento de Cavalaria (Montevideú)	Extinto	
7º Regimento de Cavalaria (Paissandu)	Extinto	

As modificações introduzidas por este decreto, por não estarem bem explícitas no mesmo (fonte mais fácil de ser consultada), tem sido origem de inúmeras controvérsias. As mais generalizadas são que o 1º RC manteve a sua denominação e sede. A outra, mais comumente difundida, é que o 2º RC foi transferido para o Rio Grande do Sul.

Apresento as fontes em que me baseio para contraditar estas afirmativas :

(a) Quanto ao 1º RC :

(1) Em 2 de agosto de 1831, a Regência expediu um Aviso a Melo e Sousa, Presidente da Província de Minas, em que determinava a criação do 1º Corpo de Cavalaria, aproveitando na sua organização um Esquadrão do suprimido 1º Regimento de Cavalaria. Este esquadrão era incompleto e já tomara, no Rio de Janeiro, a denominação de Companhia Provisória do Primeiro Corpo de Cavalaria, em Organização na Província de Minas.

(2) No entanto, esta organização não se fez com muita facilidade. Transcrevo, abaixo, na íntegra, a carta dirigida pelo Presidente Melo e Sousa a Lima e Silva, em resposta ao citado Aviso :

"Tendo recebido neste correio o Aviso datado de dois do corrente mês, em que V. Ex.^a me comunica que a Regência em nome do Imperador ordena que eu proceda nesta Província de

Minas Gerais, na conformidade do Decreto e Plano de 4 de maio dêste ano, a organização do 1º Corpo de Cavalaria de 1ª Linha, em que se fundirão os 1º e 2º Regimentos de Cavalaria da antiga numeração, dando demissão às praças que porventura sobrem do estado completo e proceda de acôrdo com a ordem expedida ao Comandante das Armas da Côrte, que por cópia acompanhou o mesmo Aviso, e na qual lhe foi ordenado que organizasse do antigo 1º Regimento o Esquadrão que será contemplado em o nôvo 1º Corpo de Cavalaria; julguei do meu indispensável dever levar ao conhecimento de V. Ex.^a, para serem presentes à Regência em nome do Imperador, as dificuldades que se oferecem à pronta execução do Aviso, a fim de se determinar o mais conveniente aos interesses nacionais e menos prejudiciais aos da Província. Nesta Repartição não foi ainda recebido o Decreto de 4 de maio do corrente ano, nem a cópia da Ordem de 11 do mesmo mês, mostra a redução feita no 1º Regimento de Cavalaria de 1ª Linha, nem a forma do Esquadrão do nôvo Corpo e se contém alguns dos Alferes designados no Mapa, para o serviço de Estandartes, o que me inabilita para proceder na organização desejada. Além disto, um golpe de vista sôbre as circunstâncias peculiares da Província servirá para provar que a redução não é por hora compatível com o presente estado de coisas. A província de Minas Gerais, situada sôbre o plano de quase vinte mil léguas quadradas e circundada por diferentes províncias, é onerada com impostos nos gêneros conduzidos dos portos marítimos e que se arrecadam nos diversos pontos limítrofes dela, em Registros para isso destinados ou Aduanas, donde são conduzidos ao Tesouro desta cidade. Ela é rica, não só por suas matas e campos, como por compreender terrenos diamantinos, cujo serviço é vedado aos particulares, enquanto se reputa interessante fazê-lo por conta da Nação; e auríferos que ainda quando se concedam aos descobridores e nacionais que os obtêm por Cartas de Datas, se reserva uma destas para a Nação e se vende a quem melhor preço oferece. Exigem por isso, guardas e destacamentos que se não podem dispensar em prejuízo da Fazenda Pública. A fertilidade do terreno, a riqueza e a generosidade de nossos habitantes, atraiu de tempos em tempos, a população das Províncias vizinhas e entre esta, a de alguns malvados, dispostos a furtar e assassinar, os quais era mister rebater com mão armada. E se bem que, por alguns anos, estêve a Província livre dêstes inimigos, contudo de próximo, assaltaram êles as margens do Paraíba e os setores de Brejo do Salgado, São Romão, nas margens do de São Francisco e do rio Pardo, limites da Província da Bahia, para onde foi urgente enviar escoltas em auxílio da Justiça, para a execução das diligências legais. Contando hoje a Província de oitocentos mil a um milhão de habitantes, disseminados por uma vasta superfície, ocupados na lavoura e mineração, em cujo trabalho tem empregado mi-

lhares de escravos que, seduzidos pelos anarquistas, podem espalhar o Alarme por toda a Província, é indispensável que o Governo tenha meios de poder acudir prontamente a qualquer insurreição ou mesmo algum motim que se levante em qualquer ponto da Província. Conquanto o Governo nada tenha a recear do caráter, da boa índole dos mineiros, do seu afêro ao sistema jurado, de que tantas provas têm dado, cumpre todavia recordar que os inimigos do Brasil não dormem e se nos vissem desarmados tentariam alguma empresa, e ainda que muito se deva confiar na massa de cidadãos unidos, a dificuldade de os reunir com aquela presteza que é muitas vezes indispensável e que só se encontra na gente disciplinada e estipendiada pela Nação para marchar prontamente, a qualquer ponto onde sua presença se torne indispensável, são razões que convencem da necessidade de conservar, por ora, no mesmo pé, a Fôrça armada existente na Província. Sendo mister, nos primeiros tempos, prover a segurança interna da Província, a guarda dos dinheiros públicos, sua arrecadação e condução, criaram-se algumas Companhias de soldados Dragões. Crescendo, porém, a população, habitada a maior parte das terras, abertas novas estradas, aumentados os Registros ou Alfândegas de portos secos, forçoso era aumentar-se também a Tropa. E assim foi elevada a Fôrça a um Regimento de mais de seiscentas praças, empregadas em grande parte, na administração da Fazenda Pública da Província. Os soldados mineiros foram sempre voluntários, escolhidos com valor e probidade para tão importantes diligências, e o seu número se aumentou segundo a necessidade do emprêgo e está longe de diminuir-se; tem crescido há mais de vinte anos, como se vê da informação número um, e se comprova com a experiência.

Porque em todas as ocasiões de se chamarem os soldados ao serviço militar, na Província ou fora dela, têm sido substituídos por milicianos, aos quais se pagam os soldos e vantagens respectivas. Só a guarnição desta cidade (Ouro Preto), exige cento e cinquenta praças, pois é mister guardar os Tesouros da Província, a Intendência, a Cadeia Pública, onde o crescido número de réus que concorre de todas as partes da Província pela falta de Cadeias seguras, exige uma fôrça respeitável para que eles não tentem evadir-se. Ora, acrescentando as praças desta guarnição, as que devem estar destacadas nas diversas Intendências da Província, para vigiar os dinheiros públicos que nelas se arrecadam e que se recolhem todos os três meses à Tesouraria-Geral nesta cidade; as que se acham empregadas nos diversos Registros e na Demarcação Diamantina, além daquelas que andam em giro, ou para conduzir os cabedais das diversas Recebedorias da Província para o Tesouro dela, ou para substituírem as destacadas nos diferentes pontos, e ainda mais, a conservação de um Esquadrão na Côte, que de tempos em tempos deve ser

rendido, o que não pode ter lugar sem que haja gente disponível, para o serviço da Província, indispensável para fazer as marchas sem se incomodar a cada passo a milicianos, como será possível que todo este serviço se faça com trezentos e noventa e sete soldados? Nestas circunstâncias, a pronta redução do Corpo existente não pode deixar de ser muito prejudicial aos interesses da Província, enquanto não forem substituídos muitos dos soldados por paisanos, encarregados da guarda dos Registros e cofres nêles existentes, bem como das conduções dos dinheiros à distância de cento e cinquenta e mais léguas, por lugares ermos e desertos e isto no caso de aparecerem homens idôneos que se prestem ao serviço, com ordenados mais diminutos do que os dos soldados, o que ao presente se torna difícil e duvidoso. Recorre-se em pronto aos Corpos Milicianos, tem dificuldades insuperáveis, pois além de se acharem quase extintos por dolo ou por omissão do transato Governo, os homens estabelecidos não deixarão com facilidade as suas fazendas, vendo que se dispensaram com baixas e redução os que sem tanto incômodo podiam servir e receber os soldos e vantagens que se lhes concede. À vista pois da necessidade de conservar guarnecidos todos aquêles pontos que ocupam hoje militares pagos pela Nação, e da dificuldade de os substituir em pronto, parece de interesse à Província, que se não faça, por hora, alteração no número das praças do Regimento da mesma Província, até que mudada a forma de arrecadação dos tributos ou extintos os Registros, como é o voto geral dos mineiros, se possa dispensar essa parte da Fôrça Armada nêles empregada e tomarem-se aquelas medidas de economia que forem adotáveis, sem prejuízo da Província. Deus Guarde V. Ex.^a Imperial Cidade de Ouro Preto, em 31 de agosto de 1831. — Ilmo. e Exmo. Sr. Manuel da Fonseca Lima e Silva. — Ass. *Manuel Inácio de Melo e Souza*, Pte. da Província.”

(3) A carta acima foi respondida da seguinte forma :

“Ilmo. e Exmo. Sr. — Pela leitura do officio que V. Ex.^a me dirigiu em 31 de agosto findo, viu a Regência em nome do Imperador as bem fundadas razões e dificuldades que se oferecem para obstar a pronta execução do Aviso de 2 de agosto, que incumbia a V. Ex.^a mandar proceder nessa Província de Minas Gerais a organização do 1º Corpo de Cavalaria de 1ª Linha, na conformidade do Decreto e Plano de 4 de maio do corrente ano. E enquanto a mesma Regência tome em consideração a necessidade urgente que na atualidade obriga a conservar nessa Província o número das praças de pré de que até agora se compõe o antigo 2º Regimento de Cavalaria da Linha, por isso que elas apenas chegam para os indispensáveis destacamentos e diligências extraordinárias do serviço, segundo o Mapa anexo

ao citado Offício, resolveu, todavia, que V. Ex.^a à vista do Plano de 4 de maio que remeto incluso, mande proceder de acôrdo a organização do 1º Corpo de Cavalaria de 1ª Linha, fundindo neste o antigo 2º Regimento de Cavalaria de 1ª Linha, da maneira seguinte: Das praças de pré dêste Regimento que atualmente aí existe, mandará V. Ex.^a formar os quatro Esquadrões de que na conformidade do Plano se deve compor o 1º Corpo em questão, passando a adidos ou agregados, todos os que sobrarem. Nesta organização, cumpre que V. Ex.^a mande incluir também, tanto as praças do extinto 2º Regimento destacadas na Côte e que formando até agora um Esquadrão são reduzidas a uma Companhia Provisória com o respectivo Capitão, Tenente e Alferes, como os do extinto 1º Regimento de Cavalaria, de que igualmente se mandou compor uma Companhia Provisória, com igual número de oficiais. À vista da inclusa relação nominal destas praças que ficam pertencendo ao 1º Corpo de Cavalaria de 1ª Linha, e dêle destacadas na Côte, se abriram no respectivo Livro-Mestre os competentes assentos, enquanto se não remetem as guias, ou sejam consideradas praças efetivas ou agregadas. Nestes têrmos V. Ex.^a verá que nenhuma alteração vai, por hora, sofrer o 2º Regimento de Cavalaria de 1ª Linha, quanto ao pessoal por isso que se conservam tôdas as praças existentes, ainda que excedentes do estado completo do nôvo 1º Corpo. Mas porque na conformidade da Lei de 24 de novembro de 1830, que fixou as fôrças de terra, durante o corrente ano financeiro, deve reduzir-se o Exército-Fôrça de doze mil homens, cabos, anspeçadas e soldados e nesta conformidade tenha baixado o Decreto e Plano de 4 de maio do corrente ano, na qual sômente se contempla na Província de Minas Gerais, um Corpo de Cavalaria de trezentos e noventa e sete praças, no seu estado total e completo, torna-se indispensável que, logo que tenha V. Ex.^a concluído a organização do 1º Corpo de Cavalaria, como levo indicado, me remeta um mapa bem explícito e demonstrativo de sua organização e fôrça, notando-se as praças de pré adidas ou agregadas, assim como os oficiais de patentes que sobrem ou faltem, para se providenciar prontamente, diminuindo-se, igualmente, o número de praças nos outros Corpos do Exército onde menor fôr a exigência do serviço, e combinando-se, assim, o bem dêle com o dispêndio da Fazenda Pública. Por esta razão é do meu dever prevenir a V. Ex.^a que, mandando-se agora dissolver o Esquadrão desta Província aqui destacado, e reduzir simplesmente a uma Companhia Provisória, cujas praças são consideradas destacadas do 1º Corpo de Cavalaria, enquanto as circunstâncias da Côte não permitem que elas se recolham ao lugar de sua parada, como se mandou recolher aos oficiais que excedem de um Capitão, um Tenente e um Alferes, pode dispensar-se de ser êste destacamento elevado a maior fôrça do

que a existente e somente cumpre que elas sejam substituídas ou rendidas quando o permitir o estado do Corpo.

Persuado-me ter assim removido os obstáculos que V. Ex.^a apresentou no seu Officio citado, para deixar de dar cumprimento ao Aviso de 2 de agosto findo, e espero que reduzida a sua doutrina ao disposto neste Aviso, V. Ex.^a concluirá em breve este negócio, habilitando-me a dar conta à Regência em nome do Imperador, de achar-se organizado nessa Província o Corpo de 1ª Linha que a ela pertence, na forma do Plano de organização do Exército. D. G. V. Ex.^a. Palácio no Rio de Janeiro — em 9 de outubro de 1831. — *Manuel F. Lima e Silva*” (*).

(4) Em dezembro do mesmo ano já estava organizado o 1º Corpo de Cavalaria. No mesmo mês regressou a Ouro Preto a Companhia que estava destacada na Corte. Não consegui precisar se a outra Companhia Provisória (organizada com os remanescentes do extinto 1º RC) também foi para Ouro Preto ou se permaneceu destacada na Corte.

(5) Encerrando os esclarecimentos relativos ao 1º Corpo, cumpre acrescentar que em 4 de junho de 1834 foi transferida para o Rio de Janeiro a sua parada. Permaneceu em Ouro Preto uma Companhia Independente, que organizou posteriormente o Corpo de Permanentes, origem da Polícia Militar de Minas Gerais.

(b) Quanto ao 2º RC

(1) A versão mais corrente é que, com a organização de 1831, o 2º RC, de Ouro Preto foi transferido para o Sul. Tal não foi o acontecido, como demonstrei acima. Na realidade, o 5º RC foi transformado em 2º Corpo de Cavalaria, permanecendo em Rio Pardo.

(2) Posteriormente, sua parada foi mudada:

A Decisão n. 74, de 21 de fevereiro de 1834, enviada por carta ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul, mandava marchar para Bagé o 2º Corpo de Cavalaria a fim de tomar ali seus antigos quartéis, enquanto não se edifica o outro”. Na mesma carta se manda recolher a seus quartéis os oficiais dos Corpos de Serrito (4) e São Gabriel (3º), que se encontrassem dispensados.

(3) A confirmação das paradas, quem nos dá é Tasso Fragoso (Revolução Farroupilha), quando cita as tropas existentes na Província ao eclodir a Revolução (2º — em Bagé, 3º — em São Gabriel, 4º em Jaguarão). A única mudança foi a do 4º Corpo.

Finalmente, a última transformação que nos cabe estudar, nas origens, foi a efetivada pelos decretos 30 e 31, respectivamente, de 22 e 28 de

(*) N. R. — Trata-se do Cel Manoel da Fonseca Lima e Silva, então Ministro da Guerra. Era tio do Duque de Caxias, e morreria como Marechal e Barão de Surubhy. Na ocasião, era Regente do Império o seu irmão, Brig Francisco de Lima e Silva (pai de Caxias).

que a existente e somente cumpre que elas sejam substituídas ou rendidas quando o permitir o estado do Corpo.

Persuado-me ter assim removido os obstáculos que V. Ex.^a apresentou no seu Officio citado, para deixar de dar cumprimento ao Aviso de 2 de agosto findo, e espero que reduzida a sua doutrina ao disposto neste Aviso, V. Ex.^a concluirá em breve este negócio, habilitando-me a dar conta à Regência em nome do Imperador, de achar-se organizado nessa Província o Corpo de 1^a Linha que a ela pertence, na forma do Plano de organização do Exército. D. G. V. Ex.^a. Palácio no Rio de Janeiro — em 9 de outubro de 1831. — *Manuel F. Lima e Silva* (*)

(4) Em dezembro do mesmo ano já estava organizado o 1^o Corpo de Cavalaria. No mesmo mês regressou a Ouro Preto a Companhia que estava destacada na Côrte. Não consegui precisar se a outra Companhia Provisória (organizada com os remanescentes do extinto 1^o RC) também foi para Ouro Preto ou se permaneceu destacada na Côrte.

(5) Encerrando os esclarecimentos relativos ao 1^o Corpo, cumpre acrescentar que em 4 de junho de 1834 foi transferida para o Rio de Janeiro a sua parada. Permaneceu em Ouro Preto uma Companhia Independente, que organizou posteriormente o Corpo de Permanentes, origem da Polícia Militar de Minas Gerais.

(b) Quanto ao 2^o RC

(1) A versão mais corrente é que, com a organização de 1831, o 2^o RC, de Ouro Preto foi transferido para o Sul. Tal não foi o acontecido, como demonstrei acima. Na realidade, o 5^o RC foi transformado em 2^o Corpo de Cavalaria, permanecendo em Rio Pardo.

(2) Posteriormente, sua parada foi mudada:

A Decisão n. 74, de 21 de fevereiro de 1834, enviada por carta ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul, mandava marchar para Bagé o 2^o Corpo de Cavalaria a fim de tomar ali seus antigos quartéis, enquanto não se edifica o outro". Na mesma carta se manda recolher a seus quartéis os oficiais dos Corpos de Serrito (4) e São Gabriel (3^o), que se encontrassem dispensados.

(3) A confirmação das paradas, quem nos dá é Tasso Fragoso (Revolução Farroupilha), quando cita as tropas existentes na Província ao eclodir a Revolução (2^o — em Bagé, 3^o — em São Gabriel, 4^o em Jaguarão). A única mudança foi a do 4^o Corpo.

Finalmente, a última transformação que nos cabe estudar, nas origens, foi a efetivada pelos decretos 30 e 31, respectivamente, de 22 e 28 de

(*) N. R. — Trata-se do Cel Manoel da Fonseca Lima e Silva, então Ministro da Guerra. Era tio do Duque de Caxias, e morreria como Marechal e Barão de Suruhy. Na ocasião, era Regente do Império o seu irmão, Brig Francisco de Lima e Silva (pai de Caxias).

fevereiro de 1839. Estes Decretos confirmados pela Lei 85, de 26 Set 39, organizaram a Cavalaria em Corpos Móveis e Corpos de Guarnição. Tal organização teve muito poucas modificações durante quase todo o Império, que serão tratadas na parte referente às Unidades.

UNIDADES ATUAIS E SUAS ORIGENS

1º REGIMENTO DE CAVALARIA — ITAQUI — RS. Criado pelo Dec 13.916, de 11 Dez 1919, como 1º RCI, tendo como origens o extinto 4º RC, de Pôrto Alegre, que estava sem efetivo desde 1915 (Dec 11.498, de 28 Fev) pelas instruções de 17 Dez 19 continua sem efetivo, tendo como parada Santo Ângelo. O Dec 15.235, de 31 Dez 21 transferiu sua parada para Santiago, permanecendo sem efetivo (Instruções de 21 Fev 22). Foi organizado a 2 Esqd, em Don Pedrito (telegrama de 24 Mai 26). O Dec 24.287, de 24 Mai 34, mantém a mesma denominação, tranpferindo-o, no entanto, para Santiago. Em 24 Set 38 foi transferido para Itaquí, mas permaneceu, só tendo sido transferido efetivamente por ato de 5 Abr 44. O Dec 21.134, de 15 Mai 46, transformou-o em 1º RC.

O Regimento pode ser considerado como legítimo continuador do 4º RC, criado por Dec de 2 Jun 1846 e que teve as seguintes transformações:

Dec 3.355, de 9 Dez 1865 — 4º Corpo de Caçadores a Cavalo, no Paraguai.

Dec 4.572, de 12 Agô 1870 — 4º RC, no Rio Grande do Sul.

Dec 10.097, de 1 Dez 1888 — 4º RC, em Santana do Livramento.

Dec 6.971, de 4 Jun 1908 — 4º RC, em São Nicolau (sem efetivo

Dev 11.498, de 28 Fev 15; transferido para Pôrto Alegre, permanecendo sem efetivo — Dec 12.739, de 7 Dez 17).

2º REGIMENTO DE CAVALARIA — REGIMENTO JOÃO MANOEL — SÃO BORJA — RS. Criado pelo Dec 10.015, de 18 Agô 1888, no Rio Grande do Sul, como 6º RC. O Dec 10.097, de 1 Dez 1888, determinou que fôsse organizado em Jaguarão, com praças dos 2º e 4º RC. Suas origens, portanto, são as mesmas que as dos atuais 1º RC e 6º Esqd Rec Mec. As Portarias de 27 Agô 89 e de 7 Jan 90 determinaram sua parada em Santa Vitória do Chuí, de onde foi transferida para São Borja, onde permaneceu. O Dec 13.916, de 11 Dez 19, transformou-o em 2º RCI e o Dec 21.134A, de 15 Mai 46, em 2º RC. Em 29 Abr 37 recebeu a denominação de Regimento João Manoel.

3º REGIMENTO DE CAVALARIA — DRAGÕES DO RIO GRANDE — SÃO LUIZ — RS. Criado como 5º RC pelo Dec 1.074, de 30 Nov 852. Foi organizado com praças do 7º Batalhão de Fuzileiros, extinto pelo mesmo decreto. O Dec 3.355, de 9 Dez 865, deu-lhe a denominação de 5º Corpo de Caçadores a Cavalo, no Paraguai. Voltou a 5º RC, no

Rio Grande do Sul, em 1.870 (Dec 4.572, de 12 Agô 870). Permanece 5º RC, com parada em Bagé, pelo Dec 10.097, de 1 Dez 1.888. Em 1908 (Dec 6.971, de 4 Jun), é transferido para São Luiz, onde permaneceu. Transformado em 3º RCI pelo Dec 13.916, de 11 Dez 19 e em 3º RC, pelo Dec 21.134A, de 15 Mai 46. Foi denominado Dragões do Rio Grande em 15 Out 55.

4º REGIMENTO DE CAVALARIA — REGIMENTO SÁ BRITO — SANTIAGO — RS. Criado por Dec 13.916, de 11 Dez 19, tendo como parada Itaqui e permanecendo sem efetivo, como 4º RCI. O Dec 15.235, de 31 Dez 21, transferiu sua parada para Santo Ângelo, onde permaneceu até 29 Agô 44, quando foi efetivada sua transferência para Santiago. Transformado em 4º RC pelo Dec 21.134-A, de 15 Mai 46. Foi denominado Regimento Sá Brito em 8 Mai 54.

O 4º RCI seria (se não tivesse permanecido sem efetivo) o continuador do 12º RC, criado pelo Dec 56, de 14 Dez 889, com sede em Quaraí, que foi transformado em 7º RC pelo Dec 6.971, de 4 Jun 908 e que ficou sem efetivo por força do Dec 11.498, de 15 Fev 15. Em 7 Dez 17 (Dec 12.739, de 7 Dez 17) foi transferido para Itaqui, permanecendo sem efetivo.

5º REGIMENTO DE CAVALARIA — QUARAI — RS. O Dec de 1 Dez 824 reuniu a Cavalaria da Legião de São Paulo (existente antes de 1808) e o Esquadrão da Cidade de São Paulo (criado em 22 Nov 820) para organizar o 3º RC, no Rio Grande do Sul. A Unidade manteve a mesma denominação durante todo o Império, inclusive no Paraguai. O Dec 10.097, de 1 Dez 888 manteve sua denominação, estabelecendo sua parada em São Borja, de onde foi deslocado durante a Revolução Federalista. O Dec 6.971, de 4 Jun 908, transformou-o em 8º RC, com sede em Uruguaiana. Foi transformado em 5º RCI pelo Dec 13.916, de 11 Dez 19 e transferido para Quaraí como consequência da reorganização de 1934. Em 1946 (Dec 21.134A, de 15 Mai) foi transformado em 5º RC.

6º REGIMENTO DE CAVALARIA — REGIMENTO JOSÉ DE ABREU — ALEGRETE — RS. Foi criado em 1888 (Dec 10.015, de 18 Agô 88) tendo sido organizado em São Paulo, SP, com praças de outras unidades. A Portaria de 17 Mar 894 transferiu sua parada para Sorocaba. Entre 1901 e 1907 esteve estacionado em Santa Vitória do Palmar. O Aviso de 28 Nov 908 manteve a sua numeração, porém, o de 27 Fev 09 transformou-o em 9º RC, com parada em Alegrete. O Dec 13.916, de 11 Dez 19, transformou-o em 6º RCI, com parada em Quaraí, que foi retificada para Alegrete pelo Dec 15.235, de 31 Dez 21. Finalmente, o Dec 21.134A, de 15 Mai 46, transformou-o em 6º RC. Foi denominado Regimento José de Abreu em 18 Mai 57.

7º REGIMENTO DE CAVALARIA — SANTANA DO LIVRAMENTO — RS. O Aviso de 28 Nov 908, que regulamentou a organização das unidades criadas pelo Dec 6.971, de 4 Jun, determinou que o 15º RC, com parada em Santana, fôsse organizado com um Esqd da Ala Esquerda

do 9º RC, sediado em São Cristóvão, DF. Os decretos 11.498 e 11.499, de 23 Fev 15, mantiveram-lhe a numeração e parada, dando-lhe, no entanto, mais dois esquadrões do extinto 16º RC. Os decretos 13.916, de 11 Dez 19 e 24.287, de 24 Mai 34, mantiveram-no como 7º RCI, com a mesma parada, onde permanece, como 7º RC (Dec 21.134A, de 15 Mai 46).

Suas origens são, portanto, as mesmas do atual 17º RC e as do 16º RC, extinto em 1915. Este Regimento era originário do Corpo de Transportes, de Saican, criado pelo Dec 10.015, de 18 Agô 888, do qual é o 7º RC o único e legítimo continuador.

8º REGIMENTO DE CAVALARIA — URUGUAIANA — RS. O 2º Corpo de Trem, criado pelo Dec 13.916, de 11 Dez 19, em Pindamonhangaba, SP, foi transformado em 1921 (Dec 15.235, de 31 Dez 21) em 12º RCI. A Portaria de 8 Fev 24 transformou-o em 8º RCI, com sede em Quaraí, de onde foi transferido para Rosário e, em 1932, para Uruguaiana, onde permanece. O Dec 21.134A, de 15 Mai 46, transformou-o em 8º RC.

9º REGIMENTO DE CAVALARIA — REGIMENTO JOÃO PROPÍCIO — S. GABRIEL — RS. O 4º Corpo de Trem, criado pelo Dec 13.916, de 11 Dez 19, em Juiz de Fora, MG, foi transformado em 1921 (Dec 1.535, de 31 Dez) em 14º RCI, com sede em D. Pedrito, tendo, no entanto, permanecido em Juiz de Fora. A Portaria de 8 Fev 24 transformou-o em 9º RCI, com parada em São Gabriel. Em 1946 (Dec 21.134A, de 15 Mai) transformado em 9º RC. Foi denominado Regimento João Propício em 14 Out 37.

10º REGIMENTO DE CAVALARIA — REGIMENTO ANTÔNIO JOÃO-BELA VISTA — MT. Por decreto de 22 de janeiro de 1818 foi criada a Legião da Capitania de Mato Grosso, com um *Esquadrão a 12 Cias*, a ser formado tendo por base a Cia de Dragões já existentes (e que seria destacada do Regimento de Minas). Em 1839 (22 Fev) foi transformado em Companhia de Cavalaria e em 1847 (Dec 529, de 23 Agô) em Esquadrão. O Dec 782, de 19 Abr 51, transformou-o em Corpo Fixo de Cavalaria de Mato Grosso, com sede em Nioac. Pelo Dec 3.555, de 9 Dez 65, passou a ser denominado 1º Corpo de Caçadores a Caval, no Paraguai. Passou a 1º Corpo de Cavalaria pelo Decreto 4.572, de 12 Agô 870. Transformado em 7º RC pelo decreto 10.015, de 18 Agô 88, permaneceu em Nioac. Em 1908, pelo Dec 6.971, de 4 Jun, foi transformado em 3º RC e transferido para Bela Vista, onde ainda permanece. Foi transformado em 10º RCI pelo Dec 13.916, de 11 Dez 19 e em 10º RC pelo Dec 21.134, de 15 Mai 46. Em 28 Jan 47 foi reduzido a 1º/10º RC e, novamente, elevado a 10º RC em 24 Dez 47. Recebeu a denominação de Regimento Antônio João em 30 Dez 38.

11º REGIMENTO DE CAVALARIA — PONTA PORÃ — MT. Criado em 1919 (Dec 13.916, de 11 Dez), como 11º RCI, com parada em Ponta Porã, a organizar. Manteve a mesma numeração até o Dec 21.134A, de 15 Mai 46, quando passou a 11º RC.

12º REGIMENTO DE CAVALARIA — BAGÉ — RS. Criado como 11º RC, com sede em Uruguaiana, em consequência do Dec 56, de 14 Dez 89. Foi transferido para Bagé pelo Dec 6.971, de 4 Jun 908. Pelo Dec 13.916, de 11 Dez 19, foi transformado em 8º RCI e pela Portaria de 8 Fev 24 em 12º RCI. Em 1946 (Dec 21.134A, de 15 Mai) passou a 12º RC.

13º REGIMENTO DE CAVALARIA — REGIMENTO OSÓRIO — RS. O Decreto 6.991, de 4 Jun 908, regulamentado pelo Aviso de 28 Nov, criou o Esqd Trem da 3ª Brigada, em Cruz Alta, a ser organizado. Em 1915 (Dec 11.498, de 28 Fev) foi transformado no 5º Corpo de Trem, em Rio Pardo. Pelo Dec 13.916, de 11 Dez 19, foi transformado no 3º Corpo de Trem, com parada em Margem. O Dec 12.235, de 31 Dez 21, transformou-o no 13º RCI, sediado em Lavras. Foi transferido para Jaguarão em 1934 (Dec 24.237, de 24 Mai) e transformado em 13º RC pelo Dec 21.134A, de 15 Mai 46. Em 10 Fev 51, foi denominado Regimento Osório.

14º REGIMENTO DE CAVALARIA — DOM PEDRITO — RS. A Portaria de 17 Mar 894, regulamentando o Dec 1.682, de 28 Fev do mesmo ano, mandou organizar o 14º RC em Campanha, MG. A denominação foi mudada pela Portaria de 4 Mai para 8º RC. O Aviso de 28 Nov 908, regulamentando a execução do Dec 6.971, de 4 Jun, transforma o Regimento, que se encontrava em São Gabriel, mantendo-lhe a numeração. O Aviso de 27 Fev 909 transforma-o em 10º RC, com parada em Santana. Os decretos de 23 Fev 15 (11.498 e 11.499) mantiveram a mesma numeração, deixando-o, entretanto, sem efetivo. Em 1919 (Dec 13.916, de 11 Dez) foi transformado em 3º RCD, com sede definitiva em Rosário e provisória em Dom Pedrito. A Portaria de 8 Fev 24 transformou-o em 14º RCI e o Dec 24.287, de 24 Mai 34, deu sua parada definitiva como sendo em Dom Pedrito. Transformado em 14º RC pelo decreto 21.134A, de 15 Mai 46.

17º REGIMENTO DE CAVALARIA — PIRASSUNUNGA — SP. O Dec 30, de 22 Fev 839, criou em Ouro Prêto, o Esquadrão de Cavalaria de Minas Gerais, que foi reduzido, pelo Dec 167, de 14 Mai 842, a Cia Cav de Minas Gerais. Pelo decreto 3.555, de 9 Dez 865, foram extintos os Corpos de Guarnição e a Cia foi reunida, juntamente com a de São Paulo, ao 1º Corpo de Caçadores a Cavallo, no Paraguai. O Dec 4.572, de 12 Agô 870, reorganizando o Exército, manda organizar com urgência a Cia Cav, de Ouro Prêto, que recebeu novamente elementos que estavam do extinto 1º Corpo de Caçadores a Cavallo. Em 1887 (Dec 9.818, de 8 Dez) a Cia Cav de Minas foi transferida para Goiás, o 2º Corpo de Guarnição (Goiás) foi transferido para o Paraná e o Esq Cav do Paraná foi transferido para Ouro Prêto. Por ocasião da reorganização de 1888 (Dec 10.015, de 18 Agô e 10.097, de 1 Dez) estas transferências não tinham sido completadas, porém, existiam nas três guarnições elementos das três citadas unidades. Em Ouro Prêto, foi organizado o 9º RC, tendo como elemento formado o Esqd vindo do Paraná, mas com elementos

restantes da Cia transferida para Goiás e que não haviam seguido. Em 1889 o 9º RC foi transferido para a corte, por estarem seus oficiais empenhados no movimento republicano, o que deu origem a sérios atritos com o Chefe de Polícia da Província. Permaneceu com a mesma denominação e com parada em São Cristóvão, pelo Dec 56, de 14 Dez 89. Em 1908 (Dec 6.971, de 4 Jun e Portaria de 28 Nov) foi transformado no 13º RC, com a mesma parada. Em 1919 (Dec 13.916, de 11 Dez) passou a constituir o 2º RCD, com parada provisória no Rio e definitiva em Pirassununga, onde se instalou em 1922. Em 1929, destacou o 4º Esqd para Quitaúna, SP. Em 1932 (Dec 21.869, de 21 Set) foi extinto, sendo reorganizado com 1 Esqd do 1º RCD e um do R Es. Em 1946 (Dec 21.134A, de 15 Mai) passou a 17º RC. Foi reduzido a 1/17º RC em 28 Jan 47 e elevado novamente a 17º RC em 1949 (*).

A sua extinção em 1932 não causou solução de continuidade, pois um dos elementos formadores (o R Es) é originário do próprio Regimento.

1º/20º REGIMENTO DE CAVALARIA — PASSO FUNDO — RS.

Pelas Portarias de 27 Agº 889 e 7 Jan 890 e demais documentos da época, vê-se que o 8º RC (Dec 10.015, de 18 Agº 88 e 10.097, de Dez 88) foi organizado com o 2º Corpo de Guarnição, que viera transferido de Goiás (Dec 9.818, de 8 Dez 87) e remanescentes do Esqd transferido para Ouro Preto pelo mesmo decreto e que ainda permaneciam em Curitiba. Em 1894 (Port 4 Mai) o Regimento foi transformado em 13º RC, permanecendo em Curitiba. O Aviso de 28 Nov 908, transformou-o em 2º RC, com parada em Guarapuava. Pelos Dec 11.498 e 11.499, de 23 Fev 15, permaneceu como 2º RC, com parada em Castro. O Dec 13.916, de 11 Dez 19, transformou-o no 5º RCD, com parada provisória em Castro e definitiva em Guarapuava. Sua sede foi retificada em 1921 (Dec 15.235) para Castro. Em 1929 destacou o 4º Esqd para Curitiba, para onde foi transferido também em 1938 (Portaria 312, de 31 Dez). Posteriormente, destacou seu 2º Esqd para Palmas. O Dec 21.134A, de 15 Mai 46, transformou-o em 20º RC, em Curitiba, com o 2º Esqd destacado em Palmas. Em 28 Jan 47 foi reduzido a 1º/20º RC. Em 27 Dez 47 foi transformado em 5º Esqd Rec Mec, transformação anulada em 6 Fev 48. Em 29 Jan 49 foi transferido para Passo Fundo, RS. Em 1950 foi elevado a 20º RC e reduzido novamente a 1º/20º RC em 1953.

1º REGIMENTO DE CAVALARIA DE GUARDAS — DRAGÕES DA INDEPENDÊNCIA — BRASÍLIA — DF. O 1º Regimento de Cavalaria do Exército, criado em 13 Mai 808 já teve suas origens estudadas minuciosamente quando foram abordadas as origens de nossa Cavalaria. Permaneceu como 1º RC até 1919 (Dec 13.916, de 11 Dez), quando foi transformado em 1º RCD. Em 13 Jul 46 foi transformado em 1º RCG. Foi denominado Dragões da Independência em 20 Agº 36. Transferido para Brasília, mantém naquela cidade um escalão avançado, enquanto se ultimam suas instalações definitivas.

(*) N.R. — Este Regimento foi recentemente transferido para Amambai (MT), e já iniciou a sua mudança, com um Esqd Fzo.

REGIMENTO ESCOLA DE CAVALARIA — REGIMENTO ANDRADE NEVES — VILA MILITAR — GB. A Portaria de 28 Nov 908 (instruções para a organização das unidades criadas pelo Dec 6.971, de 4 Jun) mandou organizar o Esqd de Trem da 1ª Bda, em Gericinó, com 1 Esqd da Ala Esquerda do 9º RC (ver origens no 17º RC). Os decretos 11.498 e 11.499, de 23 Fev 15, transformaram o Esqd em 3º Corpo de Trem, que passou a 1º C Trem por força do Dec 13.916, de 11 Dez 19. O Dec 15.235, de 31 Dez 21, transformou-o em 15º RCI, na Vila Militar. Em 10 Mai 32 foi transformado em Regimento Escola. Denominado Regimento Andrade Neves em 1 Agô 34, foi mantido como Regimento Escola de Cavalaria pelo Dec 21.134A, de 15 Mai 46.

1º ESQUADRÃO INDEPENDENTE DE CAVALARIA — GUARAPUAVA — PR. O Dec 24.287, de 24 Mai 34, criou o 15º RCI, com paraça em Guarapuava, a organizar. Ato de 26 Dez 38 mandou que fôsse organizado em Castro, com elementos do 5º RCD. As instruções foram complementadas pela Port 312, de 31 Dez 38, que mandava organizá-lo em Castro, logo que o 5º RCD fôsse transferido para sua nova sede e ficasse desocupado o quartel. Foi instalado em Guarapuava em 8 Dez 42. O Dec 21.134A, de 15 Mai 46, transformou-o em 15º RC. A 28 Jan 47 foi reduzido a 1º/15º RC e transformado em 1º EIC em 24 Dez do mesmo ano. *Suas origens são, portanto, ligadas as do atual 1º/20º RC.*

2º ESQUADRÃO INDEPENDENTE DE CAVALARIA — PALMAS — PR. A Portaria de 28 Jan 47 determinou que o 2º/20º RC permanecesse em Palmas. Em 24 Dez do mesmo ano foi transformado em 2º EIC. Mesmas origens que o atual 1º/20º RC.

1º REGIMENTO DE CAVALARIA MOTORIZADO — SANTA ROSA — RS. Em 28 Set a 1ª Cia de Infantaria Montada foi transformada em 1º/1º Regimento de Cavalaria Transportado. Em 2 Set 42 foi mandado organizar e dar efetivo ao 1º RCT, transferindo-o de Santiago para Santa Maria. Em 22 Set foi mandado transferir para Santa Rosa. Em 13 Jan 44 foi denominado 1º RC Motorizado.

2º REGIMENTO DE CAVALARIA MOTORIZADO — ROSÁRIO — RS. Em 22 Dez 38, a 2ª Cia Inf Montada, de Santa Maria, foi transformada em 1º/2º RCT. Em 14 Dez 40 foi organizado o 2º RCT, em Rosário, que mudou sua denominação para o 2º RC Motorizado em 13 Jan 44 (*).

3º REGIMENTO DE CAVALARIA MOTORIZADO — SÃO GABRIEL — RS. A 3ª Cia Inf Montada foi transformada em 1º/3º RCT, em 23 Dez 38. Em 23 Jan 42 foi mandado dar efetivo ao 3º RCT, que foi transformado em 3º RCM, em 13 Jan 44.

(*) N.R. — A esta unidade cabe a honrosa missão de guardar o campo da Batalha do Passo do Rosário, com os veneráveis símbolos que ali se encontram.

1º/4º REGIMENTO DE CAVALARIA MOTORIZADO — TRÊS LAGOAS — MT. Criado em 29 Jun 49, sendo organizado com praças da extinta 1ª/1º BIB.

1º REGIMENTO DE RECONHECIMENTO MECANIZADO — SANTO ÂNGELO — RS. Criado em 3 Abr 44, como 1º Regimento Moto-mecanizado, para instalação imediata em Santo Ângelo. Denominado 1º RC Mecanizado pelo Dec 21.134A, de 15 Mai 46. Denominação atual de corrente de Dec 41.186, de 20 Mar 57.

2º REGIMENTO DE RECONHECIMENTO MECANIZADO — PÔRTO ALEGRE — RS. Dec-Lei 5.171, de 6 Jan 43, criou o 2º R Auto-Metralhadoras de Cavalaria, em Uruguaiana. Em 13 Jan 43 foi mandado organizar provisoriamente no Rio de Janeiro (Quartel da Escola das Armas — DO de 4 Fev 43). Em 17 Mai 43 foi transformado no 2º R Moto-Mecanizado. Transferido para Pôrto Alegre, em 6 Jan 44. Mudanças de denominação idêntica ao 1º R Rec Mec.

3º REGIMENTO DE RECONHECIMENTO MECANIZADO — BAGÉ — RS. Criado pelo Dec-Lei 5.170, de 6 Jan 43, em Bagé. Transformado em 3º RMM, em 17 Mai 43. Mudanças de denominações idênticas ao 1º R Rec Mec.

1º/6º REGIMENTO DE RECONHECIMENTO MECANIZADO — CAMPO GRANDE — MT. Criado em 29 Jan 49, sendo organizado com o Esqd Rec da extinta Ala MM do Regimento Escola de Cavalaria.

REGIMENTO DE RECONHECIMENTO MECANIZADO — CAMPINHO — GB. Dec-Lei 3.994, de 31 Dez 41, criou a ala MM do 7º RCD, em Recife, mandando que fosse organizado, a partir de 13 Jan 42, no Rio de Janeiro. Avisos 238 x 10 e 239 x 10, de 29 Jan 42, mandam organizar a Ala MM do 7º RCD, no quartel do 1º RO, em São Cristóvão, com material e pessoal do Esqd Auto Mtr do Grupamento Escola MM e seguir destino no mês seguinte. Em 17 Mai 43 é transformado em 7º Grupo Moto-Mecanizado, de Reconhecimento, em Recife. Em 31 de Dez 44 é transformado em 1º Grupo Moto-Mecanizado de Reconhecimento, da Divisão Moto-Mecanizada. Posteriormente foi transferido para o Rio de Janeiro, como Grupo de Reconhecimento Mecanizado, da Divisão Blindada.

1º BATALHÃO DE CARROS DE COMBATE — BONSUCESSO — GB. Criado em 13 Mai 44, como 1º Regimento de Carros de Combate. Transformado em 1º BCC/DMM em 26 Agô 44. Manteve a denominação de BCC pelo Dec 21.134A, de 15 Mai 46.

2º BATALHÃO DE CARROS DE COMBATE — VALENÇA — RJ. Criado em 31 Mai 45, como 2º BCC/DMM, no Rio de Janeiro. Estêve sediado em Deodoro, GB, sendo posteriormente transferido para Valença.

3º BATALHÃO DE CARROS DE COMBATE — REALENGO — GB. Criado como 3º BCC/DMM, em 9 Jun 45; manteve denominação pelo Dec 21.134A, de 15 Mai 46.

ESQUADRÃO ESCOLA DE RECONHECIMENTO MECANIZADO — DEODORO — GB. Criado pelo Aviso 400, de 25 Mai 38, como Subunidade Escola, para servir de Núcleo formador do C I M M. No ano seguinte, já organizado o C I M M, passou a Esquadrão Escola de Auto Metralhadoras. Posteriormente, passou a Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, e, em 1952, a Esquadrão Escola de Reconhecimento Mecanizado.

Merece ser destacado que este Esquadrão foi a primeira Unidade de Cavalaria Mecanizada do Brasil. Sua história é cheia de exemplos de dedicação, que não cabe recordar neste breve resumo. No entanto, não será demais lembrar-se que tôdas as Unidades Mecanizadas nos primeiros anos da década dos 40, o foram com elementos oriundos ou instruídos no Esquadrão, quando não com seu próprio pessoal e material. Hoje em dia um dos justos orgulhos do Exército é o Regimento de Reconhecimento Mecanizado da DB, organizado, como Ala MM do 7º RCB, com pessoal e material do Esquadrão. Se o Exército cultua com carinho os seus Dragões da Independência, estaria fazendo justiça se cultuasse com carinho também o seu pequenino, humilde, esquecido, mas valoroso Esquadrão Escola, que não possui quartel, nome e autonomia, em que pese os seus serviços e antigüidade.

2º ESQUADRÃO DE RECONHECIMENTO MECANIZADO — ESQ ANHANGUÉRA — SÃO PAULO — SP. Origens do 17º RC. Transformado em 2º Esqd Rec Mec pelo Dec 21.134A, de 15 Mai 46. Denominado Esqd Anhanguéra em 18 Agô 54.

1º ESQUADRÃO DE RECONHECIMENTO MECANIZADO — ESQD TEN AMARO — VILA MILITAR — GB. Em 6 Dez 43 mandado organizar imediatamente o 1º Esqd Rec Mec/1ª DIE, como 1º Esqd R Rec, do 2º RMM, do Rio de Janeiro. Em 21 Agô 45, foi estabelecido que sua parada seria na Vila Militar.

3º ESQUADRÃO DE RECONHECIMENTO MECANIZADO — SANTA MARIA — RS.

6º ESQUADRÃO DE RECONHECIMENTO MECANIZADO — PORTO ALEGRE — RS. São os dois esquadrões os herdeiros legítimos e diretos das gloriosas tradições dos Dragões do Rio Pardo e do famoso 2º RC, do Império, que manteve a denominação e a parada em Jaguarão, pelos Dec 10.015 e 10.097, respectivamente, de 18 Agô e 1 Dez 88, bem como pelas portarias de 27 Agô 89 e 7 Jan 90. O Aviso de 28 Nov 908, regulamentando o Dec 6.971, de 4 Jun, transformou-o em 12º RC, com a mesma sede. Pelo Dec 13.916, de 11 Dez 19, foi transformado em 9º RCI e pela Port de 8 Fev 24 em 3º RCD. Em 1929 destacou o 4º Esqd

para Pôrto Alegre. Pelo Dec 24.287, de 24 Mai 34, foi transferido para Pôrto Alegre. O Dec 21.134A, de 15 Mai 46, transformou o 3º RCD em 18º RC, criando também, com elementos seus, o 3º Esqd Rec Mec (provisoriamente Hipo). O Regimento havia sido denominado Regimento Osório, em 15 Mai 33 (por ser o legítimo continuador do famoso 2º RC). Em 28 Jan 47, o 18º RC foi reduzido a 1º/18º RC, continuando aquartelado em Pôrto Alegre, juntamente com o 3º Esqd Rec Mec. Em 24 Dez 47 o 1/18º RC foi transformado em 6º Esqd Rec Mec. Finalmente, em 29 Jan 49, o 3º Esqd Rec Mec foi transferido para Santa Maria.

4º ESQUADRÃO DE RECONHECIMENTO MECANIZADO — JUIZ DE FORA — MG. O Dec 21.134A, de 15 Mai 46, transformou o 4º/4º RCD, de Juiz de Fora, em 4º Esqd Rec Hipo, que foi transformado em 4º Esqd Rec Mec em 28 Jan 47.

O 4º RCD foi criado pelo Dec 13.916, de 11 Dez 19, com sede em Três Corações. Em 1929 destacou seu 4º Esqd para Juiz de Fora. O Dec 21.134A, transformou-o em 19º RC, que foi reduzido a 1º/19º RC em 28 Jan 47 e posteriormente extinto, sendo seu pessoal, animais e material, bem como instalações, aproveitados para a Es SA.

5º ESQUADRÃO DE RECONHECIMENTO MECANIZADO — CURITIBA — PR. Criado pelo Dec 21.134A, de 15 Mai 46, foi mandado organizar em 6 Fev 48.

7º ESQUADRÃO DE RECONHECIMENTO MECANIZADO — RECIFE — PE. Criado pelo Dec 21.134A, de 15 Mai 46, foi mandado organizar em 24 Dez 47.

CONCLUSÃO

Repetindo minhas palavras iniciais, não julgo que este trabalho esteja completo. E seria interessante que ele fôsse objeto de pesquisa por parte de outros estudiosos do assunto.

Deve ser complementado por outros, que não eu, por dois motivos: 1º — depois de algum tempo, o pesquisador começa a se julgar o único ou, pelo menos, o mais certo. Particularmente, depois que encontra falhas perfeitamente explicáveis — nos trabalhos já existentes. Há grande perigo de excesso de personalismo, depois de algum tempo de "bateia". 2º — a reconstituição completa deve ser um grande trabalho de equipe, coordenada pelo EME, mas trabalhando em vários locais, percorrendo arquivos, etc.

Como se trata de um resumo das origens históricas, não me detive em peculiaridades próprias de cada unidade. Porém, o simples compulsor deste trabalho, permitirá ver as grandes distorções e, mesmo, injustiças, que vêm sendo cometidas, particularmente no que tange à atribuição de nomes, estandartes e distintivos de braço às Unidades.

O critério de se atribuir nomes às Unidades somente porque estão sediadas em locais históricos é tremendamente injusta. Nas mais das vezes atende a interesses de vaidade pessoal, regional, ou, mesmo, políticos (*).

Sem querer abordar, com espírito imparcial, porém crítico, algumas denominações atuais altamente discutíveis, considero particularmente injustificados:

- o 5º RC;
- o 17º RC;
- o 3º e 6º Esqd Rec Mec;
- o Esq Es Rec Mec.

BIBLIOGRAFIA

O EXÉRCITO BRASILEIRO — Jonathas Monteiro (ver N.R., pág. 55).

CRÔNICA MILITAR — Augusto de Lima Júnior.

HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL — Genserico de Vasconcellos.

EVOLUÇÃO MILITAR BRASILEIRA — JB Magalhães.

ANUÁRIO MILITAR (vários anos).

COLEÇÃO DE ORDENS DO DIA E BOLETINS DO EXÉRCITO.

COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL.

COLEÇÃO DE CARTAS, INSTRUÇÕES, ORDENS, ETC., DA BIBLIOTECA NACIONAL.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (documentos).

ARQUIVO NACIONAL (documentos).

ARQUIVO DO EXÉRCITO (documentos).

(*) N.R. — É interessante observar que algumas unidades adotam, para si mesmas, curiosas e significativas legendas. Assim, por exemplo: o 5º RC é a "Sentinela do JARAU", o 12º RC são "Lanceiros de SANTA TECLA"...

A Guerra Revolucionária leva o perigo comunista ao umbral de cada casa e a última frente se situa no espírito de cada cidadão!

A ARTILHARIA DE EXÉRCITO NAS ARDENAS

Maj Art (QEMA)

ALVARO GALVÃO PEREIRA

1. GENERALIDADES

No começo do mês de dezembro de 1944, o Alto Comando Alemão reuniu, com grande rapidez e dentro do maior sigilo, dois exércitos blindados e desencadeou, no dia 16, uma ofensiva geral contra o I Exército Americano. A operação produziu uma ruptura numa frente de 56 quilômetros, com uma profundidade de 97 quilômetros. Admite-se que o plano alemão visava transpor o rio Mosa para conquistar Bruxelas e Antuérpia, fazendo o esforço principal por Liege.

O Exército Alemão foi detido dez dias após o início do ataque. As pontas de lança blindadas, acompanhadas por divisões de infantaria, realizaram quatro ataques importantes.

O mais ao norte, e inicialmente o esforço principal, foi contido e desviado pela obstinada resistência do 5º Corpo de Exército, em Monschau e Malmedy.

As forças lançadas na direção de Namur foram retardadas e divididas em St Vith, pela esquerda do 8º CEx. A coluna do norte, reforçada para se constituir no esforço principal, foi contida pela oportuna introdução do 18º CAeTer na frente, em Werbomont, e detida na região de Marche-Hotton, graças a roçada decisiva e rápida do 7º CEx. A coluna do sul, constituindo o esforço secundário, ficou detida em Bastogne pelo centro do 8º CEx, mais tarde reforçado pelo 3º Ex.

O ataque diversionário lançado no Luxemburgo, contra a direita do 8º CEx, foi rechaçado para a base de partida.

2. INTRODUÇÃO

Esta é a história da Artilharia do Primeiro Exército Americano durante a contra-ofensiva alemã nas Ardenas, em dezembro de 1944. Compreende o período entre o ataque alemão, em 16 de dezembro, e a retomada da ofensiva pelo 1º Ex, em 3 de janeiro de 1945. Não é um relatório completo, tratando de todos os aspectos das operações. Assim, a atuação das outras Armas será descrita apenas no que fôr necessário para mostrar seu efeito sobre o emprego da Artilharia. Por se tratar exclusivamente do 1º Ex Americano, foram omitidas as principais operações de Artilharia de outras forças, como, por exemplo, as que se desenrolaram em torno de Bastogne.

15 DE DEZEMBRO

No dia 15 de dezembro, a constituição da AEx era muito variada, atendendo à diversidade dos setores dos Corpos de Exército (figura I e quadro 1). Ao norte, a ACEx/7 completara uma série de desdobramentos avançados para apoiar o ataque do Corpo, de Aachen para o rio Roer. Enquanto uma parte da Artilharia continuava a apoiar a limpeza da margem ocidental do Roer, os reconhecimentos eram orientados para as zonas das posições avançadas, de onde seria realizado o apoio à projetada continuação do ataque para o Reno. A Artilharia do Corpo atuava centralizada, cooperando com as divisões através do reforço de fogos. O setor era estreito e as possibilidades de tiro permitiam a concentração de quase toda a ACEx em qualquer ponto de sua zona de ação.

No centro, a ACEx/5 estava, também, disposta ofensivamente. O ataque do Corpo para conquistar o conjunto de represas que regularizavam o Roer, atingia o quarto dia. O avanço através da floresta de Hurtgen era lento, mas esperava-se que uma densidade muito forte de fogos de Artilharia assegurasse a continuidade do ataque. A ACEx estava organizada em dois Agrupamentos principais: um ao norte e outro no centro, aguardando a possibilidade de, praticamente, poder concentrar todos os fogos sobre a área da represa. A AD/99, reforçada por um grupo médio e uma bateria pesada, apoiava um setor defensivo no flanco sul do Corpo.

Ao sul, a imensa frente do 8º Corpo não podia ser reforçada em toda a sua extensão pela Artilharia disponível no Corpo.

QUADRO 1

ORGANIZAÇÃO PARA O COMBATE DA AEX/I, NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 1944

5º CORPO DE EXÉRCITO	7º CORPO DE EXÉRCITO	8º CORPO DE EXÉRCITO
ACEx/5 e Bia C/ACEx	ACEx/7 e Bia C/ACEx	ACEx/8 e Bia C/ACEx
17º G Obs	13º G Obs	16º G Obs
1º/285º G Obs	2º/285º G Obs	174º Agpt
187º Agpt	18º Agpt	Bia C/Agpt
Bia C/Agpt	Bia C/Agpt	965º GO 155
5º GO 155 (da AD/1)	183º GO 155	969º GO 155
187º GO 155	751º GO 155	770º G Can 4.5''
953º GO 155	195º GO 8''	333º Agpt
190º Agpt	142º Agpt	Bia C/Agpt
Bia C/Agpt	Bia C/Agpt	333º GO 155
190º G Can 155	240º G Can 155	771º G Can 4.5''
997º GO 8''	188º Agpt	402º Agpt
106º Agpt	Bia C/Agpt	Bia C/Agpt
Bia C/Agpt	172º G Can 4.5''	550º G Can 155 (— 3ª Bia)
3º/272º GO 240	980º G Can 155	561º G Can 155
186º GO 155	981º G Can 155	578º GO 8''
955º GO 155	87º GOB	740º GO 8''
941º G Can 4.5''	AD/1	AD/4
200º G Can 155 (— 2ª Bia)	grupos orgânicos (— 7º e 5º GO)	grupos orgânicos
15º GOB (integra o GCT/5ª DB)	AD/9	422º Agpt e Bia C/Agpt
16º GOB (integra o GTB/9ª DB)	grupos orgânicos	3ª/559º G Can 155
12º GOB (reforça o 162º R C Mec)	957º GO 155	81º GO 155
AD/2	AD/83	174º G Can 155 AP
grupos orgânicos	grupos orgânicos	AD/7ª
3ª/987º G Can 155 AP	193º GO 155	grupos orgânicos
196º GO 105	951º GO 155	687º GO 105
AD/8	AD/104	AD/106
grupos orgânicos	grupos orgânicos	grupos orgânicos
Sec/987º G Can 155 AP	188º GO 155	275º GOB
76º GO 105	AD/3ª DB	AD/1ª DB
AD/78	grupos orgânicos	grupos orgânicos (— 16º GOB)
grupos orgânicos	58º GOB	
7º GO 105 (da AD/1)	991º G Can 155 AP	
987º G Can 155 AP (— 1ª e 3ª Bia)	AD/5ª DB	
AD/99	grupos orgânicos (— 95º GOB)	
grupos orgânicos	1ª/987 G Can 155 AP	
2ª/200 G Can 155	400 GOB	
776º GO 155		

(*) Obs.: Os G Art Pesada atuavam com o valor de 1 ou 2 Bias, a fim de fornecer o apoio para garantir os dois Gp Provisórios formados com material 105 capturado dos alemães.

NOTAS

1) Os grupos não assinalados como autopropulsados (AP) são auto-rebocados (AR), exceção feita para os grupos de obuses blindados (GOB).

2) As particularidades desta organização para o combate são o reforço dado a quase todas as AD, um Agpt reforçando a AD/4 e o 142º Agpt enquadrando um único grupo.

Um Agrupamento misto havia sido dado em refôrço à AD da 4ª DI, para apoiar seu subsetor, no limite sul do Exército. O restante da ACEX fôra conservado ao norte, pronto para atuar em defesa da penetração que o 8º Corpo realizara na Linha Ziegfried.

A 32ª Brigada de Artilharia, sob contrôle do Exército, estava desdobrada no setor do 7º Corpo. Uma parte dos órgãos de direção de tiro da Brigada fôra deslocada para o sul, para apoiar o ataque do 5º Corpo. A dosagem de Art, em grupos, era a seguinte:

UNIDADE		ACEx/5	ACEx/7	ACEx/8	32 Bda
GO 105		4	3	2	2 (material alemão)
GO 155		6	6	4	—
G Can 4.5		1	1	2	—
G Can 155		3 (—)	4 (+)	3	—
GO 240		1 Bia	—	—	4 (—)
GO 8"		1	1	2	—
G Can 8"		—	—	—	2
AD	GO 105	14	16	11	
	GO 155	4	3	3	

3. O ATAQUE

16 DE DEZEMBRO

Os primeiros sinais de uma atividade inimiga incomum apareceram às 0530 horas do dia 16 de dezembro, constando de uma intensa preparação de Artilharia, realizada ao longo de toda a frente do Exército, e que durou, aproximadamente, duas horas e meia. Durante este período foram bombardeadas as posições avançadas, posições de bateria, postos de comando e centros de comunicações. Os fogos profundos alcançaram Verviers, Malmedy, Eupen e St. Vith.

A ACEX/8 respondeu imediatamente à preparação inimiga e, apesar da destruição das comunicações provocada pelo fogo alemão, foram obtidos sucessos iniciais na contrapreparação.

Em seguida, o inimigo atacou vigorosamente ao longo de toda a frente do 8º Corpo, invadindo os PO avançados e os postos de escuta,

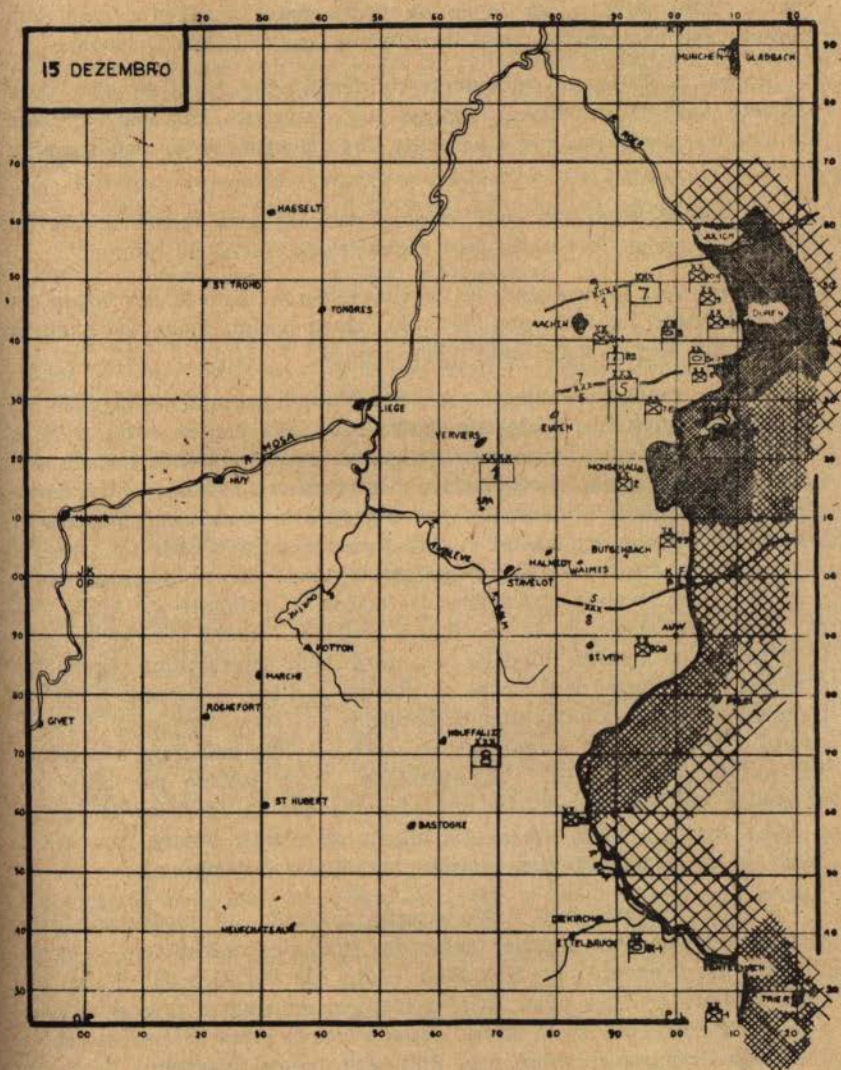


FIGURA I

A densidade do achuriado representa a possibilidade de fogos da Artilharia com o 1º Exército Americano

e privando a ACEx da maior parte de seus órgãos de observação e contrabateria — uma perda particularmente grave, uma vez que o tempo não era favorável à observação aérea. Apesar destes reveses, a Artilharia continuou muito ativa e, ao longo da maior parte da frente, conseguiu diminuir (se bem que temporariamente) o ímpeto inicial do ataque.

Ao sul, a AD/4, oportunamente reforçada pelos fogos do 422º Agrupamento, apanhou as colunas inimigas que avançavam, com concentrações tão bem desencadeadas que a poderosa força atacante se limitou a ganhos locais.

No centro, a AD/28, que ocupava posições bem recuadas, não foi obrigada a mudar de posição face à penetração inicial do inimigo.

Mesmo sem a possibilidade de concentrar a maioria dos fogos em qualquer ponto da sua zona de ação, ainda assim, maltratou tanto o inimigo, que tornou mais lento o seu avanço.

Mais ao norte, no subsetor sob a responsabilidade da AD da 106ª DI, o ataque inimigo não pôde ser controlado. Nos limites entre o 5º e 7º Corpos, o inimigo descobriu um ponto fraco: a frente vigiada por uma tropa de Cavalaria, reforçada. Após romper a cortina de Cavalaria, uma poderosa força blindada infletiu e progrediu para o sul. Penetração semelhante foi conseguida ao sul do subsetor da 106ª DI. As posições avançadas da AD/106 se tornaram insustentáveis face à pressão frontal e à infiltração inimiga por ambos os flancos. A Sudoeste da AUW, (*) as regiões de posições de Artilharia orgânica, exceto um grupo e o 275º Grupo de Obuses Blindado, que fôra dado em refôrço, caíram sob o alcance dos morteiros e armas de pequeno calibre, e ficaram, temporariamente, cercadas. Contra-ataques noturnos aliviaram a pressão, e todos, exceto o 590º GO 105 e uma Bia do 589º GO 105, iniciaram o combate em retirada. O 591º GO 105, entretanto, ficou isolado por ação dos blindados, em Winterspelt. Do mesmo modo que as unidades da frente, a ACEx também ficou sob a ação direta do ataque inimigo durante o início do deslocamento para posições preparadas à retaguarda.

A ACEx/5 respondeu à preparação realizada de madrugada pela Artilharia alemã com a maior parte dos tiros de contrabateria a cargo do 406º Agrupamento, em Monschau, e das AD das 2ª e 93ª DI, ao sul desta localidade. Estas duas divisões também sentiram o peso do ataque e suas AD estiveram muito ativas, desencadeando fogos defensivos contra a ameaça inimiga em Hofen e Bullingen, respectivamente. Como as ameaças ao sul e a leste aumentassem, foram feitos pequenos ajustamentos das áreas de posição, e o 406º Agpt transportou parte de seus tiros para a zona ameaçada.

(*) AUW, Bélgica, consta em segundo lugar numa Relação de Coordenadas que contém 77 referências. AUW corresponde a L0090. Outros exemplos: HOFEN, Alemanha — K 9516; VIELSALM, Belg — P 7089; etc.

Na frente sumariamente defendida pelo 102º RCMec (entre a 78ª e a 8ª DI), os observadores do 62º GOB transmitiram indicações alarmantes de iminente ação inimiga e ajustaram os tiros contra esta ameaça.

Os grupos da ACEx/5, mais ao norte, a ACEx/7 e a 32ª Bda, continuavam a apoiar os ataques dos 5º e 7º Corpos. Embora a Artilharia fôsse abundante neste setor, e a despeito da grande ameaça de envolvimento pelo sul, decidiu-se não relizar nenhuma alteração sensível na organização da Artilharia, até que as intenções do inimigo nas áreas de Monschau e Julich estivessem definidas. Conseqüentemente, nesta oportunidade, só a AD/1 e o 751º GO 155 foram deslocados para o sul.

17 DE DEZEMBRO

A manhã de 17 de dezembro rompeu clara e com visibilidade ilimitada ao longo de toda a frente do Exército. Observadores aéreos e terrestres se depararam com tantos objetivos que apenas os mais importantes puderam ser batidos. O racionamento de munição foi abandonado e os gastos atingiram ao máximo. Apesar de tudo, o inimigo preferiu aceitar as perdas e prosseguiu nos ataques do dia anterior, ao mesmo tempo que desencadeava outros. Por outro lado, as unidades de Artilharia estiveram em ação em todos os setores, cercando pára-quedistas inimigos que haviam descido durante a noite.

Na parte mais ao sul do setor do 8º Corpo, os caças-bombardeiros e os tiros observados da AD/4, reforçada, combinados com os tiros de um grupo da AD/28 e outro da AD/9ª DB, acertaram as colunas "Panzer" e dispersaram-nas parcialmente, antes que pudessem desencadear o ataque. A segunda tentativa alemã para conquistar o Luxemburgo foi retardada, detida e repelida quando a Infantaria e os blindados contra-atacaram, atrás de pesado fogo de apoio, para retomar o terreno perdido.

No centro, a AD/28 continuou a prestar apoio eficiente mesmo enquanto executava uma série de retraimentos, muitos deles sob o fogo das armas leves inimigas. Nesta operação, o judicioso aproveitamento do terreno é imperativo e a Artilharia, embora já debilitada, aproveitando-o, pôde interditar as poucas estradas boas e congestioná-las com as colunas inimigas, proporcionando excelentes alvos para os aviões. A linha de frente, superestricada, curvou-se, mas não se rompeu.

Ao norte, o duplo envolvimento alemão de Schnee Eifel estava completado; elementos da AD/106 que não retraíram na noite anterior, foram cercados, juntamente com dois grupamentos táticos da divisão. As unidades que retraíram, perderam cinco obuses de 105 mm e um obus 155, antes de lograr uma segurança temporária na região 5 km a oeste de St. Vith. As perdas em pessoal e material reduziram bastante a eficiência das unidades; perdeu-se o contato com a central de tiro da AD. Ao sul o 591º GO, que ainda combatia, lutava isolado.

A ACEX/8, que havia iniciado o seu desdobramento na noite anterior, viu-se forçada a uma retirada em massa; a extensão da penetração inimiga era tão grande que nenhuma parada podia ser feita nas posições previamente preparadas. Durante a realização deste movimento, que durou a tarde inteira, o efetivo da ACEX, em ação, consistia apenas de duas baterias de obuses 155 e uma bateria de canhões de 4.5 polegadas. Às 21.00 hs. a maior parte das unidades estava desdobrada em suas novas áreas de posição, 10 km a sudoeste de St. Vith, e fôra restabelecida a ligação com a central de tiro da ACEX. A direção de tiro tinha sido alterada de modo que, aproximadamente, um terço da ACEX era capaz, agora, de atirar contra a ponta de lança germânica, ao norte.

Se bem que o esforço principal alemão fôsse, evidentemente, orientado para aprofundar a penetração mais para oeste, ao longo dos limites entre os 5º e 7º Corpos, colunas blindadas também se voltaram para o norte, em direção às posições de bateria do flanco sul, do 5º Corpo. O Centro de Suprimentos de Artilharia, do 5º Corpo, perto de Waimes, foi abandonado quando a Estrada Principal de Suprimento foi cortada e a Infantaria alemã infiltrou-se até dentro dos próprios depósitos de munição.

Nesta ocasião, a situação da AD/99º DI, reforçada pelo 776º GO 155 e a 2ª Dia do 200º GCan 155, tinha se tornado crítica; as PB em Krinkelt e redondezas estavam praticamente isoladas; a munição estava se esgotando; um comboio fôra aprisionado pelo inimigo, em Bullingen, e os outros não tinham podido alcançar suas unidades; os aviões de observação levantaram vôo, ainda no escuro, pouco antes dos campos de pouso serem ocupados pelos carros de combate; os 371º e 924º GO 155 haviam sofrido grandes perdas em pessoal e material durante o retraimento do dia anterior. Desde que um apoio eficiente não mais podia ser dado à Infantaria, foi realizado um deslocamento, através do campo, para Camp Elsenborn, durante o qual sofreram-se outras perdas.

Enquanto a AD/99º DI combatia em retirada através da infiltração da Infantaria inimiga, a AD da 2ª DI deslocou a metade de seus fogos de quase 3.200 milésimos, para cobrir a retirada. Estes fogos constituíram, também, o meio de defesa da C Tir/AD, em Wirtzfeld; os observadores de um PO neste local, ajustaram os tiros contra elementos blindados que avançavam, detendo-os, finalmente, a cerca de 800 m da C Tir.

Nesta ação, os carros de combate inimigos atingiram as pistas de aterragem da AD/2ª DI antes que os aviões pudessem levantar vôo. Todo o pessoal ficou cercado, mas conseguiu fugir e retornar às unidades.

Mais tarde, os fogos da Art foram concentrados sobre as pistas para garantir a destruição dos aviões abandonados. A ameaça pelo sul estava temporariamente detida, porém futuras ações inimigas nesta direção ameaçariam as posições avançadas dos 37º e 38º GO 105 e as duas Bias do 987º G Can 155, dadas em reforço, ao norte de Wirtzfeld e Krinkelt. O retraimento destas unidades para se juntarem ao restante da AD em

Elsenborn, foi feito sem incidentes. O 196º GO 105, refôrço da divisão, em Kalterherberg, continuou atuando no subsetor da divisão ao sul de Monschau.

Todo êsse tempo e nas ações dos dias seguintes, as unidades de Art continuaram a suprir-se a si próprias nos Postos de Suprimento de Art abandonados, apesar dos mesmos se acharem na linha de frente e parcialmente controlados pelo inimigo. Ao entardecer, tôda a AD/2 e a AD da 99ª DI (menos o 371º GO 105 — então sendo reequipado) e demais elementos em refôrço, voltaram à luta. O 955º GO 155 e o 406º Agrupamento reforçaram com seus fogos os dos grupos divisórios na realização de vários tiros HNA (hora no alvo) sôbre as áreas de posições recentemente abandonadas. A AD/1 chegou ao setor e ocupou posição nas vizinhanças de Sourbrodt.

A ação realizada na região de Monschau é a que melhor ilustra, dentre tôdas as operações de Art apresentadas neste artigo, o efeito decisivo do emprêgo em massa da Art. Ali, uma tênue proteção de Cavalaria, com apoio adequado de Art, deteve um ataque conjunto de carros de combate e Infantaria e obrigou ao comando alemão a mudar, radicalmente, o plano para um duplo envolvimento de Aachen. A ação começou às 05.00 horas com uma contrapreparação de duas horas realizada pelo 62º GOB, o que retardou o início do ataque alemão por mais de 4 horas. O primeiro e o segundo ataque foram desencadeados numa sucessão rápida e imediatamente após o alvorecer. Nenhum dos dois foi bem sucedido. Enquanto isto os fogos dos 187º e 406º Agrupamentos da ACEX/5, da AD/78ª DI, e uma parte da 32ª Brigada de Art (totalizando tudo 4 GO 105, 6 GO 155, 1 G Can 4.5", 2 G Can 155, 2 GO 240 e 1 Bia Can 8") vieram se juntar aos do 62º GOB.

O terceiro ataque, realizado com um efetivo muito maior, sofreu tantas perdas provocadas pelos tiros da Art que apenas um batalhão de Inf conseguiu abrir uma brecha na linha de Cavalaria. Ainda assim, a penetração ficou logo limitada. Reforços de Art chegaram posteriormente, como o 84º GO 105, que reforçava o GT 47 da 9ª DI e que ocupou posição a noroeste da Monschau.

Ao anoitecer já estavam prestes a se completar as principais alterações na organização da Art. Durante o dia, a AD da 7ª DB, marchando em uma só coluna, deslocou-se para o sul, do IX Exército para o 8º Corpo, atravessando as pontas de lança alemãs abaixo de Malmedy, como se estivesse brincando de esconder com o inimigo. Dessa forma, quando os grupos ocuparam as primeiras posições de tiro, entre Vielsalm e Ville du Bois, o inimigo já se achava ao alcance de tiro direto. A AD/30ª DI, também do 9º Exército, reuniu-se, por ordem do 5º Corpo, em Eupen, em condições de fazer frente à ameaça do inimigo, que já havia ultrapassado, para oeste, a direção Malmedy-Stavelot. A AD/10ª DB estava a caminho do 8º Corpo, vindo do 3º Exército. Do 5º Corpo, o 16º GOB

que integrava o GTB da 9ª DB, deslocou-se para reforçar a AD da 106ª DI. O 58º GOB e o 285º Grupo de Observação foram retirados do 7º Corpo e dados ao 8º Corpo, para reforçar o centro do setor.

Neste deslocamento, a maior parte do pessoal da 2ª Bia do 285º Grupo de Observação foi cercada, capturada e massacrada por unidades "Panzer SS", perto de Waimes.

4. A CRISE

18 DE DEZEMBRO

O mau tempo, que devia durar cinco dias seguidos, começou na segunda-feira, dia 18. Nenhum avião de reconhecimento do Exército pôde levantar vôo, embora o tempo encoberto favorecesse os deslocamentos das reservas inimigas. Com a visibilidade limitada, aviões de observação da Art e, de forma precária, observadores terrestres, foram capazes de assinalar alguns desdobramentos. A perda da observação constituiu um golpe sério mas, em compensação, o emprêgo imediato das espôlêtas VT concorreu, significativamente, para a manutenção eficaz dos fogos de Art. Prenunciava-se uma crise, à medida que o inimigo desenvolvia todos os esforços para expandir e realizar a junção das duas penetrações executadas ao norte e ao sul de St. Vith.

Pôsto que tivesse sido crítica a situação com que se defrontou a 7ª DB, em St. Vith, à medida que se engajava no combate, na realidade, poderia ter sido pior do ponto de vista exclusivamente de Art. Em toda aquela região, quatro grupos de Art já estavam apoiando elementos das divisões do 8º Corpo que recuaram em semicírculo para defender St. Vith por sudeste. O 591º GO 105 (AD/106º DI) havia se retirado finalmente para além de Winterspelt e ocupado posição em Gruflange. Exatamente ao norte, achava-se o 16º GOB (AD/9º DB); o 275º GOB estava ainda em Sart-lez-St. Vith (elementos da AD/106º, anteriormente nesta região, tinham se retirado para mais longe, para um reagrupamento), e o 229º GO 105 (AD/28º DI) recuava para Beho, acompanhando o seu GT. Toda esta região, em particular as cidades de St. Vith, Poteau e Recht, eram de importância capital para o inimigo. Através destas cidades passam as duas únicas grandes estradas do setor. Um insucesso, de parte do inimigo, no domínio das mesmas, poderia dividir suas forças e impedir uma rápida roçada de tropas para explorar, das duas penetrações, a que apresentasse maiores possibilidades de êxito. Sem se deter para levar sua Artilharia, o GTB da 7ª DB marchou diretamente para St. Vith e entrou em contato com o inimigo a 1.800 m a leste da cidade. Quando o GTB partia para o ataque, os observadores avançados do 275º GOB, já atirando na região, reuniram-se aos elementos da vanguarda e imediatamente começaram a prestar o tão necessário apoio de Artilharia. Os GTA e GTC, em posição para a defesa de Poteau e Recht, receberam imediato apoio de fogo dos 489º e 440º GOB, respecti-

vamente, que ainda ocupavam suas posições originais. Tornou-se difícil controlar os tiros da Art porque a flutuação da frente impedia uma avaliação correta do amontoado de informes recebidos. A DB estabeleceu contato momentâneo com dois grupos recebidos em reforço, da ACEX/8, mas não pôde controlá-los, porque não existia uma frequência comum para o rádio e a situação não permitia o estabelecimento de linhas telefônicas.

Entretanto, a AD/7ª DB não estava sem apoio da ACEX. Grandes concentrações HNA foram realizadas pela Art do 8º Corpo sobre colunas blindadas inimigas, entre Schonberg e St. Vith, retardando-as o suficiente para permitir que a 7ª DB ganhasse a corrida para St. Vith. Os fogos da ACEX, embora não integrados com os de apoio direto, concentraram-se para isolar a parte sudeste do saliente de St. Vith. A direção de tiro do Corpo tinha voltado a participar da luta, uma vez que as perdas sofridas em instrumentos e equipamentos estavam sendo recompletadas com rapidez, e esperava-se já se poder contar com o sistema de localização pelo som a partir da manhã do dia 19. Parecia que o estabelecimento de comunicações com a AD da 7ª DB, ao norte, melhoraria a situação naquele flanco.

Entretanto, no centro do setor do Corpo, a situação da Art piorava rapidamente. Depois de reunir-se à AD/28º, o 58º GOB sofreu um ataque direto e perdeu a maior parte do seu armamento num combate em retirada para o oeste. A centralização do tiro pela AD deixara de existir e os grupos recuaram já integrando os GT. Os GT das 9ª e 1ª DB e um GT da 28ª DI estavam se entrincheirando, formando o perímetro defensivo de Bastogne, enquanto sua Artilharia mantinha um fogo contínuo na frente e em ambos os flancos. A AD da 101ª D Aet estava se concentrando numa zona de reunião a oeste de Bastogne, mas não se podia esperar a sua participação no combate, com a divisão, antes do dia 19.

Enquanto isto, a situação havia melhorado no subsetor da 4ª DI, no extremo sul. A divisão, com o auxílio prestado pela Art e graças aos contra-ataques realizados por elementos das 9ª e 10ª DB, restabeleceu a LPR, em Echternach, e estabeleceu uma linha na direção geral leste-oeste, cobrindo o Luxemburgo pelo norte.

Enquanto o 8º Corpo lutava desesperadamente para deter o assalto, o 5º Corpo via-se cada vez mais envolvido na operação. Ao norte da penetração acima de St. Vith, colunas blindadas germânicas precipitaram-se sobre os depósitos de gasolina e outras instalações de suprimento, localizadas na região Malmedy-Stavelot. Seguiram-se uma série de encontros com a 30ª DI. Ao alcançar a região, a Art que chegava "ancorava as pás das conteiras" e abria fogo imediatamente.

O 118º GO 105, o primeiro a chegar, ocupou posição ao norte de Stavelot e auxiliou a Infantaria na limpeza parcial da cidade; o 230º GO 105, em posição ao norte de Malmedy, concentrou seus fogos abaixo da cidade; o 113º GO 155, em Ster, realizou a ação de conjunto para ambas

as ações. A uns 15 km para oeste, em Trou, o 197º GO 105 concentrou seus tiros sobre as colunas avançadas do inimigo, quando o GT que integrava, o 119º, estabeleceu contato com o inimigo em Stoumont e Werbomont. Abaixo de Spa, na brecha entre a 30ª DI e o GT 119, apenas tropas de Engenharia e unidades dos Serviços, sem apoio de Artilharia, se opunham às colunas inimigas que já haviam alcançado La Gleize. Apesar da neblina, os aviões de observação da AEx tinham levantado vôo, localizado as colunas inimigas e guiado os caças-bombardeiros da IX Força Aerotática para o ataque. Como consequência, as colunas alemãs fizeram alto e recuaram. A sudoeste de Eupen, o 406º Agrupamento estava reunindo unidades da ACEx/5 para reforçar o setor. A AD da 82ª D Aet estava a caminho da retaguarda para Werbomont, a fim de tapar a brecha entre o 5º e o 8º Corpo.

A leste de Malmedy, prosseguia violento o combate na região de Bullingen-Butgenbach-Faymonville. Tendo sido repellido, no dia anterior, no eixo Monschau-Eupen, o inimigo deslocou suas reservas para o sul e tentou cortar a rede de estradas Liege-Aachen, seguindo em direção ao norte pela outra única via de acesso, bastante desfavorável, pois passava através de atoleiros e florestas, ao sul de Eupen. De posições a cavaleiro desta via de acesso, em Elsenborn, os fogos das 1ª, 2ª e 99ª AD detiveram os três principais ataques inimigos, enquanto a Infantaria por elas apoiada contra-atacava e, posteriormente, organizava uma sólida posição defensiva.

Ataques inimigos de menor intensidade continuaram a ocorrer na região de Monschau. Os fogos de Artilharia tornavam-se adversários cada vez mais sérios para os atacantes. O 18º Grupo de Rojões 4,5 pol, ficou em Kalterherberg esperando que o inimigo chegasse ao seu alcance. A oportunidade para o emprêgo dos foguetes na defensiva chegou pela manhã, quando o inimigo reunia uma força de ataque em Rohren. O 18º avançou da posição de espera para posições preparadas e lançou sobre a cidade três "salvas" de mais de 1.000 tiros, deixando-a em chamas, e incapaz de ser utilizada em futuro próximo.

Enquanto a batalha prosseguia, novas alterações foram introduzidas na organização da Art para o combate (figura II). Uma mudança nos limites entre o 5º e o 7º Corpo tornou a ACEx/7 responsável pelo apoio às tropas nas zonas de ação das 8ª e 78ª AD. O comandante da ACEx/5, em face das dificuldades de escolha de áreas de posição, decidiu não deslocar as unidades que se encontravam no novo setor do 7º Corpo.

Enquanto perdurassem as missões de reforço de fogos às divisões, os 187º e 190º Agrupamentos de Artilharia ficariam sob o controle operacional da ACEx/7. O 7º Corpo recebeu, do 5º, o 400º GOB, que estava reforçando a AD/30ª DI. A AD/9ª DI deslocou-se para o sul, saindo do 7º Corpo e foi juntar-se ao seu 84º GO, entre Eupen e Monschau. A ACEx/8 recebeu a 1ª Bia do 290º Grupo de Observação e o 755º GO 155 do IX Exército, e o 776º GO 155, do 5º Corpo. Este último grupo es-

tava destinado a servir como grupo de ação de conjunto da AD da 101ª D Aet. O 18º Corpo Aeroterrestre deveria, muito breve, tornar-se operacional, sob o comando do 1º Exército. Para constituir a ACEX deste Corpo seriam reunidas unidades de Art, que no momento se achavam em outros Corpos ou vindas de outros exércitos. Já se contava, até agora, com o 290º Grupo de Observação (menos a 1ª Bia) e o 254º GO 155, provenientes do 9º Ex.

A dosagem de Art, em grupos, no dia 18, era a seguinte:

UNIDADES		ACEX/5	ACEX/7	ACEX/8	32ª Bda
GO 105		2	2	2	2
GO 155		6	4	4 (—)	
G Can 4.5		1	1	1 (—)	
G Can 155		3	4	3	
GO 240		1 Bia	—	—	4 (—)
GO 8''		1	1	2	—
G Can 8''		—	—	—	2
AD	GO 105	20	12	3	
	GO 155	6	3	—	

19 E 20 DE DEZEMBRO

Nos dias 19 e 20 de dezembro, as operações prosseguiram tão confusas quanto as do dia 18. A crise se ampliou sem se registrar, todavia, uma ação decisiva em qualquer parte da frente. Ao norte, a frente do 1º Ex ficou temporariamente estabilizada, apoiando-se firmemente nas localidades de Butgenbach e Monschau. No dia 19 chegou a Bosson o Comando e Bia C da ACEX/18º CAet, tornando-se operacional no dia seguinte. Às 13,30 horas do dia 20, todas as unidades do 8º Corpo, localizadas ao sul da linha St. Vith-Givet, passaram a integrar o 3º Ex. Na mesma ocasião, o restante do 1º Ex, ao norte da mencionada linha, passou a ter suas operações controladas pelo 21º Grupo de Exércitos. (Observação: coerente com a nova distribuição de forças, vamos abandonar, a partir do dia 20, as atividades da Artilharia que passou a integrar o 3º Ex, junto com as unidades do 8º Corpo).

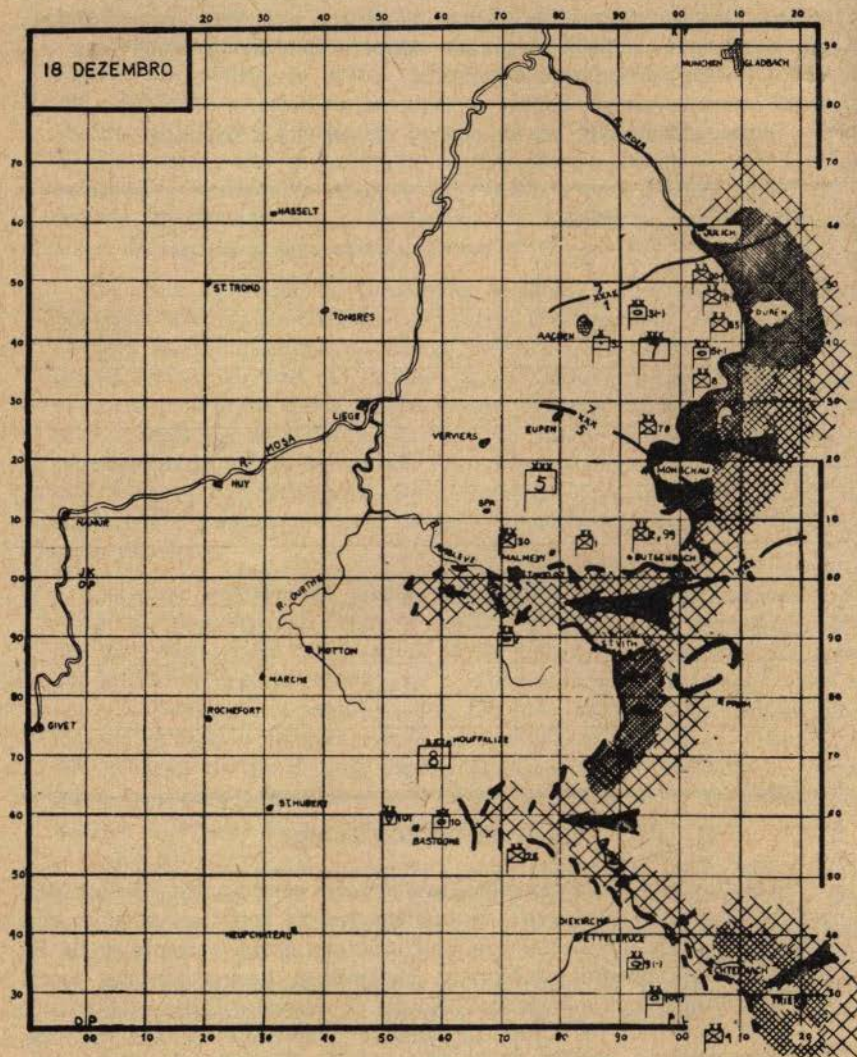


FIGURA II

A densidade do achuriado representa a possibilidade de fogos da Artilharia com o 1º Exército Americano

A resistência do 8º Corpo estava se deteriorando com muita rapidez e, embora ainda não estivesse caracterizada uma penetração importante, penetrações isoladas já ameaçavam as posições de Artilharia, de St. Vith até Bastogne. O comandante da ACEX/8 viu-se obrigado a escolher, com urgência, uma das duas linhas de ação possíveis: ou avançar para o pouco seguro saliente de St Vith, ou recuar para além da rodovia Arlon-Bastogne e escolher áreas de posição para apoiar as futuras operações do Corpo. Infelizmente, não era possível prever a magnífica resistência que a 7ª DB iria realizar em St Vith.

O retraimento para oeste começou no dia 19 (de forma mais ou menos independente para cada unidade) com a esperança de que uma nova concentração pudesse ser realizada mais à retaguarda, o que só não se concretizou devido à crescente pressão inimiga. A AD da 101ª D Aet ocupou posições dentro e ao redor da cidade de Bastogne, em condições de apoiar a defesa da localidade. Nesta época, na região do antigo limite sul do 1º Ex, o inimigo se viu forçado a adotar uma atitude defensiva face aos contra-ataques da 4ª DI, apoiada por sua AD reforçada.

No saliente de St. Vith, a AD/7ª DB assumiu o controle de todas as unidades de Artilharia da região e se organizou para apoiar o aglomerado de unidades que defendiam a cidade. O 965º GO 155 (da ACEX/8), que havia se desdobrado na região, menos a 3ª bateria que fôra dada em reforço ao 229º GO 155 (AD/28), em Beho, ocupou novas posições próximo a Braunlauf. Com o deslocamento do 275º GOB para o sul, para Hinderhausen, e o avanço do 434º GOB para Brombach, formou-se um Agrupamento, à base destes dois grupos mais o 965º GO 155, para apoiar o GTB na defesa da frente a leste de St. Vith. As missões dos 440º e 489º GOB só foram alteradas no dia 20 de dezembro, quando o 440º deslocou-se para Provedroux com o Destacamento Jones, a fim de prolongar a extremidade sul do arco defensivo, e o 489º se encarregou do apoio ao GTC, localizado a oeste de Recht. O 592º GO 155, após terminar sua reorganização, deslocou-se para Commanster, a fim de reforçar os fogos do 591º GO 105, que apoiava o GT 424 da 106ª DI. O 16º GOB continuava a apoiar o GTB/9ª DB na curva a sudeste de St. Vith.

Como consequência das operações do dia 19, a linha de defesa consolidou-se e foram eliminados todos os bolsões inimigos no seu interior. Os fogos de Artilharia podiam ser manobrados e concentrados em qualquer ponto do perímetro defensivo. Entretanto, face à previsão do breve esgotamento do estoque de munições, somente eram engajados aqueles alvos que constituíam ameaça direta à posição.

Após um dia de relativa calma, a atividade recrudesceu no dia 20 de dezembro, registrando-se 21 ataques vindos do norte, de leste e do sul. A Artilharia provocou grandes destruições nas estradas congestionadas pelas forças inimigas. Desta forma, a frente resistiu e os ataques decres-

ceram e refluíram. O Destacamento Jones fôra enviado a Gouvy e Cheran no momento oportuno; o 440° GOB desdobrou-se para enfrentar uma nova ameaça de corte da EPS. Na noite do dia 20, recebeu-se a última mensagem do 590° GO 105 (AD/106) informando que a unidade, embora cercada juntamente com outras unidades em Schnee Eifel, ainda resistia.

Ao longo da linha Malmedy-Stavelot, a AD/30 desencadeou numerosas concentrações HNA, com espoleta VT, a fim de apoiar a limpeza de Stavelot e a manutenção de Malmedy. O 406° Agpt ultimou sua reunião e somou a potência dos seus fogos aos da AD no dia 19, de posições imediatamente a leste de Spa; o 941° G Can 4.5 e, no dia 20, o 987° G Can 155 AP, de posições ao norte de Francorchamps, fizeram o mesmo.

Porém, mais a oeste, o inimigo já se recuperara do efeito da ação aérea que sofrera no dia anterior. Elementos de reconhecimento, partindo de La Gleize, avançaram para o norte, atravessando Andrimont e aproximaram-se do que realmente teria sido uma presa valiosa — os grandes depósitos de gasolina situados no altiplano ao sul de Spa. Na oportunidade, entretanto, a primeira linha de alturas já estava defensivamente organizada com o que a imprensa, posteriormente, batizou como a “Guarda do Palácio”, constituída pela tropa de segurança do QG do 1º Ex. De qualquer forma, os fogos do seu variado armamento foram suficientes para repelir o que demonstrou ser a última ameaça à região de Spa. O apoio de Artilharia, para esta operação, foi proporcionado pelos canhões do 110° G Can AAé 90 e peças de vários calibres, dados em reforço ao 740° BCC, particularmente um canhão 155 AP que realizou tiros diretos contra carros de combate inimigos.

A oeste de Stoumont achava-se o 197° GO 105 (AD/30), reforçado pelo 400° GOB. Mal este último grupo ocupou posição e já as peças foram obrigadas a realizar tiro direto contra CC alemães. Tendo repellido os blindados inimigos, o grupo retraiu para Demonchamps.

No dia 20, o 391° GOB (integrante do GTB/3ª DB) achava-se, em reforço à 30ª DI, ocupando posição 5 km a noroeste de La Gleize, para apoiar um ataque iminente contra a cidade; com êle achava-se, ainda, a 1ª Bia do 991° G Can 155 AP. Às 13,30 horas dêsse dia, uma alteração de limites passou a AD/30 e seus reforços para o 18º Corpo Aeroterrestre.

A oeste de Werbomont, por volta das 14.30 horas do dia 19, a AD da 82ª D Aet, reforçada pelo 460° GO Aet completou sua concentração no novo setor do 18º Corpo Aeroterrestre. Logo depois, aproximaram-se do setor os 254° GO 155, que representava o papel de Artilharia média da AD/82, e 290° GObs (menos a 1ª Bia). Foram escolhidas posições iniciais para proteger a zona de reunião. No dia 20 a AD deslocou-se para frente, a fim de apoiar um ataque limitado da divisão, destinado a fechar a penetração alemã, restabelecendo a junção das linhas das 30ª DI e 7ª DB. As novas posições cobriam uma frente

de 15 km, estendendo-se do norte para o sul, por Froidville até Goronne, e depois para leste até Lierneux. Estabeleceu-se um ligeiro contato com o inimigo quando os 376º e 456º GO Aet atiraram contra patrulhas que se infiltraram entre Cheneux e Trois Ponts. Mais para oeste, o 54º GOB, que integrava o GTC da 3ª DB, acercou-se de Hotten depois de realizar extensa marcha, partindo do setor do 7º Corpo. Suas baterias deslocaram-se em três colunas independentes, apoiando a marcha de aproximação sobre Samree.

No setor do 5º Corpo, na região de Elsenborn, as reduzidas regiões de posição das AD das 1ª, 2ª e 99ª DI ficaram ainda mais congestionadas com a chegada do restante da AD/9ª DI (menos o 60º GO 105 que integrava o GT 60, sob controle do 7º Corpo). Assim, numa área de apenas 10 km no sentido leste-oeste, por 7 km no sentido norte-sul, estavam localizados 16 grupos de Artilharia, cujos setores de tiro cobriam desde o norte de Monschau até a região imediatamente a leste de Malmedy. Era impossível dispersar mais as unidades. Ao norte e a oeste existiam pântanos e floresta densa; ao sul e a leste achava-se o inimigo. A confusão provocada pela superposição dos setores de tiro só pôde ser atenuada através de algumas alterações nas áreas de posições e da redistribuição das zonas de ação, que ficaram mais ou menos assim: AD/1, reforçada pelo 955º GO 155, de Malmedy a Butgenbach; AD/2, com o controle operacional da AD/99, de Butgenbach para leste até Bullingen, e daí para o norte até o meio da Floresta de Monschau; AD/9, deste ponto até o limite do Exército.

AD/9 organizou-se em dois Agrupamentos distintos: o do norte, centralizado pela C Tir da AD, compreendia o 196º GO 105, ainda ao sul de Kalterherberg e um Agrupamento — grupo, comandado pelo 84º GO 105 (ocupando posição em Ternell, numa pequena clareira na Floresta de Hertoginwald), formado por este grupo e pelo 186º GO 155, que reforçava a AD (ocupando posição numa clareira vizinha e mais próxima de Monschau); o do sul, fora do controle da C Tir/AD, compreendia o 26º GO 105 e o 34º GO 155, localizado na região de Camp Elsenborn.

Todos os fogos, no setor, passaram a ser coordenados pela AD/2, a qual havia recebido, em reforço, a seção de contrabateria da ACEX/5. As operações compreendiam breves ataques e contra-ataques locais, de modo que os fogos de Artilharia apresentavam menor densidade do que os da semana anterior. Na noite de 20 de dezembro, houve uma reorganização na Infantaria e um recuo das linhas, de 1 km, para o norte. A nova frente partia de Faymonville, passava ao sul de Butgenbach em direção a Wirtzfeld e daí para Rockerath.

Nesta ocasião, ao norte, a ACEX/7 permanecia em relativa inatividade, engajada apenas em tiros de inquietação e interdição, do outro lado do rio Roer. No dia 19, foram distribuídos reforços, retirados da 32ª Bda Art, entre os 5º e 7º Corpos.

(Continua no próximo número)

COLABORAÇÕES

- 1 — Datilografados — em espaço 2 ou 3 — em um só lado do papel — máximo de 20 fôlhas (em princípio).
- 2 — Gráficos, croquis, organogramas, desenhos em geral: em papel vegetal (ou semelhante), tinta nanquim (preta).
- 3 — Fotografias: cópias em prêto e branco; para reproduções, fotos já publicadas deverão ser suficientemente nítidas. Legendas numeradas, curtas e explícitas.
- 4 — Traduções: nome do autor e do tradutor — indicação completa da fonte — autorização (quando fôr o caso).
- 5 — Salvo em casos excepcionais, originais de colaborações não serão devolvidos.
- 6 — **IMPORTANTE!** Os originais devem ser entregues à Redação em condições adequadas, isto é: revisão da datilografia — disposição correta de títulos, subtítulos, números, letras, etc. — referências oportunas a gráficos, fotos, etc. — clareza das correções feitas à mão — emprego apropriado de maiúsculas, grifos, carmin, etc.
- 7 — Abreviaturas — somente as de uso consagrado, que não deixem margem a dúvidas; e as constantes do C 21-30, nos trabalhos cuja natureza as recomende.
- 8 — **AOS NOSSOS COLABORADORES!**

As páginas da A DEFESA NACIONAL estão abertas, como sempre estiveram, a todos quantos queiram colaborar conosco, enviando-nos seus trabalhos para publicação. Nem sequer é condição, para a aceitação de colaborações, que os seus autores sejam assinantes da Revista. Mas, é claro que preferiríamos que todos aqueles que ainda não tenham assinatura da "DEFESA" procurassem tomá-la, pois assim estariam ampliando a sua valiosa colaboração e, ao mesmo tempo, cooperando para a melhoria crescente e para o maior prestígio desta Revista, que já é "a sua Revista".

A TEORIA DOS JOGOS

Capitão-de-Fragata LAMBERT

Trad. do Ten-Cel Art (QEMA) Rubens Mário Jobim
(da "Revue Militaire d'Information")

DEFINIÇÃO

Nas publicações especializadas no estudo das questões econômicas, e mesmo na grande imprensa, vêem-se cada vez com mais frequência, expressões como: "teoria dos jogos", "jogos de empresa"... O leitor fica um pouco desconcertado com tais palavras, que evocam mais os salões de Monte Carlo que as austeras salas de conferência dos conselhos administrativos. De fato, a teoria dos jogos tem como objetivo principal a resolução matemática do problema da escolha da linha de ação mais vantajosa, em situações de conflito análogas às dos "jogos de salão", ditos de "estratégia", como o bridge, o pôquer ou o xadrez — jogos que a teoria, porém, ainda é impotente para resolver. Enfim, trata-se, essencialmente, de determinar o "risco calculado" duma decisão. Pareceu-nos interessante expor aos nossos leitores os princípios dessa teoria, sem, bem entendido, insistir nos desenvolvimentos matemáticos, bastante árduos, das aplicações — e limitar-nos-emos aos jogos de dois participantes, chamados de soma nula, isto é, onde um perde o que o outro ganha, onde os interesses são, em qualquer circunstância, sempre opostos.

O JOGO DOS EXCURSIONISTAS

No transcorrer de uma excursão na montanha, João e Simone, partindo de dois pontos, e tendo cada um a escolha entre quatro caminhos diferentes — que se cortam em dezesseis encruzilhadas — decidem reencontrar-se em uma das dezesseis encruzilhadas, para instalar sua tenda. Mas João ama a altitude, enquanto que Simone a detesta. As encruzilhadas que João pode escolher têm as seguintes altitudes (em centenas de metros):

- Caminho 1 7, 2, 5, 1
- Caminho 2 2, 2, 3, 4
- Caminho 3 5, 3, 4, 4
- Caminho 4 3, 2, 1, 6

e, para Simone, a situação se apresenta assim:

- Caminho 1 7, 2, 5, 3
- Caminho 2 2, 2, 3, 2
- Caminho 3 5, 3, 4, 1
- Caminho 4 1, 4, 4, 6

Podemos, pois, representar num único quadro o "jôgo" onde João procura a encruzilhada mais alta e Simone a menos elevada.

As linhas de ação (ou táticas) de João são lidas neste quadro (no qual os matemáticos terão reconhecido uma matriz), seguindo as linhas horizontais, e as táticas de Simone, seguindo as colunas verticais.

	1	2	3	4
1	7	2	5	1
2	2	2	3	4
3	5	3	4	4
4	3	2	1	6

Qual será o raciocínio de João e qual vai ser o de Simone, para adotar a tática mais vantajosa? Bem, João, que é inteligente e prudente, supõe seu adversário Simone igualmente inteligente. Nestas condições, se ele joga a tática 1, Simone pode lhe opor a tática 4, a mais favorável para ela, impondo-lhe, pois, a encruzilhada de 100 metros de altitude. Se ele joga a tática 2, arrisca, no pior, uma encruzilhada de 200 metros; se joga 3, a encruzilhada de 300 metros; e se joga 4, a encruzilhada de 100 metros. Entre essas eventualidades desfavoráveis, qual a menos desfavorável? É a que corresponde à sua tática 3 (encruzilhada a 300 metros). Simone faz, evidentemente, o raciocínio inverso: ela prevê então, no pior, pela ordem: a de 700 metros, 300 metros, 500 metros, 600 metros. Procurando a menos elevada das encruzilhadas mais altas, ela escolherá, pois, a tática 2. Analisemos um pouco mais de perto esses raciocínios: João determinou o mínimo de cada linha e escolheu o máximo desses mínimos, diz-se o *maximin*. Simone, jogando no inverso, escolheu o mínimo dos máximos de cada coluna, diz-se o *minimax*.

É o axioma fundamental da teoria dos jogos, baseado no critério da escolha, que acaba de ser explicado (critério de Wald), e que supõe cada jogador prudente e inteligente. Os especialistas formularam outros critérios (Savage, Laplace, Hurwicz), que não são "razoáveis" (senão "racionais"), mas tendem a representar o comportamento psicológico real do homem em situações de decisão.

Voltemos aos nossos excursionistas: vê-se que o *maximin* é igual ao *minimax*: é o valor do jôgo correspondente a um ponto de equilíbrio (a encruzilhada dos caminhos João 3 e Simone 2), que os anglo-saxões batizam também de "ponto-montado" ou "gargalo". A forma de nosso jôgo permite compreender a razão dessas denominações. Se João joga sua tática 3, toda irreflexão de Simone lhe

assegurará um ganho melhor (diz-se um ganho superior); e, reciprocamente, se Simone joga sua tática 2, qualquer falta de João lhe será favorável.

Mas a situação complica-se, se não existe um ponto de equilíbrio, se o *maximin* não é igual ao *minimax* (demonstra-se que o *maximin* é sempre inferior ou igual ao *minimax*).

O JOGO DO MENTIROSO

Um saco contém um número igual de bolas brancas e pretas. O primeiro jogador, A, tira uma bola (e não a mostra a B). Se a bola for branca, ele deve pedir 20 francos. Se a bola for preta, ele pode pagar 10 francos ou então "blefar" e pedir 20 francos. B pode, se desejar, responder ao pedido de A por um desafio; se não o fizer, paga 10 francos; se o faz, ganha ou perde 20 francos, conforme a bola retirada por A seja preta ou branca. Este jogo comporta, pois, além de um *blefe*, um "golpe aleatório": a retirada de uma bola branca ou preta por A, as eventualidades sendo equiprováveis. Escrevamos as táticas de cada um dos jogadores:

Se A tira a bola branca, só pode pedir 20 francos.

Se A tira a bola preta, ele pode:

- ou pagar 10 francos a B (tática A 1).
- ou pedir 20 francos a B (tática A 2).

Se A pagar 10 francos, B só pode aceitá-los.

Se A pedir 20 francos, B pode: ou responder por um desafio (tática B 1), ou pagar 10 francos a A (tática B 2).

Os resultados são os seguintes:

- A1 B1 — Se A tira a bola branca, "pede" 20 francos e, desafiado por B, ganha 20 francos; se tira a bola preta, paga 10 francos. Estas duas eventualidades sendo equivalentes, o ganho médio para A é $(+ 20 - 10) : 2 = 5$ francos.
- A1 B2 — Se A tira a bola branca, pede 20 francos e ganha somente 10 francos, porque B não o desafia; se tira a bola preta, paga 10 francos a B. O ganho médio para A é, pois $(+ 10 - 10) : 2 = 0$.
- A2 B1 — Se A tira a bola branca, pede 20 francos e, desafiado por B, ganha 20 francos. Se A tira a bola preta, pede 20 francos e, desafiado por B, perde 20 francos; seu ganho médio é $(+ 20 - 20) : 2 = 0$.
- A2 B2 — Qualquer que seja a cor da bola, A pede 20 francos e ganha sempre 10 francos, já que B não o desafia; o ganho médio é então $(+ 10 + 10) : 2 = 10$ francos.

Pode-se, pois, escrever a "matriz" do jogo:

		B	
		B1	B2
A	A1	5	0
	A2	0	10

O mínimo de cada uma das linhas é zero; os máximos das colunas, respectivamente, 5 e 10; o *maximin* é, pois, zero, e o *minimax* 5; não existe ponto de equilíbrio. Pode-se falar ainda de "solução" de um tal jogo? Sim, se se jogar um grande número de partidas.

Observemos, primeiramente, que o jogador A pode, jogando tanto A1 como B1, durante um grande número de partidas, assegurar-se no mínimo um ganho nulo; e que B, se se atém à tática B1, pode limitar suas perdas a 5 francos por partida. Mas se o fizer sistematicamente, A jogará sempre A1, enquanto que, se B deixar pairar a incerteza sobre seu comportamento, de tempos em tempos, A, atraído pelo engodo dos 10 francos de A2, jogaria esta tática — e, obtendo como resposta a tática B1, não ganharia absolutamente nada. Um raciocínio análogo valeria para A. Pressente-se, pois, que, combinando de uma certa maneira, — e imprevisível para o adversário — suas táticas, os jogadores podem melhorar seu ganho médio (a média dos ganhos de cada partida); isto é, A pode esperar ganhar, em média, mais de zero; e B, perder menos de 5 francos. Efetivamente, a teoria matemática (teorema de von Neumann) mostra que, combinando o emprêgo de suas táticas segundo certas proporções definidas para cada um dêles, os dois jogadores asseguram-se um mesmo ganho médio (depois de um grande número de partidas) inferior ao *minimax*, e superior ao *maximin* das táticas simples; mas, para evitar o "contra" do adversário, o jogador deve jogar de maneira imprevisível para aquele.

Em nosso jogo do mentiroso, o cálculo mostra que as estratégias são as seguintes:

- Jogador A: jogar 2 vezes mais A1 que A2 (frequências 2/3, 1/3).
- Jogador B: jogar 2 vezes mais B1 que B2 (frequência 2/3, 1/3).

O ganho médio, que chamaremos o *valor do jogo* é de 3,33 francos (valor compreendido entre o *maximin* 0 e o *minimax* 5 francos).

Dissemos que nossos jogadores devem empregar suas táticas de maneira imprevisível, entregar-se, pois, à sorte; no jargão consagrado, dir-se-ia: "retirar segundo um esquema de urna nas proporções 2/3, 1/3", isto é, retirar ao azar uma bola de um saco contendo 2/3 de

bolas marcadas A1, e $1/3$ de bolas marcadas A2, e jogar segundo a indicação marcada sobre a bola retirada. Um outro procedimento pode consistir em consultar, antes de cada golpe, o ponteiro de seu relógio de pulso: se ele se encontra entre 0 e 20 segundos, você joga A2, e se está entre 20 e 60, você joga A1.

O exemplo precedente precisou, assim, as noções de estratégia e de valor do jogo: se este último é positivo, o jogador A é favorecido; se é negativo, o jogador B é favorecido: diz-se que o jogo não é equitativo. O jogo é equitativo se seu valor for nulo.

TÁTICAS DOMINANTES

Suponhamos que pudemos reduzir um certo jogo à matriz seguinte (que se chama também a *forma normal* do jogo).

Táticas	B1	B2	B3	Min das linhas
A1	3	0	2	0
A2	4	5	1	1
A3	2	3	-1	-1
Max das colunas	4	5	2	

O *maximin* é 1 e corresponde a A2; o *minimax* é 2 e corresponde a B3. Podemos dizer que o jogo favorece A, e que seu valor está compreendido entre 1 e 2. Mas, examinemos mais de perto as táticas de A, que procura os ganhos mais elevados. Ao primeiro olhar, observa-se que os ganhos correspondentes a A2 são superiores aos correspondentes a A3, qualquer que seja a tática de B. Seria, pois, absurdo para A jogar A3, que podemos então eliminar, pois A2 *domina* A3. Quanto a B, o inimigo de A, em relação a quem escrevemos os ganhos, procura os menos elevados. Nestas condições, a coluna B3 lhe é sempre mais favorável que a coluna B1; B1 é dominada por B3, e podemos eliminá-la. Não subsiste, pois, mais que o jogo:

	B2	B3
A1	0	2
A2	5	1

A solução dêste jogo é:

$$\begin{aligned} - A: A1 &= \frac{2}{3}; & A2 &= \frac{1}{3}. \\ B: B2 &= \frac{1}{6}; & B3 &= \frac{5}{6}. \end{aligned}$$

Então, a do jogo primitivo é:

$$\begin{aligned} - A &\left(\frac{2}{3}, \frac{1}{3}, 0 \right); \\ - B &\left(0, \frac{1}{6}, \frac{5}{6} \right). \end{aligned}$$

$$\text{O valor do jogo é } \frac{5}{3}.$$

Diremos então que uma linha é dominada por uma outra; e a tática correspondente deve ser eliminada, se os números que figuram na primeira são maiores (em valor algébrico) que os números da segunda, linha por linha.

OS JOGOS QUE SE JOGAM APENAS UMA VEZ

O exemplo do jogo do mentiroso não apresentava nenhum problema sobre a legitimidade da noção de estratégia (combinação de táticas), porque este jogo comportava diversas partidas — e existe na realidade um bom número de situações que podem se assemelhar a jogos desse tipo. Existem também os que não comportam mais que uma única "partida" — os jogos que se jogam apenas uma vez. Um raciocínio sutil permite estender a validade da teoria dos jogos a este tipo de jogo, substituindo a noção de probabilidade pela de frequências, e com a condição de que os jogadores aceitem a eventualidade, não mais de um ganho real, mas de uma esperança matemática de ganho — o que, psicologicamente, não é sempre o caso, e não poderia ser qualificado de mais racional que qualquer outro comportamento.

No entanto, se o jogo apresenta um ponto de equilíbrio, o problema deixa de ser proposto; pois a tática ótima assegura em uma partida o valor do jogo.

OS JOGOS DE VALORES

Admitimos, até o presente, que podíamos calcular os resultados do confronto das táticas numa escala aritmética — em dinheiro, por exemplo.

Ora, casos existem em que só se podem classificar os resultados por ordem de preferência. A matriz torna-se então um simples quadro resumo, diante do qual nada mais se pode fazer do que racionalizar. Entretanto, em todos os casos podem-se eliminar as táticas dominadas do jogador que estabeleceu a ordem de preferência (o "sistema de valores").

Se, ademais, admitimos que a ordem de preferência dos jogadores é exatamente inversa uma da outra (jogo de soma nula), podem-se eliminar as táticas dominadas de cada um dos dois jogadores. Pode-se, também, procurar o ponto de equilíbrio — e, se existir um, determinar as táticas ótimas.

Tomemos um exemplo. Seja a seguinte matriz de valores, onde anotamos: *e* — excelente, *b* — bom, *p* — passável, *m* — mau.

	B1	B2	B3
A1	m	e	p
A2	b	p	b
A3	m	b	m

Não há ponto de equilíbrio, mas A1 domina A3; e B1 domina B3. Resta, pois:

	B1	B2	Min das linhas
A1	m	e	<i>m</i>
A2	b	p	<i>p</i>

Max das colunas b e

O *maximin* é *p* (A2) e o *minimax* *b* (B1). O valor está, pois, compreendido entre passável e bom — e o jogo favorece "mais" B.

A resolução matemática apresenta os seguintes resultados:

— A deve jogar segundo as frequências seguintes:

A1: ($b - p$), A2: ($e - m$), A3: 0.

— B, segundo as frequências:

B1: ($e - p$), B2: ($b - m$), B3: 0.

Ora, *e* está mais “longe” de *m* que *b* de *p*; A deve, pois, certamente jogar com mais frequência A2 do que A1 (diversas partidas); ou com mais vontade A2 que A1 (uma só partida). Para B, não podemos dizer se *excelente* está mais “longe” de *passável* que *bom* de *mau*. “A priori”, chances iguais de um para o outro.

Bem entendido, se a eventualidade *m* é inadmissível para A (e a eventualidade *e* para B) — (ruína, derrota, morte) — as táticas A1 e B2 seriam eliminadas, e a confrontação terminaria “fatalmente” pela eventualmente *bom* (para A).

Vê-se, pois, que uma matriz de valores pode dar certas indicações sobre a conduta a seguir, com as reservas feitas acima, e desde que foi possível classificar todas as eventualidades numa mesma escala de valores. Se assim não foi, o problema torna-se muito complexo, e frequentemente inextricável: é a questão da intransitividade dos valores, que mais vale tratar por um exemplo do que abstratamente.

O CASAMENTO DE PÓRCIA

Sabemos que, no “O Mercador de Veneza”, o pai de Pórcia imaginou um jogo bastante cruel para os pretendentes desta última.

Eles deviam escolher entre 3 cofres: em ouro (*o*), em prata (*p*), e em chumbo (*c*). Somente um continha o retrato de Pórcia, símbolo do casamento; se o cofre aberto estivesse vazio, o amoroso estava condenado ao celibato perpétuo. Quer se raciocine segundo a teoria dos jogos, ou em probabilidades, o resultado é o mesmo: o pretendente deve jogar igualmente com os 3 cofres, isto é, escolher ao azar, o que nada tem de original; mas o que é interessante, é que, se designamos por *p* o prêmio correspondente à mão de Pórcia (provavelmente positivo) e *c* o do celibato perpétuo (negativo), o valor

do jogo é $\frac{p + 2c}{3}$; portanto, para que o jogo valha a pena, é

preciso amar Pórcia pelo menos duas vezes mais do que se deploraria o celibato... Estes valores não são, evidentemente, da mesma “ordem”, não são “transitivos”, e não há comportamento racional; também Pórcia tentou, como todos sabem, violar o jogo.

Um jogo célebre, o dos dois gangsters, que serviu de “modelo” a R. Aron em sua discussão da estratégia da dissuasão (“Paz e Guerra entre as Nações”), faz intervir a relação precisa entre os valores correspondentes a cada um dos adversários, quanto à sua própria vida e ao seu próprio prestígio; a solução repousa, então, em base essencialmente subjetiva, e a teoria dos jogos só pode servir para apresentar o problema e definir os limites das condutas “razoáveis”.

AS APLICAÇÕES DA TEORIA DOS JOGOS

Ao ler as linhas precedentes, pode parecer ao leitor que a teoria não passa de um passatempo discutível de matemático fantasista. De fato, não é nada disto; e, apesar de suas limitações, a teoria encontrou aplicações muito sérias.

Foi demonstrado (em particular por um autor americano, Martin Shubik) que a competição econômica podia limitar-se a uma matriz de jogo, em verdade imensamente complicada, de tamanho impressionante, e que necessita o uso de computadores para sua solução. Isto conduz à concepção dos "jogos de empresa", que são "modelos matemáticos" da atividade da empresa frente a frente com a concorrência.

Estes modelos — cuja "fidelidade" é controlada *vis-a-vis* do mercado real — servem de orientação para os dirigentes, e também para a experimentação "em branco" de certas "políticas de empresa".

No domínio militar, a teoria dos jogos é um dos instrumentos para a pesquisa operacional; particularmente, na análise dos atos de contramedida; quer se trate, por exemplo, de defesa aérea, de busca do inimigo no mar, de tática anti-submarina, etc... E, bem entendido, os americanos levaram a efeito "*war games*", análogos aos jogos de empresa, dos quais se servem correntemente para a avaliação das possíveis conseqüências de tal ou qual grande decisão de política militar; estes "*war games*" não têm, de resto, a pretensão de "ditar" a decisão, que continua estritamente humana.

BIBLIOGRAFIA

O leitor que deseje se iniciar melhor na teoria dos jogos, poderá ler a obra de Williams, traduzida para o francês e editada por Dunod, sob o título "*La Stratégie*" (A Estratégia). Muito divertido, fácil de ler, e sem qualquer desenvolvimento matemático, este livro, de onde foram extraídos a maior parte dos exemplos citados, expõe sem demonstrações as "receitas" de resolução dos jogos. Aquêle que fôr atraído pelas bases matemáticas, deverá consultar Vajda, "*Théorie des jeux, et programmation linéaire*" ("Teoria dos Jogos e programação linear), traduzido por Bouzitat e editado por Dunod; e, igualmente, Guilbaud, "*Leçons sur les éléments principaux de la théorie mathématique des jeux*" (Lições sobre os principais elementos da teoria matemática dos jogos) (C.N.R.S.).

Sobre as aplicações econômicas apareceu, na coleção "Que Sais-je?", o livro de A. Kaufmann, R. Faure e A. Le Garff: "*Les Jeux d'entreprise*" (Os Jogos de Empresa).

Todas as obras sobre pesquisa operacional (*) — tais como as de Kaufmann, "*Méthodes et Modèles de la R.O.*" (Métodos e Modelos da R.O.), e de Morse e Kimball, "*Methods of Operations Research*" (Métodos de pesquisa operacional) — contêm numerosos exemplos de aplicação da teoria dos jogos.

(*) N.R. — Esta Revista deverá divulgar, brevemente, a conferência feita no Estado-Maior do Exército (em Dez 66), sobre o importante tema "Pesquisa Operacional", pela seguinte equipe da 3ª Seção/EME: Cel Eng Joffre Sampaio, Ten-Cel Cav Sady Boano Mussol e Ten-Cel Art José Maria de Toledo Camargo.

NOSSO APELO

VOCE, que tem idéias sôbre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-as no papel e no-las remeta. Use a sua tribuna para difundi-las.

VOCE, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo assim a todos.

VOCE, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado.

VOCE, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um nôvo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fez algo nôvo, interessante, digno de ser divulgado e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia, para inserirmos na Revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem-nos suas colaborações.

Serão bem-vindos!

A REDAÇÃO

MOCIDADE TRANSVIADA OU ABANDONADA ?

Professôra
HILDA REIS CAPUCCI

Fala-se muito, ultimamente, em *mocidade transviada*. E não apenas no Brasil, mas em tôda parte. *Mocidade transviada* é preocupação do mundo de hoje, é tema empolgante de nossa geração. Sociólogos, mestres, pais, juizes, assistentes sociais e outros adultos de bom senso de nossos tempos vivem a examinar o assunto.

E haverá mesmo *mocidade transviada*? Ou será melhor falarmos de *mocidade abandonada*?

Pensando bem, concluímos que há *mocidade abandonada* e *mocidade transviada*. Mas não *mocidade transviada* no sentido em que muitos vêm tomando o termo, isto é, que por si só se transvia, que por si mesma se afasta da trilha, de má inclinação, de má qualidade. Não, com isso não concordamos. Aceitamos que há *mocidade transviada*, mas *transviada* porque outros a transviam; porque idéias malsãs, porque *arte* dirigida intencionalmente para o sórdido, o boçal, o absurdo, porque falsos mestres, — isto é, indivíduos de más tendências e piores intenções, que se infiltram no magistério, — a desviam da rota; porque o desequilíbrio dos lares e o abandono em que vive boa parte de crianças e moços os impede, como plantas sem estaca e sem cuidados, de desenvolver-se em postura reta, de escapar às influências poderosas de ventos pertinazes que as vergam a seu talante em tal ou qual sentido; porque exemplos nada felizes lhes são dados a cada passo.

Como professora que somos, de carreira e de coração, lidando há quase trinta anos com a *mocidade*, como pessoa desde muito cedo intelectualizada e voltada para as *artes*, como pessoa de temperamento naturalmente observador e inclinado ao exame das causas, como espírito indagador e como pessoa solidária com os demais seres humanos, há muito vimos perquirindo e concluindo, já sobre as desigualdades sociais, já sobre os postulados e os efeitos da Educação.

N. R. — Eis mais um estudo sobre assunto da mais alta importância e atualidade. As Forças Armadas têm em suas missões básicas um permanente sentido de Educar, e recebem em suas fileiras jovens das mais variadas classes, origens e culturas; daí o seu acentuado interesse em questões da natureza das aqui abordadas pela ilustre autora, que é Professôra do Colégio Pedro II e Inspectora Federal de Ensino. Este trabalho, com o do Cel Obino Lacerda Alvares ("Juventude em Crise", Jul-Agô 66), deve representar o começo de uma série de artigos sobre o magno tema, — que, sem dúvida, transcende da *mocidade* para um âmbito bem mais amplo: a humanidade hodierna, e a sua civilização...

E não só sobre desigualdades sociais e postulados e efeitos da Educação temos meditado, mas também sobre outros assuntos, quais sejam a evolução feminina, a instabilidade dos lares, o afrouxamento dos laços de família, as guerras (que nada mais são que desentendimentos dentro da família universal), o patriotismo, etc.

E que temos visto? que temos concluído, particularmente no que tange aos desacertos de nossa época e aos desvios de nossa mocidade?

O seguinte: vivemos um momento histórico dos mais importantes, uma época em que o homem tenta novos rumos. Entretanto, incauto, despreparado, ele se atira à empreitada sem ter consigo os instrumentos e as condições necessárias à sua experiência e aos seus ideais.

Resultado? Fracasso! Estraçalhamento de almas. Desperdício de valores e forças. Enfim, esperemos a bonança que sucede aos temporais. Ela virá mais cedo ou mais tarde.

Por quê se esfacelam em tão grande número os lares? — temo-nos perguntado várias vezes.

Por quê? Porque a mulher ainda está deslumbrada com a recente conquista de seus direitos e perde facilmente a paciência ante as deficiências e o velho vício de mandar e abusar, de que os homens não podem sem dificuldade libertar-se. Porque os homens, em leis ou externando opiniões, aprovam direitos femininos, mas ainda vivem, na verdade, uma outra realidade — a certeza de que tais direitos representam para eles a perda de ancestrais primazias e deliciosos privilégios.

Quando o homem deixar de sonhar, no seu subconsciente, com a mulher escrava, com a mulher submissa, e quando ela, a seu turno, souber usar a sua liberdade sem fazer disso porta larga para a intolerância, a arrogância, a presunção e até o direito de emparelhar com o homem no gozo dos vícios e erros pequenos e grandes, os lares tornarão ao equilíbrio. E serão deliciosos. Serão lares autênticos, onde a estima e o auxílio mútuo substituirão a guerra surda, os gritos, a malquerença e o fastio.

Por que vivem em luta cada vez maior patrões e empregados?

Porque boa maioria dos primeiros, tais como os maridos, aprovam no papel e de boca o que na verdade repelem no seu íntimo, o que na verdade lhes parece uma usurpação de seus sagrados direitos e vantagens, — direitos e vantagens que, no passado, foram ilimitados e deixaram uma tradição, um substrato difícil de eliminar. Cada favor, cada benefício concedido ao empregado gera, naturalmente, no patrão, uma necessidade de compensação ou, pelo menos, uma profunda irritação, que lhe dificulta a tolerância e a benevolência para os erros dos mesmos.

Estes, por sua vez, tal como acontece com as mulheres, estão aturdidos e ofuscados pelo que consideram a sua grande e definitiva

oportunidade. E então ultrapassam as medidas e se tornam atrevidos, arrogantes, e, com mais um pequeno passo, desleixados, descuidados de seus deveres, e até inoperantes.

E as crianças, e os adolescentes?

Estes também ouviram e ouvem, a cada passo, falar nos seus direitos, no respeito que lhes é devido. E então, na sua imaturidade, na pouca ou nenhuma compreensão que podem ter do problema, *confundem ter direitos com não ter deveres*, com não precisar respeitar, ser auto-suficientes, fazer quanto lhes der nas cabecinhas inexperientes.

E os adultos? Com o natural carinho que tendem a sentir por seus tutelados — filhos, discípulos — somado ao cansaço que decorre do trabalho de educar e bem assim do desejo de não parecerem carrascos, abrem mão insensatamente do dever e da necessidade de conduzir e orientar os mais novos.

E então soltam-nos, confiam nêles além da medida, atribuem-lhes uma maturidade que eles estão longe de possuir. E eis as pobres plantinhas — crianças e moços — crescendo ao léu, criando-se ao sabor dos ventos bons ou maus que venham bafejá-los; e eis bom número dêles, na sua credulidade, com a sua boa fé, deixando-se arrastar por maus conselhos, seguindo caminhos ínvios, acreditando-se adultos quando não o são, julgando-se fortes quando ainda são fracos; e assim antecipando-se em infinidade de caminhos e atitudes que os levam, não raro, a apodrecer sem amadurecer.

A tudo isso junta-se o sonho do homem de resolver o velho e insolúvel problema da miséria, das desigualdades sociais, das classes e das castas sociais.

E então os desprotegidos da sorte, os pequeninos, os mal nascidos, os de parca inteligência, ouvindo mas não compreendendo as teorias dos que querem ajudá-los, dos que desejariam livrá-los da sua pequenez e da sua incapacidade, superestimam-se; e arrojam-se, qual massa cega e turbulenta, contra os mais bem aquinhoados.

Dêsses, três grupos se formam:

1) o dos que, aturdidos com a nuvem de pó levantada pela turbulência da arraia miúda, se perdem nas suas próprias teorias, se confundem quando não se amedrontam; e deixam de ser líderes para serem títeres nas mãos das massas;

2) o dos que se alheiam ao problema;

3) o dos que, ardilosos, demagogos, exploradores das circunstâncias, prepararam e desejaram exatadamente essa turbulência de grandes massas para servir aos seus próprios interesses, para dar expansão aos seus propósitos malsãos.

Esses criam os regimes totalitários, espalham a má literatura e a sub-arte, que pervertem o gosto e o caráter; envenenam a mocidade,

explorando-lhes a boa-fé, e ataquem por tôda parte a destruição e os desentendimentos.

Esses são as hienas humanas, os que se alimentam de despojos.

Esses sempre existiram, mas nem sempre tiveram campo tão propício quanto o atual. Esses são os que se beneficiam da confusão em que se acha o homem, à procura de novos rumos, de nova trilha que o leve a um mundo mais feliz e mais equilibrado.

Esses são os que difundem tóxicos, são os que ateiam guerras, são os que estimulam ódios e lutas de classes, são os que induzem os moços e os pequeninos de tôda espécie à rebeldia.

Remédio? Difícil... Mas em todo caso, encarando de frente o problema, reagindo cada qual um pouco, estamos trabalhando pela conquista de um pouco mais de paz e equilíbrio no convívio com nossos semelhantes.

E enquanto não conseguimos tudo, encarem os homens e as mulheres, que formam seus lares, com um pouco mais de compreensão e paciência o nôvo "modus vivendi" que resulta da liberdade feminina; decidam-se os empregados a cumprir melhor com seus deveres e libertem-se os patrões do egoísmo natural que os torna intolerantes para com as conquistas de seus subordinados; voltem-se os adultos com mais empenho e com maior responsabilidade para o seu dever de conduzir e orientar as gerações novas, exigindo dos jovens mais cordura e mais obediência (pela persuasão sempre que possível, mas não abrindo mão também da aplicação de prêmios e sanções, esses prêmios e sanções que a Pedagogia Moderna, numa experiência infeliz, vem tentando proscrever, mas que, para a alma humana, têm o seu significado como estímulo e como aferimento de valor); reajam os artistas e o público contra a arte malsã e mesmo contra o inexpressivo, o equívoco e o absurdo que pretende impingir-se como "arte"; voltem os homnes a cultivar com ufania as boas qualidades, os bons hábitos, os princípios sadios e de boa ética, em vez de pô-los de banda como coisa inútil ou ultrapassada.

Estaremos assim dando passos seguros para encontrarmos afinal o caminho que tão açodada e cegamente procuramos; estaremos assim impedindo que a Mocidade se transvie; estaremos assim aproveitando e canalizando bem as energias dos jovens, que só esperam, para ser bem dirigidos e florescerem, a nossa ajuda, a nossa experiência, o nosso carinho, a nossa orientação.

Trabalhem com amor pelos moços e eles não nos decepcionarão.

A Mocidade é pródiga, é generosa, é idealista, e tem aptidão para o bem e o trabalho. Ela só se transvia, ela só falha, quando nós esquecemos que ela precisa de nós, que ela espera por nós, que ela é se-meadura a depender de mãos hábeis de jardineiros atentos e interessados.

UM DILEMA PARA O EXÉRCITO: DIESEL OU GASOLINA ?

Maj Inf (QEMA)
RUPERTO CLODOALDO PINTO
(Com o Curso de Motomecanização)

Há muito, desde que a evolução da técnica permitiu a aplicação, com bons resultados, do motor construído por Rudolph Diesel em 1893-1897 em veículos automóveis que inúmeras perguntas são feitas: qual o motor que melhor se adapta aos veículos automóveis, o motor Diesel ou o motor a gasolina? Por que alguns países dão preferência a um tipo em detrimento do outro? É realmente o motor Diesel mais econômico que o motor a gasolina?

Para nós, militares, as perguntas adquirem ênfase maior nesta época de grande mobilidade: por que não utilizarmos o motor Diesel em vez do motor a gasolina? Será que é o motor Diesel a resposta aos grandes problemas surgidos com a mecanização intensiva adotada em todos os grandes exércitos na última década? Será que este motor resolverá o grande problema com que nos defrontamos ao calcularmos a enorme quantidade de suprimento Classe III necessária a qualquer operação, atualmente?

Para melhor entendermos o problema faz-se necessário um ligeiro estudo comparativo entre os dois tipos de motores.

Externamente há pouca diferença entre os dois.

Ambos possuem os mesmos órgãos fixos e móveis e todos eles na mesma posição relativa.

A maior diferença está na maneira de se proceder à inflamação do combustível no interior do cilindro — inflamação por compressão no motor Diesel e inflamação por centelha elétrica no motor a gasolina. Esta diferença é a maior vantagem do motor Diesel.

A uma taxa de compressão — relação entre o volume do cilindro com o êmbolo no PMB (ponto morto baixo) e o volume da câmara de compressão — de cerca de 12:1, a temperatura do ar comprimido no interior do cilindro é capaz de inflamar a maioria dos produtos de petróleo usados como combustível. A taxa de compressão do motor Diesel varia entre 12:1 e 22:1, o que permite ao motor usar a alta temperatura para inflamar o combustível.

Isto elimina o tão sujeito a enguiços, sistema de inflamação por centelha elétrica com bobinas, platinados, condensadores, distribuidor, cabos de velas, velas de inflamação, etc...

Uma vez que o combustível é inflamado por compressão, sua admissão no cilindro é feita de maneira diferente do motor a gasolina.

Os ciclos de dois e de quatro tempos são comuns aos dois tipos.

Vejamos o funcionamento dos motores a quatro tempos:

1º tempo (admissão) — o ar (no motor Diesel) ou a mistura ar-combustível (preparada no carburador, no motor a gasolina) é admitido no cilindro pela depressão causada pelo movimento do êmbolo ao se deslocar do PMA para o PMB.

2º tempo (compressão) — o ar (no motor Diesel) ou a mistura ar-combustível (no motor a gasolina) é comprimido pelo êmbolo em seu movimento do PMB para o PMA.

3º tempo (inflamação-expansão) — O combustível é injetado e inflamado (no motor Diesel) ou a mistura ar-combustível é inflamada e a expansão dos gases resultantes força o êmbolo do PMA para o PMB. É o tempo motor.

4º tempo (escapamento) — Os gases queimados são forçados para fora do cilindro pelo movimento do êmbolo do PMB para o PMA.

Nos motores com o ciclo a dois tempos o funcionamento é praticamente o mesmo nos dois tipos: a diferença básica é que no motor Diesel sòmente ar é admitido no 1º tempo.

No motor a gasolina a baixa taxa de compressão permite que o combustível seja misturado ao ar e introduzido no cilindro no 1º tempo, sem inflamar-se com a temperatura existente no interior do cilindro ao final do 2º tempo (compressão).

No motor Diesel, como já dissemos, sòmente ar é admitido no cilindro no 1º tempo (admissão). O ar é comprimido pelo êmbolo; sua temperatura sobe até perto de 1.100 graus Fahrenheit (ou 600°C); o combustível é então injetado, por um sistema chamado de injeção, no interior do cilindro e é inflamado pela alta temperatura existente.

Feito êste ligeiro estudo comparativo entre os dois tipos de motores, vejamos quais as principais vantagens que o motor Diesel apresenta sôbre o motor a gasolina.

1 — ECONOMIA DE COMBUSTIVEL

O rendimento térmico do motor Diesel é da ordem de 33 a 40% e no motor a gasolina êste rendimento não ultrapassa 30%, permanecendo em tôrno de 25%, isto é, para produzir o mesmo trabalho o motor Diesel necessita menos combustível. Êste fato é devido não só à elevada taxa de compressão em que é efetuada a queima do combustível como ao excesso de ar em que é efetuada esta queima. No motor Diesel uma quantidade constante de ar é admitida no 1º tempo (admissão) e o sistema de injeção é que varia a quantidade de

combustível a ser queimada. Em marcha lenta e em velocidade média o combustível é sempre queimado em excesso de ar, dando-se assim a queima completa do combustível e a resultante será a economia de combustível e maior eficiência térmica, além de evitar a formação de monóxido de carbono (CO).

No motor a gasolina isto, entretanto, não se verifica, pois em marcha lenta o contrôle é feito pela restrição da entrada de ar no carburador o que dá em consequência ser admitida uma mistura muito rica em combustível, que não é queimada totalmente, prejudicando a economia e produzindo monóxido de carbono e outros gases que são queimados na tubulação de escapamento.

Para se ter uma idéia do que é a economia proporcionada pelo motor Diesel, basta dizer que um caminhão equipado com motor Diesel e conduzindo uma carga de 5 toneladas gastará 18 litros para percorrer 100 quilômetros, enquanto um outro movido a gasolina gastará perto de 35 litros para conduzir a mesma carga por 100 quilômetros, o que representa uma economia de cerca de 17 litros em cada 100 quilômetros, o que, ao preço atual de Cr\$ 117 por litro de óleo Diesel e de Cr\$ 149 por litro de gasolina, representará uma economia de Cr\$ 3.221 em cada 100 quilômetros. (dados de 1965)

Nos nossos conhecidos carros de combate leves das séries M3 e M3A1, que ainda hoje equipam algumas unidades de carros de nosso Exército, os modelos providos de motor Diesel Guiberson T 1020, de 9 cilindros, radial, percorriam 1,5 milhas com um galão de óleo, enquanto os modelos equipados com motor a gasolina de 80 octanas, Continental W 670-9A de 7 cilindros, radial, percorriam apenas 1,1 milhas por galão de gasolina.

Além de tudo isto, em virtude do óleo Diesel ser mais viscoso que a gasolina, as perdas por evaporação durante o transporte e a armazenagem são grandemente diminuídas.

2 — DIMINUIÇÃO DAS NECESSIDADES DE APOIO LOGISTICO DE SUPRIMENTO CLASSE III

Decorrente da grande economia de combustível, as necessidades de combustível para uma mesma operação são grandemente diminuídas o que facilitará, sobremaneira, o apoio logístico às unidades motomecanizadas. Sabemos de experiências cruéis da 2ª Grande Guerra onde muitas batalhas foram perdidas por deficiências de suprimento Classe III.

Com as disponibilidades atuais de transporte e armazenamento desta classe de suprimento poderemos dar mais independência e maior raio de ação às nossas unidades e grandes unidades, o que as fará independentes de longas linhas de abastecimento, principal-

mente nos teatros de operações continentais, onde as grandes distâncias e a precariedade das estradas pontificam como fatores preponderantes, na conduta das operações.

Para termos uma melhor idéia basta dizer que para uma Divisão Blindada atual, dotada de viaturas equipadas com motores a gasolina, a UC (unidade de carburante — quantidade de combustível necessária para o deslocamento de 100 quilômetros) é, pelo nosso C 101-10, de 487.402 litros, enquanto uma mesma Divisão Blindada equipada com motores Diesel teria sua UC em perto de 300.000 litros.

O consumo médio diário da 6ª Divisão Blindada, integrante do III Exército Americano na Campanha da Europa, em combustíveis líquidos foi de 72.600 litros durante 287 dias de campanha, desde o seu desembarque na Normandia até Altenburg, na Alemanha. Se ela fôsse dotada de viaturas com motores Diesel este consumo seria da ordem de 44 mil litros, somente.

É oportuno transcrever a opinião do Cap John C. Burney, no número de maio-junho de 1955 de "Ordnance":

"Poderíamos reduzir o peso do combustível transportado e o volume dos depósitos de combustíveis se estivéssemos em condições de aumentar a eficiência dos nossos motores. Talvez o uso de motores Diesel viesse ajudar a solução de nossos problemas."

3 — UTILIZAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE COMBUSTIVEL

O motor Diesel tem imensas possibilidades de utilizar diversos tipos de combustível. Conquanto não seja um motor multicomcombustível, o seu sistema de injeção e inflamação permite que ele utilize uma gama considerável de combustíveis líquidos, desde o próprio óleo cru e seus derivados (óleo Diesel, Fuel oil, etc.) até os óleos vegetais (mamona, semente de algodão, soja, ouricuri, etc.). Alguns fabricantes atuais chegam a incluir em seus manuais de utilização, instruções sobre como fazê-los funcionar com gasolina de 68 octanas ou com uma mistura de óleo lubrificante usado com gasolina, além dos óleos vegetais.

Em nosso País já foram realizadas algumas experiências interessantes, uma das quais foi realizada com caminhões equipados com motor Diesel nos percursos RIO-RECIFE e RIO-BELO HORIZONTE e da qual transcrevemos abaixo o Certificado Oficial n. 8.580, do Instituto de Tecnologia Industrial do Estado de Minas Gerais, sobre os resultados obtidos:

"a) Percurso Rio-Recife:

Distância em que foi utilizado óleo de semente de algodão como combustível — 1.145 km.

Condições da estrada — Revestimento de saibro, raio mínimo de 75 m, rampa máxima 6%.

Consumo de combustível — O caminhão era equipado com um motor de 90 HP, com uma carga de 2 toneladas e consumiu 16 litros para cada 100 quilômetros.

Funcionamento do motor — Perfeito funcionamento ao longo de todo o percurso; partidas boas, com pronta inflamação e imediato alcance da plena potência; temperatura normal.

Observações: o mesmo caminhão, após substituir o óleo de semente de algodão por óleo Diesel, acusou um consumo de 19 litros por 100 quilômetros após rodar 1.265 km.

b) Percurso Rio-Belo Horizonte:

Distância percorrida: 540 km.

Condições da estrada — Não foram obtidos dados numéricos das características da estrada. Entretanto, a estrada era de traçado difícil, sendo 1/3 asfaltada e o restante em saibro.

Consumo de combustível — Foram empregados 3 caminhões equipados com motores de 6 cilindros, 90 HP, com 5 toneladas de carga cada um; cada caminhão utilizou um tipo de óleo vegetal como combustível, com o seguinte resultado:

Caminhão com óleo de ouricuri: 20,06 litros/100 km

Caminhão com óleo de mamona: 20,2 l/100 km

Caminhão com óleo de algodão: 20,4 l/100 km

Funcionamento do motor — Para os 3 caminhões foi observado um funcionamento tão bom quanto aquele registrado no percurso Rio-Recife. Entretanto, no caminhão que utilizou óleo de ouricuri foi notado um aquecimento elevado nas rampas mais forte. Também foi observado que o óleo de ouricuri tornou-se gorduroso devido à baixa temperatura verificada pela madrugada e pelo mesmo motivo o óleo de mamona teve sua viscosidade muito aumentada, obrigando a que se pré-aquecessem os seus motores para que fosse possível a partida.

Exame dos motores no ponto de chegada — Foi observado um resíduo de exíguas magnitude ou mesmo insignificante, não constituindo empecilho ao bom funcionamento dos motores."

Como vemos, é possível a um motor Diesel utilizar óleos vegetais tão encontrados em nosso País. As vantagens decorrentes são enormes, permitindo a uma unidade ou grande unidade dotada de viaturas com motor Diesel utilizar, como emergência, combustíveis capturados ao inimigo ou encontrados na região onde está operando.

4 — MANUTENÇÃO

As vantagens do motor Diesel, em sua grande maioria, decorrem de ser sua taxa de compressão muito elevada. Isto obriga a que diversas partes do motor sejam bem mais robustas que as do motor a gasolina.

Ora, sendo sua construção mais robusta e com o largo emprêgo de materiais mais resistentes, lógico é admitir-se que sua duração também seja maior, o que diminui, em muito, as exigências de substituição.

A ausência de carburador e do sistema de inflamação elétrico, sabendo-se que 75% dos enguiços ocorridos em um motor a gasolina são provocados por estes dois dispositivos, permitem simplificar a manutenção, além de proporcionar maior utilização do veículo, sem tempos mortos para a depanagem e manutenção.

Devido ao uso de aços especiais e à precisão de sua manufatura, o sistema de alimentação do motor Diesel prevê uma longa vida útil aos seus componentes. Os injetores e bombas de injeção são fabricados com tolerâncias mínimas de 25 millionésimos de polegada. Os diversos filtros existentes no sistema protegem seus componentes da ação abrasiva da poeira e de objetos estranhos.

Há frotistas no Rio de Janeiro que somente tiveram de abrir o motor de seus veículos após os mesmos terem percorrido 300.000 quilômetros.

A substituição dos diferentes elementos do sistema de alimentação do motor Diesel é muito simplificada, não requerendo mão-de-obra muito especializada.

Não existindo no motor Diesel o sistema de inflamação elétrico, não há interferência rádio, provocada pela centelha da vela de inflamação, o que permite uma utilização do rádio sem quaisquer problemas, sem necessidade dos complicados filtros supressores.

5 — PERIGO DE INCÊNDIO

Dada a grande diferença entre o ponto de fulgor (temperatura em que o combustível começa a emitir vapores inflamáveis) do óleo Diesel e o da gasolina, podemos dizer que é quase impossível haver incêndios em um motor Diesel. O óleo Diesel somente começa a emitir vapores inflamáveis a partir de 200 graus Centígrados, enquanto a gasolina a partir de 25 graus Centígrados já começa a formar vapores facilmente inflamáveis e explosivos.

A inegável segurança proporcionada pelo motor Diesel está muito bem descrita no livro do Gen Omar Bradley, "História de um Soldado":

"Quando perguntei acêrca do material, soube que os nossos "Sherman" movidos a gasolina já haviam ganho má reputação

entre as tropas americanas da frente. Devido ao alto índice de octana da gasolina que utilizavam, quando o motor recebia um impacto incendiava-se com facilidade, motivo pelo qual as tripulações clamavam por motores a óleo Diesel, para substituírem estas "armadilhas incendiárias". O Sargento James H. Bowser, de Jarpes, Alabama, um valente rapaz de 23 anos de idade e já veterano de algumas batalhas, falava pela sua tripulação:

— General, disse, este é o meu terceiro carro, apesar de ainda conservar a minha tripulação original. Fomos expulsos pelo fogo de dois outros carros. Se fôssem movidos a Diesel, isto não aconteceria. Mas estes motores a gasolina incendeiam-se como tochas, no primeiro ou no segundo impacto que recebem. Desta maneira, somos obrigados a abandoná-los e deixá-los a arder."

Outra opinião muito interessante é a do Cel Peter Rybakov em seu artigo "Tanques soviéticos versus tanques alemães", publicado em "The Tank" (Grã-Bretanha) de abril de 1945 e transcrito em Military Review de novembro de 1945:

"Uma outra vantagem dos carros de combate soviéticos é que eles são alimentados com óleo Diesel, enquanto as máquinas alemãs requerem benzina de alto grau. Os carros que operam com tal benzina incendeiam-se com muita facilidade."

O 634º Batalhão de Destruidores de Carros do Exército Americano, que fez a campanha da Europa desde a Normandia e era equipado com os famosos "Tank-destroyers" M-10, propulsados a Diesel, perdeu apenas um carro por explosão e assim mesmo quando uma granada inimiga atingiu a munição do carro.

Impactos diretos na câmara do motor de uma viatura Diesel não causarão uma desastrosa explosão como no motor a gasolina. Acumulações de vapores de combustível na própria câmara de combate, provenientes de vazamentos, não constituem problema para os carros dotados de motor Diesel.

As vantagens obtidas no transporte e armazenamento do óleo Diesel, proporcionadas pela segurança e quase eliminação dos riscos de incêndio, são enormes.

6 — FUMAÇA, CHEIRO E RUÍDO

Não há dúvida de que os primeiros motores Diesel apresentavam os inconvenientes de fumaça, cheiro e ruído. Entretanto os aperfeiçoamentos nêles introduzidos abrandaram de tal forma estes inconvenientes que hoje em dia é muito difícil a um leigo dizer se está viajando num veículo a Diesel ou a gasolina.

Durante a 2ª Grande Guerra o inconveniente da fumaça, principalmente quando o motor estava frio, foi superado fazendo-se os motores serem ligados e aquecidos antes do amanhecer, enquanto o seu ruído, embora menor que o do motor a gasolina, não podia ser determinado de uma certa distância, sendo que a mais de 1.500 metros é muito difícil dizer-se onde se encontra o veículo. Os "Tank-destroyers" M-10 propulsados a Diesel foram apelidados pelos alemães de "The Whispering Death" devido ao susurro que faziam os seus motores e à dificuldade de sua localização, o que só era feito quando os M-10 estavam a pequena distância de suas posições.

7 — PÊSO E VELOCIDADE DO MOTOR

O grande pêso e a pequena velocidade do motor Diesel foram efetivamente os grandes inconvenientes técnicos que apresentaram logo que surgiram. Dado o seu elevado pêso era praticamente impossível o seu aproveitamento em veículos pequenos. Hoje em dia, entretanto, já existem motores Diesel de pequena relação pêso-potência e de grande velocidade e perfeitamente adaptáveis a pequenos veículos. Como exemplos, podemos citar o motor Mercedes-Benz OM 324, que equipa os veículos da Toyota do Brasil S/A; e o motor Perkins de 4 cilindros, que equipa alguns veículos da Willys Overland do Brasil.

Recentemente um automóvel Peugeot 404 com motor Diesel acaba de bater sete recordes internacionais nessa classe de veículos, alcançando a velocidade média de 161,5 km/h, após 72 horas de prova.

8 — PREÇO

Enfim, apareceu uma desvantagem do motor Diesel. O seu preço, realmente, é bem mais elevado que um motor a gasolina da mesma potência. As razões são simples: maior robustez, maior precisão na fabricação dos componentes do sistema de injeção (bombas e injetores), emprêgo de metais especiais em sua construção — tudo isso torna o motor Diesel mais caro que o motor a gasolina. Entretanto, é de tal ordem a economia feita com sua utilização que rapidamente a diferença de preço é perfeitamente compensada.

E aí estão, em tôdas as nossas ruas e estradas, os caminhões e ônibus movidos a Diesel a demonstrar a sua superioridade sôbre os veículos a gasolina. Muito raro hoje em dia encontrar-se um ônibus ou caminhão que não seja Diesel, não obstante o seu preço ser mais elevado.

Graças às inúmeras vantagens que apresenta sôbre o motor a gasolina, tais como a grande economia de combustível que proporciona, a reduzida manutenção que exige, a grande segurança contra

incêndios que oferece, os reduzidos problemas logísticos que ocasiona, a sua capacidade de utilizar diversos tipos de combustível, parecem-nos dever o Motor Diesel substituir os motores a gasolina nas suas variadas aplicações militares.

E não seremos os primeiros a assim pensar.

Durante a 2ª Guerra Mundial o Exército Americano utilizou, com ótimos resultados, diversas viaturas equipadas com motores Diesel: o "Tank-destroyer" M-10, os carros de combate leves M3 e M3A1 Diesel, os carros de combate médios M3A3 e M3A5 (Grant), o carro de combate médio M4A2 (Sherman Diesel), diversos caminhões pesados, a maioria dos tratores de engenharia, etc. E após a guerra, em 1959, o OTAC (Ordnance Tank-Automotive Command) iniciou um programa destinado a desenvolver e testar motores Diesel para as viaturas blindadas; hoje, como consequência deste programa, já estão equipados com estes motores o carro de combate M48A3 (motor Continental AVDS 1790), o carro de combate M60 (motor Continental AVDS 1790), o transporte blindado de pessoal M 113 (motor GM Diesel), o obus de 8 polegadas autopropulsado, os obuses 105 e 155 autopropulsados, etc...

O Exército Soviético sempre utilizou e utiliza atualmente em seus veículos blindados motores Diesel: o carro de combate T-54 (motor Diesel de 500 HP), o carro de combate JS3 (motor de 600 HP), etc.

Outros exércitos têm utilizado e utilizam o motor Diesel e seria enfadonho mencionar todos os veículos com êle equipados.

Em nosso Exército os motores Diesel também não são novidade. Já empregamos os carros de combate leves M3 e M3A1 Diesel, os carros de combate médios M3A3 e M3A5 (Grant) e algumas outras viaturas, especialmente tratores.

Na Escola de Material Bélico funciona um curso de extensão de mecânicos Diesel para sargentos possuidores do curso de formação de mecânicos-auto, com duração de apenas 5 e meia semanas.

Acreditamos, portanto, ser chegada a hora de decidirmo-nos pela *dieselização intensiva do Exército*, tal como está sendo feita, com apreciáveis resultados, no mundo civil.

Para isso muito concorrerá, sem dúvida, o Fundo do Exército, que proporciona meios para sua modernização, e o atual desenvolvimento de nossa indústria automobilística, onde, no setor de veículos pesados, predominam os motores Diesel.

Nossas fábricas produzem o que de melhor há em veículos movidos a Diesel.

O problema da dieselização no nosso Exército não é tão complexo como parece à primeira vista e como o é para outros exércitos mais modernos.

Possuímos relativamente poucas viaturas, a maioria delas necessitando substituição, de há muito.

Nossos especialistas, oficiais e sargentos, estão perfeitamente capacitados a, rapidamente, se habilitarem ao novo tipo de motor.

A Escola de Material Bélico tem condições de formar os mecânicos Diesel necessários.

Portanto, um programa intensivo de dieselização é perfeitamente realizável.

Para isto, cremos ser necessário:

1 — Dar ênfase à formação de mecânicos Diesel na Escola de Material Bélico, aumentando-se o número de cursos realizados anualmente.

2 — Designar um grupo de trabalho constituído de oficiais do QEMA, com curso de motomecanização, de oficiais engenheiros de automóvel e de oficiais possuidores do curso de motomecanização para, em curto prazo, opinar sobre as viaturas Diesel nacionais que mais se adaptam às necessidades do Exército e para estudar a substituição, nas viaturas existentes e em bom estado, de seus motores a gasolina por motores Diesel de fabricação nacional. Tal substituição, que acreditamos ser perfeitamente exequível, traria considerável economia e poderia ser realizada ou nos Parques e Batalhões de Manutenção ou em fábricas civis que a isso se propusessem.

3 — Iniciar o programa de substituição pelo IV Exército, por ser esta grande unidade a que possui menor número de viaturas.

4 — Que seja evitada, no que for possível, a importação de viaturas especializadas, carros de combate e outras viaturas ainda não fabricadas no País ou cuja fabricação seja antieconômica, se não forem equipados com motores Diesel.

5 — Que sejam alienadas as viaturas equipadas com motor a gasolina e que não sejam passíveis de recuperação e substituição de seus motores e o numerário resultante aplicado na aquisição de novas viaturas.

6 — Que a adoção do motor Diesel seja feita por unidade, a fim de facilitar a manutenção.

Assim feito teremos, dentro de pouco tempo, um Exército dotado de viaturas econômicas, de fácil manutenção, de grande ralo de ação, não sujeitas facilmente a incêndios, capazes de consumir tipos diversos de combustíveis, de grande rusticidade, que não criem grandes problemas logísticos (quase sempre de difícil solução) e que proporcio-

nem ao Comandante grande mobilidade tática e estratégica, tão necessárias na época das armas nucleares e nos teatros de operações do nosso continente.

BIBLIOGRAFIA

MILITARY DIESELS — Maj Gen Nelson M. Linde Jr, in ARMOR, setembro-outubro de 1959.

CONFERÊNCIA — Maj Inf Sizenando Leite Mendonça, in "A Defesa Nacional", novembro de 1959.

MOTORES — Publicação da Escola de Motomecanização.

DIESEL MANUAL — A. B. Newell.

MOTORES DIESEL RÁPIDOS — Heldt.

"OS BLINDADOS ATRAVÉS DOS SÉCULOS" — Cel J. V. Portela F. Alves. FM 30-42 — MINISTÉRIO DA GUERRA, Bibliex.

"HISTÓRIA DE UM SOLDADO" — Gen Omar N. Bradley, Bibliex.

REPRESENTANTE!

A Revista precisa manter ligação mais constante e íntima com o senhor. Pretende fazê-lo, mas necessita da sua máxima cooperação. Assim, para iniciarmos nova fase de entendimento entre a Redação e o Representante, pedimos-lhe comunicar-se conosco, com a possível brevidade e preferentemente por carta, informando-nos detalhadamente da situação da Revista na sua Unidade. Esperamos, também, a sua colaboração não somente no tocante a sugestões para melhoria da nossa "A Defesa Nacional", como também no envio de matéria para publicação. Estamos às ordens, aguardando sua palavra.

EFEMÉRIDES DA ARTILHARIA

CAMPANHAS DO URUGUAI E PARAGUAI

(1864 - 1870) (*)

Gen (Res)

HEITOR BORGES FORTES

QUARTA PARTE

1867

Nov — 2 — Ocupação de Taii por tropas comandadas pelo Gen J. Manuel Menna Barreto. A 1ª Bateria do 1º RACav (Cap Teodósio, 4 canhões LH Cal 4) atacou um dos vapores paraguaios, fazendo-o submergir. (Teodósio foi promovido a Major em comissão). (1)

Nov — 3 — (4 1/2 hs. manhã) 2ª BATALHA DE TUIUTI travada pelo 2º CEx e elementos do Exército Argentino, contra os paraguaios (16 BI e 4 RC — Gen Barrios), que em colunas, atacam simultaneamente as tropas argentinas e o 4º BAPé, e penetram no acampamento brasileiro, visando a atingir a base de operações de Passo da Pátria. Parte dessas forças conseguiu aproximar-se do Reduto Central, onde cinco Batalhões de Infantaria, muito desfalcados, o 2º Corpo Provisório de Artilharia e 1º Batalhão de Artilharia a Pé, oferecem tenaz resistência e mantém a posição. Uma coluna que atacou a Linha Negra, defendida por fracos Batalhões de Voluntários e guarnecidas as Baterias Avançadas (D. Leopoldina, D. Isabel, Duque de Saxé), por tropa do 3º Batalhão de Artilharia a Pé, tudo sob comando do Cel Albuquerque Maranhão, é repelida com grandes perdas. A coluna que marchou sobre o Passo do Estero-Bellaco foi repelida por tropa da cavalaria vinda de Passo da Pátria, apoiado por duas baterias do 1º BAPé.

A oportuna intervenção da Brigada Paranhos, que retrogradou com o comboio que escoltava, e do qual fazia parte uma bateria do 2º Corpo, e a atuação pessoal do Barão de Porto Alegre, foram elementos decisivos para a derrota dos atacantes.

Os paraguaios apossaram-se de 1 canhão W 32, e 6 canhões e 6 obuses argentinos — Aprisionaram o 4º BAPé, e seu comandante, Major Cunha Matos — mas sofreram pesadas baixas, sendo obrigados a retroceder para seus acampamentos, sem atingir o objetivo final.

(*) Continuação do número de Nov/Dez.

(1) A 1ª/1º RACav passou ao comando do Tenente Marcos Souza.

Uma bateria do 1º RACav (4 canhões La Hitte de 12) de Tumucucú, atirou sobre as tropas paraguaias (T. Frágoso).

Nov — 6 — (9,15hs.) Foi concluído o Forte S Gabriel, em Taii.

São enviados reforços para Taii (uma Bda de Infantaria e a 2ª Bateria do 1º RACav — 6 canhões LH 4, de montanha, Cap Manuel Pereira Jr.).

Além das 4 bôcas de fogo da expedição Mena Barreto seguiram mais 6 canhões cal 12, 1 canhão W 32, e mais 2 de 12, para o Forte São Gabriel.

Nov — 24 — A 1ª DC (Gen J. Manuel Mena Barreto) vai até o Tebicuari, em reconhecimento, pela margem do rio Paraguai, e a 26 regressa a Taii.

26 — A Esquadra bombardeia violentamente Curupaiti.

27 — Seguem reforços para o Chaco: 12º C Cav (220 praças) e 4 bôcas de fogo.

Dez — 13 — Novo reconhecimento a Tebicuari, pela 1ª DC (Gen J M M Barreto — 1.100 homens), com a Bda Cel Bueno e 2 bôcas de fogo — na vg (2ª Bia, 1º RACav, Cap Manuel Pereira Jr.).

15 — A situação e repartição da artilharia brasileira é dada em separado. (Ver Nota Especial n. 5).

26 — Surpresa de Passo-Poi: os paraguaios atacam 1 batalhão brasileiro; Caxias intervém com o DC de Andrade Neves (sem artilharia).

1868

Jan — 8 — Seguem para Tuiucú 2 peças W 32, do 1º BAPé — (Cap Filinto) que são apontados para o QG de López, em Passo Pucú. A bateria (2 peças W 32 e 4 LH 12) passa a bombardear diariamente, de combinação com a Esquadra, esse local.

13 — O General Mitre deixa, pela 2ª vez, o comando; Caxias assume-o em Tuiuti.

18 — Caxias expede para o Chaco um pequeno destacamento de infantaria e cavalaria, do qual fazem parte 2 canhões.

27 — Pôrto Alegre retira-se e passa ao Marechal Argolo o comando do 2º CEx, em Tuiuti.

O General Vitorino Monteiro assume o comando do 1º CEx.

Fev — 19 — Passagem de Humaitá e Timbó por uma Divisão de encouraçados. Em terra, todas as baterias de Tuiuti e Tuiucú, bombardearam intensamente o quadrilátero de Humaitá.

Ataque ao Estabelecimento (Reduto Ciervo), determinado por Caxias.

Tomaram parte uma DC (Gen Andrade Neves); uma DI, com 4 Brigadas (Gen Auto Guimarães) e a Brigada de Artilharia (Cel Mallet), esta com 12 bôcas-de-fogo do 1º RACAv (Ten-Cel Severiano) e 4 estativas de foguetes (Ten Cunha), que foram revistados previamente por Caxias. Em marcha noturna seguiu esse Destacamento para o Estabelecimento; às 2 horas da madrugada, e ao alvorecer atacou, em 2 coluns, ao mesmo tempo que a esquadra forçava a passagem de Humaitá.

A artilharia de Mallet atacou 2 navios paraguaios e lanchões nos quais fugiram, deixando vários prisioneiros.

Ficou guarnecendo o Reduto uma Brigada, sob o comando do Gen Auto Guimarães.

24 — Uma divisão da Esquadra (Cmt Delfim de Carvalho) sobe o Rio Paraguai e chega a Assunção.

Março — 1º — “Com o fim de uniformizar o calibre e sistema de bôcas-de-fogo que usam o 1º RACav e pô-lo em estado de marchar à primeira ordem, mandou S Ex (Caxias) fazer a troca de 8 canhões-obuses de 4 1/2 que existiam nas baterias do mesmo Regimento e nas de vanguarda, por outras tantas peças de sistema La Hitte, calibre 4. Tendo há dias sido remetidos aqueles canhões para Tuiuti, chegaram hoje dêste acampamento as mencionadas peças, La Hitte, sendo 6 de campanha e 2 de montanha, e daquelas, 4 de raimento francês e as outras de raimento brasileiro. Ficaram nas baterias do 1º Regimento as 4 primeiras, e as outras foram assestadas nas baterias de vanguarda.” (Do Diário do Exército).

Março — 2 — López, que resolvera retirar-se de Humaitá e ocupar nova posição no Tebicuari, deixa a fortaleza.

21 — Os brasileiros atacam e conquistam a posição de Rojas. A coluna de ataque principal, sob comando do Cel Fernando Machado tem a participação de 8 bôcas-de-fogo e 4 estativas de foguetes do 2º Corpo Provisório de Artilharia (Ten-Cel Gama Lôbo D'Eça). Uma bôca-de-fogo foi levada à frente da picada que conduzia à barragem d'água, atirando, a 50 passos do inimigo, 10 tiros. (Jourdan)

Os 1º e 3º BAPé ficaram encarregados da guarda do acampamento de Tuiuti.

O 3º CEx (Osório) faz uma ação secundária sobre Espinilho, da qual participam as baterias comandadas pelo Major Nepomuceno Mallet.

22 — Os paraguaios abandonam Curupaiti, que os brasileiros (2º Cex) ocupam, aí estabelecendo-se o QG do Mal Argôlo.

23 — O QG do 3º CEx desloca-se para ParaCuê, e o dos argentinos para Passo Pocú.

Abril — 11 — Depois de disposto o Exército Aliado em suas novas posições em torno de Humaitá, que continuava guarnecida por efetivos paraguaios, Caxias determina o bombardeamento do recinto da fortificação.

Nesse dia, uma bateria do 2º Corpo (6 peças LH de 12 e 3 W de 32, do BAPé) disparou mais de 400 tiros, ao que o inimigo respondeu apenas com 6 a 8 disparos de morteiro.

— Construiu-se na nova frente do 2º CEx uma linha de trincheiras com 1673 metros de desenvolvimento e artilhou-se com 28 peças de grosso calibre. A esquerda dessa linha apoiava-se na Lagoa Amboro-Cuê, onde vieram postar-se 2 chatas armadas com canhões navais, e a direita em um banhado, começando além dêles as posições argentinas, que se estendiam até Passo Benítez. Neste ponto encontravam a linha do 3º CEx, o qual, além de vários redutos, tinha levantado trincheiras na extensão de 2.500 metros, artilhadas com 5 baterias de grosso calibre. As linhas do 3º CEx prolongavam-se até o Estabelecimento, e pouco depois estenderam-se até a margem do rio Paraguai, indo o 30º BVP guarnecer a península em frente à ilha Araçá. A Esquadra, acima e abaixo de Humaitá, vigiava cuidadosamente o rio. (Jourdan) (2)

Maio — 2 — Os Aliados levam tropas para a margem direita do rio Paraguai (região do Chaco). Sob comando do Cel Barros Falcão seguem 2.500 homens (Infantaria, Engenharia) e uma bateria com 4 canhões LH de 4 (Cap Anfrísio Fialho); os argentinos, sob o comando do Gen Rivas, levam 1.500 homens e 4 bocas-de-fogo — os quais se instalam no albardão do Araçá.

4/5 — Os paraguaios atacam no Chaco (combate de Andai), sendo repelidos. A Esquadra reforçou a artilharia do Cap Fialho com 2 obuses de 4 1/2".

5 — O General Machado Bittencourt assume o comando das tropas do Chaco, as quais são no decorrer do mês, reforçadas.

14 — O Brigadeiro João Manuel Mena Barreto assume o comando do 1º CEx (substituindo Vitorino Monteiro), que, no flanco N do dispositivo brasileiro, está vigiando o rio Paraguai e atento para o Norte.

16 — Criação do 4º Corpo Provisório de Artilharia, em virtude de disposição contida pela ordem do dia n. 214:

"Fica criado um corpo, com a denominação de 4º Corpo Provisório de Artilharia, composto de oito baterias, formadas das que atualmente existem avulsas ou adidas ao 1º Regimento de Artilharia a Cavalo, a saber:

— a bateria provisória de campanha, comandada pelo Sr Capitão João Nepomuceno de Medeiros Mallet;

— a de posição, comandada pelo Sr Capitão Filinto Gomes de Araújo;

— a comandada pelo Sr Capitão Luiz Carlos Mariano da Silva;

(2) Ver a planta 3 — Sítio de Humiatá, de Jourdan.

Abril — 11 — Depois de disposto o Exército Aliado em suas novas posições em torno de Humaitá, que continuava guarnecida por efetivos paraguaios, Caxias determina o bombardeamento do recinto da fortificação.

Nesse dia, uma bateria do 2º Corpo (6 peças LH de 12 e 3 W de 32, do BAPé) disparou mais de 400 tiros, ao que o inimigo respondeu apenas com 6 a 8 disparos de morteiro.

— Construiu-se na nova frente do 2º CEx uma linha de trincheiras com 1673 metros de desenvolvimento e artilhou-se com 28 peças de grosso calibre. A esquerda dessa linha apoiava-se na Lagoa Amboro-Cuê, onde vieram postar-se 2 chatas armadas com canhões navais, e a direita em um banhado, começando além dele as posições argentinas, que se estendiam até Passo Benítez. Neste ponto encontravam a linha do 3º CEx, o qual, além de vários redutos, tinha levantado trincheiras na extensão de 2.500 metros, artilhadas com 5 baterias de grosso calibre. As linhas do 3º CEx prolongavam-se até o Estabelecimento, e pouco depois estenderam-se até a margem do rio Paraguai, indo o 30º BVP guarnecer a península em frente à ilha Araçá. A Esquadra, acima e abaixo de Humaitá, vigiava cuidadosamente o rio. (Jourdan) (2)

Maio — 2 — Os Aliados levam tropas para a margem direita do rio Paraguai (região do Chaco). Sob comando do Cel Barros Falcão seguem 2.500 homens (Infantaria, Engenharia) e uma bateria com 4 canhões LH de 4 (Cap Anfrísio Fialho); os argentinos, sob o comando do Gen Rivas, levam 1.500 homens e 4 bôcas-de-fogo — os quais se instalam no albardão do Araçá.

4/5 — Os paraguaios atacam no Chaco (combate de Andai), sendo repelidos. A Esquadra reforçou a artilharia do Cap Fialho com 2 obuses de 4 1/2".

5 — O General Machado Bittencourt assume o comando das tropas do Chaco, as quais são no decorrer do mês, reforçadas.

14 — O Brigadeiro João Manuel Mena Barreto assume o comando do 1º CEx (substituindo Vitorino Monteiro), que, no flanco N do dispositivo brasileiro, está vigiando o rio Paraguai e atento para o Norte.

16 — Criação do 4º Corpo Provisório de Artilharia, em virtude de disposição contida pela ordem do dia n. 214:

"Fica criado um corpo, com a denominação de 4º Corpo Provisório de Artilharia, composto de oito baterias, formadas das que atualmente existem avulsas ou adidas ao 1º Regimento de Artilharia a Cavallo, a saber:

— a bateria provisória de campanha, comandada pelo Sr Capitão João Nepomuceno de Medeiros Mallet;

— a de posição, comandada pelo Sr Capitão Filinto Gomes de Araújo;

— a comandada pelo Sr Capitão Luiz Carlos Mariano da Silva;

(2) Ver a planta 3 — Sítio de Humiatá, de Jourdan.

— a destacada no Taii, sob comando do Sr Capitão Manuel José Pereira Júnior;

— a provisória de voluntários alemães (comandada pelo Capitão Anfrísio Fialho e destacada no Chaco);

— a de foguetes à-Congréve (Cap Santiago) destacada no 3.º Corpo do Exército".

— Assumiu o comando do novo Regimento o Major em comissão Nepomuceno Mallet. (Histórico do Regimento Mallet, conf. do Cap Faustino Filho).

— A partir de então, o Corpo Provisório de Artilharia a Cavalo, (Gama Lôbo D'Eça) passa a ser designado como 2º Regimento de Artilharia a Cavalo.

Junho — 1º — Caxias reúne o Cmt 1º CEx (J M Mena Barreto) e o Cmt da Esquadra (Inhaúma) e resolve efetuar reconhecimentos por terra e via fluvial, rio acima.

Junho — 6/7 — Exploração de cavalaria até o rio Jacaré — do qual participam 1.500 homens (400 argentinos) e 4 bocas-de-fogo (bateria Capitão Manuel José Pereira Junior), sob comando do Brigadeiro Menna Barreto, travando-se violento combate à beira do referido rio.

A Esquadra fez subirem o rio 4 navios, acompanhando a tropa de terra, em seu deslocamento.

— As baterias do 2º e do 3º CEx fizeram vários bombardeios sobre Humaitá.

De Jun — 26 — a Jul — 24 — Neste período lançaram-se contra as fortificações inimigas 12409 projéteis, dos quais os paraguaios responderam atirando 3841 granadas. (Tasso Fragoso)

Jul — 6 — A tarde foi morto por uma bala de canhão inimigo, na bateria do centro da vanguarda, em Pare-Cuê, o Cap João Batista Marques da Cruz, seu comandante (era um dos heróis da Retirada da Laguna). (Diário do Exército).

16 — Os aliados atacam, em 2 pontos muito afastados, o recinto de Humaitá, na área do 3º CEx são repelidos, no reconhecimento à viva força dirigido pelo General Osório. Toda a artilharia dos 2º e 3º CEx atirou. A preparação de artilharia, que durou 2 hs. e não foi respondida pelo inimigo, parece ter sido a maior até então praticada. O 2º Corpo disparou 1754 tiros e o 3º CEx. 1912; ao todo, 3666 tiros, que era um consumo notável para a época (Tasso Fragoso, 3º Vol pág 435).

18 — Combate de Acaiuussá (Andaí) entre argentinos e brasileiros. e os paraguaios que abandonaram Humaitá.

25 — Os aliados penetram no recinto fortificado de Humaitá, que encontram abandonado. "A 6ª Bateria do 1º RACav foi das primeiras

tropas a penetrar em Humaitá. com o destacamento General Câmara". (Leite de Castro).

— Os 1º e 3º BAPé, vão guarnecer as fortificações de Humaitá, e são incumbidos de demolir as posições de bateria.

26 — Reforços são enviados para o Chaco, por onde se evadiram os paraguaios que guarneciam Humaitá. Seguem a Brigada Cel Pedra e duas baterias de artilharia.

Agô — 4 — Caxias passa em revista, em Humaitá, quatro Divisões de Cavalaria e o 1º Regimento de Artilharia a Cavallo.

5 — Rendição dos últimos defensores de Humaitá, depois de cercados na península de Acaiuassá, à margem direita do rio Paraguai.

6 — Regressam à margem esquerda do Paraguai todos os reforços enviados ao Chaco, aí permanecendo a Brigada Rivas. (argentinos)

12 — Retirada da força aliada de Andai (2º Chaco) que se recolhe a Pare-Cuê, sob comando do Gen Machado Bittencourt.

Permaneceu no Chaco a 8º Brigada (Cel Hermes), com 1200 homens e 6 bocas de fogo. (Ver Nota Especial n. 6).

NOTA ESPECIAL N. 5

SOBRE A ARTILHARIA BRASILEIRA EM 1867

Ao findar o ano de 1867 o "material de artilharia de que dispunha o Exército Brasileiro atingia um total de 39 canhões de 16 estativas de foguetes", segundo elementos colhidos no Diário de Campanha de Caxias (T. F., 3º Vol, págs. 460/61).

Eram:

— 4 canhões Whitworth cal 2 (44 m/m) no Chaco; vindos provavelmente da Esquadra, ou aquisição recente no estrangeiro, esses canhões de 2, vão dar lugar à bateria de montanha com que o 1º BAPé participará da Campanha das Cordilheiras.

— 3 canhões Whitworth de 32 — (97 m/m) — 2 em Tuiuti e 1 no Taii. Dos 6 canhões W 32 levados do R. G. Sul pelo 2º R Prov, — 4 haviam ficado no Potreiro Pires — e 2 desembarcaram em Curuzu — (dêstes, 1 ficou inutilizado; do outro não há referência ulterior); daqueles, 1 foi perdido no 2º combate de Tuiuti; 2 ficaram com o 1º BAPé, no acampamento Central de Tuiuti e 1 havia seguido para Taii (Forte S. Gabriel) quando da marcha de flanco, com o 1º RACAV.

Somente em 1868 houve grande fornecimento dessas peças, que vieram reforçar o sitio de Humaitá.

— 33 canhões La Hitte de 4 — e 18 canhões La Hitte de 4 — de montanha; eram o forte da dotação de artilharia, achando-se distribuídos pelos 2 Regimentos e por vários redutos a cargo dos BAPé e destacamentos.

— 19 canhões La Hitte cal 6 — todos em Tuiuti e Passo da Pátria.

Os canhões de 6, que haviam sido a arma principal dos 1º e 3º BAPé, estavam repartidos por várias trincheiras e redutos. Em breve esse canhão entraria em desuso.

— 25 canhões-obuses de 4 1/2" — em diversos destinos e 4 canhões-obuses de 5 1/2" — êstes no Chaco.

Deve haver confusão entre canhões-obuses (de alma lisa, de 4 1/2" — 114 m/m) e obuses Whitworth raiados de 4 1/2". Daqueles é certo que havia 8, trazidos do R. G. Sul pela bateria provisória (Nepomuceno Mallet) do 3º CEx — ainda em uso. Os demais já deviam ser obuses raiados, Whitworth, de 4 1/2", que, com os de 5 1/2", possivelmente comprados pela Marinha, começavam a ser muito usados para reforçamento das posições defensivas: 2 na bateria D. Leopoldina; 4 na bateria Mallet; 2 na bateria do Potreiro Pires e 5 no Chaco.

— 2 morteiros de 0,15 — no Chaco — Deve ser material naval.

Constata-se que 2 canhões Whitworth cal 12 — (69 m/m) experimentados pelo Corpo Provisório A. Cavallo, em Encarnação — e que atuavam em Curupaiti — deixaram de ser utilizados daí por diante.

NOTA ESPECIAL N. 6

COMENTÁRIO SOBRE A ARTILHARIA BRASILEIRA

Termina aqui o chamado período de inação diante de Humaitá. A queda desta fortaleza representa o fim de um longo período de operações, iniciado com a invasão do território paraguaio a 16 de abril de 1866.

Foram mais de dois anos de sofrimentos para os combatentes de ambos os lados, e para os Aliados, não só a vitória na 1ª Batalha de Tuiuti, a 24 de maio de 1866, como o sitio de Humaitá, constituem fatos marcantes do período.

Caxias, no mês do seu aniversário, vai poder retomar a marcha para o Norte, com decisão e pertinácia, rumo a Assunção, objetivo geográfico dos Aliados, a despeito dos entraves que possa encontrar pelo caminho.

O longo período de guerra de trincheiras e de sitio da praça forte de Humaitá deu à Artilharia uma grande predominância nas decisões do Comando, e o aumento do número de bôcas-de-fogo impos também o de Unidades da Arma — que são agora três Regimentos de Artilharia (o 1º, o 2º Provisório e o 3º, imprópriamente chamado de 4º Corpo Provisório de Artilharia) e os dois Batalhões de Artilharia a Pé, êstes incumbidos inicialmente de guarnecer a rendida fortaleza e aqueles destinados a atuar com os Corpos de Exército, em futuras operações.

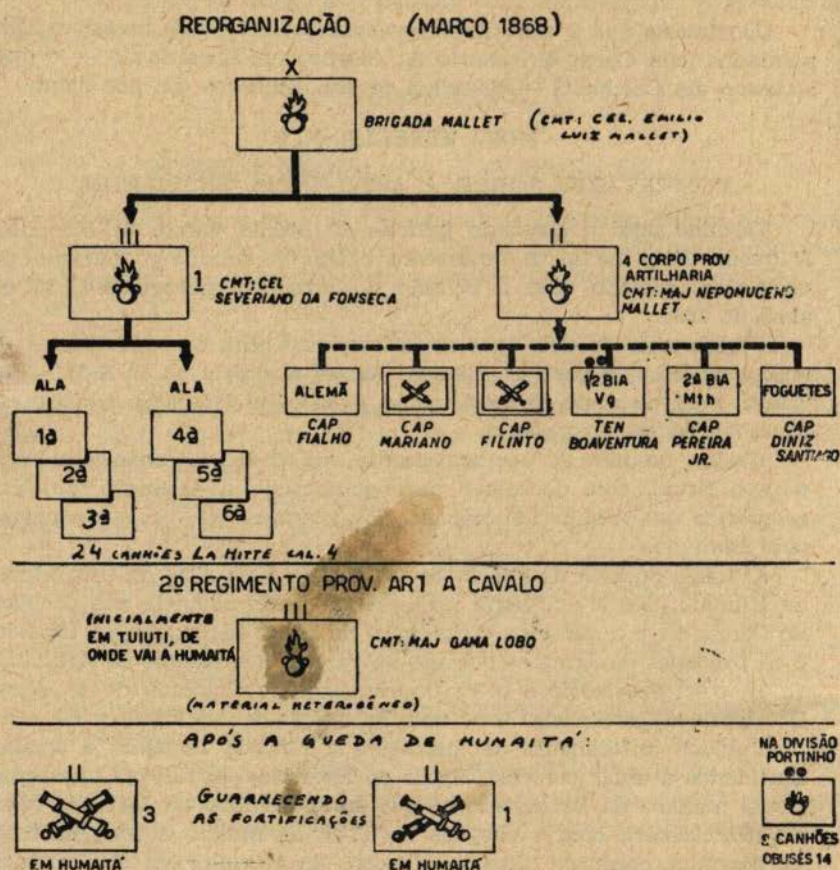
O número de bôcas-de-fogo, que em Dezembro de 1867 era cêrca de 150, crescera com a chegada ao T. O. de muitas outras, inclusive da Marinha, conforme disse o Ministro da Marinha em seu relatório de 1868, no qual declara que "todos os canhões de grosso calibre

recebidos da Inglaterra foram imediatamente embarcados para o Paraguai".

Isto explica a menção a conhões-obuses de 4 1/2" e 5 1/2", bem como morteiros de 10" entre os materiais distribuídos às guarnições de terra, em alguns locais como o Chaco, em número superior às disponibilidades do Exército.

No relatório final (1870) são mencionados todos os tipos e calibres dos canhões enviados para o Rio da Prata em 1865, 1866 e 1867. (Ver Tasso Fragoso, 5º vol).

Totalizaram 146 canhões de campanha e montanha, de calibre 4 e 32; 20 obuses de 4 1/2 e 5 1/2; 15 morteiros e cerca de 40 estativas de foguetes.



(Continua no próximo número)

TIROS DE GUERRA E SEGURANÇA NACIONAL

Gen Bda

ALMÉRIO DE CASTRO NEVES

INTRODUÇÃO

O valor militar dos Tiros de Guerra tem sido sido muitas vezes pôsto em dúvida, ao longo da sua história.

Algumas vezes foram considerados como solução para a execução do Serviço Militar e outras como um meio de o jovem eximir-se dêsse sagrado dever.

Atualmente, sua estrutura é considerada inadequada ao plano de atendimento de sua finalidade principal: formar reservistas de 2ª categoria, da Arma de Infantaria, para o Exército.

A causa apontada é que a complexidade da guerra moderna exige pessoal cada dia mais qualificado, especializado e adestrado, cuja formação só pode ser feita em órgãos dotados de material de instrução dispendioso e de difícil aquisição, e dotar os Tiros de Guerra dêsse material, não sòmente exigiria verbas vultosas, como também medidas especiais de segurança.

Entretanto, é necessário considerar que a guerra moderna não é travada apenas com operações militares em um ou mais Teatros de Operações — é total, dando margem a ações também na retaguarda, não sòmente sob a forma de bombardeios, como de sabotagens, guerrilhas e guerra psicológica, muitas vezes decisivas para a vitória; para neutralizar a atuação inimiga na nossa retaguarda, muito poderiam concorrer os Tiros de Guerra, se fòssem convenientemente estruturados e recebessem instrução adequada.

Além disso, é necessário considerar também que a guerra externa é eventual, mas a preparação para ela, assim como as necessidades da segurança nacional, mesmo consideradas do ângulo estritamente militar, são permanentes.

Dentre essas necessidades, destaca-se a preparação do povo, técnica e espiritual, para fazer a guerra, suportar os seus efeitos e cooperar nas medidas de segurança nacional.

Essa é uma das razões por que o Serviço Militar é, por lei, obrigatório para todos.

Imperativos de ordem econômica, entretanto, impondo um pequeno efetivo às Forças Armadas, as impossibilitam de incorporar a totalidade dos jovens em idade militar, considerados aptos.

Aparecem então os Tiros de Guerra como uma solução, pois poderiam, sem pesar no orçamento nacional, constituir um prolongamento do Serviço Militar, estendendo-o aos convocados não incorporados.

Vamos examinar o assunto, inicialmente situando os Tiros de Guerra no âmbito do Serviço Militar e, em seguida, fazendo breve resumo histórico do Serviço Militar no Brasil e do aparecimento e evolução dos Tiros de Guerra, concluindo com apreciações sobre a cooperação que os Tiros de Guerra poderão prestar à segurança nacional, tanto em tempo de guerra, como na paz.

O SERVIÇO MILITAR E OS TIROS DE GUERRA

O Serviço Militar consiste no exercício de atividades específicas desempenhadas nas Forças Armadas e compreende, na mobilização, todos os encargos relacionados com a defesa nacional.

Tem por base a cooperação consciente dos brasileiros, sob os aspectos espiritual, moral, físico, intelectual e profissional, na segurança nacional; é obrigatório para todos.

Com as suas atividades, o Serviço Militar coopera na educação moral e cívica dos brasileiros em idade militar e lhes proporciona instrução adequada para a defesa nacional.

Examinando essas prescrições da Lei do Serviço Militar e seu Regulamento, podemos deduzir que o Serviço Militar não tem por finalidade apenas prover as Forças Armadas do pessoal de que elas necessitam para o funcionamento dos seus diferentes órgãos, mas principalmente fazer os brasileiros em idade militar participarem dos encargos relativos à segurança nacional, afetos às Forças Armadas.

Por essa razão, o Serviço Militar abrange anualmente a totalidade de uma classe, considerando como classe o conjunto de brasileiros nascidos no mesmo ano, embora as necessidades para o exercício das atividades específicas das Forças Armadas sejam muito menores.

No ano em que completam 19 anos, todos os brasileiros que forem julgados aptos poderão ser incorporados às Organizações Militares da Ativa, ou matriculados em Órgãos de Formação de Reserva.

Entre estes, estão os Tiros de Guerra, que têm a seu cargo a formação de reservistas de 2ª categoria da Arma de Infantaria.

RESUMO HISTÓRICO DO SERVIÇO MILITAR NO BRASIL — APARECIMENTO E EVOLUÇÃO DOS TIROS DE GUERRA

O Exército Brasileiro era, até os começos deste século, exclusivamente profissional.

Seu recrutamento, no início do século passado (conta Gustavo Barroso), era feito de três maneiras: o recruta à força, que servia por 16 anos; o voluntário, por 8 anos; e o semestreiro, filho de lavrador ou ricoço, que servia por 6 meses no primeiro ano de praça e por 3 nos sete anos seguintes.

Durante a noite, as patrulhas percorriam os bares e tabernas, prendendo todos os homens; entre eles, as autoridades escolhiam os que deviam assentar praça.

Não havia uma reserva que merecesse tal nome.

Durante o período da Regência, foi feita uma tentativa de organizar uma reserva militar, com a Guarda Nacional.

Inicialmente prestou grandes serviços, mas depois, infiltrada pela política, perdeu seu valor.

Suas unidades passaram a ser constituídas quase todas de oficiais superiores, escolhidos pela sua posição social ou prestígio político, sem levar em conta a qualificação intelectual; assim, quase não possuíam soldados.

Conta ainda Gustavo Barroso que um Batalhão da Guarda Nacional foi dissolvido, porque tinha 40 oficiais e 4 soldados...

Em todas as nossas campanhas do passado, sempre que era necessário ampliar os efetivos, era feito um recrutamento indiscriminado, que arrancava os homens de seus lares e os lançava à luta, sem nenhum preparo nem instrução.

Durante a Guerra do Paraguai, a necessidade de mobilizar efetivos maiores fez com que fosse intensificada a busca de homens para servir ao Exército, não somente nas cidades como também nos campos.

Era o recrutamento forçado, como se fazia no começo do século, às vezes sob a forma disfarçada de voluntariado.

Os "voluntários" eram conduzidos amarrados e algemados para prestar o serviço militar.

Em consequência, ainda no começo deste século, a simples menção da palavra "recrutamento" em um povoado do interior fazia com que todos os homens fugissem para o mato.

Após a Guerra do Paraguai, face aos ensinamentos colhidos, particularmente no tocante à necessidade de ampliação dos efetivos com tropas instruídas, o Brasil tratou de reorganizar suas forças.

Para isso, inspirou-se nas inovações que se observavam na Europa, após a Guerra Franco-Prussiana de 1870, particularmente na Prússia, o primeiro país a estabelecer o serviço militar obrigatório, e na Suíça.

Organizaram-se então Sociedades de Tiro, civis, sob a forma de pequenos clubes, que foram os precursores dos nossos atuais Tiros de Guerra.

Essas Sociedades, cuja finalidade principal era a prática do tiro ao alvo, visavam à formação e manutenção do atirador individual, elemento básico para a tática da época, toda ela apoiada na precisão do tiro individual e de salva, e nas formações rígidas de combate.

Em 1899, foi criado no Rio Grande do Sul o Tiro Nacional, com a finalidade de incrementar a prática do tiro ao alvo entre militares e civis, e coordenar as atividades das Sociedades de Tiro.

Em 1906, foi criada a Confederação do Tiro Brasileiro, subordinada ao Estado-Maior do Exército.

A Confederação reunia todas as Sociedades de Tiro existentes e tinha por finalidade estimular e metodizar a instrução, inclusive promovendo a criação de novas Sociedades, de forma a que houvesse pelo menos uma em cada município.

Vários estímulos foram dados aos sócios civis, destacando-se o que lhes assegurava a isenção de metade do tempo de serviço militar ativo, quando fôsse instituída a obrigatoriedade do Serviço Militar, então em estudo.

Em 1908, foi instituído o Serviço Militar obrigatório, para o Exército, pelo Marechal Hermes da Fonseca, sob a forma de sorteio, uma vez que não era possível convocar todos os brasileiros em idade militar, julgados aptos.

A execução do Serviço Militar obrigatório fez o Exército perder a sua característica de profissional, para integrar-se com o povo brasileiro.

O soldado deixou de ser marginal, agarrado pelas patrulhas nas tabernas, ou foragido da polícia, para ser um cidadão fardado.

A política de governo passou a ser a de "nação em armas" e as Sociedades de Tiro, coordenadas pelo Exército, tomaram grande desenvolvimento.

Dada a impossibilidade de convocação de todos os jovens em idade militar julgados aptos, as Sociedades de Tiro apareciam como um prolongamento do Serviço Militar, a melhor forma de fazer com que o maior número possível de brasileiros cumprisse esse sagrado dever.

Em 1910, a Confederação do Tiro Brasileiro possuía 127 Sociedades de Tiro, com 20.000 sócios, e foi autorizada a organizar batalhões e companhias de Infantaria.

Era grande o entusiasmo da mocidade; no dia 7 de setembro desse ano, desfilaram no Rio de Janeiro 4.000 atiradores, com grande vibração popular e da imprensa.

A Guerra deu grande incremento às Sociedades de Tiro, tendo sido criada, em 1917, a Diretoria-Geral dos Tiros de Guerra, diretamente subordinada ao Ministério da Guerra, em substituição à Confederação do Tiro Brasileiro, que foi extinta.

Foi o período áureo das Sociedades de Tiro, para o qual muito concorreu OLAVO BILAC, mui justamente escolhido **Patrono do Serviço Militar**. Em 1918, o número dessas atingia 572, com 55.000 associados.

A Guerra de 1914-1918, entretanto, trouxe grandes modificações na tática e, por consequência, na instrução da tropa.

As linhas de atiradores foram substituídas pelos grupos de combate, uma equipe de homens servindo a uma arma automática e, mais tarde, a um engenho.

A instrução teve que ser modificada e, além disso, surgiu a necessidade de formar reservas para tôdas as Armas.

Os Tiros de Guerra não possuíam estrutura adequada para isso e entraram em declínio, com possibilidade de desaparecimento, uma vez que o seu valor militar era pôsto em dúvida; além disso, eram considerados por muitos como um meio de os jovens eximirem-se do Serviço Militar.

Em verdade, até a criação dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva, em 1926, os Tiros de Guerra absorviam a melhor parte de nossa juventude, só prestando Serviço Militar nos Corpos de Tropa os jovens de instrução rudimentar, ou mesmo analfabetos.

Essa situação gerava uma verdadeira inversão de valores na reserva: como soldados, homens de nível intelectual muito mais baixo eram reservistas de 1ª categoria, às vêzes relacionados como cabos e sargentos, por terem freqüentado cursos de formação para êsses postos, nos Corpos de Tropa.

Entretanto, a impossibilidade de o Exército absorver a totalidade ou, pelo menos, uma percentagem apreciável dos jovens em idade militar, fez com que fôssem mantidos os Tiros de Guerra, que continuaram formando reservistas de 2ª categoria, de Infantaria.

Em 1935, foram criadas as "unidades quadros" nos Corpos de Tropa, proporcionando aos convocados não incorporados uma instrução mais aprimorada do que a que recebiam no Tiros de Guerra.

A 2ª Grande Guerra Mundial mostrou a necessidade de as Forças Armadas possuírem um material humano mais qualificado e melhor adestrado.

A crescente especialização e diferenciação de funções trouxe a necessidade de os órgãos de instrução militar serem dotados de material mais dispendioso e de difícil aquisição, mesmo quando o objetivo visado era apenas a formação de reservas.

Dotar os Tiros de Guerra dêsse material, não só exigiria verbas vultosas, como também medidas especiais de segurança, particularmente em caso de perturbação da ordem pública.

Em consequência, o seu valor como Órgão de Formação de Reserva foi muito diminuído.

Entretanto, a Constituição promulgada em 1946 "permitia" a manutenção dos Tiros de Guerra, "para favorecer o cumprimento das obrigações militares". (*)

A Lei do Serviço Militar desse ano estabeleceu que "nos municípios afastados das sedes de Corpos de Tropa do Exército e de acentuada densidade de população, serão mantidos os atuais Tiros de Guerra ou criados outros, para instrução militar dos convocados nêles residentes."

O "Regulamento para os Tiros de Guerra", em vigor, destaca no seu art. 1º: "os Tiros de Guerra são centros de formação de reservistas de 2ª categoria do Exército, da Arma de Infantaria, criados pelo Governo Federal nos municípios distantes das guarnições federais e destinados aos cidadãos convocados e não incorporados aos Corpos de Tropa, de Formação de Serviços e Estabelecimentos Militares".

Finalmente, a Lei do Serviço Militar e seu Regulamento prescrevem para os Tiros de Guerra a destinação de "atender à instrução e possibilitar a prestação do serviço militar dos convocados não incorporados às Organizações Militares da Ativa das Forças Armadas", e que "deverão ser localizados de modo a satisfazer às exigências dos planos militares e, sempre que possível, às conveniências dos municípios".

Esta é a situação atual dos Tiros de Guerra, controlados pela Diretoria do Serviço Militar e pelas Regiões Militares.

Existem atualmente cerca de 180 Tiros de Guerra, com aproximadamente 20.000 atiradores.

Quase metade dos Tiros de Guerra, e mais de metade dos atiradores, estão na 2ª Região Militar.

OS TIROS DE GUERRA E A SEGURANÇA NACIONAL

Na época atual, o conceito de segurança nacional é muito amplo, mesmo quando encarado do ângulo estritamente militar.

O inimigo que temos que enfrentar não é apenas o que está além das nossas fronteiras, ameaçando a nossa integridade territorial.

Temos que considerar também o inimigo que está dentro de nossa casa, muitas vezes inspirado e apoiado pelo inimigo externo, ameaçando as nossas instituições democráticas e o nosso conceito de vida.

(*) N.R. — Reza o § 4º do Art. 181, da Constituição de 1946: "Para favorecer o cumprimento das obrigações militares, são permitidos os Tiros de Guerra e outros órgãos de formação de reservistas". Já a nova Constituição não trata especificamente do assunto, deixando-o para Lei ordinária. Diz assim o seu Art. 93: "Todos os brasileiros são obrigados ao serviço militar ou a outros encargos necessários à segurança nacional, nos termos e sob as penas da lei". Este artigo difere, em essência, do citado Art. 181 de 1946, que dizia: "... necessários à defesa da Pátria ..."

No combate ao inimigo externo, os objetivos a defender os conquistar são os centros vitais da nação.

No combate ao inimigo interno, é necessário considerar que êle, apoiado pelo inimigo externo, muitas vèzes com inspiração ideológica marxista-leninista, visa à conquista do poder através do contròle progressivo, físico e espiritual ,da população.

Nesse tipo de guerra, então, o povo é o objetivo a conquistar, antes da conquista do poder.

Em conseqüência, cresce de importância a preparação espiritual, não apenas do combatente, mas de tôda a população, esclarecendo-a sôbre o porquê da luta e os objetivos do adversário.

Daí a necessidade da cooperação consciente de todos os brasileiros na segurança nacional, como manda a lei, e não apenas dos jovens convocados.

O ideal seria que todos os convocados prestassem o Serviço Militar nas Organizações Militares da Ativa e nos Órgãos de Formação de Reserva.

Entretanto, por motivos de ordem econômica, as nossas Fôrças Armadas têm pequeno efetivo e só podem absorver pequeno número, cada ano.

Em decorrência, grande número de jovens, a maior parte da nossa juventude, não presta o Serviço Militar inicial, recebendo um "Certificado de Dispensa de Incorporação".

Êsses jovens nenhuma instrução militar recebem, ficando sem condições para contribuir eficazmente, como o poderiam fazer dentro das suas possibilidades, para a defesa da Pátria.

Muitos dêles nunca freqüentaram uma escola e nenhuma compreensão têm da necessidade da participação de todos os brasileiros, sem exceção, na segurança nacional.

Constituem, assim, uma prêsa fácil para os doutrinadores e agitadores extremistas, que vão explorar um campo virgem.

Torna-se necessário, pois, esclarecer êsses jovens, ministrando-lhes uma educação moral e cívica visando à compreensão, mesmo sumária, da segurança nacional.

Além disso, é necessário dar-lhes instrução militar, a fim de prepará-los para participar da defesa das instalações de retaguarda, uma vez que não é só na linha de frente que há combates: na retaguarda, há necessidade de defesa contra a atuação inimiga sob a forma de bombardeios, ações de "comandos", pára-quedistas, guerrilheiros, sabotadores, etc.

Em consequência, duas considerações são muito importantes:

- (1ª) não é possível deixar sem nenhuma noção de segurança nacional, nem mesmo instrução moral e cívica, a maior parte da nossa juventude em idade militar;
- (2ª) há necessidade de ministrar uma instrução militar visando às ações de defesa na retaguarda, ou seja, a "defesa territorial", pelo emprêgo de elementos especializados, instruídos e equipados para essa missão e, de preferência, radicados no local, conhecedores da região em que vivem.

Daí resulta a necessidade de existência, na estrutura da segurança nacional, de órgãos que atendam a essa dupla finalidade.

Os Tiros de Guerra, atualmente em condições precárias para atender integralmente à sua finalidade principal, tem possibilidades de cooperar eficientemente no cumprimento dessa missão, se fôrem convenientemente reestruturados, grupados por áreas de defesa territorial e enquadrados por Organizações Militares da Ativa.

As áreas a defender, delimitadas em função dos planos militares, seriam dotadas, de acôrdo com as suas características e necessidades de defesa, de Organizações Militares da Ativa, territoriais e não operacionais, que enquadrariam dentro da área um determinado número de Tiros de Guerra.

Pela organização atual, para citar um exemplo, a 2ª Região Militar, com uma Seção de Tiros de Guerra Regional, controla diretamente 77 Tiros de Guerra, o que parece difícil de ser conseguido em boas condições.

Grupados por área, em número limitado, os Tiros de Guerra seriam controlados por uma Organização Militar da Ativa, sediada na área, que teria também o encargo de planejamento de Defesa Territorial e Segurança da Área, podendo assim adequar mais facilmente a administração, instrução e fiscalização dos Tiros de Guerra às missões a cumprir.

Muitas Organizações Militares operacionais estão espalhadas pelo interior do País, inteiramente desvinculadas da Grande Unidade de que fazem parte e também das zonas prováveis de operações.

Outras estão sediadas em regiões de interesse vital para o País e das quais, logicamente, não deveriam afastar-se, como por exemplo o 1º Batalhão de Infantaria Blindado, orgânico da Divisão Blindada e sediado em Barra Mansa.

Essas unidades poderiam ser substituídas por Organizações Militares territoriais, subordinadas às Regiões Militares, que enquadrariam os Tiros de Guerra nas áreas que lhes fôsem atribuídas pelos planos militares, adequando-os às missões a cumprir.

Para isso, poderiam ser dotadas de subunidades quadros.

Os Tiros de Guerra, assim enquadrados, receberiam armamento, equipamento e instrução de acôrdo com suas missões, formando reservistas não sômente para as Organizações Militares operacionais mas, principalmente, para as Organizações Militares territoriais, nos municípios onde estivessem localizados, além de constituírem uma tropa de emprêgo eventual.

Também nas áreas de interêsse para a segurança nacional, pelo seu progresso vertiginoso e população densa (como acontece nos municípios industriais de Santo André, São Bernardo e São Caetano, em São Paulo), ou, pelos mesmos motivos e mais a proximidade da fronteira e forte percentagem de população alienígena (como o norte do Paraná), os Tiros de Guerra, devidamente estruturados e controlados, poderiam prestar reais serviços.

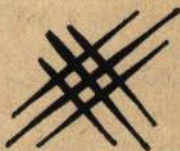
Dessa forma, êles poderiam:

- (1º) ministrar educação moral e cívica à nossa juventude, esclarecendo-a sôbre os problemas de segurança nacional, de forma a neutralizar a propaganda subversiva, particularmente a comunista;
- (2º) absorver gradativamente uma parcela cada vez maior dos "dispensados de incorporação", de forma a que em futuro próximo desaparecesse essa dispensa;
- (3º) preparar elementos para a Guarda Territorial.

É evidente que o ideal seria que tôda a classe convocada prestasse o Serviço Militar inicial.

Entretanto, por motivos de ordem econômica, acreditamos que isso só será possível através da utilização adequada dos Tiros de Guerra, uma vez que a maior parte das despesas para a sua manutenção corre por conta dos municípios.

Sômente então o Serviço Militar seria realmente obrigatório para todos, como manda a lei, e poderia proporcionar, em melhores condições, um melhor conhecimento entre as Fôrças Armadas e o povo, e uma participação mais adequada de todos os brasileiros na Segurança Nacional.



NÃO IMPORTA
QUE ALGUÉM
ESTEJA SÓ.



DE
CERTA MANEIRA,
SHELL TAMBÉM
ESTÁ PRESENTE.

Num detalhe. Ou em algo de extrema importância. Em parte ou no todo. Tanto faz. O fato é que Shell está presente. Porque, cada vez mais, petróleo e bem-estar se identificam em função do homem. E muitas pesquisas e descobertas sobre isso foram e continuam sendo feitas nos laboratórios Shell. É uma

resina sintética anticorrosiva, um melhor óleo lubrificante. Tudo o que exige um mundo de trabalho, até diluir-se no dia-a-dia de todos. Pois o que importa é que Shell também possa estar presente onde quer que alguém esteja, mesmo só.

VOCE PODE CONFIAR NA



STRESS

A EMINÊNCIA PARDA DO COMBATE MODERNO

Por SAUL LAVINSKY (*)

Tradução e Adaptação do Ten-Cel Inf (QEMA)
Francisco de França Guimarães

PALAVRAS INICIAIS

Esta tradução adaptada que estamos apresentando é o fruto oriundo de um plano duplamente ambicioso:

- de um lado o imodesto e egoístico desejo de nos mantermos em dia com os textos ingleses através do esforço de constantes e continuadas traduções;
- de outro, a pretensão de, assim, alargarmos a área de conhecimento da conceituação de uma doença — tão velha como a própria humanidade — mas que só agora começa a receber uma personalidade singular e um caráter específico: o STRESS. E que, hoje, tornou-se objeto de grande interesse militar.
- Mas o que é, afinal, o STRESS ?

Segundo o Dr. HANS SELYE (da Universidade de Montreal, Canadá), o seu grande pesquisador e virtual patrono, o STRESS é o

“estado manifestado pelo síndrome específico de todas as alterações não específicas causadas por função ou lesão”;

ou, segundo uma versão simplificada proposta pelo autor éle mesmo:

“o grau de desgaste do corpo”.

Isto, porém, foi nos idos de 1935, quando o Dr. SELYE lançou, publicamente, a sua tese com o objetivo de dar às doenças hoje abrangidas pelo grupo de STRESS um caráter próprio e individualizado tal como os das outras doenças. Tínhamos em presença, então, apenas o assim chamado STRESS BIOLÓGICO.

(*) SAUL LAVINSKY é coordenador de pesquisas do HumRRO (Human Resources and Researches Office), organismo da Universidade George Washington, criado especialmente para atender às necessidades do Exército dos EUA.

O título original deste estudo é “O Soldado na Batalha Nuclear”.

(Publicado por “Army Digest,” agosto de 1966 — N. 8 — Vol. 21)

Hoje, porém, mercê da evolução havida mundo afora, já se sabe que o STRESS pode assumir formas particularíssimas segundo os gradientes de tensão, desgaste, angústia, depressão ou de terror postos a atuar visando, seja a natureza física, seja a natureza psíquica, seja a poderosa condicionante psico-física tal como a empregada pelos chineses em seus Prisioneiros de Guerra desde a guerra da Coréia. Tudo isso induzido através de agentes stressores que vão desde rústicos e primários recursos mecânicos até evoluídos e avançados recursos eletrônicos.

O que é certo é que, na atualidade, o conceito e a compreensão do STRESS extravasaram o primitivo campo biológico (em que a princípio se situaram) e invadiram os Laboratórios de Psicologia (tanto quanto todos os demais setores das Ciências que estudam o Homem). Sendo, nos dias atuais, objeto, também de preocupação das próprias Forças Armadas já que nêle se entrevê a eminência parda das grandes decisões e dos momentos decisivos das batalhas do futuro sobretudo na moderna e ainda assustadora Guerra Nuclear, mesmo porque a guerra (qualquer que seja ela: Nuclear ou Convencional) impõe precisamente aquela forma de desgaste que mais facilmente permite a indução do STRESS e que é, nada mais nada menos, o desgaste psico-físico. E que a moderna tecnologia nos apresenta assombrosamente acelerado e ativado pelo propylene atômico, com a sua aterradora problemática e angustiante incerteza.

Convém lembrar, contudo, a esta altura que, embora haja uma generalizada tendência (sobretudo no setor militar) no sentido de se conceituar o STRESS como sendo um conjunto de circunstâncias adversas à integridade psico-física do homem, não quer isso significar necessariamente que êle seja apenas tal coisa. Pois que STRESS são também as grandes alegrias da vida, tanto quanto a realização de projetos e a concretização das nossas melhores expectativas, sonhos e ideais. É por isso mesmo que êste tipo de STRESS — por congrega e ativar o que de positivo e bom oferece a vida — é o que se pode denominar de STRESS POSITIVO.

O significativo fato de os cientistas e de os comandos militares mais se preocuparem com os aspectos negativos da ação stressora revela, apenas, a necessidade de se identificar o seu mecanismo para se lhe antepor um outro igual e semelhante de adaptação, equilíbrio e/ou de neutralização. Circunstância esta que tanto mais se justifica quanto mais se compreende que as injunções advindas do STRESS NEGATIVO — aquêle que mais está atraindo a atenção dos pesquisadores tantos civis como militares — afetam precisamente o psiquismo do homem, fonte e origem que é de todo o potencial e poderio de uma nação.

A pesquisa do STRESS, contudo, está longe de estar completa. É uma vasta terra-de-ninguém a ser ainda vasculhada e batida pela medicina e por tôdas ciências que se dedicam ao estudo do Homem.

Ela possui, como o diz o próprio Dr. SELYE, "vastas implicações filosóficas", cujas conotações ainda estão sendo estabelecidas e mal começam, sequer, a ser identificadas.

A tradução que a seguir se lerá, por exemplo, nos levanta, apenas, uma pequena parte do espesso véu que ainda nos separa da realidade plena do STRESS. O que virá depois?

1

Duas grandes perguntas preocupam o Exército Norte-Americano na atualidade:

- (1) Será possível se avaliar, desde já, a provável conduta dos homens nos futuros combates nucleares?
- (2) Poder-se-á prever a sua real eficiência, como combatentes, quando estiverem submetidos a tais condições?

Tendo em vista a obtenção de respostas a tais perguntas e, mais do que isso, visando estabelecer, também, um método que permitisse incorporar tais informações em seus atuais "jogos-de-guerra", o UNITED STATES ARMY COMBAT DEVELOPMENTS COMMAND procurou os cientistas do HUMAN RESOURCES RESEARCHES OFFICE (HumRRO), órgão da THE GEORGE WASHINGTON UNIVERSITY, sediado em WASHINGTON, D C, com eles estabelecendo as bases de uma vasta pesquisa que ainda prossegue.

A organização em pauta — criada há algum tempo especificamente para atender ao Exército — designou, então, para a nova pesquisa operacional que lhe era submetida, um dos seus mais ativos e experimentados pesquisadores do ramo, o Dr. ROBERT VINEBERG, chefe da 3ª Divisão do HumRRO (Recruit Training) (Fort Ord., Calif.).

2

Baseado, liminarmente, no fato de que as conseqüências psicológicas da Guerra Nuclear ainda não podem ser avaliadas através de informações concretas, o Dr. VINEBERG decidiu fixar as suas estimativas na forma tradicional segundo a qual os soldados sempre reagiram e permanecem reagindo nos estudos (tanto militares, como científicos) relativos ao comportamento humano apresentado:

- no combate convencional;
- nas demais emergências das guerras-não-nucleares;
- e em situações especiais outras caracterizadas pela presença de extrema tensão e desgaste (STRESS).

Além disso, precisamente porque a eficiência no combate é uma grandeza subjetiva que não pode ser materialmente medida ou avaliada — mesmo sob as atuais condições do combate convencional — decidiu o Dr. VINEBERG não a tomar como parâmetro pelo que ela poderia representar “per se”, tendo, então, concentrado a sua atenção, preferencialmente, nos fatores determinantes das condições acionadoras das baixas de natureza psiquiátrica e constantes de inúmeros relatórios disponíveis a respeito de conflitos anteriores e da atual Guerra não declarada do Vietnam.

Esta fase da pesquisa, que exigiu dez meses, foi relatada pelo HUMRRO no seu informe Técnico 65-2 HUMAN FACTORS IN TACTICAL NUCLEAR COMBAT.

3

Além de uma extensa apreciação a respeito dos tipos de “resposta” dos homens a situação de extrema tensão e desgaste (STRESS), o informe descreve, ainda, como deverá ser orientada a Instrução Militar tendo em vista obter a eficácia máxima da tropa no Combate Nuclear. Ao mesmo tempo em que se sugere uma interessante Norma de Ação que permite, aos executantes, estipular as taxas de baixas a considerar no faseamento dos “jogos-de-guerra” por forma a fazer presente, nêles, o atuante fator psicológico.

Não foi fácil, nem simples, o caminho percorrido mas o Dr. VINEBERG conseguiu estabelecer o espectro completo de tôdas as reações apresentadas pelos soldados, ao STRESS de combate propriamente dito, o qual, diga-se de passagem, cobre um vasto conjunto de comportamentos que vão desde inexpressivas resistências emocionais ou transitórios estados de choque, ansiedade ou depressão até às mais severas e extremas condições psico-físicas de exaustão de combate, capazes de, por si mesmas, determinarem, inclusive, a própria remoção do homem da frente de luta, de forma temporária, ou até mesmo permanente.

Disto tudo resultou, então, um dos tópicos mais significativos do Informe Técnico 65-2 e que é aquele em que é caracterizado o que poderíamos chamar de “traçado da curva de eficiência do combatente” e que, em linhas gerais, é o seguinte:

- por ocasião do batismo de fogo, um soldado novato ou inexperiente apresenta, geralmente, um baixo grau de eficiência, tendo, por isso mesmo, uma “chance” bastante apreciável para vir a se tornar uma baixa de combate entre outras;
- depois disso, contudo, êle adquire maior eficiência e traquejo de combate passando a usufruir, a partir daí, de uma probabilidade cada vez menor de se tornar uma baixa;

- mais adiante, decorrido algum tempo, caracteriza-se, novamente, a fase inicial de baixa produtividade (geralmente fruto de um excesso de autoconfiança). E se a partir daí um homem, com este síndrome, permanecer em combate, por um período de tempo mais ou menos longo, esta fase terminará, inevitavelmente, em exaustão de combate sob qualquer de suas manifestações (física, psíquica ou psico-física).

NT — É de se destacar que cada uma destas fases tem a sua duração variável de indivíduo para indivíduo não se lhes podendo, mesmo, atribuir durações médias no espaço e no tempo já que tal feito é função da personalidade, do caráter e da cultura de cada qual. E tais coisas (sejam ou não hereditárias ou conseqüências do ambiente social em que tais indivíduos cresceram), são, a seu turno, função das diferenças constitucionais de cada homem em si mesmo (particularmente de temperamento).



É relevante se destacar, a esta altura, que o mais importante fator que parece afetar a maior parcela das baixas neuropsiquiátricas é, precisamente, o que se convencionou chamar de STRESS ACUMULATIVO (cumulative stress, no original) o qual vem a ser uma função do período a que o homem esteve exposto ao combate e do próprio ritmo da batalha como um todo.

Além da duração e da intensidade do combate, contudo, outros fatores podem, também, incrementar o processo da decomposição psíquica. Fatores estes que, a seu turno, note-se bem, atuam seja aumentando a penetração do stress, seja diminuindo a resistência do combatente à indução stressora.

Dentre os mais importantes e destacados destes fatores podem-se destacar os seguintes:

- (1) A proporção das baixas NP é afetada pelo tempo; pelas condições climáticas em geral e pelo terreno.

Durante a II Guerra Mundial; por exemplo, no Pacífico Sul, com o clima tropical típico; o isolamento forçado da civilização; o permanente perigo das doenças transmissíveis e as peculiares condições da selva ambiente, registrou-se uma proporção de baixas NP inteiramente em desacordo com a intensidade propriamente dita dos combates impostos pelo inimigo.

- (2) As esperanças dos combatentes, a respeito da maior ou menor duração do período de hostilidades, exercem surpreendentes efeitos sobre as baixas de natureza neuropsiquiátrica.

Registra-se, a propósito, ter sido realmente extraordinária a queda das baixas do tipo NP, no teatro europeu, durante o final das hostilidades em 1945.

- (3) A natureza da situação militar em curso tem correlação com a taxa NP.

As mais altas taxas de baixas NP registraram-se, em geral, nas seguintes situações:

- nas frentes estabilizadas;
- nos ataques a posições fortemente organizadas;
- no decorrer dos combates iniciais contra um oponente muito forte;
- ou em situações especiais em que as possibilidades de obter a iniciativa das ações eram consideradas pequenas ou nulas.

- (4) Inversamente, os índices mais baixos de casos NP associaram-se sistematicamente com as situações fluidas de combate.

Entre estas últimas destacaram-se as seguintes:

- as avançadas rápidas;
- os contra-ataques (mesmo quando outros tipos de baixas resultaram pesadas);
- os movimentos retrógrados.

- (5) A confiança que os homens depositam — ou NÃO — nos seus comandantes afeta, também, consideravelmente a taxa de casos NP de uma organização militar.

Isto significa, em termos práticos, o seguinte: o valor técnico, profissional, o calor humano e o senso de liderança do comandante inspiram um sentimento muito próximo do que o Dr. HANS SELYE define de “filosofia da gratidão” e que ele considera como a característica mais humana de obter e assegurar segurança (homeostase). Assim, segundo as observações apontadas pelo Dr. VINEBERG, quando das unidades combatentes, do mesmo tipo e do mesmo nível de adestramento, apresentam taxas NP totalmente diferentes, uma em relação à outra, em operações do mesmo teor é quase certo que tal diferença de comportamento reflete direta e incisivamente o grau de confiança depositado pelos comandados em seus respectivos comandantes.

- (6) O conceito e o método segundo os quais são encarados os casos NP exercem um poderoso efeito no total das baixas e na probabilidade da sua efetiva recuperação para o combate.

NT — É fato incontestável que o tratamento tão imediato quanto possível de todas as ocorrências neuropsiquiátricas tende a reduzir a taxa global correspondente. Por outro lado é preciso não esquecer de que é rematada estupidez e estultice considerar a manifestação NP como prova individual de medo e/ou covardia. Mesmo porque “medo” e

"covardia", como sentimentos humanos que são, fazem parte do psiquismo de todos os combatentes. Saber dominá-los, não o esqueçamos, é prova de uma personalidade e de um caráter bem formados. O seu extravasamento, contudo, determinando comportamentos e atitudes inusitados, não o esqueçamos também, é u'a manifestação patológica que requer um tratamento clínico tão atencioso como o exigiria qualquer outro tipo de baixa. Além disso, não descuremos o fato, no caso das baixas NP é necessário considerar, sempre, o contorno do "quadro" em que a mesma se processou: ela pode apontar uma falha de caráter pessoal mas também pode indicar a presença de um comandante cujas técnicas de chefia e de liderança também, estão a requerer severo exame. Mas há outro detalhe a considerar, igualmente importante: Negar ou ignorar a presença destes dois gigantes da "psique" ou desprezar, pura e simplesmente, os que são por eles abatidos constituem síndromes, a seu turno, de um outro tipo de comportamento NP. Mas, isto, é uma outra história, e quem nos a conta é Freud...

5

Três fatores há, também, que se apresentam desde já particularmente relevantes para as tropas que vierem a se engajar em um combate tático nuclear. São eles:

- a fadiga;
- a ambigüidade do quadro tático em presença;
- e o isolamento.

Examinemo-los, portanto, separadamente.

A FADIGA

Escreve, a respeito, o Dr. VINEBERG:

"Trata-se, aparentemente, de um problema sem maior importância, mas não há dúvida de que a fadiga interage com o STRESS peculiar ao combate, acelerando os seus efeitos e aumentando, desta forma, a probabilidade de cada homem se converter, por sua exclusiva ação, em mais uma baixa NP. Por outro lado temos a maior certeza de que a alta mobilidade exigida para os movimentos que anteciparão os engajamentos nas operações, bem como as rápidas e contínuas mudanças que se presumem como características no combate nuclear, determinarão uma fadiga muito mais acentuada do que tipicamente resultante do combate convencional, provocando desta forma uma alta incidência de casos NP."

A AMBIGÜIDADE DO QUADRO TÁTICO EM PRESENÇA

Prossegue o Dr. VINEBERG:

"A interrupção das comunicações e as rápidas e frequentes mudanças da situação tática; a permanente presença do perigo advindo de desconhecidos e sempre possíveis danos provocados pela radiação provocarão, inevitavelmente, intensa insegurança — e um conseqüente estado de tensão — a respeito dos seus efeitos nos homens (afetando, com isso, o seu psiquismo e, através dêle, o seu comportamento): Dai se esperar que a ambigüidade normal ao desenrolar de qualquer combate, se apresente ainda maior na batalha nuclear com reflexos diretos na carga de tensão, de STRESS e suas conseqüências neuropsiquiátricas."

O ISOLAMENTO

"O isolamento — por si mesmo, uma fonte de STRESS — reduz a capacidade do homem para resistir às influências stressoras. Ora, no combate nuclear, o soldado, considerado isoladamente, terá maiores probabilidades de se ver súbitamente "só" por uma destas razões:

- individualmente, êle poderá desgarrar-se de sua unidade;
- esta, por sua vez, poderá ser desintegrada, ou
- perder completamente o contato com o Quartel-General."

NT — Ao que é informado pelo Dr. VINEBERG, gostaríamos, pedoe-nos o leitor, de acrescentar o seguinte: Submetido a semelhantes condições o soldado, ou melhor, o homem, considerado agora como entidade ontológica, ver-se-á entregue a si mesmo e compelido, talvez, a tomar decisões para as quais antes tinha um responsável que as tomava por êle, e para as quais, a seu turno, não está funcionalmente qualificado. Assim sendo não é de surpreender que o comportamento de cada qual — ante a contingência do isolamento — esteja sendo considerada uma variante inteiramente imprevisível já que, como afirma o difundido ERICH FROMM:

"O isolamento completo é insuportável e incompatível com a sanidade mental."

"A Análise do Homem".

Vale dizer, portanto, ser esta, então, mais uma consequência dentre as muitas que o mesmo autor examina ao focalizar o que ele chama de "dicotomias existenciais e históricas do Homem":

"O Homem é sôzinho e, ao mesmo tempo, relacionado com outros. Ele é sôzinho por ser uma entidade original, não idêntica a outrem, e cômico do próprio eu como uma entidade independente. Ele tem de ficar sôzinho quando precisa julgar ou tomar decisões exclusivamente baseado no poder e na força do seu raciocínio. E, no entanto, ele não suporta ficar sôzinho, desligado de seus semelhantes. Sua felicidade depende da solidariedade que sente com os outros homens."

("Obra citada")

(O grifo é nosso.)

Por isso entendemos que, quando o Dr. VINEBERG estabeleceu a premissa de que o isolamento reduzia a capacidade do homem, no sentido da sua potencialidade de resistência à indução stressora, devia ter, em mente, sem dúvida, estas e outras contradições que o homem não pode anular, mas às quais é capaz de antepor comportamentos e atitudes ditados pela sua personalidade; pelo seu caráter e pela sua cultura.

6

O relatório do HUMRO contém, a seguir, diversas sugestões para todos aqueles que arcam ou deverão arcar com a grave responsabilidade de preparar homens para enfrentar as contingências da Guerra Nuclear.

Acham-se elas baseadas na suposição de que a maneira como o soldado reagirá ao STRESS da Guerra Nuclear dependerá provavelmente, em grande parte, de três condicionantes:

- (1) da sua capacidade em examinar a situação e de adotar, em consequência, uma atitude objetiva;
- (2) da sua capacidade em discernir certo entre várias alternativas oferecidas por diversas linhas-de-ação com as suas prováveis e eventuais decorrências;
- (3) da sua capacidade em utilizar, dentre todos os conhecimentos que possui, aqueles que realmente deverão ser aplicados, com segurança, no local exato e no momento oportuno, tudo tendo em vista a emergência que estiver vivendo.

O relatório do HumRRO propõe, outrossim, a instituição de dois métodos de treinamento ou adestramento da tropa, segundo padrões caracterizados por situações carregadas de tensão, mutações psicológicas e outras circunstâncias típicas de STRESS NEGATIVO.

Um destes métodos preconizados pelos pesquisadores consiste em introduzir nos sucessivos ensaios, progressivos gradientes acumulados (de tensão ou de temor em relação a futuros eventos) mantendo todo o desenrolar, e a evolução dos acontecimentos, sob controle e observação diretos e permanentes.

O outro método consiste em criar, nos combatentes, níveis de auto-segurança ideais, ensinando-lhes tudo o que homem especificamente precisa conhecer por forma a viver e combater nas futuras batalhas nucleares.

Presume-se desta forma que o homem que fôr assim adestrado adquirirá os necessários conhecimentos e condicionará os imprescindíveis reflexos que o capacitarão a exercer um eficiente controle sobre as circunstâncias desenvolvendo, ao mesmo tempo, a indispensável e psicológica autoconfiança.

O mais importante dos fatores, contudo, que sustentam o homem no combate é o poderoso apoio psicológico e humano que ele recebe de seu grupo de combate, pelotão ou companhia.

É significativo destacar-se aqui que a extraordinária capacidade destes grupos primários em manter a sua integridade e a sua personalidade jurídica — resistindo sistematicamente à desintegração da vontade — reflete-se, também, direta e materialmente na capacidade de cada um dos seus membros integrantes em conter, a seu turno e nos limites do seu próprio universo, os insidiosos efeitos do STRESS de Combate (e, sobretudo, ao que tudo indica, nas futuras emergências do Combate Nuclear).

Tão grande tão vital tem-se revelado, por sinal, a relevância do grupo primário na vida física e psíquica do soldado — pelo auxílio que lhe proporciona (através do enquadramento, e da conseqüente solidariedade) para combater o STRESS — que as suas implicações já se fizeram sentir nas atividades de Estado-Maior afetando e inovando:

- a política geral dos recompletamentos;
- os programas de instrução ou de adestramento;
- as normas usuais de Administração do Pessoal (no original: "Management of personnel").

As principais recomendações do HumRRO, a respeito, podem ser, então, assim esquematizadas:

a) No tocante à Administração do Pessoal:

"Os grupos devem ser organizados imediatamente, logo depois da incorporação, sendo recomendável que os membros integrantes de cada grupo sejam mantidos sempre reunidos, para que o grupo possa adquirir a imprescindível coesão; e que, além disso, sejam mantidos fora das movimentações de rotina, para que o grupo possa chegar ao combate inteiramente constituído, coeso e identificado."

b) No tocante à Política de Recompentamentos:

"Os grupos de combate, pelotões e companhias que tenham sido retirados de combate, mas que ainda se conservem ativos e eficientes, deverão ser utilizados como recompentamentos maciços para grupos operacionais maiores. Os grupos operacionais do nível companhia, contudo, não mais deverão ser reconstituídos, no futuro, através do uso de recompentamentos recém-chegados, como até aqui se fazia."

OBSERVAÇÃO:

Em que pese a existência de expressões mais militares para expressar "grupos operacionais maiores" (unidades de maiores efetivos) e "grupos operacionais do nível companhia" (unidades a partir do nível companhia) e outras que o fanatismo "verde-oliva" talvez possa destacar preferimos nos manter com o órgão especializado que as adotou não só por ser um linguajar mais moderno e adequado com a moderna administração científica como, também, porque já é tempo de se ativar e modernizar o nosso "jargão" de há muito ultrapassado pela técnica civil de administrar e gerenciar em termos empresariais. E que devia ser, também, por igual, a nossa filosofia.



Conclusivamente, as observações citadas no relatório do HumRRO indicam que:

- (a) No combate nuclear o homem terá que agir e exigir mais, de si mesmo, do que sempre agiu e ofereceu de si no combate convencional;
- (b) a fenomenologia do STRESS na batalha nuclear, por isso mesmo, poderá vir a ser maior do que a verificada em cada uma das guerras passadas, e as baixas de natureza NP conseqüentemente tenderão a aumentar em número;

- (c) não existe, porém, até o atual estágio das pesquisas nenhuma indicação específica — no tocante ao comportamento dos homens em si — que permita se antecipar a predição de uma sensível flutuação percentual no setor qualitativo das baixas NP a se registrarem sob a indução do STRESS nuclear.

De um modo geral o que parece permissível e evidente se antecipar é que o soldado suportará o STRESS da guerra nuclear melhor do que o fará o civil. Isto porque, tendo sido treinado para sobreviver sob as novas condições termonucleares, provavelmente terá a necessária consciência para delas se aperceber e acionar os reflexos correspondentes, tornando-se, assim, um pouco menos vulnerável à carga de STRESS NEGATIVO que lhe será inevitavelmente imposta.

Além disso lícito é esperar-se, também, que os grupos primários que enquadram os militares permaneçam capazes, como até aqui o foram, de lhes proporcionar o indispensável apoio psicológico de que tanto necessitam.

Finalmente, é indispensável que o soldado esteja, a qualquer momento, perfeitamente apto a tomar parte em qualquer ação direta — por insignificante que seja — contra a ameaça que se esboçar. Isto porque a ação reduz, por si mesma, a indução do STRESS, sendo, por isso, **um valor psicológico positivo**. Ademais é preciso não esquecer que o soldado está menos desprotegido do que o civil, estando menos sujeito do que este, também, a se ver sem autoproteção nas emergências nucleares.

10

No tocante aos reflexos que se precisarão transmitir aos homens para que sejam capazes de aplicar os conhecimentos que possuem, no local exato e no momento oportuno, recomendam-se os ligados à ampliação da técnica do Trabalho de Comando e do Estudo de Situação para além dos círculos hierárquicos em que atualmente se processam. Isto porque, ao que tudo indica, a seleção da linha-de-ação ideal segundo a qual o militar deverá agir ao se defrontar com a realidade atômica poderá depender de um destes fatores:

- (1) do seu nível de treinamento ou adestramento, em grande parte;
- (2) do tipo e do grau de credibilidade da informação, recebida, retida ou interceptada;
- (3) do valor da sua crença pessoal sobre o combate atômico, bem como da capacidade amiga de reação.
- (4) do método de raciocínio disciplinado que seguir.

Não há ilusões, por outro lado, a respeito do fato de que treinamento sistemático e extensivo, cuidadosamente planejado e administrado, se faz igualmente necessário por forma a dotar o militar com reflexos e os conhecimentos que precisará aplicar para enfrentar o combate e sobreviver nas emergências nucleares. Mais do que isso pois que se deseja prepará-lo, também, para resistir às intensas e severas condições de STRESS peculiares ao evento termo-nuclear (antes, durante e depois).

Para se obter, contudo, a eficiência máxima, a preparação para enfrentar o STRESS de combate e o aprimoramento dos reflexos de combate (específicos), **precisarão ser conduzidos simultaneamente.**

000
00000
0000000000
00000
000



GENERAL LYRA TAVARES

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Realizou-se, no dia 12 de dezembro último, a cerimônia de recepção do Gen-Ex AURÉLIO DE LYRA TAVARES no I.H.G.B., como sócio efetivo. S. Exc.^a foi saudado pelo sócio benemérito Dr. ADOLFO MORALES DE LOS RIOS FILHO, de cuja amizade e colaboração, aliás, muito se tem valido o nosso Exército.

O Gen LYRA TAVARES, filho e sobrinho de destacados membros do I.H.G.B., é assim, mais um militar que leva seu acervo de produções e sua capacidade, para o benemérito Instituto. Este já conta, entre outros sócios militares de diferentes categorias, com os Mar Leitão de Carvalho e Cel J.B. Magalhães, Alms Carlos Carneiro, Thiers Fleming, Lucas Boiteux, Álvaro Alberto e W. Perry de Almeida, e Gen Jaguaripe de Matos, Jonas Correia Filho, A. Rocha Almeida e Edmundo de Macedo Soares e Silva.

Esta Revista divulgará, em número próximo, o discurso de posse do Gen LYRA TAVARES, que versou o tema "História e Civismo".

O PREÇO DESTA REVISTA...

“A DEFESA NACIONAL” vem-se impondo, cada vez mais, à consideração, ao interesse, à simpatia dos nossos leitores — já dos militares (oficiais e sargentos), já agora de destacadas personalidades dos meios oficiais e culturais civis. Até no exterior, ao que sabemos, vem tendo bastante aceitação entre as Forças Armadas amigas.

Entretanto, o preço do exemplar (NCr\$ 0,20) há muito que está inalterado, em flagrante descompasso com a realidade. E isto porque a Diretoria, apesar das alterações, tem-se empenhado em agüentar enquanto possível. Agora, não é mais possível: a Revista tem de aumentar o seu preço, para torná-lo mais apropósito com o custo da edição (embora ainda inferior...).

Estamos certos de que tal necessidade, aliás imperiosa, será bem compreendida e apoiada por todos os nossos assinantes, leitores, amigos — que continuarão a honrar-nos com a sua preferência e a prestigiar-nos, como sempre.

A DIRETORIA

MAPA ESQUEMÁTICO DAS ESTRADAS DA BAHIA

Ten-Cel Art (QEMA)

JOSÉ LUIZ DE MELLO CAMPOS

1. COMISSÕES MILITARES DE REDE

Em cada Região Militar há, em princípio, uma Comissão Militar de Rede, chefiada por um Cel ou Ten-Cel de Estado-Maior. Destina-se a levantar as vias, meios e instalações de transportes no território da respectiva RM.

Antigamente, cuidava as CMR apenas de assuntos ferroviários, razão porque ainda se localizam nas sedes das ferrovias, embora hoje tratem dos 4 setores: rodo, ferro, aéreo e aquaviário.

A Comissão de Rede da 6ª RM foi instalada em 1942, em Salvador. Desde outubro de 1944 funciona nos Escritórios da V.F.F.L.B.

O seu encargo de estudar a problemática dos transportes regionais e de realizar viagens constantes, faculta-lhe um bom conhecimento do território.

2. MAPA DAS ESTRADAS

Em 1965, canceladas as viagens de inspeções rodo-ferroviárias, como medida de economia, posterior aos gastos da Revolução de 64, ocorreu-nos tentar a elaboração de um mapa das rodovias municipais da Bahia, para nosso próprio uso.

Buscamos dados em todos os setores credenciados, mas sem nenhum êxito. Os mapas municipais, raros e na maior parte velhos e obsoletos, não atendiam a possibilidade de uma composição, mesmo porque muitos municípios nem são mapeados. Os mapas comerciais são resumidos e incompletos. As últimas Tábuas Itinerárias publicadas, datam de 1958. Obtivemos as folhas de coleta de dados dos agentes de estatística do Estado, com os quais elaboramos um mapa que nos serviu para contestações futuras.

Lembramo-nos de convidar os prefeitos da Bahia a nos informarem sobre as estradas de seus municípios.

Assim, através dos procuradores dos municípios, Srs. Edson Almeida em especial, e Napoleão Teixeira; do Sr. Secretário do Interior e Justiça,

Dr. Jorge Calmon, e da UPB (União dos Prefeitos da Bahia), iniciamos nossa pesquisa.

Adotando como fôlha de trabalho um mapa do Plano de Estradas do D.E.R.B.A., na escala de 1:1.000.000, com tôdas as sedes de municípios locadas, fomos registrando as estradas de intercomunicações, segundo as informações de cada prefeito.

Terminada a coleta gráfica, passávamos a coligir dados diversos sôbre o município, que consignávamos em fichas impressas por gentileza da V.F.F.L.B. (segue em anexo uma ficha).

Essa pretensão de conseguir a visita dos 336 prefeitos da Bahia parecia um tanto utópica. Iniciado o trabalho em julho de 1965, tínhamos em 20 de outubro catalogado informações de 192 prefeitos. A 1 de março de 66, já registrávamos a passagem de 290. Em junho de 66 encerramos os trabalhos, faltando apenas Salvador e Malhada. Aquêlê por ser dispensável e êste por motivos de força maior.

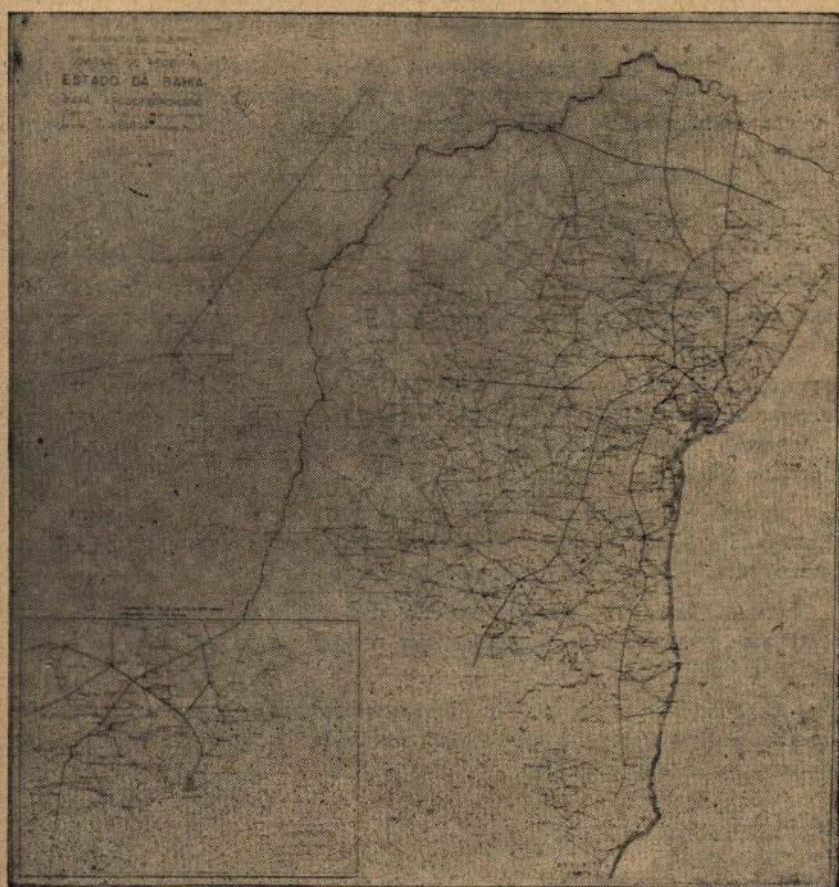
Necessariamente, não entrevistamos os 334 prefeitos. Cêrca de 10 fizeram-se representar por pessoas credenciadas. O contato com 97% dos prefeitos baianos, proporcionou-nos a curiosa experiência de conhecer um conjunto bastante heterogêneo de homens públicos, em grande parte, desprovidos de recursos e conhecimentos sôbre a função, simplesmente porque a nossa conjuntura não cuida de prepará-los para o exercício do mandato. Recebemos visitas de prefeitos trajados com elegância requintada e executivos calçados de sandálias. Guardamos a satisfação de têrmos orientado alguns e estimulado outros na reivindicação de benefícios para seus municípios. Também aprendemos muito sôbre municipalismo e sôbre a Bahia.

Ao passo em que o mapa ia se compondo, crescia nosso ânimo. Em meio ao trabalho, evoluímos para um mapa geral de estradas, uma vez que se torna difícil, em muitos casos, estabelecer distinção entre rodovias federais, estaduais e municipais. Incluímos mais as ferrovias e, posteriormente, registramos os aeroportos homologados pelo Plano Nacional de Viação.

A instância de muitos, resolvemos torná-lo mais divulgado e franqueá-lo aos interessados.

Não se trata de um trabalho técnico de cartografia, mas de um ensaio e de partida para a consolidação da grande trama de estradas do Estado, utilizadas justamente por falta de seu mapeamento. O desenho não saiu a nosso gôsto. As correções e os acréscimos devem ser feitos pelos próprios usuários. Do processo de aperfeiçoamento deverá resultar um mapa mais preciso, exato e minucioso, de forma a tornar-se cada vez mais útil.

O mapa já permite roteiros programados e planejados, inclusive com alternativas, ao tempo em que evita a intranquilidade e insegurança das viagens a custa de informações locais daqui e de acolá.



Para simplificar a coleta de dados e facilitar a compreensão a respeito do estado de conservação das rodovias, adotamos 4 classificações registradas sobre cada trecho, juntamente com a quilometragem respectiva:

- MB — pavimentadas;
- B — permite velocidade de mais de 60 a 70 km;
- R — tráfego seguro de caminhões;
- M — tráfego só para jipes (precário).

É esquemático, porque em princípio as interligações são retilíneas. A comparação entre a distância real assinalada e a distância gráfica permite a noção do traçado real da estrada.

As distâncias dos trechos entre localidades foram aproximadas entre informações de prefeitos vizinhos e confrontadas com os dados de que dispusemos em nossos arquivos.

Os distritos e povoados foram locados por aproximação e conforme indicação de dois ou mais prefeitos da respectiva região.

Em setembro, ou seja três meses após a notícia de sua elaboração, o mapa original em papel vegetal já fôra reproduzido cêrca de 250 vêzes. A Cia Industrial de Aratu elaborou um outro original, em desenho superior.

3. NOSSO PROPÓSITO

Gostaríamos que êsse documento fôsse transformado em base de pesquisa de estudantes, sociólogos, estatísticos, etc., para seu apuramento.

Oxalá que as emprêsas e os órgãos públicos o publiquem largamente, sem qualquer compromisso. O trabalho não tem paternidade, nem patente registrada. É sôbre a Bahia e da Bahia. Não nos moveu, nem buscamos interêsse. A única vaidade que guardamos é a de têrmos chegado ao término da longa empreitada.

Agora, o importante é que se faça conhecido, pois é assunto de implicação geral. Interessa ao comércio, educação, indústria, saúde, agricultura, viação, etc., e também às Fôrças Armadas.

Assim como há estradas assinaladas no mapa sem registros de extensão e conservação, deverá haver muitas outras estradas não assinaladas.

Estradas são parte vital da infra-estrutura do desenvolvimento. Não bastam existir, é preciso que sejam conhecidas para despertar estímulos e impulsos à sua utilização.

4. EXPLICAÇÃO FINAL

Um mapa é mais que um documento, é um convite à interiorização e ao devassamento do sertão. Chega a ser também um excelente atrativo turístico.

Quanto ao fichamento dos municípios, sem pretensões a um censo estatístico, é um trabalho completo sôbre a Bahia, capaz de oferecer informações rápidas e recentes sôbre estradas, energia, saúde, água, recursos, comunicações, política, edifícios, veículos, educação, hotéis, etc.

O trabalho sôbre os municípios é encargo de estudo do equipamento territorial, a que tanto podem se dedicar as Comissões de Rêde pelas suas extensas e fáceis relações públicas.

Através de viagens constantes, a Comissão Militar de Rêde conhece e relata tôdas as grandes rotas e artérias de transportes da Bahia e Sergipe, ou seja, da 6ª RM. A elaboração lenta dêsse mapa ampliou nossos estudos sôbre o interior dêsse maravilhoso Estado, amostra exata do Brasil, com todos os seus problemas e potencialidades.

FICHA DE MUNICÍPIO

Nome do Município:	Cinemas:
Histórico:	Clubes:
Ligações: { RV	Escrita
{ FV	Imprensa: Falada
Campo de pouso:	Lida
Área:	Hotéis e pensões:
Altitude:	Água: { Fonte
Clima:	{ Rêde distrib.
População: Munic() Sede()	Fsgotos:
Educação: { Ginásio —	Bancos:
{ Escola Normal —	Edifícios: { Públicos
{ Prof. Mun.	{ N.º de casas
{ Prof. Est.	N.º de veículos: { Oficiais
{ Esc. Part.	{ Particulares
Saúde: { N.º de médicos	Transporte: { Urbano
{ Pôsto de Saúde	{ Intermunicipal
{ Hospital —	{ Agricultura
Energia: { Fonte	Recursos: { Pecuária
{ Rêde distrib.	{ Mineração
Comunicações: { DCT	Indústrias:
{ Rádio	Obras do Governo:
{ R. Amador	Problemas:
Prefeito: Partido:	Outras informações
Posse: — Profissão:	
Câmara Municipal:	
Situação Política:	
Oficinas:	
Postos de gasolina e diesel:	

/ / 196...

.....
Prefeito

AOS NOSSOS COLABORADORES

As páginas da A DEFESA NACIONAL estão abertas, como sempre estiveram, a todos quantos queiram colaborar conosco, enviando-nos seus trabalhos para publicação. Nem sequer é condição, para a aceitação de colaborações, que os seus autores sejam assinantes da Revista. Mas, é claro que preferiríamos que todos aquêles que ainda não tenham assinatura da "DEFESA" procurassem tomá-la, pois assim estariam ampliando a sua valiosa colaboração e, ao mesmo tempo, cooperando para a melhoria crescente e para o maior prestígio desta Revista, que já é "a sua Revista".

O CERCO DA LAPA

Cap Art
EDISON RIBEIRO

ANTECEDENTES — Com a Proclamação da República, iniciou-se um período de completa transição e do qual temos notícias de desmandos, assassinatos, praticados por homens que tinham as rédeas do poder nas mãos.

No Rio Grande do Sul, onde se fizeram sentir mais intensamente estes fatos desabonadores dos primórdios da República, homens descontentes, dissidentes do Partido Republicano, monarquistas, unem-se em oposição a Júlio de Castilhos, o Presidente do Estado. O partido por eles fundado passou a chamar-se Partido Republicano Federal, ganhando assim um sentido mais amplo, mais nacional. Em virtude da generalização popular, seus adeptos foram chamados de "federalistas". E nestes, Gaspar Martins, que defendia a tese parlamentarista, Demétrio Ribeiro, foram homens influentes que deram força à luta fratricida denominada "Revolução Federalista", a qual culminou com o cerco histórico, onde lances de extrema bravura e sendo do dever foram vistos pela opinião pública brasileira.

Um outro fator importante, o qual veio dar ênfase à Revolução Federalista, foi, sem dúvida, a revolta da Esquadra. Seus chefes, o Almirante Wandenkolk e, mais tarde, o Contra-Almirante Custódio José de Melo, levaram um apoio fantástico aos rebeldes, pois, em pessoal e material, foi possível o aumento das forças federalistas.

Assim, o movimento considerado regional porque somente abrangia o Estado do Rio Grande do Sul, tornou-se nacional. Duas unidades da federação foram invadidas por tropas terrestres e navais, vindas daquele Estado, foco da revolução. Corria sério perigo então a jovem República e também o insigne Marechal Floriano.

Muitos foram os fatos relacionados com o despontar da nossa República e que culminaram com as lutas sangrentas do sul do país, no entanto nos eximiremos de comentá-los neste artigo, pois daria motivo a que se escrevesse alguns livros e já outros escritores ocuparam-se disso.

SITUAÇÃO TOPOGRÁFICA DA LAPA — Situa-se esta cidade e município em um planalto de altitude média de, aproximadamente, 850 metros. Em sua parte leste, correndo em direção ao norte, notamos um movimento de terreno, assemelhando-se a um paredão, denominado

ALTOS DA LAPA. Torna-se um obstáculo de grande valor militar se aí colocarmos tropas em defensiva, pois, tem comandamento sôbre região bastante profunda na direção geral de Curitiba. Por outro lado, a cidade em sua região sul, nos fornece vistas sôbre a estrada que liga a Rio Negro, ponto também de fácil defesa. Na região oeste bem como na norte, alguns movimentos pouco pronunciados, ressaltando-se a oeste o **ALTO DA CRUZ**. Estas duas regiões facilitam incursões, tornando, pois, a cidade mais vulnerável.

Avizinha-se de Curitiba por uma distância de 65 km; de Rio Negro, na divisa com o Estado de Santa Catarina; de São Mateus do Sul e também de Pôrto Amazonas, às margens do Rio Iguaçu.

HIDROGRAFIA — Além de uns poucos riachos sem importância militar, notamos o Rio da Várzea (onde foram travados combates pelas forças de Gomes Carneiro e Piragibe). Há também certa proximidade para o leito do Rio Iguaçu, que é navegável a partir de Pôrto Amazonas, por embarcações de pequeno calado, durante quase todo o ano.

CLIMA — O Município situa-se no Planalto de Curitiba, com uma altitude média de 850 metros. Por efeito da altitude possui um clima privilegiado, sendo notável a salubridade em certos lugares. A temperatura média anual é cêrca de 16 graus, sendo 17 no verão e 11 do inverno. O mês mais quente é janeiro e o mais frio, junho.

LIGAÇÕES E COMUNICAÇÕES — Ligava-se esta cidade a Curitiba por intermédio de uma estrada de ferro e o Rio Negro, por intermédio de estrada de rodagem. O principal meio de comunicação da época era o telégrafo.

A LAPA DE HOJE — Atualmente, a cidade tem apresentado um índice de crescimento bastante acentuado, fruto exclusivo da operosidade de seus administradores bem como de seus habitantes, os quais em sua maioria, são membros de famílias tradicionais.

Possui uma Organização Militar importante para a região, o Primeiro Grupo do Quinto Regimento de Obuses Cento e Cinco. (1º/5º RO-105).

MISSÃO ÁRDUA — Ao chegar em Lapa, vindo diretamente do Rio de Janeiro (percurso feito de São Paulo até Lapa a cavalo) é por ordem pessoal do Marechal Floriano, o Coronel Gomes Carneiro veio encontrar a tropa em completa inércia, sem treino militar, sem espírito combativo. Urgia que se fizesse algo para melhorar o ânimo e levantar o moral daqueles homens.

Por outro lado, Argôlo recebe-o com desagrado, criando tôdas as dificuldades possíveis antes de passar o comando, talvez que motivado pelo fato de sua substituição.

O seguinte episódio deu margem a que Floriano nomeasse Carneiro para Comandante daquela importante praça da República:

— Argôlo, tendo reunido fôrças, dispôs-se a atacar o adversário. ultrapassa os rios da Várzea e Negro, acampando em Rio Negrinho, já no Estado de Santa Catarina, seguindo daí para São Bento, onde se proclama Presidente do Estado. Recebe notícia então que Piragibe está à sua frente com 400 homens e seis bôcas de fogo. Manifesta desejo de avançar, porém novas notícias dizem que Juca Tigre pretende atacá-lo pela retaguarda. Receando um envolvimento, retira-se, vindo por Lençóis, Rio Preto, Rio Negrinho, atravessando o Rio Negro em balsas e neste último aguarda o inimigo. Trava-se o primeiro combate. Muito embora a sorte lhe seja favorável neste contato e sempre receando ser envolvido, empreende a marcha retrógrada na direção de Lapa, onde faz o seu reduto.

Gomes Carneiro, militar de diversas campanhas vitoriosas, fala em avançar, atacar, não quer bravura apenas mas para vencer, situando sua manobra em um quadro tático, conforme veremos no decorrer desta narrativa. Argôlo, espírito oposto, só pensa em defender. No entanto, Carneiro bem sabe que a tropa está desmoralizada e após assumir o comando, sem perda de tempo inicia a preparação militar daquele punhado heterogêneo de combatentes, que por questão de poucos dias tornar-se-iam heróis.

Depois de uma preparação inicial já a tropa foi empregada num pequeno encontro. Êxito. Carneiro vibra. Portaram-se valentemente. Estava iniciada a campanha recuperadora. Enquadrando, efetuando pequenas incursões, distribuindo missões individuais, Gomes Carneiro foi obtendo homens aguerridos, valentes, fortes e moralizados. A necessidade do moral alevantado far-se-ia sentir mais tarde, durante o cêrco.

O Coronel Lacerda, chefe político e homem influente, sob cujas ordens servia a 2ª Brigada, pensava em identidade com Argôlo — defender. Não desejava êle empreender sequer uma ação ofensiva. Carneiro, no entanto, iniciou a conquista daquele homem, exercendo sua influência de chefe e líder, pois, era mister empregar o movimento, e assim se quisesse avançar, atacando, deveria obter a colaboração valiosa do Coronel Lacerda e sua Brigada. Tanto trabalhou e tanto deu provas de capacidade, pois era o seu plano fundamentado em que se atacassem os “maragatos” ainda fora do Paraná a ação seria vitoriosa, que o Coronel Lacerda começa a concordar, dando o apoio desejado a Carneiro.

A DIVISÃO CARNEIRO — Estado-Maior: Cel Carlos Napoleão Poeta, Ten-Cel Líbero Guimarães, Ten-Cel Emilio Blum, Cap Homem Bom Justo Cavalcante (todos da Guarda Nacional); Ajudantes-de-Ordem: Ten de Cavalaria Raymundo Gonçalves de Abreu e Arsênio Anésio Alves da Cunha.

Os Serviços eram representados por duas Seções:

1ª — Pessoal — Cap Lauro Muller, Deputado do Ajudante-General.

2ª — Material — Major Felipe Schmidt, Deputado do Quartel-Mestre General, com os encargos de aprovisionamento, subsistência, material bélico e serviço de fundos.

A Divisão além das Brigadas contava ainda com a seguinte tropa:

8º de Cavalaria (um piquete) — Ten de Cavalaria Odílio Bacelar Randulfo de Mello, constituía a escolta do comando, com 37 homens.

1ª/3º Artilharia — Cap Augusto Maria Sisson — 51 homens.

Serviço de Engenharia (Pelotão de Sapadores) — Engenheiro Civil Joaquim Francisco Gonçalves Júnior — 23 homens.

1ª Brigada:

Comandante — Cel Julião Augusto Serra Martins.

Ajudante-de-Ordens — Alferes Raymundo Bayma da Serra Martins e Adalberto Menezes.

Assistente — Alferes José Lourenço de Carvalho Chaves.

17º Btl Inf (com 2 metralhadoras) — Cap Theodorico Gonçalves Guimarães (êste Btl foi reforçado com 60 patriotas) — 132 homens.

Regimento de Segurança — Tenente de Cavalaria comissionado em Coronel Cândido Dulcídio Pereira — 146 homens.

Franco Atirador — J. Bevilacqua — 82 homens.

18º da Guarda Nacional:

2ª Brigada:

Comandante — Coronel Joaquim Lacerda.

Ajudante-de-Ordens — Alferes do 15, Aluno da Escola Militar Francisco Manoel Teixeira de Mello e Tenente Alberto Weignard.

Assistente — Cap Leôncio Correia.

18º de Inf e mais 11 homens do 108º de S. Paulo — Tenente de Infantaria comissionado no posto de Coronel Augusto Villas Boas — 97 homens.

13º de Cav da Guarda Nacional e mais 7 homens do 111º de S. Paulo — Cel João Pacheco dos Santos Lima — 88 homens.

Btl 15 de Novembro — Cel João Antônio Ramalho — 93 homens.

Btl Floriano Peixoto — Dr. José Amintas da Costa Barros —

Reserva da Guarda Nacional — Domingos Garcia — 41 homens.

3ª Brigada:

Esta foi mandada para Ambrósios, constituída da ala do 17º de Inf, 18º da Guarda Nacional (parte), ala do 18º de Inf, Guarda Nacional da Lapa, ala do Regimento de Segurança.

O ARMAMENTO — A Infantaria estava armada de fuzis Miniet, Tower, Chassepot, Comblain, Mauser, Manlicher.

A Cavalaria possuía Marlin e Spencer. Os atacantes além dessas armas possuíam o Krupatschek.

A Artilharia com canhões Krupp 7,5, tiro lento, 2 canhões Wittworth de 4 libras, 1 La Hite, de bronze, 2 metralhadoras Nordenfeld pequenas. Os atacantes tinham 4 canhões-revólver e 2 Nordenfeld grandes além dos Krupp.

PRIMEIRAS OPERAÇÕES — Carneiro transmite ordens ao Tenente Bacelar para destruir as embarcações que se encontravam no Rio Iguaçu com a finalidade de dificultar a ação dos adversários. O Tenente Bacelar, depois promovido a Capitão por ato de bravura, desincumbiu-se a contento desta missão.

Aos 6 de dezembro de 1893, elementos avançados legalistas repelem no Rio da Várzea forças de Piragibe.

Aos 7, novamente é tentada a passagem pela ponte do Rio da Várzea, na estrada que liga Lapa a Rio Negro, pela vanguarda de Piragibe. Heróicamente a posição é defendida e o inimigo repellido.

Mais uma vez ainda Piragibe volta a atacar a guarnição da ponte, porém, Carneiro, homem de previsão, mandou reforçar aquele posto à noite. E enquanto se desenvolve a luta, eis que intervém com reforços causando 60 baixas ao inimigo, 20 prisioneiros e mais o material bélico que fica no campo de luta. Para os legalistas apenas um bravo morto a lamentar. Nesta refrega foram feridos 2 oficiais de Cavalaria e 3 soldados.

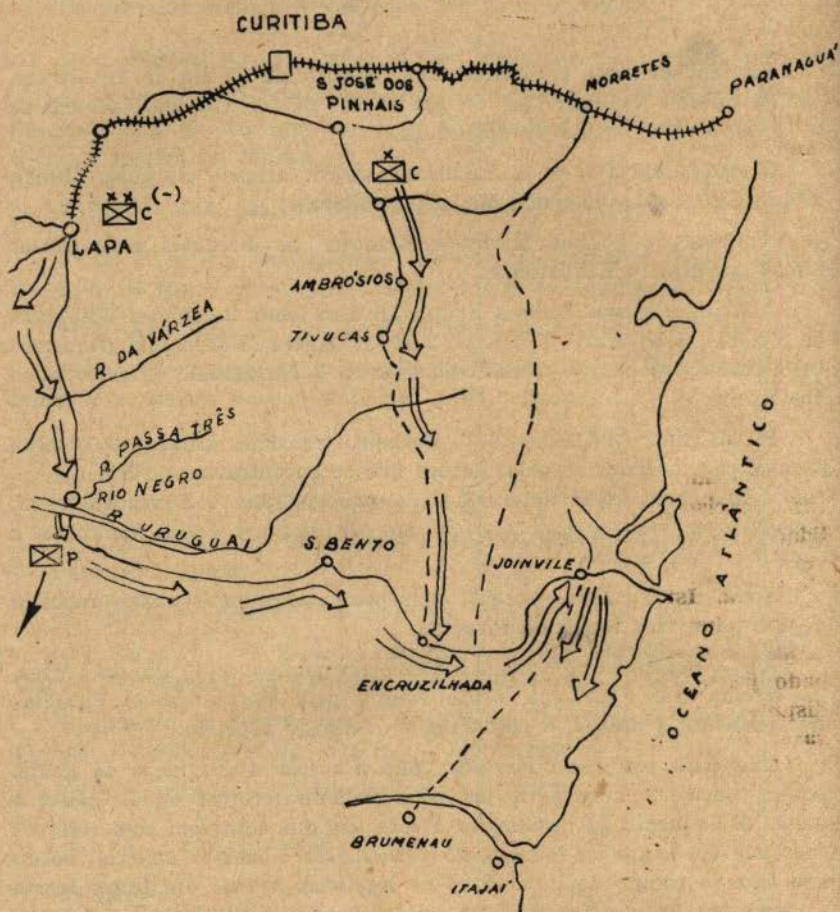
Durante todo este tempo o Cel Carneiro esperou pelo auxílio que deveria vir de Itararé e se assim acontecesse iniciaria a ofensiva que planejava meticulosamente. Convém ressaltar aqui, ele jamais perdeu a esperança em ver aquela tropa, pois, acreditava, piamente, na vitória da legalidade bem como em seu amigo, o Marechal Floriano.

O PLANO DE OPERAÇÕES — SITUAÇÃO DOS BELIGERANTES — O documento que se segue vem esclarecer o plano ideal de combate, bem como a situação das forças em luta no teatro de operações dos Estados do Paraná e Santa Catarina (Fig. 1).

“6 de dezembro

Do Coronel Gomes Carneiro ao Marechal Enéas Galvão.

Telegrama n. 108 — Lapa — 6 — 12 — 93 — Marechal Floriano



"CRÓQUIS DO PLANO DE OPERAÇÕES DO
CEL GOMES CARNEIRO"

(Fig 1)

e Enéas — Rio — Rogo-vos acompanhei meus telegramas pelo mapa zona colonial do Paraná contido no folheto publicado pelo engenheiro Manuel Correia para exposição Chicago de que inspetoria terras colonização deve ter exemplares. Estou colocado Lapa. Tenho forças estrada que passa Ambrósio e que está colocada diante S. José dos Pinhais cobrindo Curitiba e preparo aquela e esta força para tomar ofensiva logo chegue reforço. A partir ponto mapa designa nome encruzilhada até Vila Rio Negro estrada geral oferece vários caminhos transversais sobre Paraná que dão passagem infantaria e cavalaria. Minhas partidas observam constante pontos passagem Rio Negro, onde esses caminhos vêm ter. Quanto a Morretes, Paranaguá e Antonina que estão abaixo serra, devem ter defesa à parte, de que está encarregado Coronel Eugênio de Melo, que está Paranaguá e Curitiba é centro apóia todos pontos, embora infelizmente não haja ali forças nem mesmo de patriotas ou Guarda Nacional, que possa tranquilizar. Se vier como tomei liberdade lembrar para Palmeira força paulista sob comando Coronel Ferreira que veio para Itararé disposta avançar caso preciso ficará defesa Paraná bem distribuída oferecendo facilidade possível de mútuo socorro embora a fraqueza de alguns pontos por falta infantaria e mesmo também armamento combain munição artilharia. Isto quanto à defesa. Para a ofensiva avançará daqui minha coluna e bem combinada que está na ESTRADA dos Ambrósios procurando envolver Piragibe que está perto Vila Rio Negro acampado junto Rio Negrinho ou pelo menos obrigando a retirar-se sem disputar passagem Rio Negro, Negrinho e Prêto em que teria posição vantajosa. Feita minha junção com coluna estrada Ambrósios avançarei sobre Joinville objetivo forçado porque além da estrada geral não há sequer picada antes de Joinville para entrar Santa Catarina; de Joinville meu objetivo deve ser Blumenau ou pela costa passando pela cidade Itajaí ou melhor se possível fôr diretamente pelo picadão hoje existente e que está marcado como estrada projetada no mapa topográfico de Santa Catarina publicado pela repartição terras e colonização em 172. Em Blumenau terei forte auxílio partido republicano e poderei seguir qualquer ponto aquêlê Estado. Se Lima houver chegado Blumenau é por Joinville e só por ali que nos poderemos juntos irmos Lima, Rio caso Gomercindo dirija-se Paraná ou avançando eu logo receba reforço sobre Piragibe a fim de penetrar Santa Catarina. Se Gomercindo perseguido por Lima tomar rumo sul para onde parece irá embora Piragibe o chame muito, por ter melhores caminhos mais recursos, poder apoiar-se na esquadra, fazer junção com Salgado e tentar reentrar campos de S. José, pela colônia militar a Laje que Lima de passagem talvez não tivesse feito guardar embora ofereça esplêndidas posições em que poucos homens podem deter uma coluna desespero pela falta de tropa que me permita tomar ofensiva que seria de incalculáveis vantagens não só para varrido Piragibe encurralar Gomercindo e Salgado como para não deixar Lima e Artur Oscar sem auxílio — Coronel Carneiro."

Por êste telegrama vemos a capacidade de pensamento e tática de que estava altamente imbuído o "Homem Forte da Lapa". Previu uma ação ofensiva que logicamente daria certo e que se levada à execução, com o apoio esperado, o sucesso sorrir-lhe-ia e talvez um nôvo rumo houvesse sido dado à revolução.

Por outro lado, o seu espírito humanitário jamais olvidou os companheiros, como bem diz no final do telegrama "para não deixar Lima e Artur Oscar sem auxílio".

UMA ORDEM — Muita embora o otimismo reinante na Praça da Lapa (pois era pensamento geral que os revoltosos não chegariam a Curitiba e sim escapariam para o sul) fôsse um bom presságio no ardor e espírito de combate, chegam ordens taxativas de Floriano, mandando Gomes Carneiro esperar pelo refôrço de Itararé e que não tomasse nenhuma atitude ofensiva até que seu efetivo se elevasse a 2 ou 3 mil homens..

Em telegrama, o Marechal Floriano tem uma resposta que lhe deveria ter aberto os olhos, Carneiro foi claro e preciso em suas idéias.

"19 de dezembro de 1893"

"Telegrama n. 358 — Lapa, 19 — 12 — 93 — Marechal — Rio —
Tinha dado ordem marcha tôda coluna quando recebi hoje vosso telegrama. Entendia que era necessário atacar, fôsse como fôsse, desde que nossos irmãos lutavam para impedir concentração de forças contra êles. É verdade que dispondo apenas de 500 homens, não contando os patriotas ainda não preparados convenientemente, mas meu dever era marchar e nesse sentido dei as ordens apenas tive noticia que vos transmitti, aliás de acôrdo na parte mais essencial remessa de auxílios de Piragibe para os outros chefes, como depoimento dos prisioneiros. A vista de vossas ordens espero um pouco sempre em atitude de marcha, e aproveito o tempo completando a organização e fazendo largas partidas que vão dando bons resultados dissolvendo federalistas locais, tirando-lhes recursos que pretendem reunir para enviar a Santa Catarina desmoralizando-os e aguerrindo nossas forças; ainda esta noite partiu uma fôrça de infantaria e cavalaria para além do Rio da Várzea, ao passo que outra só de cavalaria bate outros pontos importantes. Pedi diretamente ao Presidente de São Paulo apressar marcha, não obstante deixar a maior parte ou mesmo os patriotas daqui. Piragibe e seus auxiliares paraenses votam ódio de morte a nosas forças, principalmente, o que muito nos lisongeia. Espero ansioso Pimentel que é excelente auxiliar. Causou dizem pelos arraiais federalistas grande impressão derrota que sofreram Rio da Várzea; últimas informações dão mais de 60 mortos e da melhor gente, 17º e 25º sem falar feridos. Espero nestes dias noticias por Curitiba e a todo momento da frente. Nossa coluna dos Ambrósios foi reforçada para avançar; para êsse

fim conferencieei com o General Pêgo e Governador. Creio que se prepararam importantes acontecimentos favoráveis à República. Manu-lichers que Argôlo trouxe foram dados 200 polícia dêste Estado, nesta coluna; 100 aos patriotas Curitiba. Viva a República!"

Coronel Carneiro."

A ordem dada por Floriano e mais a assunção do comando do 5º Distrito Militar pelo General Pêgo, vieram como prenúncio do desastre.

COMEÇO DO FIM — Pêgo age mal no comando do 5º Distrito. Carneiro adverte-o enèrgicamente.

A situação agrava-se.

"O Guerreiro da Lapa" quer tomar a ofensiva.

Piragibe e seus maragatos mostram-se acovardados após o revés da ponte do Rio da Várzea.

Em vez dos reforços almejados Carneiro vê ir por água abaixo o seu plano ofensivo. Pêgo não lhe dá apoio.

Com a ajuda da esquadra os adversários assaltam Paranaguá, ameaçam Tijucas, ficando por certo na rota de Curitiba. Pêgo aferra-se à defensiva, com isto retira vários contingentes da reduzida tropa de Carneiro. Esboroa-se completamente a ação montada pelo "Comandante da Lapa" ficando prejudicado o dispositivo que talvez viesse facilitar e acelerar a vitória do regime.

Cai Paranaguá, Tijucas se vê fortemente assediada. Elementos revoltosos dirigem-se para Lapa.

O General Pêgo nada mais quer ver e quase tão rápido como o heróico Coronel Carneiro chegou à Lapa, foge a tudo abandonando.

O CÊRÇO — Em Tijucas após estas últimas notícias, rende-se a guarnição, entregando aos revoltosos copioso material bélico, inclusive munições. Era o início da derrocada, pois já as forças de Gumerindo receberam um grande auxílio.

Após esta série de vitórias fáceis e à custa de pouco sangue, com farto material bélico, munições, efetivos aumentados com as adesões, avançam as tropas rebeldes, celerados à procura de novos pescoços para a degola. Nada consta que Gumerindo ou Laurentino ou mesmo Piragibe fôsem monstros degoladores, porém, se não praticavam tão hediondo ato, nada faziam para que este crime abominável fosse reprimido.

Mas os fados não lhes favoreceriam muito. Na Lapa existia um mito — Antônio Ernesto Gomes Carneiro, o chefe incansável, o comandante bravo, que estava em todos os lugares onde fôsse mister sua presença. Ele penetrou tão profundamente no coração e corpo daqueles

heróicos defensores, numa identidade tão perfeita, que nem dez vêzes mais atacantes os assombrariam.

Os dias 18, 19, 20 e 21 decorreram em relativa calma. Continuaram os trabalhos de fortificação e, quanto ao combate, alguns tiros esparsos se sucederam.

No dia 22 de janeiro, após a retirada de Pêgo e seu Estado-Maior para São Paulo, o inimigo inicia a infiltração de suas tropas pelas matas que bordeiam a cidade pelo lado leste (Alto do Monge). E é o General Mario Tourinho, por intermédio do seu depoimento transcrito dos Anais da Revolução, quem nos relatará os pormenores dêste cerco notável e histórico:

— *“Pela manhã um pequeno grupo de cavaleiros, um dos quais trazendo uma bandeira branca, descia daquele morro para parlamentar ou entregar alguma mensagem.*

Carneiro, avisado, compareceu imediatamente ao local e começou a bradar que não se aproximassem; que retrocedessem, pois, não confabularia com indivíduos fora da lei e que se insistissem mandaria fazer fogo.

E como continuassem a caminhar, porque pela distância não poderiam ouvir, foram recebidos por diversas salvas de infantaria.

A vista da resposta tão incisiva deram volta e a todo galope, galgaram o Monge.

Em seguida do alto do Monge, canhões abrem fogo sobre a cidade e da orla da mata rompe cerrada fuzilaria.

Sem demora o combate se generaliza, abrangendo grande arco a leste da cidade. Apoiados pela artilharia da praça da cadeia, o 17.º de Infantaria, o 18.º da Guarda Nacional e uma companhia do Regimento de Segurança estendem seus atiradores e, fazendo centro de resistência em uns alicerces existentes no local revidam o ataque, expulsando o inimigo que retira apressadamente para a espessura da mata.

Desconheço o número de baixas de parte a parte, mas Serra Martins e o 2º Tenente Cesar Franco saíram ligeiramente feridos por bala de fuzil.

Na retaguarda, isto é, ao norte, a ofensiva se desenvolvia com vigor.

Joaquim Lacerda com sua Brigada apoiado pela Artilharia de Arçobello, de Lebon Régis, já postada no alto da Rua Boa Vista, de Ascendino e de Capella, com sua metralhadora, oferece formal resistência.

Em dado momento cessa o fogo e pelos Coronéis Lacerda e Dulcídio são recebidos os negociantes José Loureiro e Arthur Balster, estabelecidos em Curitiba e que pretendiam parlamentar em nome do comércio dessa cidade.

Carneiro comparece muito aborrecido, porque pela manhã já havia deixado bem definida sua atitude relativamente a qualquer entendimento com o inimigo, fato que sendo do conhecimento de todos, não poderia ser ignorado por aquêlê comandante.

Antes desta ocorrência haviam permitido também a entrada na cidade do Ten Chiquet, vindo, em nome do Coronel Adriano Pimentel, comunicar a retirada de Pêgo e a queda de Tijucas.

Daí a sua grande irritação, tratando de maneira brusca e ríspida aquêles senhores, negando-lhes o direito de falar em nome do comércio sôbre assunto cuja solução só seria dada pelas armas.

Não recebendo o ofício que traziam, mandou que se retirassem.

Após êstes incidentes, recomeçou o combate, agravado pelo emprêgo de novos elementos lançados à luta.

O esforço foi tão desmedido que parecia querer o inimigo liquidar definitivamente a Lapa neste dia, arrancando "êsse osso que nos atravessa a garganta", expressão de Ângelo Dourado em seu livro "Os Voluntários do Martírio".

Continuando cada vez mais forte a pressão, os nossos foram cedendo terreno, abrigando-se nas trincheiras, deixando em mãos do inimigo o engenho Lacerda, o Cemitério e a Estação da Estrada de Ferro.

Em vista de tão crítica situação, resolveu o Cel organizar, às pressas, um destacamento com elementos do 17º Batalhão de Infantaria, do 18º da Guarda Nacional, do Regimento de Segurança e dos Batalhões Floriano Peixoto e 15 de Novembro, sob o comando do Major Ignácio Costa, o qual em felizes e bem sucedidos contra-ataques, retomou o Cemitério, o engenho Lacerda, e, ainda, expulsou o inimigo das matas adjacentes.

Ao mesmo tempo, Clementino Paraná, auxiliado pelo Alferes do 18º da Guarda Nacional Alberto Polak, tomam a estação a ponta de baioneta, depois de cerrado fogo de fuzilaria. Infelizmente, porém, caem gravemente feridos e o inimigo reconquista a posição que ficou como perigosa cunha cravada à ilharga da Lapa.

David Carneiro, em seu livro, conta que Carneiro ao encontrar-se com Clementino tomou-lhe a mão e comovido disse "Há de a República recompensá-lo, meu caro. O seu nobre esforço não será em vão. Trabalhar pela República é obter a glória."

Promessa que não pode ser cumprida!

Infeliz Clementino, a República só lhe foi madrasta!"

.....

Findo o combate, é de supor que o inimigo tivesse tido, na qualidade de atacante, grande número de baixas.

Do nosso lado, segundo o diário de Clemente Argolo, tivemos 8 mortos e 14 feridos.

Este combate veio provar exuberantemente a exigüidade do efetivo, porque o existente estava adstrito a exclusiva defesa de trincheiras.

Carneiro não tinha uma reserva que lhe facilitasse montar contra-ataques ou surtidas, ou a acudir a qualquer ponto, severamente atacado.

Para suprir esta falta formou então um destacamento com elementos de sua já debilitada defesa, para com isto ter uma tropa de manobra a ser lançada a qualquer momento e em qualquer setor.

Os dias 23, 24, 25 e 26, foram calmos relativamente, ocupando-se os dois lados a caçarem os desocupados que se descobrissem.

Um problema grave que se iniciou a seguir foi o das deserções, pois, após notícias recebidas da queda de Tijucas, os defensores começaram a fraquejar.

Assim diz o General Mario Tourinho:

— “Era assustador o diminuir de nossa gente: mortos, feridos, doentes e agora desertores.”

O dia 27 transcorreu com algumas alterações, tais como:

— retira-se a guarnição que defendia o cemitério, fato este logo aproveitado pelos sitiante que aí colocaram um canhão Krupp, um tiro rápido e uma metralhadora.

— retira-se a guarnição do Alto da Cruz, elevação situada a sudoeste da cidade, sob a proteção da artilharia do largo da cadeia.

Assim completaram-se neste dia as operações dos sitiante visando o cerco.

Continuando a narrativa o General Mario Tourinho diz:

— “A situação era demasiadamente aflitiva.

A cidade apresentava um quadro desolador: casas com as paredes esburacadas pelas balas, outra quase em ruínas, animais mortos a empestar o ambiente, os homens depauperados pela escassez de alimentos, as fisionomias cansadas por infindas vigílias, enfim, todo o cortejo de calamidades decorrentes de um sítio prolongado em local sem recursos, ali se exibia à nossa contemplação, na sua realidade trágicamente consternadora!...

A 28, bem próximo das trincheiras, o inimigo manteve viva fuzilaria, entremeada de disparos de canhões.

Não tendo, porém, saído de sua posições não passou de fogo de inquietação para exaurir o já esgotado defensor.

Em a noite dêsse mesmo dia, às 23 horas mais ou menos, tanto na frente da cadeia, como no lado do cemitério, ouviu-se claramente o sinal bem conhecido de infantaria carregar.

Era o assalto a baioneta!

O timbre especial do instrumento revelou que, pela primeira vez, iam entrar em contato com forças da Marinha de Guerra.

Tinham chegado naturalmente para reforçar os atacantes e liquidar de vez êsse "osso" atravessado à garganta de Gomercindo.

Com efeito mais tarde soube que Cotrim, distinto oficial da Armada, ao passar por Curitiba, com seus marinheiros, prometera tomar a Lapa a golpes de machadinha.

Enalhado o navio, julgou fácil a abordagem, mas, repellido com energia mais forte que a sua afoiteza, malogrou-se-lhe o intento de tal sorte que, dois dias depois, prestavam-lhe os companheiros sobreviventes da aventura, honras fúnebres em Curitiba.

A Lapa continuava ainda de pé e seu comandante como sempre, percorria todos os pontos da defesa, estimulando e aconselhando seus comandados, prometendo o termo final de tantos sofrimentos com a próxima chegada de socorros que já estavam em marcha.

Mas a Lapa definhava; as deserções continuavam; o batalhão de reserva quase desaparecido e dos 60 civis que Lacerda mandara para reforçar o 17º Batalhão apenas restavam 16.

Nesta fase da luta, os mortos, os feridos, os doentes e, principalmente os desertores fizeram cair assustadoramente o efetivo da guarnição a uns 500 homens, dos 900 existentes no começo, o que significava, de modo inverso, menor número de defensores distribuídos no perímetro da luta.

A munição, principalmente de artilharia, escasseava e a poupança foi recomendada por Sisson.

Esgotadas as lanternetas ou caixas de metralha, outras foram fabricadas com os recursos da cidade.

Os dias sucediam-se no mesmo ritmos tiroteios, caçadas, disparos de artilharia furando paredes, desmantelando cumeeiras.

A cavallhada, encerrada num pomar, à ração escassa, definhava rapidamente, até que, em risco de morrer de inanição, foi transferida para um potreiro próximo, o que equivaleu a entregá-la ao inimigo.

Chuvas constantes transformavam as trincheiras em profundos lamaçais.

Cochilar o artilheiro molhado na canhoneira e o infante no encharcado terraplano era coisa comum.

A 2 de fevereiro, em seguida a um toque de "infantaria carregar", desencadeou o inimigo um outro grande ataque abrangendo o Norte, o

Sul e o Leste, isto é, a face do cemitério, a Rua da Cadeia Velha e a frente da Câmara Municipal, mas, ainda desta vez, foi repellido depois de um duro combate de cerca de 2 horas, acredito que com grandes baixas, tal a pequena distância a que chegou das 4 trincheiras que fechavam as transversais da Rua da Cadeia Velha.

Da nossa parte, tivemos a lamentar, além de outras, a morte do bravo Alferes do Floriano Peixoto, José Charcot.

A distância que nos separava dos contendores era já tão pequena que, no dia 3, depois do toque de revista e do Hino Nacional, ouvimos vivas que davam ao Gen. Piragibe.

E os reforços prometidos, ansiosamente esperados?...

Não era de crer que o Marechal Floriano, o Ministro da Guerra e Bernardino de Campos, Presidente de S. Paulo, tivessem deixado de tomar providências urgentes para socorrer a Lapa. E, na verdade tomaram mas o reforço enviado marchava tão lentamente que quando viesse a chegar — se chegasse — já a cidade teria sucumbido.

Dizem que assim fazia para aguardar à distância, esclarecimentos que lhe viessem da situação e o certo (que vimos a saber mais tarde) é que, a certa altura, virou os calcanhares e com tal açodamento que, para se safar o mais depressa, se aliviou das próprias armas.

A vista de tal demora resolveu Carneiro enviar alguém que partisse a seu encontro.

Para a missão no momento tão perigosa e delicada foi escolhido o Cap da Guarda Nacional Homem Bom Justo Cavalcante.

A dificuldade consistia em furar o cerco.

O inimigo com liberdade de movimento, espalhado pelas adjacências da cidade, poderia aprisionar Homem Bom, logo à saída.

Faz-se preciso forçá-lo a reunir-se em seus postos de concentração, abrindo brechas para facilitar a fuga. Com esse fim lança-se mão de um estratagema. Tudo disposto para a viagem, às 21 horas do dia 3, hora da revista, solta-se um foguete que, ao espoucar, e seguido do toque de sentido e reunir, repetido em todos os ângulos da cidade. Minutos depois sobe um segundo foguete, a que se segue profundo silêncio. Então Homem Bom, acompanhado de vaqueano, galga a trincheira e desaparece na escuridão da noite para não mais voltar.

Impaciente o inimigo com cerco tão demorado, embaraçando-lhe operações futuras, imaginou um ardil para atrair a guarnição a combater fora das trincheiras.

Na manhã de 4, sua artilharia passou a atirar para as bandas da estação Capivari, ouvindo-se a distância, o crepitar da fuzilaria.

O Cel Carneiro, porém, suspeitou do embuste e deixou que malbaratassem as munições sem proveito.

Pela madrugada de 7, as forças de Vasco Nunes Pereira, vindas talvez da Estação da Estrada de Ferro, penetram na Ruas das Tropas, e invadem casas e quintais que dão para a Rua Boa Vista, enquanto que outros procuram fazer o mesmo, entrando pelos fundos do quartel do 18º da Guarda Nacional, de modo a tomar com o fogo, de enfiada e de revés, a trincheira do largo da Cadeia.

Pressentidas, porém, pela defesa do reduto Carneiro, situado na extremidade da transversal que liga aquêle largo à Rua das Tropas, são repelidas por Cândido Pamplona auxiliado por Ricardo Stigler e retrocedem em debandada.

Ainda naquela madrugada de 7, a infantaria de Torquato Severo toma posição nos quintais da "Casa das Três Nações", também na Rua da Tropas, para atacar pela frente a trincheira da Cadeia.

Aguardavam solertes o momento para desfechar o mais forte e terrível ataque até então levado a efeito.

Ao clarear do dia a artilharia adversa prepara o ataque de suas posições do Cemitério, Alto do Monte e Boqueirão.

Clemente e Lebon contrabatem a do Cemitério e os canhões de Cezar Franco e Mario Tourinho, da Praça da Cadeia, a do Alto do Monge e Boqueirão.

Em seguida uma cinta de fogo de infantaria cerca a pequenina cidade.

Serra Martins ao Sul, Joaquim Lacerda ao Norte, com bravura dirigem seus comandados.

Carneiro, parecendo ter o dom da ubiqüidade, mostra-se em todos os setores, emprestando ânimo, estimulando e gritando: Resistir porque a vitória é nossa. Não entrarão!

Do seu lado, o inimigo jogava gente fresca no combate que recrudescia num crescente de fogo, mas, não se atrevem a tentar o assalto às trincheiras, a peito descoberto.

Em dado momento, das janelas de uma casa situada no ângulo da Rua Boa Vista com a transversal à Rua das Tropas, transversal defendida pela trincheira do Ten Henrique José dos Santos, do "Floriano Peixoto", e onde estava assestado o canhão de Lebon Regis, de flanco e de enfiada a guarnição da trincheira e serventes do canhão foram atacados. Seriam aproximadamente 8 horas.

Embora apanhados de surpresa, reagem na altura da agressão apesar de terem sofrido regular número de baixas.

Lebon, com seu cabo apontador ferido e mais 3 serventes fora de combate, fica na impossibilidade de manejar o canhão e Henrique dos Santos vê a defesa perigando com a queda de não menor número de homens.

Retiram para o lado oposto da rua, junto a farmácia Westfalen, sustentando o fogo a queima roupa.

O inimigo estava dentro da Lapa! Com um pouco mais de esforço, poderia apoderar-se das transversais à Rua Boa Vista, cortar as comunicações com o resto da praça, levar de vencida os 2 canhões daquela rua e os 2 do Largo da Cadeia e conquistar a cidade, ou, quando nada, reduzir-nos a um perímetro limitadíssimo.

Felizmente, porém, não trazia reservas que lhe permitissem levar adiante a vitória parcial que tinham conquistado. Não fôra essa imprevidência sua, estaríamos perdidos, porque, da mesma sorte, Carneiro não dispunha de reservas com que acudisse aos pontos atdcados, pois, nem mesmo poderia valer-se de elementos tirados dos outros setores, o que importaria em facilitar a abertura de novas brechas.

A reserva única com que contava era influência moral da sua presença que nunca nos faltou, sobretudo nos momentos de perigo como aquêle que estávamos atravessando.

Lebon, que ignorava a imprevidência do inimigo, compreende a gravidade da situação e pede socorro a Serra Martins, antes que êle tentasse os movimentos a que acima nos referimos.

Não o fez em vão — O venerando Coronel, provector em anos, com aquela bravura tão sua, pistola em punho, corre à frente de um pequeno pelotão, como se fôra um jovem Alferes e, a passo de carga, rechassa o inimigo, forçando a recolher-se para o interior da casa.

Seis ou oito homens, de fisionomias estranhas, cabelôs compridos até os ombros, ficam estendidos na rua para não mais se levantarem.

É neste momento, que podemos chamar fatídico, que surge Carneiro, acompanhado de seus Ajudantes-de-Campo Tenentes-Coronéis Emílio Blum e Líbero Guimarães.

Ao mesmo tempo Joaquim Lacerda e Augusto Sisson acorrem trazendo um pequeno reforço.

La soar a hora mais trágica e decisiva do cerco da Lapa — Dirigia o Cel Carneiro pessoalmente as medidas para a expulsão definitiva do inimigo, quando, em dado momento, com aquela sua presença de espírito, volta-se bruscamente e corre a amparar nos braços o Ten José Henrique que tombava mortalmente ferido. Êste gesto de desprendida solidariedade humana, descobre-o ao inimigo que o alveja, ferindo-o igualmente de morte.

Emílio Blum e Joaquim Lacerda vêm em seu socorro e êle, mostrando-lhes a mão direita ensangüentada, como que para fazê-los acreditar que o ferimento era leve, dirige-se amparado pelos dois para a casa do professor Pedro Fortunato, vencendo naquele estado mais de 200 metros de percurso.

O combate, porém, não cessa, continua cada vez mais violento; Lebon Regis cai gravemente ferido; o Alferes Francisco Fidêncio Guimarães do "Floriano Peixoto", auxiliar de José Henrique, tem a mesma sorte do seu chefe; diversas praças são postas fora de combate por ferimento ou morte.

A situação era aflitiva — De posse daquela brecha, poderia receber reforços, irromper novamente na Rua Boa Vista e dela se apoderar.

É então que Sisson, consegue com dificuldade arrastar o canhão, conteira-o para a casa e sem mesmo fazer pontaria, pois, estava a "tiro de pedra", põe-no novamente em ação.

Parte uma primeira bala e, logo a seguir uma segunda; a intensidade do fogo defensor diminui e alguém, aproveitando a circunstância, aproxima-se e atira pela janela um petardo de dinamite. O efeito não se faz esperar: as explosões das granadas e do petardo põe os ocupantes em confusão e a nossa infantaria expulsa-os a ponta de baioneta e os persegue até fora dos limites do quintal, por onde tinham penetrado, com perda de 8 homens mortos e muitos feridos.

No interior da casa, deparamos com uma cena consternadora: o proprietário Miguel de Paula e sua esposa jaziam estendidos no chão sem vida; e sua neta uma mocinha de 14 anos, com as pernas decepadas.

Estava terminada a luta neste ponto, porém, continuava em outros da Rua Boa Vista, pois, diversas casas tinham sido ali ocupadas pelo inimigo.

Era árdua a luta para expulsá-los de casa em casa e, no assalto a uma delas, perde a vida o saudoso Comandante Amyntas de Barros, do "Floriano Peixoto".

Enquanto se desenrolavam estas ações a W da cidade, outras ocorriam de não menos gravidade, nos demais setores.

Na extremidade da Rua Boa Vista, Clemente Argolo é duplamente atacado: do Cemitério, pela frente e da Rua das Tropas pelo flanco esquerdo.

A este opõe parte dos infantas do "15 de Novembro" e do 111º da Guarda Nacional, que defendia sua trincheira e aquêle revida enérgicamente com seu canhão.

Ferido, continua combatendo até o fim da peleja.

No extremo da Rua do Cotovelo, Ascendino, com seu antiquado canhão anticarga "La Hitte", e infantas dos batalhões patriotas reage repelindo tôdas as investidas do inimigo.

Neste lado do combate a tudo dirigindo e a tudo provendo, Joaquim Lacerda acudia, com sua reconhecida presença de espírito, ora êste, ora aquêle ponto.

Desistindo do oferecimento daquela garantia relativa tranquilidade, submetia-se às agruras do cerco, aos perigos constantes nas ruas, em casa, nos quintais, sob o sibilar das balas e estilhaçamentos das granadas, dos arrasamentos de cumieiras e esburacamento de paredes, às cenas dolorosas de sangue, de gemido, de dor e de morte.

A mulher lapeana foi uma heroína.

O dia 8 transcorreu calmo; o cansaço nas hostes inimigas era grande.

As 11 horas falecia o Cel Dulcídio Pereira, inhumado nesse mesmo dia na sacristia da Igreja da cidade.

Fui fazer minha visita a Carneiro. Apesar da grande expressão de sofrimento que tinha na fisionomia, ainda era o mesmo homem. Estranhando não ouvir o ribombar do canhão disse-me: "Não abandone sua trincheira. Vá, vocês serão recompensados".

Clemente Argolo, Cesar Franco e Clementino Paraná, na visita que lhe fizeram, recolheram as seguintes palavras: "Os senhores também estão feridos, vão se tratar e voltam às trincheiras para defender a República". Em seguida justificando um forte gemido ainda disse: "Nos lugares para onde concorrem feixes nervosos os ferimentos são muito dolorosos".

A praça estava sem comando desde o dia 7, talvez em consideração ao grande chefe que ainda vivia.

.....

Às 6 1/2 da tarde desse mesmo dia 9 falece Carneiro.

Muito embora procurassem impedir a divulgação de tão infausta notícia, ela correu celeremente por toda a cidade.

Não houve força que detivesse oficiais e soldados nas trincheiras, todos profundamente comovidos, queriam ver pela última vez o grande chefe.

Vestido com o seu uniforme de Coronel de Engenharia, envolto na bandeira do 17º Batalhão de Infantaria, foi transportado, à noite, à Igreja Matriz onde permaneceria aguardando inumação, velado pelos companheiros de folga.

Na manhã do dia 10, descia à sepultura aberta na sacristia daquela Matriz, o Corpo do ínclito Coronel Antônio Ernesto Gomes Carneiro.

Morto Carneiro — morria a Lapa. Tombava com seu grande comandante.

.....

No dia 10, o Cel Lacerda respondendo a uma pergunta minha, relativamente a anormalidade perigosa em que se encontrava a guarnição disse-me: "Amanhã teremos uma solução".

E com efeito, no dia 11 Laurentino Pinto oficiou ao Cel Joaquim Lacerda convidando-o a depor armas, mediante ajustes prévios para uma capitulação honrosa, visto como todo o Paraná já estava em mãos dos revolucionários.

Convocados os oficiais e discutido amplamente o assunto, ficou resolvido, por maioria de votos, que se mandasse uma comissão ao acampamento inimigo para certificar-se da idoneidade da proposta e tomar conhecimento das cláusulas oferecidas.

Esqueceram, porém, os chefes de adotar medidas preventivas, de regra em casos tais, que nos acautelassem de surpresas na hipótese de não ser encontrada uma fórmula satisfatória para as duas partes contratantes e o resultado dessa grave omissão não se fez esperar.

A comissão composta de Líbero Guimarães, Vilas Boas e Carlos Waldhausen, como exorbitando do mandato, regressou à Lapa já em companhia de Laurentino Pinto, com seu Estado-Maior e grande número de oficiais e praças.

Ao mesmo tempo, os federalistas foram-se introduzindo na cidade, infiltrando nas trincheiras e confabulando com os defensores que abandonavam os postos como se tudo estivera consumado.

Desta sorte, pode-se dizer que, antes mesmo que se tivesse assinado o termo de capitulação, já a Praça estava em poder do inimigo!

A conseqüência final desse lamentável estado de coisas foi ainda mais dolorosa com a deselegância dos negociadores com uma parte de nossos companheiros de lutas e sofrimentos, pois, enquanto obtinham a garantia de vida, liberdade e propriedade para todos os civis que tinham pegado em armas, entregavam prisioneiros os soldados do Exército da 1ª Brigada e da tropa Divisionária!...

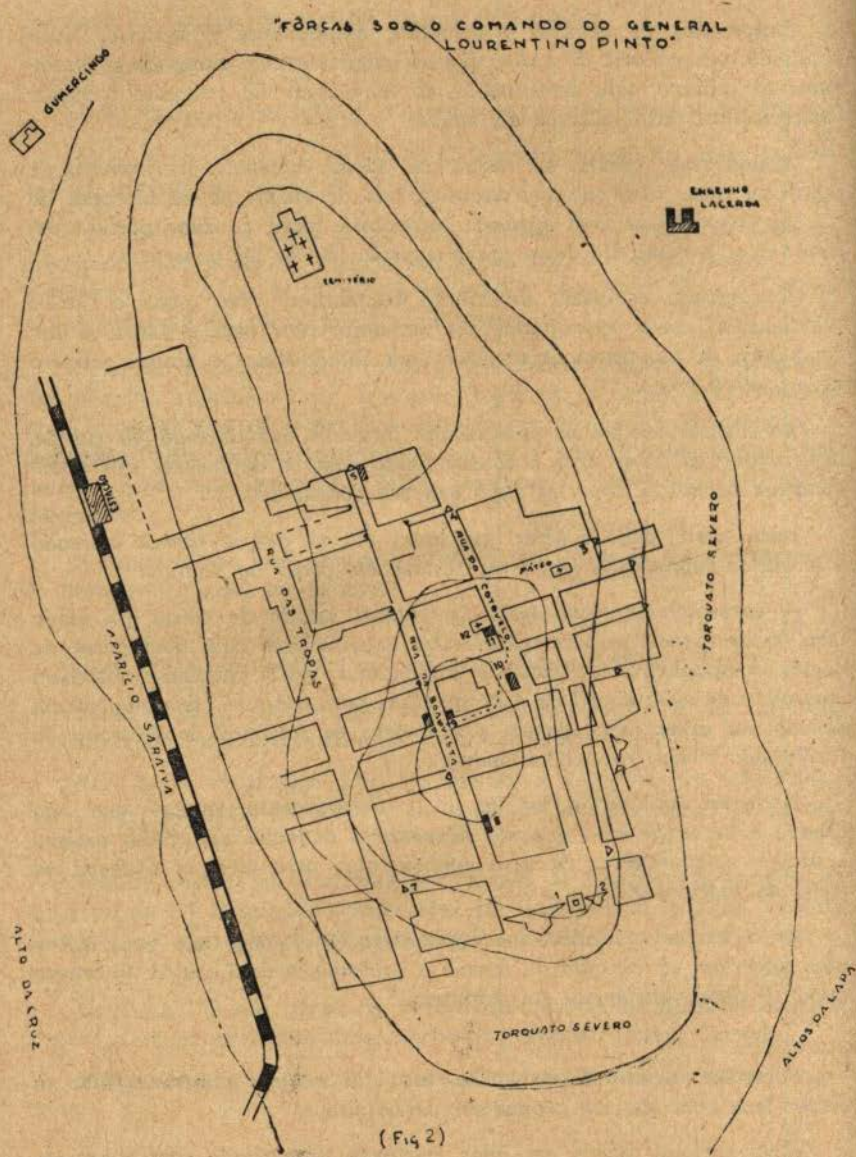
Não sei exprimir a mágua, o constrangimento (e por que não dizer?) a vergonha com que nos despedimos daqueles abnegados amigos e bravos colaboradores, de uma epopéia que, para eles, se apagava na treva da ingratidão.

As cláusulas concedidas na capitulação de Tijucas não poderiam e nem deveriam ter servido de norma à capitulação da Lapa. A diferença entre as duas resistências foi profunda.

Posso ter claudicado na forma, mas, fui íntegro e intransigente na sinceridade com que me propuz ser verdadeiro.

Estas páginas devem ser lidas, portanto, unicamente com o aspecto e caráter simplesmente narrativas que lhes dei.

Curitiba, 1 de fevereiro de 1944 — General Mário Tourinho.



Observação:

À página 26 dos Anais da Revolução consta a seguinte observação sobre o General Mário Tourinho :

"Pede a palavra o Desembargador Henrique Fontes: "Senhor Presidente, a mingua do tempo não permitiu, infelizmente, ouvíssemos a leitura completa da preciosa contribuição que ao Congresso trouxe o respeitável Sr. General Mário Tourinho. Do que foi lido fica, porém, patente a excelência do trabalho. Pode-se aqui repetir o dito do poeta latino: *Ab uno disce omnes*, "por um julga todos os outros".

A parte de que temos conhecimento, na sua linguagem simples, clara e animada, mostra no autor notáveis qualidades de narrador, bem como grande equilíbrio e serenidade em tratar de acontecimentos em que teve parte e ainda espírito de verdadeiro historiador, pois não se limita à exposição dos sucessos, mas estuda-lhes os acontecimentos e as repercussões.

É, assim, monografia cujo texto completo deve ser incluído em nossos Anais, para larga e justíssima divulgação."

BIBLIOGRAFIA (*)

- "Anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894".
- "O Município da Lapa" — Altamirano Nunes Pereira.
- "Os Fuzilamentos de 1894 no Paraná" — David Carneiro.
- "Dias Fratricidas" — General J.B. Bormann.
- "A Consolidação da República" — Cel J. B. Magalhães.
- (*) A Redação acrescenta as seguintes obras, às citadas pelo Autor:
- "O Cêrço da Lapa e seus Heróis" — David Carneiro.
- "O Paraná e a Revolução Federalista" — David Carneiro.
- "A Revolução de 1893 nos Estados de Santa Catarina e Paraná" — General J. C. da Silva Muricy.
- "Vento Leste nos Campos Gerais" — Rubens Mario Jobim.
- "A Revolução Federalista" — E. Vilalba.
- "Gomes Carneiro, o General da República" — Pedro Calmon.

A DEFESA NACIONAL

ASSINATURAS

Qualquer pessoa categorizada ou entidade civil pode tomar assinatura desta Revista, que se sentirá prestigiada com isto.

Para fazê-lo, bastará comunicar-se com a Secretaria da Revista, indicando nome e endereço (para remessa) e enviando cheque ou vale postal correspondente à assinatura desejada (anual — NCr\$ 2,50).

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DO EXÉRCITO

ESTUDO DE PROJETO (*)

Maj Inf
JOSÉ MURILLO BEUREM RAMALHO

I — PROPOSTA

- 1) Transformar o atual CENTRO DE ESTUDOS DE PESSOAL (CEP) em ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DO EXÉRCITO (EAE).
- 2) Atribuir à ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DO EXÉRCITO os encargos de ensino, instrução, consultoria, pesquisas, assessoria e planejamento — e execução, se for o caso — sobre problemática do pessoal e administração racional do trabalho.

II — JUSTIFICATIVA

1. *Prólogo*

a. A progressão ciclópica, da ciência e da técnica, vem obrigando à reformulação de métodos e de sistemas sobre problemas de pessoal e à condução da administração nos múltiplos setores empresariais civis e militares.

A essa evidência contemporânea se esboça, paralela, a introdução de novos experimentos objetivando, no campo administrativo, a busca de maior produtividade da máquina com a corrida sintonica da melhoria do fator humano nas tarefas grupais e no âmbito dos sistemas organizacionais.

Esse fenômeno que se observa no mundo moderno, e é testado em nosso país, é acompanhado, paralelamente, certo, de transformações sociais face às suas implicações psicosociológicas correlatas.

b. O despertar desse interesse, no Brasil, foi aguçado, principalmente, a partir do término da II Guerra Mundial e constituiu reflexo das diversas implicações e transformações econômico-sociais-políticas decorrentes da situação do pós-guerra, nos quadros mundial e nacional.

(*) O autor deste projeto põe-se à disposição para maiores esclarecimentos e debates sobre tão palpitante matéria.

O surto desenvolvimentista, observado e operado nas empresas civis, quanto à introdução de técnicas seletivas de pessoal e programas para racionalizar a produção, projetou-se em tal amplitude que seus reflexos foram atingir o Exército, então desprovido de bases técnico-científicas sobre a verdade da seleção de pessoal e argamassado sob concepções administrativas de produção em ângulos convencionais e irreais.

Com a evolução, o Exército procurava se agigantar, considerando que somente a introdução de métodos atualizados de ensino e de programas modernos de instrução para oficiais e praças não poderia atender ao cumprimento de uma missão com eficiência científica. Daí seu interesse e sua busca em alcançar melhores padrões de produtividade e eficiência. Medidas progressivas surgem, atestando a preocupação dos altos escalões em aumentar o rendimento do homem e em captar o campo produtivo administrativo: curso de Classificação de Pessoal (CCP) (a partir de 1950, com verdadeiro curso de psicologia aplicada ao meio militar); Curso de Técnica de Ensino (CTE); Centro de Estudos de Pessoal (Decreto n. 56.039-A, de 24 Abr 65); Centro de Processamento de Dados (Portaria n. 209-GB, de 7 Jun 66).

A extinção dos Cursos de Classificação de Pessoal (CCP), Técnica de Ensino (CTE) e do Centro de Estudos de Línguas Estrangeiras (CELE), de que tratou o Decreto n. 57.761, de 8 Fev 66, constituiu medida acertada, sendo estes três órgãos de ensino enfeixados no Centro de Estudos de Pessoal.

Já em 1962, quando servíamos no CELE, propunhamos a fusão dos CCP, CTE, CELE, num único estabelecimento de ensino, a fim de obter-se maior rendimento, simplicidade e economia.

2. Fundamentos

a. A experiência de psicologia aplicada ao trabalho vem mostrando a conveniência de serem postos em campos paralelos os pronunciamentos técnicos-científicos sobre a problemática de pessoal e a cadeia administrativa de trabalho.

Assim, urge dotar um órgão de ensino em que sejam estabelecidos programas condicionados ao pessoal e programas identificados com a organização racional do trabalho, objetivando o rendimento comum coletivo.

b. A inexistência de um órgão, planejado, sobre administração no Exército, encarregado de formar técnicos administrativos e apontar soluções racionais de trabalho, vem causando rentabilidade nos custos e nas operações aquém do desejável num Exército que se aperfeiçoa progressivamente (*).

(*) N.R. — O Estado-Maior do Exército, através da sua 3ª Seção, já está procedendo a estudos objetivos sobre "Racionalização da Administração".

c. O Exército, atualmente, constitui uma organização complexa, com múltiplas missões e encargos, necessitando, coerentemente, de uma aparelhagem que possa conduzi-lo mais eficientemente em sua meta.

d. É indispensável o acerto em aproveitar a experiência de exércitos mais desenvolvidos. Temos, assim, entre outros:

- Centro de Administração de Logística dos EUA, trazendo-nos subsídios, além de outros, para controle de computadores e a busca para o domínio de estoques.
- Escola Industrial das Forças Armadas, nos EUA, como elemento na avaliação do esforço correlacionado com a mobilização econômica.
- Escola de Administração do Exército dos EUA que, segundo seu antigo comandante, ocupa posição vital dentro do sistema de ensino do Exército. Pois que, entre outros, forma administradores militares, auxilia comandantes, oficiais de EM e propicia melhor rendimento à estrutura administrativa do Exército.

O histórico dessa Escola, por si só, é sintomático e traz-nos considerações sérias sobre o problema, pesadas as devidas proporções.

e. Problemas cruciais administrativos poderão ter solução desde que estudados e ensaiados num organismo próprio, como uma Escola específica. Vejamos alguns instrumentos de administração que o Exército emprega ou poderá utilizar:

- administração do potencial humano;
- sistema analítico do rendimento;
- sistema de administração militar;
- plano de administração financeira.

f. Pesando a verdade de que a administração é um requisito da paz e da guerra, poderemos obter resultados altamente auspiciosos.

III — DESENVOLVIMENTO

1) COMANDO

N.º de Ordem	PÔSTO	FUNÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	Cel	Cmt e Diretor de Ensino	— Cel das Armas, com o curso da ECEME, de preferência possuidor de curso especializado sobre Pessoal
2	Ten-Cel	Subcmt e Subdiretor de Ensino	— Ten-Cel das Armas, com o curso da ECEME e especialização sobre Pessoal
3	Ten-Cel ou Major	Chefe da Seção de Relações Públicas e Assistência Social	— Oficial superior das Armas possuidor dos cursos da ECEME e de Relações Públicas
4	Ten-Cel	Assistente Administrativo	— Oficial superior das Armas, de preferência possuidor de curso especializado sobre Pessoal (ou) Organização Racional do Trabalho — Indicado pelo Cmt da Escola
5	Ten-Cel	Chefe de Planejamento	— Oficial superior das Armas com os cursos da ECEME e de especialização sobre Pessoal (ou) Organização Racional do Trabalho

2) CORPO CONSULTIVO

a. *Constituição:*

— Civis e (ou) militares (da ativa e da reserva), em número variável, obrigatoriamente com cursos especializados sobre Filosofia, Sociologia, Psicologia, Pedagogia, Organização Racional do Trabalho, ou ramos correlatos, e que hajam se destacado em seus campos específicos.

b. *Prescrições:*

1. Exercerão suas funções, como consultores técnicos da Escola, sem prejuízo de seus encargos nos meios civis ou militares, com duração limitada ou não.

2. Os civis perceberão remuneração, em função de sua consultoria na Escola, de acordo com as prescrições a serem estatuídas na regulamentação.

3. Os militares, quando na ativa, exercerão suas funções de consultores sem remuneração, ficando, em princípio, considerado como serviço relevante o exercício desses encargos na Escola.

4. Os consultores civis e militares (da ativa e da reserva) serão indicados pelo Cmt da Escola.

3) DEPARTAMENTO — 100

Símbologia	CHEFE	REQUISITOS	ENCARGOS DA CHEFIA
100	Ten-Cel	— Oficial superior das Armas com os cursos da ECEME e lizado sobre Pessoal e (ou) Organização Racional do Trabalho	— Planificar, orientar e supervisionar as atividades do 100 — Responsabilizar-se pelos encargos atribuídos ao 100 — Ligar-se diretamente ao Comando da Escola
110	Ten-Cel	— Idem	— Conduzir o 110 dentro dos aspectos do ensino, pesquisa e seleção, envolvendo, inclusive, seminários, simpósios, etc. — Ligar-se à chefia do 100
120	Ten-Cel	— Oficial superior, das Armas, Serviços ou do Magistério, possuidor de curso especializado sobre Pedagogia ou Filosofia, com domínio de um idioma estrangeiro	— Conduzir o 120 dentro dos aspectos de Administração Escolar e Idiomas Estrangeiros — Ligar-se à chefia do 100
130	Ten-Cel ou Major	— Oficial superior das Armas ou do Serviço de Intendência, possuidor de curso especializado sobre Organização Racional do Trabalho	— Conduzir o 130 dentro dos aspectos da técnica de dados automáticos da racionalização do trabalho
140	Ten-Cel ou Major	— Oficial superior das Armas, com o curso da ECEME e possuidor de curso de Psicologia aplicada às ações militares	— Conduzir o 140 dentro dos aspectos das Informações, Ação Psicológica e Técnicas de Guerra Irregular — Ligar-se à chefia do 100
150	Ten-Cel ou Major	— Oficial superior das Armas ou dos Serviços, possuidor de curso especializado sobre Pessoal	— Conduzir o 150 dentro dos aspectos das Relações Humanas, Relações Públicas, Fisiologia do Trabalho, Psicologia, Sociologia e Técnica de Comunicação — Ligar-se à chefia do 100
.....

4) DIVISÃO — 200

Simbologia	CHEFE	REQUISITOS	ENCARGOS DA CHEFIA
200	Ten-Cel	— Oficial superior das Armas, com os cursos da ECEME e de especialização sobre Pessoal e (ou) Organização Racional do Trabalho	— Planificar, orientar e supervisionar as atividades do 200
210	Ten-Cel ou Major	— Idem	— Conduzir o 210 de maneira a fixar uma unidade de doutrina em toda programação escolar, salvo à referente a 300 — Ligar-se à chefia do 200
220	Ten-Cel ou Major	— Oficial superior das Armas ou Serviços, possuidor de curso Especializado sobre Psicologia, Sociologia ou Filosofia, ou ramos correlatos	— Conduzir o 220 dentro da manipulação dos Laboratórios de Psicologia e de Pedagogia — Ligar-se à chefia do 200
230	Major	— Oficial superior das Armas, possuidor de curso especializado sobre Pessoal	— Conduzir o 230 dentro das técnicas de recepção, orientação, controle e destino de alunos, oficiais e praças e civis (se for o caso) — Ligar-se à chefia do 200
240	Major ou Capitão	— Oficial das Armas, possuidor de curso especializado sobre Pessoal e (ou) Organização Racional do Trabalho	— Conduzir o 240 dentro dos aspectos concernentes aos cursos por correspondência, futuros alunos e ex-alunos da Escola — Ligar-se à chefia do 200
250	Ten-Cel	— Oficial superior das Armas ou Serviços, possuidor de curso especializado sobre Pessoal e (ou) Organização Racional do Trabalho	— Conduzir o 250 dentro dos aspectos da Técnica de Ensino e da Psicotécnica — Ligar-se à chefia do 200
260	Capitão	— Das Armas ou Serviço de Intendência, possuidor de curso sobre Organização Racional do Trabalho e (ou) curso de áudio-visual	— Conduzir o 260 dentro da técnica concernente aos meios auxiliares de instrução, biblioteca, publicações, etc. — Ligar-se à chefia do 200
.....

5) UNIDADE EXECUTIVA — 300

Simbologia	CHEFE	REQUISITOS	ENCARGOS DA CHEFIA
300	Ten-Cel	— Oficial superior das Armas	<ul style="list-style-type: none"> — Ligar-se diretamente ao comando da Escola — Planificar, orientar e supervisionar as atividades do 300 — Responsabilizar-se pelos assuntos correlacionados com a administração, instrução e disciplina do 200
310	Major	— Oficial superior das Armas, de preferência possuidor de curso especializado sobre Organização Racional do Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> — Ligar-se diretamente à chefia do 300 — Exercer as funções de Fiscal Administrativo — Exercer o planejamento, orientação e controle sobre o tesoureiro, almoxarife e provisionador
320	Capitão	— Oficial das Armas, de preferência possuidor de curso especializado sobre Organização Racional do Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> — Ligar-se diretamente à chefia do 300 — Exercer as funções de Ajudante da Escola
330	Capitão	— Idem	<ul style="list-style-type: none"> — Ligar-se diretamente à chefia do 300 — Exercer as funções de Secretário da Escola — Numa fase posterior, acumulará os encargos do oficial ajudante, que deixará de existir na organização
340	Major ou Capitão	— Oficial do Serviço de Saúde	<ul style="list-style-type: none"> — Ligar-se diretamente à chefia do 300 — Exercer as funções de médico da Escola
350	Ten	— Oficial do Quadro Auxiliar	<ul style="list-style-type: none"> — Ligar-se diretamente à chefia do 300 — Exercer as funções de Cmt do Contingente da Escola
.....

6) CONSIDERAÇÕES

a. No estudo do projeto visando à introdução da Escola de Administração do Exército, foram levantados e pesquisados diversos aspectos que, por sua originalidade, julgamos bom apontá-los, sinteticamente:

(1) Descentralização:

A compartimentação dos Departamentos, Divisões, Unidades Executivas, Corpo Consultivo e Comando visou descentralizar as tarefas, di-

vidindo-as, sem quebra do contróle e continuidade de encargos. Há uma linha racional de trabalho entre os vários organismos.

(2) *Prefixo numérico:*

A introdução de números visou a facilitar e simplificar os encargos, adaptando a mecânica de empresas civis às peculiaridades de uma organização militar.

(3) *Grupo Assessorial do Cmt:*

Observar-se na estrutura que o Cmt da Escola terá apenas sete assessôres diretos, e que são:

Subcmt, Chefe de Relações Públicas e Assistência Social, Chefe do 100, Chefe do 200, Chefe do 300, Chefe do Planejamento e Assistente Administrativo.

Objetiva propiciar ao Cmt maior liberdade de ação e desenvoltura dos trabalhos da Escola, ao mesmo tempo que lhe fornece assessôres em número que possa, realmente, obter produtividade. Acompanha, assim, a técnica de reunião e rendimento de grupo, de que tratam obras especializadas de A. PAUL HARE e Prof. EUNE RAUDSEPP, consagrados artífices norte-americanos.

(4) *Cadeia Administrativa:*

Libertar o Cmt da engrenagem sobre assuntos correlacionados com a instrução, administração, instrução e disciplina do pessoal de administração, com os encargos atribuídos à chefia do 300.

(5) *Órgão de Planejamento:*

Propiciar ao Cmt, de imediato, ter um órgão visualizador de tôdas as atividades da Escola, atuais e futuras (a cargo do Chefe do Planejamento), à exceção dos encargos atribuídos ao 300. Constitui processo nôvo na máquina administrativa civil.

(6) *Dosagem de Oficiais:*

Observa-se que há uma distribuição de oficiais com e sem o curso da ECEME, de forma a:

(a) Propiciar aos oficiais com o curso da ECEME a mecânica do planejamento e direção de setores específicos à sua formação de EM.

(b) Ensejar aos oficiais sem o curso da ECEME, mas possuidores de cursos especializados, setores direcionais e encargos essencialmente técnicos, possibilitando-lhes contínuo aperfeiçoamento em suas respectivas especialidades, dentro da Escola.

(7) *Corpo Consultivo:*

A introdução de consultores, seguindo uma linha empresarial civil, ensinará aperfeiçoamento, quebra de rotina, atualização de métodos, técnicas e processos.

A rotatividade dos consultores dará elasticidade ao sistema funcional, permitindo fornecer ao Comando e ao restante da Escola inovações periódicas, em benefício do rendimento do serviço.

b. Objetivando levantar na organização medidas racionais de produção, rendimento, atualização e controle, temos:

(1) O Ministro da Guerra, ouvido o Estado-Maior do Exército, anualmente, poderá:

- (a) criar, suprimir, desdobrar, aumentar cursos da Es Adm;
- (b) aumentar, diminuir, desdobrar o efetivo, em oficiais e praças;
- (c) introduzir modificações nos currículos, processos de seleção e matrícula e medidas correlatas, visando sua atualização.

(2) Considerando a atual distribuição de oficiais da Escola de Administração, somente aí poderão servir, a partir de 1968, inclusive, aqueles que possuam curso especializado e (ou) de Organização Racional do Trabalho.

Conseqüentemente, os que não satisfaçam essas condições, em 1967, poderão freqüentar, com prioridade, cursos específicos da Escola de Administração, para obtenção de referido requisito.

(3) O Ministro da Guerra, ouvido o Estado-Maior do Exército, fixará os cursos que a Escola de Administração poderá planejar e executar, dentro das características de sua organização.

V — CONCLUSÕES

1. A evolução da ciência e da técnica vem ocorrendo com tal intensidade que é oportuno e racional manter o Exército nesse ritmo de acompanhamentos.

2. A criação da Escola de Administração do Exército visa a acelerar e metodizar técnicas e processos seletivos de pessoal e incluir nas suas organizações a moderna ciência da Administração.

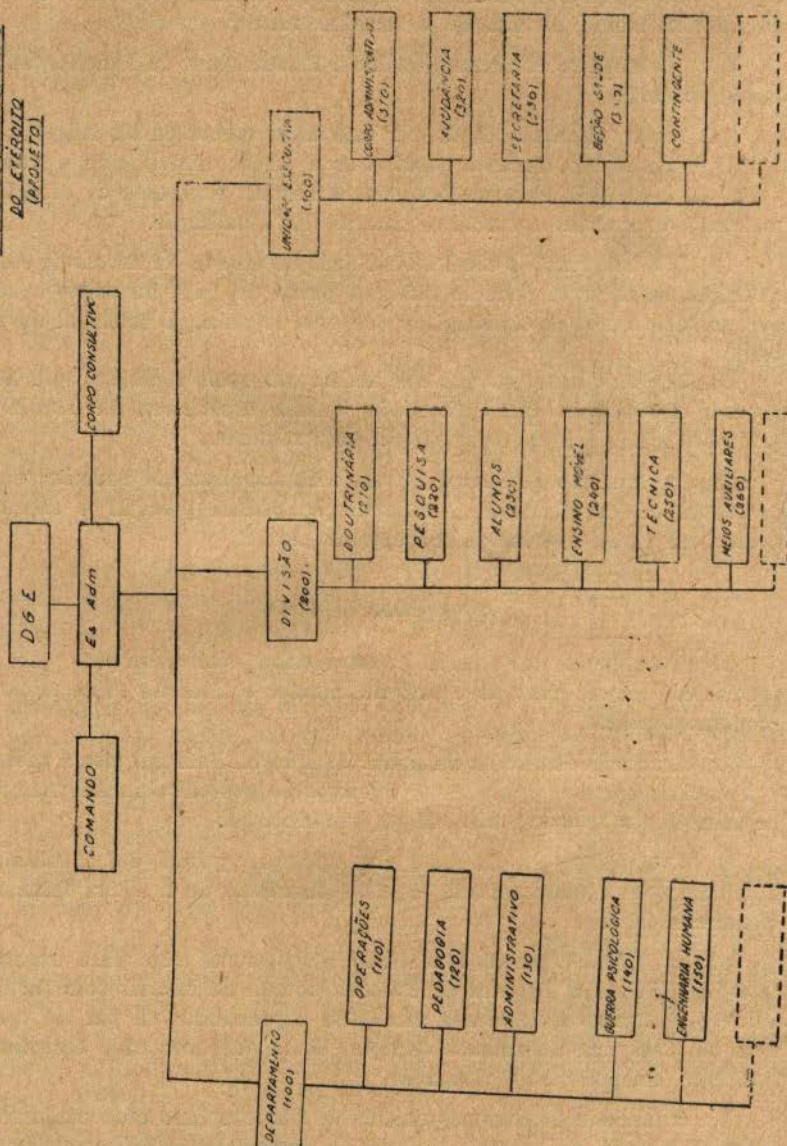
3. A estrutura da Es Adm visa alicerçar grande descentralização, atualização de conhecimentos, controle, liberdade de ação na faixa funcional das chefias.

4. O Exército possui, atualmente, excepcional base para expansão, que é o Centro de Estudos de Pessoal, dotado de oficiais com invulgar valor profissional e destacada eficiência especializada, a par de contar com um Cmt com assinalados serviços, dotado de acentuado entusiasmo, interesse, competência e dedicação.

5. O binômio homem-máquina há de ser integrado num conjunto de esforços visando ao aperfeiçoamento do pessoal do Exército, carreando, paralelamente, melhor produtividade nos custos operacionais de suas organizações militares. Esse o fruto a alcançar, para o aperfeiçoamento do nosso Exército.

IV - ESTRUTURA

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DO EXÉRCITO
(PROJETO)



ASPECTOS DO CURSO DE COMANDOS

Ten-Cel Inf (QEMA)

NELSON LUIZ BELLEGARD

Iniciamos propondo uma pergunta ao leitor: — Quais as 5 maiores alegrias da sua vida militar?...

É verdade que boas recordações da Carreira das Armas variam muito. Como cadetes, poderíamos seleccionar, por exemplo: o recebimento do Espadim, o desfile em Montevidéu, a aprovação em Física, ou outras alegrias. Cada um de nós teve as suas. Mas os anos foram passando, novas experiências, novos fatos e, como não poderia deixar de ser, novas alegrias. Neste evoluir constante, chegamos aos dias de hoje, com lembranças felizes do tipo: ter sido aprovado no concurso para a ECEME, desempenhar uma comissão no estrangeiro, ser pára-quedista, ter sido convidado para instrutor em certa escola, etc. Muitas delas nos recordam sacrifícios ingentes. Todas elas envolvem um certo grau de vaidade.

Ter concluído o "CURSO DE COMANDOS" é uma das alegrias da minha vida militar.

Pelo muito que prezo esta boa recordação, e, pelo fato de tão poucos saberem o que é este curso, escrevo estas linhas.

Nasceu do idealismo de alguns companheiros. Foi destacado do "CURSO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS". É uma réplica ao curso de "RANGERS" dos EUA. Sua oficialização e generalização ainda são batalhas a vencer.

Numa certa manhã de maio de 1961, trinta e dois oficiais e sargentos pára-quedistas apresentavam-se como candidatos ao Curso de Comandos. Após a seleção física (6 m. de corda, natação, etc.), médica ("check up" completo, vacinas), psicológica (3 dias de testes no CCP) e intelectual (apenas para os sargentos), o número de candidatos reduziu-se a 12. Quatro meses depois, quatro alunos recebiam o diploma de "Comando" e quatro outros prosseguiram o "Operações Especiais". Eis aí um aspecto do Curso: seleção rigorosa.

Como já deixamos perceber, o "Operações Especiais" engloba o "Comandos", sendo este a 1ª fase daquele, conforme se vê no quadro abaixo:

	Fases	ESTÁGIOS	HORAS			Semanas
			Diu	Not	Total	
Curso de Operações Especiais	Curso de "Comandos"	Básico	30	202	232	12
		Guerra Irregular	—	40	40	
		Guerra na Selva	49	118	167	
		Guerra em Montanha	60	101	161	
		Viagens	3	28	31	
		Total Parcial	142	489	631	
	Treinamento avançado					
	Total					

Uma pequena análise no quadro, nos mostra um curso de 631 horas em 12 semanas, o que perfaz uma média de 52 horas por semana. Os nossos PP da Tropa, consignam 36 horas semanais. Daí depreendemos que a dedicação dos alunos deverá ser, no mínimo, integral. Decididamente não é um curso fácil.

Vejamos a seguir alguns aspectos do estágio básico.

Como o nome indica, visa a proporcionar ao aluno, condições necessárias ao prosseguimento. De um modo geral, é uma revisão de assuntos militares ministrados em nossas escolas de formação. Aqui porém, a objetividade, a prática e o realismo recebem ênfase especial.

As condições físicas são mantidas através de sessões de natação, corrida e judô. Alguns aspectos são particularmente explorados na natação, tais como: recursos para a flutuação, uso do nado de peito e indiano, deslocamentos com pequenas cargas, nado fardado. Como se vê, o utilitarismo é preocupação constante.

Características também, foram as sessões de judô. Desenvolvendo a agressividade e a autoconfiança, impuseram-se como elemento de ponderável valor para a formação do homem de combate. Nas aulas de ataque e defesa, qualquer artilho era válido: um punhado

de areia nos olhos do adversário, um grito, um aceno para desviar a atenção, etc. Tudo serve, o importante é dar resultado. Quando dois homens em guerra se defrontam, a vontade de um deles deve prevalecer, não importa como.

Aprendemos também o uso e o valor da armas silenciosas. Divertíamos-nos cravando faca em tábuas a 5 metros. Durante uma das sessões de judô, tive oportunidade de experimentar o que é desmaiar. Não é fácil explicar, foi tudo tão rápido... um estrangulamento, 2 ou 3 segundos... e eu "apaguei". Uma coisa ficou bem nitida: não foi desagradável. Se alguém desejar experimentar, tome cuidado, não entregue o pescoço a qualquer um, pois, se o golpe encaixar corretamente, mata em 4 ou 5 segundos.

O estágio básico não foi somente treinamento físico. Incluía também assuntos técnicos e táticos. Assim, tivemos armamento, tiro, comunicações, demolições, armadilhas, socorros de urgência e, principalmente, patrulhas. Tudo num clima prático e objetivo. Como vemos, são assuntos de interesse para todo o combatente. Ao terminar este estágio eu já estava plenamente convencido da sua importância, não só para o prosseguimento do curso, mas, principalmente, como uma necessidade a ser difundida entre todos os oficiais e sargentos, combatentes ou não combatentes.

Não posso esquecer a objetividade da Pista de Tiro. Era o coroarmento da instrução de tiro. O aluno recebe uma carabina, 15 tiros e deve percorrer uma trilha acidentada, onde aparecerão alvos inopinados, próximos, afastados, fixos, móveis, claros, camuflados, em frente, ao lado. O aluno deverá colocar um tiro em cada uma das fugidias silhuetas. A oportunidade do aparecimento dos alvos é controlada pelo instrutor, de modo que o instruendo é obrigado a atirar enquanto desce um barranco, cruza um riacho ou passa por uma cerca. Terminada a pista, aluno e instrutor percorrem-na em sentido inverso, verificando os tiros acertados.

Outro exercício que procura verificar o procedimento do aluno é a Pista de Reação. Trata-se do seguinte: o instruendo dispõe inicialmente de 5 minutos para decorar uma mensagem a ser transmitida. Parte então por uma trilha onde encontra uma série de incidentes: um companheiro ferido no ventre a pedir água, um penhasco para descer, um inimigo morto, uma escharpa para galgar usando a fateixa, objetos abandonados, um grupo de inimigos palestrando e muitos outros incidentes. Terminado o percurso, em mais ou menos 1 hora, a mensagem é transmitida e o procedimento do aluno é julgado.

A instrução de patrulhas é conduzida em 3 etapas: inicialmente esgota-se a teoria; em seguida os alunos acompanham e observam um exercício prático de 12 horas, trata-se de uma "Patrulha Escola", feita pelos instrutores e monitores; a 3ª etapa dura até o fim do

curso; é a aplicação pelos alunos, desde o recebimento e análise da missão, até o relatório final, passando pelo planejamento, pela escolha dos homens, pela distribuição das funções, pelo material a ser conduzido, etc. Tivemos seguramente uma dúzia de aplicações. Foram patrulhas de reconhecimento, de emboscada, incursões e outras.

O objetivo visado pela instrução tática é tornar os alunos aptos ao planejamento e execução de operações com pequenos efetivos em missões que envolvam grandes dificuldades. Cabe aqui citar o lema do "Curso de Operações Especiais"; "QUALQUER COISA, A QUALQUER HORA, EM QUALQUER LUGAR, DE QUALQUER MANEIRA". Fico a imaginar a excelência de uma tropa treinada e comandada por oficiais e sargentos animados por este lema, indivíduos que, ao receberem uma missão respondem: "NÃO HÁ PROBLEMA". Esta frase e aquele lema definem um esado de ânimo.

O nosso curso faz recordar os tempos de criança, quando sonhávamos empreender aventuras nas selvas, dirigir trens, caçar animais, conhecer lugares estranhos, salvar a vida de um amigo em perigo, e tantos outros sonhos que normalmente não realizamos. Recordamos o tempo de criança porque agora temos oportunidade e necessidade de realizar alguns daqueles sonhos e muitos outros nem sequer imaginados.

Conservo até hoje, como ensinamento do curso, uma pequena lata com anzóis, linha de nylon, canivete, pastilhas para água, lente para fazer fogo, pequena bússola, fósforos, etc. Tudo num saquinho plástico impermeável. Cabe num bolso. Junto com este estôjo de sobrevivência, guardo uma série de conhecimentos que amenizarão de muito uma permanência que, por acaso, me seja imposta, num local desprovido de recursos.

As recordações mais gratas me vêm do estágio de Guerra na Selva.

Começou ardidosamente: deveríamos sair do Nú D Aet às duas horas da madrugada. Na véspera, havíamos recebido instrução noturna e por isso, o nosso jantar no campo foi fraco. O diretor do curso nos animou, dizendo que teríamos um "café reforçado" antes de embarcarmos para Ribeirão das Lages, onde seria realizado o estágio. Pouco antes das 2 horas, estávamos em frente ao Rancho, aguardando o "café reforçado". Qual não foi nosso desapontamento ao vê-lo permanecer fechado, às escuras. Logo em seguida chegaram os instrutores, com ar contrafeito, lamentando ter havido um "furo" no planejamento e em consequência o Rancho não fôra avisado... Após dizer alguns impropérios, o diretor do curso nos concitou a abrir mão do café tendo em vista que não deveríamos retardar a hora da partida. Foi fácil, bastou apelar para o nosso espírito de renúncia. Partimos em jejum. Três horas depois chagávamos à nossa "selva". Mal desembarcamos, fomos para a instrução de so-

brevivência que iria durar 3 dias... Aquêles jantar fraco e aquêles "furo" de planejamento haviam sido propositais. Estômago vazio, foi uma grande motivação para aulas de sobrevivência.

Então tivemos oportunidade de experimentar samambaia crua, brotos de bambu, formiga torrada e outras... iguarias. Bebemos água com fôdo ou com halazona (produto à base de cloro). Armamos arapucas e laços. Tentamos pescar com anzol de espinho... Construímos as cabanas com cipó e pequenos troncos. Armazenamos lenha para o fogo. Pouco antes do cair da noite fomos recompensados, pois, em cada arapuça, laço anzol ou qualquer aparelho armado encontramos uma galinha assustada ou um tímido preá. Preparamos então o nosso jantar e, o que foi mais difícil, comê-lo. Não queiram saber quanta falta fez o sal.

No dia seguinte, melhoramos as cabanas, tivemos outras instruções e recebemos um punhado de arroz, uma lasca de carne seca e duas batatas. A gordura e o sal do "jabá" foram providenciais. Meu prato foi "arroz de carreteiro".

Durante a tarde, tivemos os "Testes de Confiança". Consistem na passagem, em cordas horizontais elevadas (5 ou mais metros) sobre pequenos trechos (20 metros) da represa. Consistem também na descida em roldana sobre cabo de aço inclinado. No meio do percurso, ao aceno de uma bandeirola, soltamo-nos, caindo com velocidade, de certa altura, na água. Durante as passagens, os instrutores lançam granadas ofensivas provocando gavelas que embarracem os alunos, quando não os desequilibram completamente.

No 3º dia repetimos o arroz de carreteiro, porém o jantar foi um banquete. O soldado cozinheiro esmerou-se na qualidade e na quantidade, houve até sobremesa e cafêzinho. Terminara a sobrevivência.

A seguir fizemos vários exercícios. 30% dos oficiais e sargentos pertencentes a outras Unidades, convidados, e que haviam se disposto a frequentar este estágio, não concluíram a 2ª Semana. Desistiram por motivos vários.

Durante este período, tivemos exercícios interessantíssimos como o de "Fuga e evasão". Constatou-se do seguinte: ao cair da noite os alunos encontravam-se numa pedreira abandonada. Ao fundo e aos lados, altos paredões de pedra viva. Neste local os instruendos foram declarados "prisioneiros" e dali deveriam fugir para se apresentarem, até as 7 horas da manhã do dia seguinte, no acampamento, distante 6 a 8 km, da pedreira. A revista dos prisioneiros consistiu em colocá-los inteiramente nus e proceder a minuciosa busca após a qual cada um recebeu tão somente a calça, camisa, os coturnos, um pequeno cartão em branco e a carteira de identidade. Esta última para o caso de ser necessário identificar-se ante algum civil desconfiado ou qualquer emergência. A revista precisa ser minuciosa, pois, uma pequena bússola escondida dentro da boca, por exemplo,

seria um auxílio enorme para quem precisa percorrer 8 km, à noite, dentro do mato. O tratamento dispensado aos prisioneiros foi severo, chegando mesmo a ser violento e até estúpido para os que reagissem. Em seguida, cada aluno deveria urdir um plano para fugir, seja criando condições, seja aproveitando-se de situações favoráveis existentes no "campo". A simulação de uma briga, os deslocamentos, etc., são ocasiões que favorecem a fuga. De início, estas situações foram raras e difíceis de aproveitar, os guardas estavam atentos. Passada a primeira 1/2 hora, houve certo afrouxamento e todos os alunos conseguiram fugir. Dai por diante, trata-se de chegar ao acampamento (era a evasão).

Cabe aqui um esclarecimento: ficou convenção que a área para o exercício de evasão seria limitada de um lado pelas águas da represa e de outro pela estrada de Angra dos Reis. Estes limites vão convergindo e no vértice está o acampamento. Quem se afastasse muito para a direita ou para a esquerda, encontraria os limites laterais, orientando-se dessa maneira. Outra forma de orientação era através do ruído de alguns poucos veículos que passavam pela estrada. Lógico que o modo mais fácil de chegar ao destino era seguir pela estrada ou próximo dela. Acontece porém que esta via estava muito bem policiada, sendo fácil para os guardas localizar e recapturar os fugitivos. Cada recaptura constituía um demérito para o aluno e seria consignada naquele cartão em branco, entregue ao homem após a revista. A solução era embrenhar-se mesmo no mato. Asseguro que não foi fácil, principalmente para quem estava sozinho como eu. Pensei em cobras, caí várias vezes, me arranhei todo, fazia falta um facão, choveu, a orientação pelas estré-las é teórica. Terminamos fazendo aquela célebre pergunta: "o que é que eu vim fazer aqui"? Ao alvorecer, após mais ou menos 10 horas de luta, a maioria dos alunos chegou ao acampamento. Foi o exercício mais estafante que eu realizei.

Depois do estágio de Guerra na Selva, seguiram-se algumas semanas com instruções preparatórias para a Guerra em Montanha. Por várias vezes fomos ao Campo Escola de Montanhismo, em Cascadura, onde tomamos contato com uma série de meios, técnicas e aspectos necessários às escaladas. Assim ficamos sabendo o que é um "cabo solteiro", um "grampo", uma "chaminé", uma negativa; o que é aderência, rala-costas; escalamos o Morro do Cantagalo, preparando-nos para o prosseguimento do curso.

O estágio de Guerra em Montanha foi realizado na região de Agulhas Negras, em julho. Cito o mês para relacioná-lo com o frio. Ainda me lembro de uma certa manhã, durante um exercício de patrulha (de 3 dias); ao levantar, via a poça d'água da véspera coberta de cristais de gelo. Alguém comentou que durante a noite a temperatura havia caído à 6º (menos seis graus).

Dormíamos ao relento, dentro do saco de dormir, um saco duplo de nylon com penas no meio; além disso nos enrolávamos com uma manta e cobríamos tudo com um retângulo de matéria plástica. Acredito que estas 3 peças sejam suficientes para quem precise dormir ao relento, a zero grau e com chuva.

Se durante a noite a temperatura caía tanto, durante o dia o calor era grande. O procedimento normal era iniciar as longas jornadas vestindo 2 abrigos de lã fina, o uniforme de instrução e, sobre este, um largo uniforme de salto. Com o passar das horas íamos retirando peça por peça, até que, por volta do meio dia, ficávamos reduzido ao uniforme de instrução. A tarde, procedíamos de maneira inversa, até ficarmos semelhante a um repólio, para enfrentarmos a noite.

Nossas mochilas eram curiosas. Havia inteira liberdade em fazê-la como melhor nos parecesse. Muitos de nós usávamos um bernal adaptado ao peito para contrabalançar a mochila, para facilitar a retirada e a colocação de roupas, para apoio dos braços. Não chegava a impedir o uso da arma. Outros apoiavam a mochila na testa com a tira de pano.

Quase sempre tivemos as nossas rações diárias lançadas por avião, com uma lona de barraca à guisa de pára-quedas. Apenas uma vez, o mecanismo não funcionou e o caixote espatifou-se no solo. Juntamos carinhosamente tudo o que pudemos pois não haveria outro. Não me lembro de ter oportunidade para almoçar. Sempre houve premência de tempo. Fazíamos nossa única refeição quando íamos dormir. Acendíamos o álcool sólido, esquentávamos a lata de almôndegas ou canja, tostávamos algumas fatias de presuntada na ponta da faca de trincheira e preparávamos um caneco de nescafé com leite em pó. Era conveniente guardar as barras de chocolate, as mariolas e algumas bolachas para todo o dia seguinte. Vivendo assim, engordei 1/2 quilo. No estágio de Guerra na Selva, só havia engordado 400 gramas.

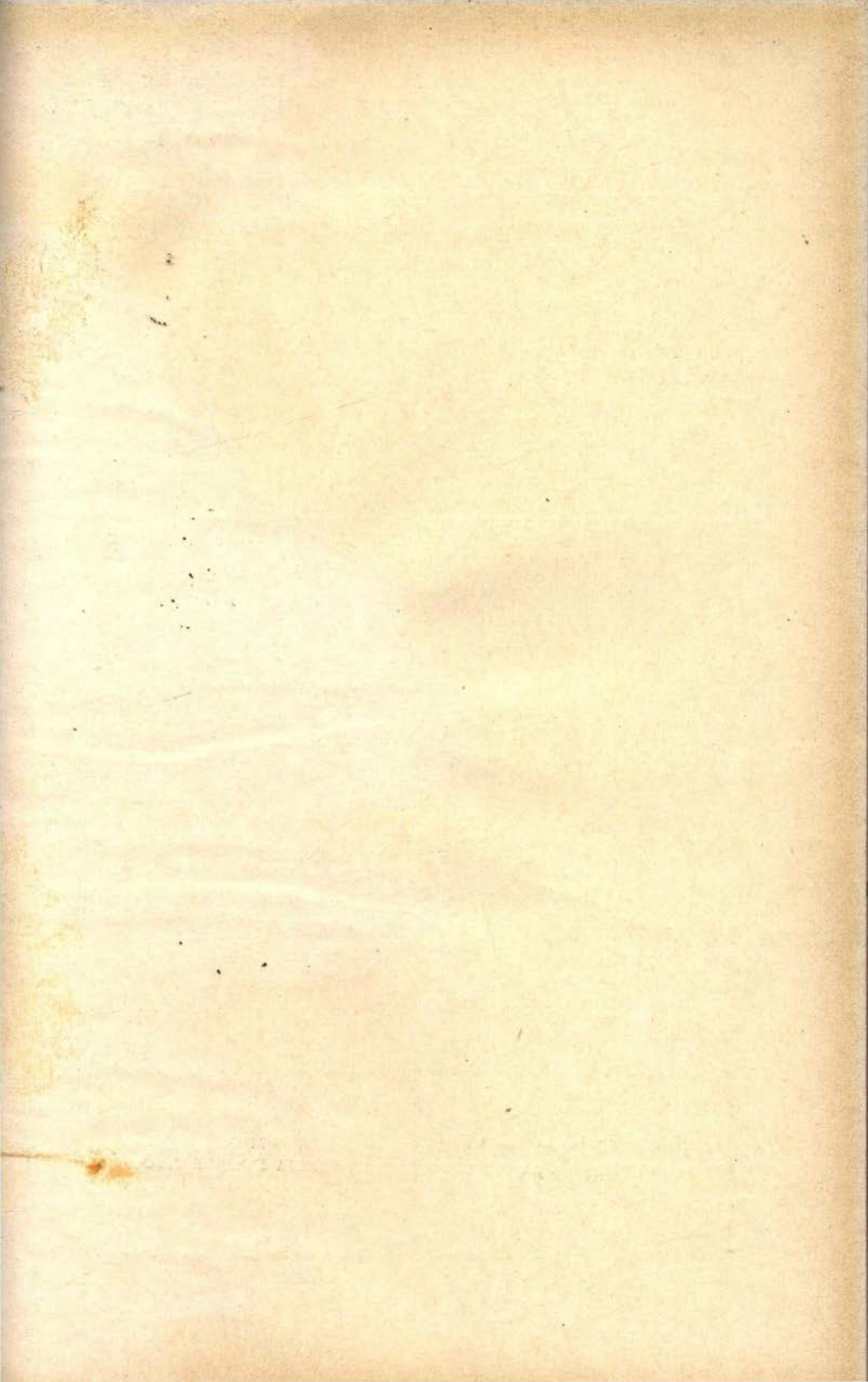
Fazíamos a barba diariamente, porém, só nos foi possível tomar banho no penúltimo dia do estágio, quando bivacamos junto a uma casa. Foram quase 15 dias.

Cumprimos também, aqui na Montanha, missões de sabotagem emboscadas, incursões e outras. Para cada missão era designado um comandante. Tivemos oportunidade de sermos comandados por todos os companheiros, já neste época reduzidos a apenas 8. Sempre éramos observados por um instrutor, calado, anotando a certa distância; eventualmente aproximava-se da patrulha e designava o novo chefe para o prosseguimento. Normalmente a escolha recaía sobre o aluno mais cansado, mais desanimado, ou mesmo ferido, acredito até que a preferência seria dada a um doente, se hou-

vesse alguém neste estado. Concordamos. Desta maneira pudemos nos conhecer e conhecer os outros, em situações difíceis. É fundamental.

Eis aí alguns aspectos do "Curso de Comandos" no Nú D Aet. Um curso objetivo, vivendo situações reais. Trabalhoso, difícil, quase estafante. Porém necessário a todo militar. Não deve ficar restrito aos quadros pára-quedistas. Propomos que seja reconhecido e difundido. Assim, outros companheiros poderão, no futuro, dispor de experiências que talvez constituam uma das cinco maiores alegrias na sua vida militar...

* * *





Preço dêste exemplar
NCr\$ 0,20

S M G
IMPrensa DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1967